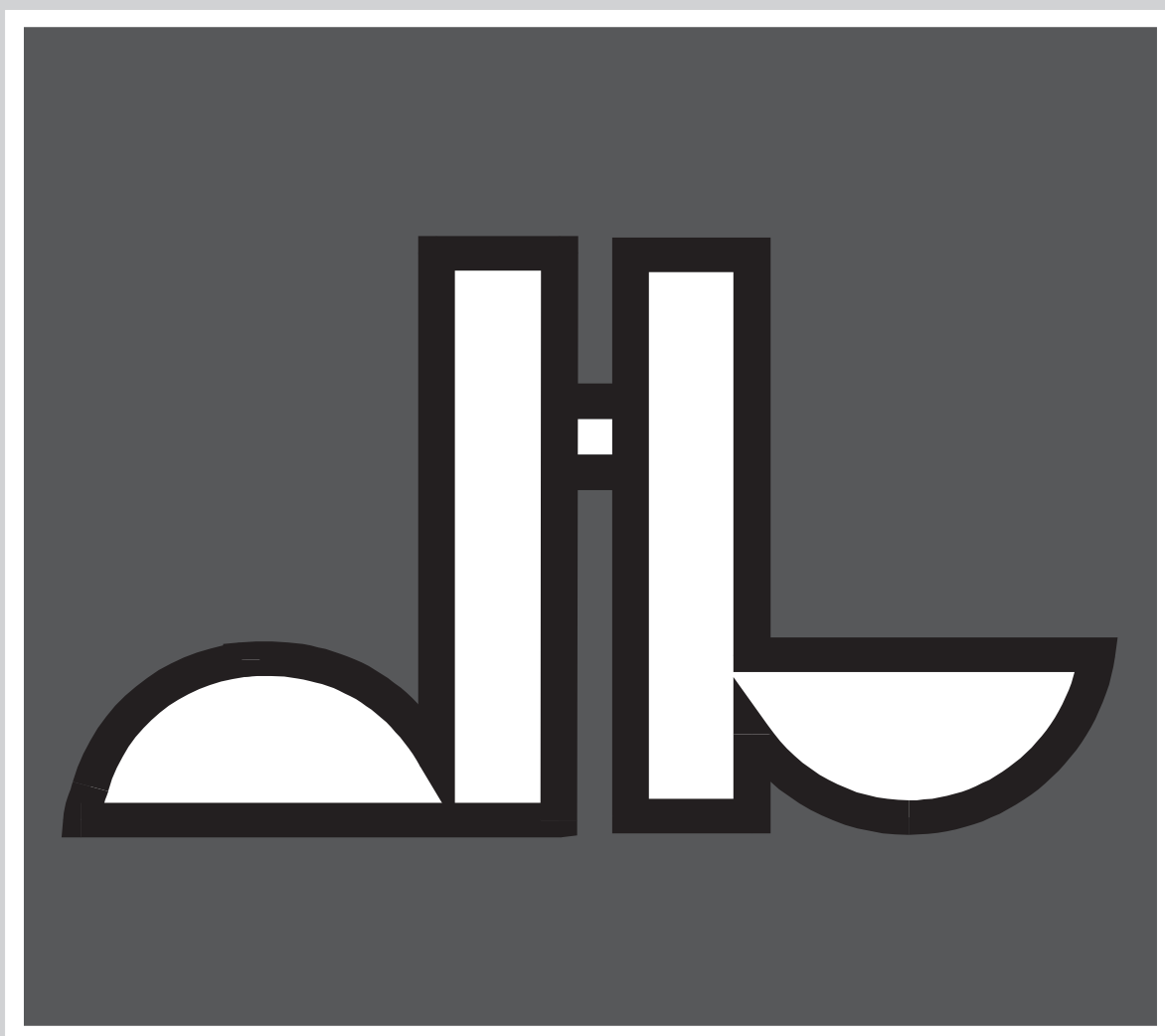




REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL
SESSÃO CONJUNTA

ANO LXVII - Nº 016 -QUINTA-FEIRA, 12 E QUARTA-FEIRA,18 DE JULHO DE 2012 - BRASÍLIA-DF

COMPOSIÇÃO DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL

<p style="text-align: center;">Presidente Senador José Sarney (PMDB/AP)</p> <p style="text-align: center;">1ª Vice-Presidente Deputada Rose de Freitas (PMDB/ES)</p> <p style="text-align: center;">2º Vice-Presidente Senador Waldemir Moka (PMDB/MS) ^{3 e 4}</p> <p style="text-align: center;">1º Secretário Deputado Eduardo Gomes (PSDB/TO)</p> <p style="text-align: center;">2º Secretário Senador João Ribeiro (PR/TO) ²</p> <p style="text-align: center;">3º Secretário Deputado Inocêncio Oliveira (PR/PE)</p> <p style="text-align: center;">4º Secretário Senador Ciro Nogueira (PP/PI)</p>	
<p style="text-align: center;"><u>Mesa do Senado Federal</u></p> <p style="text-align: center;">Presidente José Sarney (PMDB/AP)</p> <p style="text-align: center;">1ª Vice-Presidente Marta Suplicy (PT/SP)</p> <p style="text-align: center;">2º Vice-Presidente Waldemir Moka (PMDB/MS) ^{3 e 4}</p> <p style="text-align: center;">1º Secretário Cícero Lucena (PSDB/PB)</p> <p style="text-align: center;">2º Secretário João Ribeiro (PR/TO) ²</p> <p style="text-align: center;">3º Secretário João Vicente Claudino (PTB/PI)</p> <p style="text-align: center;">4º Secretário Ciro Nogueira (PP/PI)</p> <p style="text-align: center;">Suplentes de Secretário</p> <p>1º - Casildo Maldaner (PMDB-SC) ^{1, 5, 6 e 7}</p> <p>2º - João Durval (PDT/BA)</p> <p>3ª - Maria do Carmo Alves (DEM/SE)</p> <p>4ª - Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM)</p>	<p style="text-align: center;"><u>Mesa da Câmara dos Deputados</u></p> <p style="text-align: center;">Presidente Marco Maia (PT/RS)</p> <p style="text-align: center;">1ª Vice-Presidente Rose de Freitas (PMDB/ES)</p> <p style="text-align: center;">2º Vice-Presidente Eduardo da Fonte (PP/PE)</p> <p style="text-align: center;">1º Secretário Eduardo Gomes (PSDB/TO)</p> <p style="text-align: center;">2º Secretário Jorge Tadeu Mudalen (DEM/SP)</p> <p style="text-align: center;">3º Secretário Inocêncio Oliveira (PR/PE)</p> <p style="text-align: center;">4º Secretário Júlio Delgado (PSB/MG)</p> <p style="text-align: center;">Suplentes de Secretário</p> <p>1º - Geraldo Resende (PMDB/MS)</p> <p>2º - Manato (PDT/ES)</p> <p>3º - Carlos Eduardo Cadoca (PSC/PE)</p> <p>4º - Sérgio Moraes (PTB/RS)</p>

Notas:

- 1- Em 29-3-2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, por 121 dias, conforme RQS nº 291/2011, deferido na Sessão do Senado Federal de 29-3-2011.
- 2- Em 3-5-2011, o Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, por 121 dias, conforme RQS nº 472/2011, aprovado na Sessão do Senado Federal de 3-5-2011.
- 3- Em 8-11-2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago (PMDB/PB) ter deixado o mandato.
- 4- Em 16-11-2011, eleito o Senador Waldemir Moka (PMDB/MS) para o cargo de 2º Vice-Presidente do Senado Federal.
- 5- Em 28-11-2011, o Senador Gilvam Borges voltou ao exercício do mandato, tendo em vista o término de sua licença.
- 6- Em 29-11-2011, vago em virtude de o Senador Gilvam Borges ter deixado o mandato.
- 7- O Senador Casildo Maldaner foi eleito 1º Suplente de Secretário na sessão plenária do Senado Federal de 08-12-2011.

EXPEDIENTE

<p>Doris Marize Romariz Peixoto Diretora-Geral do Senado Federal</p> <p>Florian Augusto Coutinho Madruga Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações</p> <p>José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial</p>	<p>Claudia Lyra Nascimento Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal</p> <p>Maria Amália Figueiredo da Luz Diretora da Secretaria de Ata</p> <p>Patrícia Freitas Portella Nunes Martins Diretora da Secretaria de Taquigrafia</p>
--	---

CONGRESSO NACIONAL

SUMÁRIO

1 – LEGISLAÇÃO E ATOS NORMATIVOS	
1.1 – ATOS DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL	
Nºs 33 a 39, de 2012	01188
2 – ATA DA 16ª SESSÃO CONJUNTA, EM 11 E 17 DE JULHO DE 2012	
2.1 – ABERTURA	
2.2 – EXPEDIENTE	
2.2.1 – Suspensão da sessão às 21 horas e 50 minutos do dia 11 do corrente e reabertura às 13 horas e 47 minutos do dia 17 do corrente	
2.2.2 – Discursos (Breves Comunicações)	
DEPUTADO LUIZ COUTO – Importância do empréstimo assinado hoje pelo Senado que destina recursos ao projeto de desenvolvimento sustentável do Cariri e do Seridó.....	01204
DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI – Preocupação com o problema das greves em serviços essenciais para a população.	01204
DEPUTADA CARMEN ZANOTTO – Considerações sobre a Medida Provisória nº 563, de 2012; e outro assunto.	01206
DEPUTADO RUBENS BUENO, como Líder – Críticas à atual política econômica do Governo Federal.....	01206
DEPUTADO JOSÉ AIRTON – Registro do transcurso dos sessenta anos de criação do Banco do Nordeste.	01207
DEPUTADO SIBÁ MACHADO, como Líder – Considerações sobre a obrigação de um governo de conciliar a democracia, o desenvolvimento e o equilíbrio fiscal.....	01208
DEPUTADO FABIO TRAD, como Líder – Necessidade da retomada dos debates sobre o papel do Congresso Nacional na elaboração e execução do Orçamento.	01209
DEPUTADO CELSO MALDANER – Considerações acerca de importantes matérias votadas pela Câmara Federal no primeiro semestre do corrente ano. .	01209
DEPUTADO MAURO BENEVIDES – Destaque ao transcurso dos sessenta anos de criação do Banco do Nordeste.	01210
2.2.3 – Comunicação da Presidência	
Cancelamento da sessão ordinária da Câmara dos Deputados convocada para hoje, às 14 horas.....	01210
2.2.4 – Discursos (Breves Comunicações) (continuação)	
DEPUTADO CHICO ALENCAR, como Líder – Avaliação crítica do PSOL sobre o texto do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias a ser votado no Plenário do Congresso Nacional.	01210
DEPUTADO JORGINHO MELLO – Apelo ao Ministro da Educação, Aloizio Mercadante, para que negocie o fim da greve dos professores universitários; e outro assunto.	01211
DEPUTADO PAULO FEIJÓ – Apelo ao Governo Federal para que acompanhe a aplicação dos recursos liberados em socorro às cidades do Estado do Rio de Janeiro.....	01212
DEPUTADA JANETE ROCHA PIETÁ – Pesar pelo falecimento do professor Eduardo de Oliveira, autor do Hino à Negritude; e outros assuntos.	01212
DEPUTADO ELEUSES PAIVA, como Líder – Preocupação com a questão do financiamento da saúde pública no Brasil.....	01213
DEPUTADO ESPERIDIÃO AMIN, como Líder – Registro do apoio da Câmara dos Deputados ao Poder Executivo na condução da política econômica brasileira; e outro assunto.....	01214
DEPUTADO JOÃO ANANIAS, como Líder – Crítica à qualidade dos serviços da telefonia móvel no Brasil.....	01215
DEPUTADO EDUARDO CUNHA, como Líder – Considerações acerca do projeto de lei, de autoria de S. Exa., que retira a obrigatoriedade do exame da Ordem dos Advogados do Brasil.	01215
SENADOR EDUARDO SUPLICY – Anúncio do lançamento de livro sobre a Cooperativa dos Vendedores Autônomos do Parque Ibirapuera.....	01216
DEPUTADA LUCI CHOINACKI – Considerações a respeito das eleições municipais de outubro próximo.	01217
DEPUTADO FERNANDO FERRO – Comentários acerca da conjuntura econômica internacional.....	01217
DEPUTADO ASSIS DO COUTO – Homenagem à agricultura familiar brasileira.....	01218

DEPUTADA TELMA PINHEIRO – Defesa das reivindicações dos servidores do INCRA. 01219

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Solidariedade à greve dos servidores públicos. 01221

2.2.5 – Comunicação da Presidência

Convocação de sessão extraordinária do Senado Federal para logo após o término da presente sessão do Congresso Nacional. 01221

2.2.6 – Discursos (Breves Comunicações) (continuação)

DEPUTADO PASTOR MARCO FELICIANO – Alerta para os problemas dos planos de saúde no Brasil. 01221

DEPUTADO EDINHO BEZ – Necessidade de ações de prevenção a enchentes em Santa Catarina. 01222

DEPUTADA ROSANE FERREIRA – Preocupação com recente resolução da diretoria colegiada da Anvisa. 01222

DEPUTADO RONALDO BENEDET – Regozijo pelo apoio da Presidente Dilma Rousseff às obras de infraestrutura no Estado de Santa Catarina. 01223

DEPUTADO ELIENE LIMA – Apelo ao Governo Federal para que resolva as greves da área educacional brasileira. 01224

DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO – Preocupação com a questão da compensação financeira aos Estados em decorrência de perdas oriundas da “Lei Kandir”. 01224

DEPUTADO SEVERINO NINHO – Lamento pela não votação, antes do recesso, de projetos que tratam da jornada de trabalho dos enfermeiros e do piso salarial nacional dos agentes comunitários de saúde. 01225

DEPUTADO DOMINGOS DUTRA – Pedido para que a Polícia Federal investigue o assassinato do jornalista Décio Sá, no Estado do Maranhão. .. 01226

DEPUTADO PAES LANDIM, como Líder – Registro do centenário de nascimento do Coronel Octávio Miranda. 01227

DEPUTADO MARCON – Relato da reunião da bancada de que faz parte S. Ex^a com a Presidente Dilma Rousseff. 01227

DEPUTADO IZALCI – Registro da apresentação de Proposta de Emenda à Constituição, cujo primeiro signatário é S. Ex^a, que altera o art. 206 da Constituição Federal. 01227

DEPUTADO EDINHO ARAÚJO – Relato dos trabalhadores na Câmara dos Deputados no primeiro semestre de 2012. 01228

DEPUTADO RONALDO NOGUEIRA – Críticas ao aumento do preço do óleo diesel anunciado pela Petrobras. 01229

SENADOR JOSÉ PIMENTEL, como Líder – Congratulações aos integrantes da CMO pelo acordo firmado em torno da Lei de Diretrizes Orçamentárias. 01229

DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO MAIA – Alegria pela aprovação dos critérios para a criação de novos municípios no Brasil. 01230

DEPUTADO FERNANDO MARRONI – Registro do aumento da frequência escolar entre os beneficiários do Programa Bolsa Família. 01230

DEPUTADO ZÉ SILVA – Registro do lançamento do Plano Safra da agricultura familiar. 01231

2.2.7 – Leitura de projeto

Projeto de Resolução nº 1, de 2012-CN, de iniciativa das Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, que *dispõe sobre a composição das Comissões Mistas do Congresso Nacional na 54^a Legislatura*. 01232

2.2.8 – Apreciação de matérias

Requerimento nº 3, de 2012-CN, de autoria de Líderes, solicitando urgência para o Projeto de Resolução nº 1, de 2012-CN. **Aprovado.** 01234

Projeto de Resolução nº 1, de 2012-CN, de iniciativa das Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, que *dispõe sobre a composição das Comissões Mista do Congresso Nacional na 54^a Legislatura. Aprovado.* À promulgação. 01235

2.2.9 – Eleição dos membros titulares e suplentes indicados pelo Senado Federal, pela Câmara dos Deputados e por entidades representativas para comporem o Conselho de Comunicação Social

2.2.10 – Apreciação de matérias

Retificação na publicação da Lei nº 12.595, de 2012 (Lei Orçamentária para 2012), tendo em vista a existência de erro material (**Ofício nº 202/2012-CMO**). **Aprovada.** 01238

Retificação na publicação da Lei nº 12.595, de 2012 (Lei Orçamentária para 2012), tendo em vista a existência de erro material (**Ofício nº 260/2012-CMO**). **Aprovada.** 01240

Retificação na publicação da Lei nº 12.593, de 2012 (PPA 2012-2015), tendo em vista a existência de erro material (**Ofício nº 287/2012-CMO**). **Aprovada.** 01247

2.3 – ORDEM DO DIA

2.3.1 – Item extrapauta (Incluído na pauta nos termos do Requerimento nº 4, de 2012-CN, lido e aprovado nesta oportunidade)

Projeto de Lei nº 1, de 2012-CN, que *abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor de órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, do Ministério Público da União e do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, crédito especial no valor global de R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais), para o fim que especifica, e dá outras providências. Aprovado,* após leitura do **Parer nº 14, de 2012-CN.** À sanção. 01265

2.3.2 Item 1

Projeto de Lei nº 2, de 2012-CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Integração Nacional, crédito especial no valor de R\$ 90.000.000,00 (noventa milhões de reais), para o fim que especifica. **Aprovado.** À sanção.... 01272

2.3.3 – Item extrapauta (Incluído na pauta nos termos do Requerimento nº 5, de 2012-CN, lido e aprovado nesta oportunidade)

Projeto de Lei nº 4, de 2012-CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor de Operações Oficiais de Crédito, crédito suplementar no valor de R\$ 1.355.000.000,00 (um bilhão, trezentos e cinquenta e cinco milhões de reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente. **Aprovado,** após leitura do **Parecer nº 15, de 2012-CN.** À sanção..... 01279

2.3.4 – Item extrapauta (Incluído na pauta nos termos do Requerimento nº 6, de 2012-CN, lido e aprovado nesta oportunidade)

Projeto de Lei nº 16, de 2012-CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios do Meio Ambiente e da Integração Nacional, crédito suplementar no valor global de R\$ 93.045.987,00 (noventa e três milhões, quarenta e cinco mil, novecentos e oitenta e sete reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente. **Aprovado,** após leitura do **Parecer nº 16, de 2012-CN.** À sanção. 01291

2.3.5 Item extrapauta (Incluído na pauta com aquiescência do Plenário)

Projeto de Lei nº 3, de 2012-CN, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2013 e dá outras providências. (Parecer nº 17, de 2011-CN). É lido o **Parecer nº 17, de 2012-CN (publicado em Suplemento “A” à presente edição – Vide item 3.1.1).** Usam da palavra os Senadores Eduardo Suplicy, Flexa Ribeiro e o Deputado Duarte Nogueira. 01303

2.3.6 – Questão de ordem

Suscitada pelo Deputado Bruno Araújo e respondida pela Presidência. 01305

2.3.7 Item extrapauta (continuação)

Projeto de Lei nº 3, de 2012-CN, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2013 e dá outras providências. **Aprovado o Substitutivo com a Emenda nº 2183.0024,** tendo usado da palavra o Senador Antonio Carlos Valadares (Relator), o Deputado Paulo Rubem Santiago e o Senador Flexa Ribeiro. 01307

Redação final do Substitutivo ao Projeto de Lei nº 3, de 2012-CN (**Parecer nº 18, de 2012-CN**) (**Publicado em suplemento “B” à presente edição – Vide item 3.1.2).** **Aprovada.** À sanção..... 01313

2.4 – APÓS A ORDEM DO DIA

2.4.1 – Discursos encaminhados à publicação

DEPUTADO **ELIENE LIMA** – Relato das reivindicações dos servidores da área educacional em greve e das propostas apresentadas pelo Governo Federal..... 01315

DEPUTADO **EDINHO ARAÚJO** – Avaliação dos trabalhos realizados pela Câmara dos Deputados durante o primeiro semestre de 2012..... 01317

DEPUTADO **RUBENS BUENO** – Publicação de ofício endereçado ao Sr. José Eduardo Castelo Branco, Presidente da Valec Engenharia. 01317

DEPUTADO **PROFESSOR VICTÓRIO GALLI** – Alerta para o risco de conflitos em terras indígenas na região do Araguaia, no Estado do Mato Grosso. 01321

DEPUTADO **PAES LANDIM** – Homenagem a Lucídio Portella Nunes pela passagem de seus 90 anos..... 01321

2.5 – ENCERRAMENTO

3 – SUPLEMENTOS À PRESENTE EDIÇÃO

3.1 – SECRETARIA-GERAL DA MESA

3.1.1 – Parecer nº 17, de 2012-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, sobre o Projeto de Lei nº 3, de 2012-CN, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da lei orçamentária de 2013 e dá outras providências. (Publicado em suplemento “A”)

3.1.2 – Redação Final do Projeto de Lei nº 3, de 2012 – CN, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da lei orçamentária de 2013 e dá outras providências (Parecer nº 18, de 2012-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização). (Publicada em suplemento “B”)

CONGRESSO NACIONAL

4 – COMISSÕES MISTAS

CMO – Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (Resolução nº 1, de 2006) 01325

CMMC – Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas (Resolução nº 4, de 2008).. 01332

Comissão Mista Representativa do Congresso Nacional no Fórum Interparlamentar das Américas – Fipa (Resolução nº 2, de 2007)..... 01334

CCAI – Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência (Lei nº 9.883, de 1999) 01335

Comissões Parlamentares Mistas de Inquérito 01336

5 – CONSELHOS E ÓRGÃO

Conselho da Ordem do Congresso Nacional (Decreto Legislativo nº 70, de 1972) 01340

Conselho de Comunicação Social (Lei nº 8.389, de 1991) 01341

Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (Resolução nº 1, de 2011)..... 01342

CONGRESSO NACIONAL

ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 33, DE 2012

O Presidente da Mesa do Congresso Nacional, cumprindo o disposto no art. 6º da Resolução nº 1/2011-CN, que “Dispõe sobre a Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, sua composição, organização e competências”, e para os efeitos do que determina o art. 10 da referida Resolução,

Resolve:

Art. 1º Designar, para integrarem a Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, os Senadores EDUARDO SUPLICY e PAULO PAIM, como membro titular e membro suplente, respectivamente, nos termos Ofício nº 85/2012-GLDBAG, do Líder do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, no Senado Federal.

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data da sua publicação.

Senado Federal, 18 de julho de 2012. – Senador **José Sarney**, Presidente da Mesa do Congresso Nacional.

ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 34, DE 2012

O Presidente da Mesa do Congresso Nacional, cumprindo o disposto no art. 6º da Resolução nº 1/2011-CN, que “Dispõe sobre a Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, sua composição, organização e competências”, e para os efeitos do que determina o art. 10 da referida Resolução,

Resolve:

Art. 1º Designar o Deputado RUY CARNEIRO, na condição de membro suplente da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, em vaga destinada ao Bloco Parlamentar da Minoria, de acordo com o Ofício nº 430/2012-PSDB, da Liderança do Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB, na Câmara dos Deputados, em virtude de pedido de desligamento do Deputado Reinaldo Azambuja, contido no Ofício 2012/PSDB, de março de 2012, na Câmara dos Deputados.

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data da sua publicação.

Senado Federal, 18 de julho de 2012. – Senador **José Sarney**, Presidente da Mesa do Congresso Nacional.

ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 35, DE 2012

O Presidente da Mesa do Congresso Nacional, cumprindo o disposto no art. 6º da Resolução nº 1/2011-CN, que “Dispõe sobre a Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, sua composição, organização e competências”, e para os efeitos do que determina o art. 10 da referida Resolução,

Resolve:

Art. 1º Designar o Deputado NEWTON LIMA, na condição de membro titular da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, e o Deputado JILMAR TATTO, como membro suplente daquela Representação, em vaga destinada ao Partido dos Trabalhadores, de acordo com o Ofício nº 82/PT, da Liderança do Partido dos Trabalhadores na Câmara dos Deputados.

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data da sua publicação.

Senado Federal, 18 de julho de 2012. – Senador **José Sarney**, Presidente da Mesa do Congresso Nacional.

ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 36, DE 2012

O Presidente da Mesa do Congresso Nacional, cumprindo o disposto no art. 6º da Resolução nº 1/2011-CN, que “Dispõe sobre a Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, sua composição, organização e competências”, e para os efeitos do que determina o art. 10 da referida Resolução,

Resolve:

Art. 1º Designar o Deputado BRUNO ARAÚJO, na condição de membro suplente da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, em vaga destinada ao Bloco Parlamentar da Minoria, de acordo com o Ofício nº 417/2012, da Liderança do PSDB na Câmara dos Deputados, em virtude de pedido de desligamento do Deputado Luiz Nishimori, contido no Ofício nº 2/2012 GAB, da Liderança do PSDB na Câmara dos Deputados.

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data da sua publicação.

Senado Federal, 18 de julho de 2012. – Senador **José Sarney**, Presidente da Mesa do Congresso Nacional.

ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 37, DE 2012

O Presidente da Mesa do Congresso Nacional, cumprindo o disposto no art. 6º da Resolução nº 1/2011-CN, que “Dispõe sobre a Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, sua composição, organização e competências”, e para os efeitos do que determina o art. 10 da referida Resolução,

Resolve:

Art. 1º Designar o Deputado DELEGADO PROTÓGENES, na condição de membro titular da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, em substituição ao Deputado ASSIS MELO, em virtude de anuência expressa de S. Ex.^a, aposta no Ofício nº 233/2012, da Liderança do PCdoB, na Câmara dos Deputados.

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data da sua publicação.

Senado Federal, 18 de julho de 2012. – Senador **José Sarney**, Presidente da Mesa do Congresso Nacional.

ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 38, DE 2012

O Presidente da Mesa do Congresso Nacional, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a **Medida**

Provisória nº 571, de 25 de maio de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 28 de maio de 2012, que “Altera a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, que dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nºs 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nºs 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001”, tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias.

Senado Federal, 18 de julho de 2012. – Senador **José Sarney**, Presidente da Mesa do Congresso Nacional.

ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 39, DE 2012

O Presidente da Mesa do Congresso Nacional, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a **Medida Provisória nº 572**, de 5 de junho de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 6 de junho de 2012 que “Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Defesa, no valor de R\$381.252.988,00, para os fins que especifica”, tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias.

Senado Federal, 18 de julho de 2012. – Senador **José Sarney**, Presidente da Mesa do Congresso Nacional.

Ata da 16ª Sessão Conjunta, em 11 e 17 de julho de 2012

2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura

Presidência da Srª Rose de Freitas

(Inicia-se a sessão às 21 horas e 48 minutos
do dia 11 de julho de 2011 e encerra-se às 18
horas e 43 minutos no dia 17 de julho de 2012)

É o seguinte o registro de comparecimento
das Srªs e dos Srs. Senadores:

REGISTRO DE COMPARECIMENTO

129ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA ÀS 14 HORAS

Período : 11/7/2012 07:00:00 até 11/7/2012 22:00:53

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
PSDB	MG	AÉCIO NEVES	X	X
PR	AM	ALFREDO NASCIMENTO	X	X
PSDB	SP	ALOYSIO NUNES FERREIRA	X	X
PSDB	PR	ALVARO DIAS	X	X
PP	RS	ANA AMÉLIA	X	X
PT	ES	ANA RITA	X	X
PT	RR	ANGELA PORTELA	X	X
PT	AC	ANIBAL DINIZ	X	X
PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X	X
PR	MS	ANTONIO RUSSO	X	X
PTB	PE	ARMANDO MONTEIRO	X	X
PDT	RO	ASSIS GURGACZ	X	X
PP	AL	BENEDITO DE LIRA	X	X
PR	MT	BLAIRO MAGGI	X	X
PMDB	SC	CASILDO MALDANER	X	X
PSDB	PB	CASSIO CUNHA LIMA	X	X
PSDB	PB	CICERO LUCENA	X	X
PP	PI	CIRO NOGUEIRA	X	X
PMDB	MG	CLÉSIO ANDRADE	X	X
PDT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	X	X
PSDB	GO	CYRO MIRANDA	X	X
PT	MS	DELCIDIO DO AMARAL	X	X
GO	GO	DEMÓSTENES TORRES	X	X
PSC	SE	EDUARDO AMORIM	X	X
PMDB	AM	EDUARDO BRAGA	X	X
PRB	RJ	EDUARDO LOPES	X	X
PT	SP	EDUARDO SUPLICY	X	X
PTB	MA	EPITÁCIO CAFETEIRA	X	X
PMDB	CE	EUNÍCIO OLIVEIRA	X	X
PTB	AL	FERNANDO COLLOR	X	X
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	X	X
PP	RJ	FRANCISCO DORNELLES	X	X
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES	X	X
PTB	DF	GIM ARGELLO	X	X
PT	PE	HUMBERTO COSTA	X	X
PCdoB	CE	INÁCIO ARRUDA	X	X
PP	RO	IVO CASSOL	X	X
PMDB	PA	JADER BARBALHO	X	X
PMDB	PE	JARBAS VASCONCELOS	X	X
DEM	MT	JAYME CAMPOS	X	X
PSB	AP	JOÃO CAPIBERIBE	X	X
PDT	BA	JOÃO DURVAL	X	X
PR	TO	JOÃO RIBEIRO	X	X
PTB	PI	JOÃO VICENTE CLAUDINO	X	X
PT	AC	JORGE VIANA	X	X
DEM	RN	JOSÉ AGRIPINO	X	X
PT	CE	JOSÉ PIMENTEL	X	X
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	X	X
PSD	TO	KÁTIA ABREU	X	X
PSB	BA	LÍDICE DA MATA	X	X
PT	RJ	LINDBERGH FARIAS	X	X
PMDB	MA	LOBÃO FILHO	X	X
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	X	X
PMDB	SC	LUÍZ HENRIQUE	X	X
PR	ES	MAGNO MALTA	X	X
DEM	SE	MARIA DO CARMO ALVES	X	X
PSDB	PA	MÁRIO COUTO	X	X
PT	SP	MARTA SUPLICY	X	X
PTB	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	X	X
PSDB	SC	PAULO BAUER	X	X
PV	RN	PAULO DAVIM	X	X

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
PT	RS	PAULO PAIM	X	X
PMDB	RS	PEDRO SIMON	X	X
PDT	MT	PEDRO TAQUES	X	X
P-SOL	AP	RANDOLFE RODRIGUES	X	X
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	X	X
PMDB	ES	RICARDO FERRAÇO	X	X
PMDB	PR	ROBERTO REQUIÃO	X	X
PSB	DF	RODRIGO ROLLEMBERG	X	X
PMDB	RR	ROMERO JUCA	X	X
PSD	AC	SÉRGIO PETECÃO	X	X
PMDB	PR	SERGIO SOUZA	X	X
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	X	X
PCdoB	AM	VANESSA GRAZZIOTIN	X	X
PR	TO	VICENTINHO ALVES	X	X
PMDB	PB	VITAL DO REGO	X	X
PMDB	MS	WALDEMIR MOKA	X	X
PT	BA	WALTER PINHEIRO	X	X
PT	PI	WELLINGTON DIAS	X	X
PDT	MG	ZEZÉ PERRELLA	X	X

Compareceram: 80 Senadores

REGISTRO DE COMPARECIMENTO

133ª SESSÃO DELIBERATIVA EXTRAORDINÁRIA ÀS 18.42 HORAS

Período : 17/7/2012 07:00:00 até 17/7/2012 22:01:00

Partido	UF	Nome	Pres	Voto	Partido	UF	Nome	Pres	Voto
PSDB	PR	ALVARO DIAS		X					
PP	RS	ANA AMÉLIA		X					
PT	ES	ANA RITA		X					
PT	RR	ANGELA PORTELA		X					
PT	AC	ANIBAL DINIZ		X					
PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES		X					
PTB	PE	ARMANDO MONTEIRO		X					
PP	AL	BENEDITO DE LIRA		X					
PSDB	PB	CÁSSIO CUNHA LIMA		X					
PP	PI	CIRO NOGUEIRA		X					
PMDB	MG	CLÉSIO ANDRADE		X					
PDT	DF	CRISTOVAM BUARQUE		X					
PSDB	GO	CYRO MIRANDA		X					
PT	MS	DELÍDIO DO AMARAL		X					
PMDB	AM	EDUARDO BRAGA		X					
PT	SP	EDUARDO SUPLICY		X					
PTB	MA	EPITÁCIO CAFETEIRA		X					
PMDB	CE	EUNICIO OLIVEIRA		X					
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO		X					
PP	RO	IVO CASSOL		X					
PSB	AP	JOÃO CAPIBERIBE		X					
PDT	BA	JOÃO DURVAL		X					
PR	TO	JOÃO RIBEIRO		X					
PT	AC	JORGE VIANA		X					
DEM	RN	JOSÉ AGRIPINO		X					
PT	CE	JOSÉ PIMENTEL		X					
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY		X					
PSD	TO	KÁTIA ABREU		X					
PSB	BA	LIDICE DA MATA		X					
PT	RJ	LINDBERGH FARIAS		X					
PMDB	MA	LOBÃO FILHO		X					
PTB	RR	MOZARILDO CAVALCANTI		X					
PMDB	RS	PEDRO SIMON		X					
PDT	MT	PEDRO TAQUES		X					
P-SOL	AP	RANDOLFE RODRIGUES		X					
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS		X					
PMDB	ES	RICARDO FERRAÇO		X					
PMDB	PR	ROBERTO REQUIÃO		X					
PSB	DF	RODRIGO ROLLEMBERG		X					
PMDB	RR	ROMERO JUCÁ		X					
PMDB	PR	SERGIO SOUZA		X					
PR	TO	VICENTINHO ALVES		X					
PMDB	MS	WALDEMIR MOKA		X					
PT	BA	WALTER PINHEIRO		X					

Compareceram: 44 Senadores

É o seguinte o registro de comparecimento
das Sras. e dos Srs. Deputados:



Congresso Nacional
Secretaria Geral da Mesa
Lista de Presença

Data: 19/07/2012
Hora: 16:05

54ª LEGISLATURA

SEGUNDA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA

SESSÃO CONJUNTA Nº 016 - 11/07/2012

Início : 11/07/2012 21:48

Fim : 17/07/2012 19:00

Total de Presentes : 484

	Partido	Bloco	
RORAIMA			
001 - Berinho Bantim	PSDB	PrPtdobPrpPhsPtcPsIF	
002 - Edio Lopes	PMDB		
005 - Jhonatan de Jesus	PRB		
004 - Luciano Castro	PR		
006 - Paulo Cesar Quartiero	DEM		
007 - Raul Lima	PSD		
Presentes Roraima: 6			
AMAPÁ			
009 - Dalva Figueiredo	PT	PvPps	
010 - Davi Alcolumbre	DEM		
011 - Evandro Milhomen	PCdoB		
012 - Fátima Pelaes	PMDB		
572 - Janete Capiberibe	PSB		
017 - Sebastião Bala Rocha	PDT		
Presentes Amapá: 6			
PARÁ			
018 - Arnaldo Jordy	PPS	PvPps	
020 - Asdrubal Bentes	PMDB		
019 - Beto Faro	PT		
022 - Cláudio Puty	PT		
518 - Dudimar Paxiúba	PSDB		
027 - Giovanni Queiroz	PDT		
026 - José Priante	PMDB	PrPtdobPrpPhsPtcPsIF	
030 - Josué Bengtson	PTB		
028 - Lira Maia	DEM		
029 - Lúcio Vale	PR		
035 - Miriquinho Batista	PT		
598 - Valry Moraes	PRP		
032 - Wandenkolk Gonçalves	PSDB	PrPtdobPrpPhsPtcPsIF	
025 - Zé Geraldo	PT		
033 - Zequinha Marinho	PSC		
Presentes Pará: 15			
AMAZONAS			
038 - Átila Lins	PSD		PrPtdobPrpPhsPtcPsIF
037 - Carlos Souza	PSD		
041 - Francisco Praciano	PT		
036 - Henrique Oliveira	PR		

	Partido	Bloco
AMAZONAS		
040 - Pauderney Avelino	DEM	
042 - Rebecca Garcia	PP	
039 - Silas Câmara	PSD	
Presentes Amazonas: 7		
RONDONIA		
044 - Carlos Magno	PP	
583 - Marcos Rogério	PDT	
050 - Marlnha Raupp	PMDB	
046 - Mauro Nazif	PSB	
049 - Moreira Mendes	PSD	
051 - Natan Donadon	PMDB	
047 - Nilton Capixaba	PTB	
048 - Padre Ton	PT	
Presentes Rondonia: 8		
ACRE		
053 - Antônia Lúcia	PSC	
054 - Flaviano Melo	PMDB	
055 - Gladson Cameli	PP	
052 - Henrique Afonso	PV	PvPps
057 - Marcio Bittar	PSDB	
056 - Perpétua Almeida	PCdoB	
058 - Sibá Machado	PT	
059 - Taumaturgo Lima	PT	
Presentes Acre: 8		
TOCANTINS		
064 - César Halum	PSD	
060 - Eduardo Gomes	PSDB	
065 - Irajá Abreu	PSD	
066 - Júnior Coimbra	PMDB	
063 - Lázaro Botelho	PP	
067 - Professora Dorinha Seabra Rezende	DEM	
Presentes Tocantins: 6		
MARANHÃO		
068 - Carlos Brandão	PSDB	
571 - Costa Ferreira	PSC	
528 - Davi Alves Silva Júnior	PR	PrPtdobPrpPhsPtcPsIF
072 - Domingos Dutra	PT	
567 - Francisco Escórcio	PMDB	
076 - Hélio Santos	PSD	
077 - Lourival Mendes	PTdoB	PrPtdobPrpPhsPtcPsIF
078 - Nice Lobão	PSD	
594 - Paulo Marinho Júnior	PMDB	
082 - Pedro Novais	PMDB	
081 - Professor Setimo	PMDB	
074 - Ribamar Alves	PSB	
593 - Ricardo Archer	PMDB	
085 - Sarney Filho	PV	PvPps
595 - Telma Pinheiro	PSDB	

	Partido	Bloco
MARANHÃO		
084 - Waldir Maranhão	PP	
579 - Weverton Rocha	PDT	
086 - Zé Vieira	PR	PrPtdobPrpPhsPtcPsIF
Presentes Maranhão: 18		
CEARÁ		
089 - André Figueiredo	PDT	
093 - Antonio Balhmann	PSB	
092 - Ariosto Holanda	PSB	
090 - Arnon Bezerra	PTB	
094 - Artur Bruno	PT	
088 - Chico Lopes	PCdoB	
095 - Danilo Forta	PMDB	
097 - Domingos Neto	PSB	
091 - Eudes Xavier	PT	
100 - Gorete Pereira	PR	PrPtdobPrpPhsPtcPsIF
106 - João Ananias	PCdoB	
101 - José Airton	PT	
103 - José Guimarães	PT	
104 - Manoel Salviano	PSD	
590 - Mário Feitoza	PMDB	
105 - Mauro Benevides	PMDB	
108 - Raimundão	PMDB	
102 - Raimundo Gomes de Matos	PSDB	
107 - Vicente Arruda	PR	PrPtdobPrpPhsPtcPsIF
Presentes Ceará: 19		
PIAUI		
112 - Hugo Napoleão	PSD	
113 - Iracema Portella	PP	
115 - Jesus Rodrigues	PT	
114 - Júlio Cesar	PSD	
110 - Marcelo Castro	PMDB	
117 - Marllós Sampaio	PMDB	
530 - Nazareno Fonteles	PT	
116 - Osmar Júnior	PCdoB	
118 - Paes Landim	PTB	
Presentes Piauí: 9		
RIO GRANDE DO NORTE		
121 - Fátima Bezerra	PT	
120 - Felipe Maia	DEM	
123 - Henrique Eduardo Alves	PMDB	
124 - João Maia	PR	PrPtdobPrpPhsPtcPsIF
126 - Paulo Wagner	PV	FvPps
540 - Rogério Marinho	PSDB	
125 - Sandra Rosado	PSB	
Presentes Rio Grande do Norte: 7		
PARAÍBA		
589 - Armando Abílio	PTB	
127 - Damião Feliciano	PDT	

	Partido	Bloco
PARAÍBA		
128 - Efraim Filho	DEM	
132 - Hugo Motta	PMDB	
586 - Leonardo Gadelha	PSC	
133 - Luiz Couto	PT	
599 - Major Fábio	DEM	
130 - Manoel Junior	PMDB	
134 - Nilda Gondim	PMDB	
137 - Ruy Carneiro	PSDB	
136 - Wellington Roberto	PR	PrPtdobPrpPhsPtcPsIF
139 - Wilson Filho	PMDB	
Presentes Paraíba: 12		
PERNAMBUCO		
142 - Anderson Ferreira	PR	PrPtdobPrpPhsPtcPsIF
144 - Augusto Coutinho	DEM	
146 - Bruno Araújo	PSDB	
152 - Carlos Eduardo Cadoca	PSC	
156 - Eduardo da Fonte	PP	
158 - Fernando Coelho Filho	PSB	
141 - Fernando Ferro	PT	
143 - Gonzaga Patriota	PSB	
145 - Inocêncio Oliveira	PR	PrPtdobPrpPhsPtcPsIF
149 - João Paulo Lima	PT	
150 - Jorge Corte Real	PTB	
151 - José Augusto Maia	PTB	
153 - Luciana Santos	PCdoB	
154 - Mendonça Filho	DEM	
155 - Pastor Eurico	PSB	
554 - Paulo Rubem Santiago	PDT	
161 - Pedro Eugênio	PT	
163 - Raul Henry	PMDB	
157 - Roberto Teixeira	PP	
159 - Sergio Guerra	PSDB	
580 - Severino Ninho	PSB	
160 - Silvio Costa	PTB	
555 - Vilalba	PRB	
164 - Wolney Queiroz	PDT	
Presentes Pernambuco: 24		
ALAGOAS		
162 - Arthur Lira	PP	
165 - Celia Rocha	PTB	
166 - Givaldo Carimbão	PSB	
597 - João Caldas	PSDB	
167 - João Lyra	PSD	
172 - Joaquim Beltrão	PMDB	
168 - Maurício Quintella Lessa	PR	PrPtdobPrpPhsPtcPsIF
169 - Renan Filho	PMDB	
170 - Rosinha da Adefal	PTdoB	PrPtdobPrpPhsPtcPsIF
Presentes Alagoas: 9		

	Partido	Bloco
SERGIPE		
173 - Almeida Lima	PPS	PvPps
174 - Andre Moura	PSC	
175 - Heleno Silva	PRB	PrPtdobPrpPhsPtcPsIF
176 - Laercio Oliveira	PR	
177 - Márcio Macêdo	PT	
179 - Mendonça Prado	DEM	
178 - Rogério Carvalho	PT	
183 - Valadares Filho	PSB	
Presentes Sergipe: 8		
BAHIA		
522 - Acelino Popó	PRB	
182 - Afonso Florence	PT	
180 - Alice Portugal	PCdoB	
184 - Amauri Teixeira	PT	
189 - Antonio Brito	PTB	
181 - Antonio Carlos Magalhães Neto	DEM	
191 - Antonio Imbassahy	PSDB	
192 - Arthur Oliveira Maia	PMDB	
186 - Claudio Cajado	DEM	
188 - Daniel Almeida	PCdoB	
193 - Edson Pimenta	PSD	
523 - Emiliano José	PT	
194 - Erivelton Santana	PSC	
190 - Fábio Souto	DEM	
195 - Felix Mendonça Júnior	PDT	
196 - Fernando Torres	PSD	
185 - Geraldo Simões	PT	
198 - Jânio Natal	PRP	PrPtdobPrpPhsPtcPsIF
187 - João Carlos Bacelar	PR	PrPtdobPrpPhsPtcPsIF
199 - João Leão	PP	
197 - José Carlos Araújo	PSD	
201 - José Nunes	PSD	
203 - José Rocha	PR	PrPtdobPrpPhsPtcPsIF
202 - Josias Gomes	PT	
206 - Jutahy Junior	PSDB	
205 - Lucio Vieira Lima	PMDB	
204 - Luiz Alberto	PT	
207 - Luiz Argôlo	PP	
212 - Márcio Marinho	PRB	
200 - Marcos Medrado	PDT	
210 - Mário Negromonte	PP	
208 - Maurício Trindade	PR	PrPtdobPrpPhsPtcPsIF
215 - Oziel Oliveira	PDT	
214 - Paulo Magalhães	PSD	
524 - Sérgio Barradas Carneiro	PT	
213 - Sérgio Brito	PSD	
218 - Valmir Assunção	PT	
219 - Waldenor Pereira	PT	
217 - Zezéu Ribeiro	PT	

	Partido	Bloco
Presentes Bahia: 39		
MINAS GERAIS		
220 - Ademir Camilo	PSD	
224 - Aelton Freitas	PR	PrPtdobPrpPhsPtcPsIF
227 - Antônio Andrade	PMDB	
229 - Antônio Roberto	PV	PvPps
221 - Bernardo Santana de Vasconcellos	PR	PrPtdobPrpPhsPtcPsIF
534 - Bonifácio de Andrada	PSDB	
222 - Carlalle Pedrosa	PSDB	
228 - Diego Andrade	PSD	
231 - Dimas Fabiano	PP	
233 - Domingos Sávio	PSDB	
235 - Dr. Grilo	PSL	PrPtdobPrpPhsPtcPsIF
237 - Eduardo Azeredo	PSDB	
230 - Eduardo Barbosa	PSDB	
242 - Eros Biondini	PTB	
238 - Fábio Ramalho	PV	PvPps
244 - Gabriel Guimarães	PT	
241 - George Hilton	PRB	
236 - Geraldo Thadeu	PSD	
234 - Gilmar Machado	PT	
240 - Jaime Martins	PR	PrPtdobPrpPhsPtcPsIF
533 - Jairo Ataíde	DEM	
246 - João Moraes	PCdoB	
531 - João Bittar	DEM	
239 - João Magalhães	PMDB	
249 - José Humberto	PHS	PrPtdobPrpPhsPtcPsIF
250 - Júlio Delgado	PSB	
253 - Leonardo Monteiro	PT	
255 - Leonardo Quintão	PMDB	
243 - Lincoln Portela	PR	PrPtdobPrpPhsPtcPsIF
251 - Luis Tibé	PTdoB	PrPtdobPrpPhsPtcPsIF
256 - Luiz Fernando Faria	PP	
247 - Márcio Reinaldo Moreira	PP	
257 - Marcos Montes	PSD	
254 - Marcus Pestana	PSDB	
252 - Mauro Lopes	PMDB	
261 - Miguel Corrêa	PT	
269 - Odair Cunha	PT	
259 - Padre João	PT	
263 - Paulo Abi-Ackel	PSDB	
266 - Paulo Piau	PMDB	
272 - Reginaldo Lopes	PT	
262 - Renzo Braz	PP	
265 - Saraiva Felipe	PMDB	
558 - Stefano Aguiar	PSC	
264 - Toninho Pinheiro	PP	
532 - Vitor Penido	DEM	
267 - Walter Tosta	PSD	
270 - Weliton Prado	PT	

	Partido	Bloco
MINAS GERAIS		
271 - Zé Silva	PDT	
Presentes Minas Gerais: 49		
ESPÍRITO SANTO		
543 - Camilo Cola	PMDB	
276 - Cesar Colnago	PSDB	
278 - Dr. Jorge Silva	PDT	
273 - Iriny Lopes	PT	
279 - Lauriete	PSC	
277 - Lelo Coimbra	PMDB	
275 - Manato	PDT	
280 - Paulo Foletto	PSB	
282 - Rose de Freitas	PMDB	
281 - Sueli Vidigal	PDT	
Presentes Espírito Santo: 10		
RIO DE JANEIRO		
286 - Adrian	PMDB	
287 - Alessandro Molon	PT	
284 - Alexandre Cardoso	PSB	
285 - Alexandre Santos	PMDB	
321 - Alfredo Sirkis	PV	PvPps
289 - Anthony Garotinho	PR	PrPtdobPrpPhsPtcPsiF
288 - Arolde de Oliveira	PSD	
290 - Aureo	PRTB	PrPtdobPrpPhsPtcPsiF
291 - Benedita da Silva	PT	
295 - Chico Alencar	PSOL	
527 - Chico D'Angelo	PT	
293 - Dr. Adilson Soares	PR	PrPtdobPrpPhsPtcPsiF
294 - Dr. Aluizio	PV	PvPps
296 - Dr. Paulo César	PSD	
298 - Edson Ezequiel	PMDB	
299 - Edson Santos	PT	
300 - Eduardo Cunha	PMDB	
301 - Felipe Bornier	PSD	
303 - Filipe Pereira	PSC	
297 - Francisco Floriano	PR	PrPtdobPrpPhsPtcPsiF
304 - Glauber Braga	PSB	
306 - Hugo Leal	PSC	
302 - Jair Bolsonaro	PP	
305 - Jandira Feghali	PCdoB	
307 - Jean Wyllys	PSOL	
312 - Leonardo Picciani	PMDB	
309 - Liliam Sá	PSD	
313 - Luiz Sérgio	PT	
311 - Marcelo Matos	PDT	
317 - Miro Teixeira	PDT	
315 - Nelton Mulim	PR	PrPtdobPrpPhsPtcPsiF
549 - Nelson Bornier	PMDB	
316 - Otavio Leite	PSDB	

	Partido	Bloco
RIO DE JANEIRO		
577 - Paulo Feijó	PR	PrPtdobPrpPhsPtcPsIF
314 - Pedro Paulo	PMDB	
318 - Rodrigo Bethlem	PMDB	
322 - Rodrigo Maia	DEM	
319 - Romário	PSB	
320 - Sergio Zveiter	PSD	
327 - Simão Sessim	PP	
324 - Vitor Paulo	PRB	
325 - Walney Rocha	PTB	
326 - Washington Reis	PMDB	
328 - Zoinho	PR	PrPtdobPrpPhsPtcPsIF
Presentes Rio de Janeiro: 44		
SÃO PAULO		
329 - Abelardo Camarinha	PSB	PvPps
334 - Alexandre Leite	DEM	
330 - Aline Corrêa	PP	
333 - Antonio Bulhões	PRB	
332 - Antonio Carlos Mendes Thame	PSDB	
336 - Arlindo Chinaglia	PT	
337 - Arnaldo Faria de Sá	PTB	
339 - Arnaldo Jardim	PPS	
340 - Beto Mansur	PP	
335 - Bruna Furlan	PSDB	
389 - Cândido Vaccarezza	PT	
341 - Carlinhos Almolda	PT	
338 - Carlos Sampaio	PSDB	
398 - Carlos Zarattini	PT	
343 - Delegado Protógenes	PCdoB	
342 - Devanir Ribeiro	PT	
350 - Duarte Nogueira	PSDB	
344 - Edinho Araújo	PMDB	
351 - Edson Aparecido	PSDB	
537 - Eleuses Paiva	PSD	
345 - Eli Correa Filho	DEM	
352 - Emanuel Fernandes	PSDB	
347 - Gabriel Chalita	PMDB	
357 - Guilherme Campos	PSD	
348 - Guilherme Mussi	PSD	
359 - Ivan Valente	PSOL	
358 - Janete Rocha Pietá	PT	
349 - Jefferson Campos	PSD	
360 - Jilmar Tatto	PT	
362 - João Dado	PDT	
361 - João Paulo Cunha	PT	
353 - Jonas Donizette	PSB	
363 - Jorge Tadeu Mudalen	DEM	
354 - José De Filippi	PT	
367 - José Mentor	PT	
355 - Junji Abe	PSD	

	Partido	Bloco
SÃO PAULO		
356 - Keiko Ota	PSB	
371 - Luiza Erundina	PSB	
370 - Marcelo Aguiar	PSD	
368 - Márcio França	PSB	
374 - Milton Monti	PR	PrPtdobPrpPhsPtcPsIF
375 - Missionário José Olimpio	PP	
381 - Nelson Marquezelli	PTB	
377 - Newton Lima	PT	
378 - Otoniel Lima	PRB	
379 - Pastor Marco Feliciano	PSC	
380 - Paulo Freire	PR	PrPtdobPrpPhsPtcPsIF
372 - Paulo Pereira da Silva	PDT	
376 - Paulo Teixeira	PT	
382 - Penna	PV	PvPps
390 - Ricardo Berzoini	PT	
383 - Ricardo Izar	PSD	
384 - Ricardo Tripoli	PSDB	
385 - Roberto de Lucena	PV	PvPps
387 - Roberto Freire	PPS	PvPps
386 - Roberto Santiago	PSD	
388 - Rodrigo Garcia	DEM	
391 - Salvador Zimbaldi	PDT	
392 - Tiririca	PR	PrPtdobPrpPhsPtcPsIF
393 - Valdemar Costa Neto	PR	PrPtdobPrpPhsPtcPsIF
521 - Vanderlei Macris	PSDB	
581 - Vanderlei Siraque	PT	
394 - Vaz de Lima	PSDB	
395 - Vicente Candido	PT	
396 - Vicentinho	PT	
397 - William Dib	PSDB	
Presentes São Paulo: 66		
MATO GROSSO		
401 - Eliene Lima	PSD	
402 - Homero Pereira	PSD	
399 - Júlio Campos	DEM	
573 - Nilson Leitão	PSDB	
403 - Pedro Henry	PP	
601 - Professor Victorio Galli	PMDB	
404 - Valtenir Pereira	PSB	
406 - Wellington Fagundes	PR	PrPtdobPrpPhsPtcPsIF
Presentes Mato Grosso: 8		
DISTRITO FEDERAL		
407 - Erika Kokay	PT	
408 - Izalci	PR	PrPtdobPrpPhsPtcPsIF
409 - Jaqueline Roriz	PMN	
410 - Luiz Plitman	PMDB	
411 - Magela	PT	
412 - Paulo Tadeu	PT	

	Partido	Bloco
DISTRITO FEDERAL		
413 - Reguffe	PDT	
414 - Ronaldo Fonseca	PR	PrPtdobPrpPhsPtcPsIF
Presentes Distrito Federal: 8		
GOIÁS		
416 - Armando Vergílio	PSD	
415 - Carlos Alberto Leréia	PSDB	
422 - Flávia Moraes	PDT	
423 - Heuler Cruvinel	PSD	
417 - Íris de Araújo	PMDB	
418 - João Campos	PSDB	
419 - Jovair Arantes	PTB	
420 - Leandro Vilela	PMDB	
421 - Leonardo Vilela	PSDB	
575 - Magda Mofatto	PTB	
564 - Marina Santanna	PT	
428 - Pedro Chaves	PMDB	
427 - Roberto Balestra	PP	
429 - Ronaldo Caiado	DEM	
425 - Rubens Otoni	PT	
426 - Sandes Júnior	PP	
431 - Sandro Mabel	PMDB	
Presentes Goiás: 17		
MATO GROSSO DO SUL		
432 - Antônio Carlos Biffi	PT	
433 - Fabio Trad	PMDB	
435 - Geraldo Resende	PMDB	
436 - Mandetta	DEM	
439 - Reinaldo Azambuja	PSDB	
438 - Vander Loubet	PT	
Presentes Mato Grosso do Sul: 6		
PARANÁ		
440 - Abelardo Lupion	DEM	
445 - Alex Canziani	PTB	
451 - Alfredo Kaefer	PSDB	
452 - André Vargas	PT	
441 - André Zacharow	PMDB	
453 - Angelo Vanhoni	PT	
443 - Assis do Couto	PT	
442 - Cida Borghetti	PP	
444 - Dilceu Sperafico	PP	
449 - Dr. Rosinha	PT	
446 - Edmar Arruda	PSC	
461 - Eduardo Sciarra	PSD	
450 - Fernando Francischini	PSDB	
466 - Giacombo	PR	PrPtdobPrpPhsPtcPsIF
448 - Hermes Parcianello	PMDB	
455 - João Arruda	PMDB	
456 - Leopoldo Meyer	PSB	

	Partido	Bloco
PARANÁ		
535 - Luiz Carlos Setim	DEM	
542 - Luiz Nishimori	PSDB	
458 - Nelson Meurer	PP	
457 - Nelson Padovani	PSC	
588 - Odílio Balbinotti	PMDB	
463 - Osmar Serraglio	PMDB	
464 - Ratinho Junior	PSC	
467 - Reinhold Stephanes	PSD	
459 - Rosane Ferreira	PV	PvPps
460 - Rubens Bueno	PPS	PvPps
465 - Sandro Alex	PPS	PvPps
469 - Takayama	PSC	
468 - Zeca Dirceu	PT	
Presentes Paraná: 30		
SANTA CATARINA		
561 - Carmen Zanotto	PPS	PvPps
472 - Celso Maldaner	PMDB	
475 - Décio Lima	PT	
470 - Edinho Bez	PMDB	
471 - Esperidião Amin	PP	
574 - João Pizzolatti	PP	
474 - Jorge Boeira	PSD	
476 - Jorginho Mello	PSDB	
477 - Luci Choinacki	PT	
478 - Marco Tebaldi	PSDB	
480 - Mauro Mariani	PMDB	
479 - Onofre Santo Agostini	PSD	
481 - Pedro Uczai	PT	
483 - Rogério Peninha Mendonça	PMDB	
484 - Ronaldo Benedet	PMDB	
560 - Valdir Colatto	PMDB	
Presentes Santa Catarina: 16		
RIO GRANDE DO SUL		
487 - Afonso Hamm	PP	
486 - Alceu Moreira	PMDB	
492 - Assis Melo	PCdoB	
499 - Bohn Gass	PT	
495 - Danrlei De Deus Hinterholz	PSD	
491 - Darcisio Perondi	PMDB	
578 - Eliseu Padilha	PMDB	
493 - Enio Bacci	PDT	
525 - Fernando Marroni	PT	
502 - Giovanni Cherini	PDT	
505 - Jeronimo Goergen	PP	
501 - José Otávio Germano	PP	
506 - José Stédile	PSB	
500 - Luis Carlos Heinze	PP	
536 - Luiz Noé	PSB	

	Partido	Bloco
RIO GRANDE DO SUL		
496 - Marco Maia	PT	
507 - Marcon	PT	
509 - Nelson Marchezan Junior	PSDB	
510 - Onyx Lorenzoni	DEM	
497 - Osmar Terra	PMDB	
591 - Paulo Ferreira	PT	
513 - Paulo Pimenta	PT	
511 - Renato Molling	PP	
556 - Ronaldo Nogueira	PTB	
515 - Ronaldo Zulke	PT	
512 - Sérgio Moraes	PTB	
600 - Vicente Selistre	PSB	
514 - Vieira da Cunha	PDT	
516 - Vilson Covatti	PP	
Presentes Rio Grande do Sul: 29		

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. PMDB – ES) – As listas de presença acusam o comparecimento de 80 Sras. e Srs. Senadores e de 431 Sras. e Srs. Deputados.

Há número regimental.

Declaro aberta a sessão. Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Gostaria, apenas, de comunicar ao Plenário em face das dificuldades que nos antecederam na sessão da Câmara, nós apenas vamos abrir a sessão para manter o quórum que até agora nos sustentou na Casa, não só aqui no plenário da Câmara, mas na Casa como um todo, para que possamos prosseguir esse debate do Congresso Nacional para votação da LDO posteriormente.

Não vou dizer nem o horário, nem a data, porque vamos depender de entendimento a ser mantido com os líderes parlamentares. Vamos suspender essa sessão, portanto, em comum acordo com todas as lideranças, conforme o proposto.

Está suspensa a sessão do Congresso Nacional.

Só fazendo uma observação – fora da sessão – de que vamos avisar, por todos os meios eletrônicos da Casa, o que acontecer posteriormente, para que todos saibam quando poderá ser e se poderá ser a sessão do Congresso.

(Suspende-se a sessão às 21 horas e 50 minutos.)

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. PMDB – ES) – Está reaberta a sessão do Congresso Nacional.

A sessão é reaberta hoje, dia 17/07/2012, às 13h47.

Está reaberta a sessão.

Sobre a mesa, a pauta de deliberação do Conselho de Comunicação Social, retificações ao autógrafo da LOA, projeto de resolução do PSD.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. PMDB – ES) – Todos eles deverão ser votados antes da Ordem do Dia.

Para fazer uso da palavra, o Deputado Luiz Couto. Em seguida, a Deputada Carmen Zanotto.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR. *Fora do microfone.*) – Presidente, posso me inscrever como Líder?

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Começando, Srª Presidente. Já tiramos trinta segundos. Então, vamos começar agora os três minutos.

Sra. Presidente, o Senado, hoje pela manhã, assinou empréstimo que o Governo do Estado da Paraíba solicitou, através do Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola. É um projeto de desenvol-

vimento sustentável do Cariri e do Seridó, no valor de R\$49.694.000,55.

Esse projeto, Srª Presidente, é muito importante porque dará condição para que o Estado possa implementar, no Cariri e no Seridó da Paraíba, o acesso aos mercados para os pequenos agricultores com renda e também a geração de empregos, com atividades econômicas não agrícolas em áreas rurais, também como elemento de construção de novos empregos e distribuição de renda e a geração e divulgação do conhecimento relacionado com as condições do semiárido.

Esse projeto, Srª Presidente, é muito importante para o Estado da Paraíba, porque vai tratar da educação ambiental nas escolas, da convivência com o semiárido, produção e disseminação de material educativo, apoio a investigações relevantes da Imepa, apoio ao intercâmbio de práticas e conhecimentos sobre o semiárido.

Essa aprovação vai ser importante para o desenvolvimento produtivo, assim como os investimentos que serão colocados para invenções individuais e coletivas, produtores de leite de cabra, produtores de carne de caprino, produtores de sisal, produtores de caju, hortas comunitárias, produtores de couro e peles, rendeiras, plantas e castanhas de caju, plantas de cajuína, enfim, uma série de ações que darão condições para que o nosso Cariri e o nosso Seridó da Paraíba possam realizar esse projeto de desenvolvimento sustentável.

Os resultados dos impactos: incremento da produção e produtividade agrícola e não agrícola; incremento de emprego, renda e ativos agrícolas e não agrícolas; melhoramento de acesso aos mercados por parte dos pequenos produtores; acesso sustentável a serviço de extensão e assistência técnica; fortalecimento das organizações de produtores e sua participação na governabilidade local; melhoramento da capacidade técnica dos jovens rurais; e melhoramento das práticas ambientais e mitigação da desertificação.

Nesse sentido, quero parabenizar o Governo do Estado, o Governador Ricardo Coutinho e o Secretário de Agricultura e Pesca – aquicultura – do Estado da Paraíba, Marenilson, pela apresentação do projeto, e também o Senado, que aprovou esse empréstimo, através do Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola e do projeto de desenvolvimento sustentável do Cariri e do Seridó da Paraíba.

Muito obrigado, Srª Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. PMDB – ES) – Concedo a palavra ao Congressista Onofre Santo Agostini.

O SR. ONOFRE SANTO AGOSTINI (PSD – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Srª Presidente; Sras. e Srs. Congressistas, povo brasi-

leiro que nos honra neste momento com sua audiência através da TV Câmara e Rádio Câmara.

Vamos tratar, Deputada Carmem, das greves.

Hoje, pela manhã, eu estive com Deputado Sebastião Bala, participando de um programa de televisão para tratar do problema das greves.

As greves, no Brasil, vulgarizaram-se.

Lembro-me, em um passado não muito distante, que a imprensa brasileira dava uma cobertura excepcional às greves. Eram movimentos que realmente traziam não só os grevistas para as ruas, mas divulgações pela mídia nacional. Alguma coisa está acontecendo, Deputada. Alguma coisa está acontecendo... Nós vemos todos os Ministérios em greve e ninguém fala nada; nós vemos as universidades federais em greve há 60 dias. Ainda bem que, por uma determinação da Presidenta da República, chamaram o Ministro da Educação para sentar-se para ao menos conversar, abrir o diálogo com os grevistas.

Afinal, eu sou favorável às greves, Srs. Congressistas, mas no serviço essencial, não! Eu acho que fazer greve no setor da saúde, no da educação e no da segurança é um risco muito grande, porque quem paga isso não é o patrão, não é o Governo; quem paga é o povo brasileiro. Fazer greve na saúde, Deputado Peninha, quem paga, sem dúvida nenhuma, são as pessoas que precisam procurar a saúde; na educação é a mesma coisa, são os alunos que pagam. Há pais que mantêm os filhos nas universidades com uma dificuldade muito grande e vão pagar por isto. Sessenta dias em greve e ninguém fala nada.

Agora que a Presidenta da República tomou medidas e mandou (ou solicitou) que o Ministro da Educação tome alguma providência, ao menos se sentem para conversar. Se os grevistas, as pessoas que estão em greve, se os professores universitários querem x, se o Governo não pode dar x, que se dê y, mas ao menos ofereça alguma coisa, pois não havia canal de negociação nenhuma e a coisa ia do jeito que vai indo.

Por isso nós estamos preocupados, porque as greves tomaram conta. Aqui em Brasília, em qualquer Ministério, a gente passa pelos Ministérios, porque é o meu trajeto, e todos eles enfeitados: Greve. Greve! Agora fizeram um assentamento ali na frente dos Ministérios e greve! E ninguém faz nada, ninguém toma providência.

Eu acho que chegou a hora de chamar os grevistas e tentar negociar. Afinal de contas, o País não pode parar por esse movimento.

Eu não sou contra a reclamação do funcionário nem que se faça greve, sou contra nos serviços essenciais, porque a própria Constituição prevê o direito à greve a todo trabalhador brasileiro, quer da atividade

privada, quer da atividade pública. Agora, tem que se respeitar os serviços essenciais, porque a população brasileira não pode sofrer as consequências de uma greve, principalmente no setor da saúde, Srs. Deputados, Sr^a Presidenta, quando quem paga o pato é o povo brasileiro, mais nos hospitais.

Se a gente assiste ao noticiário, Deputado Paulo Leão, todo santo dia há pessoas que estão entrando na fila hoje para serem atendidas amanhã. A consulta está marcada para amanhã, mas estão na fila desde hoje para receber lá a inscrição, para receber a ficha, para ser consultado amanhã. Isso é uma afronta ao ser humano. É um absurdo o ser humano passando por esse vexame que está passando. Mas não é só aqui, não. Em qualquer parte do Brasil, a situação, quer da saúde pública, quer da saúde privada, está um verdadeiro caos. Alguma coisa tem que ser feita.

Graças a Deus, Srs. Congressistas...

(Interrupção do som.)

O SR. ONOFRE SANTO AGOSTINI (PSD – SC)

– Vou encerrar, Sr. Presidente. Graças a Deus que o Governo brasileiro, através de Sua Excelência a Presidente da República, chamou o Ministro da Educação e vamos começar a conversar. Não está certo não dar atenção para o movimento grevista que reivindica melhoria no seu salário. Agora, também não adianta só fazer greve e atender, como diz o caboclo, à prateleira de cima, porque a prateleira de cima faz o movimento da greve, mas quem paga é a prateleira de baixo, são aqueles que vão para a rua, são aqueles que vão fazer os movimentos para atender a parte elitizada desse movimento.

Nós queremos que o Governo abra o canal de diálogo e converse com os grevistas para ter o fim desta situação dramática em que vivem os funcionários da educação.

Mas quando nós entramos aqui, Deputado, o Deputado Líder do PPS brincou, Deputado Sibá Machado, que a Mesa estava repleta de catarinenses. Havia quatro catarinenses na Mesa. Mas, aí, eu olhei para nosso ilustre Deputado e mostrei: – Mas olha lá Santa Catarina presente. São 100% dos Deputados presentes nesta sessão. Só Santa Catarina e o Piauí. Por isso, Sr^a Presidente, os catarinenses estão aqui presentes para votar...

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – E o Acre também.

O SR. ONOFRE SANTO AGOSTINI – O Acre também está, mas Santa Catarina dá o exemplo com cem por cento para votar em favor do povo brasileiro.

Pessoas de Ituporanga estão nos visitando aqui, ilustre Deputado Peninha, nosso grande Deputado lá de Santa Catarina. Nós agradecemos a presença desse casal que vem visitar o Congresso Nacional.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. PMDB – ES) – Muito obrigada.

Com a palavra o Deputado, pela Liderança do PPS, Rubens Bueno; antes, a Deputada Carmen Zanotto.

A SRA. CARMEN ZANOTTO (Bloco/PPS – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Obrigada, Deputada Rose, que preside os trabalhos na tarde de hoje, e, daqui a pouco, nós deveremos estar nesta sessão do Congresso, votando, finalmente por acordo, a LDO e, com isso, cumprindo também as nossas atividades parlamentares.

Enquanto isso, Srª Presidente, quero falar um pouquinho sobre a MP nº 563, que nós votamos ontem, e destacar duas partes importantes dessa Medida Provisória, em especial as que tratam do Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica e do Plano Nacional da Pessoa com Deficiência.

Por que quero destacar isso? Porque é uma emenda apresentada por nós, que prevê 100% das doações de pessoa física e jurídica até o limite de 6% e 4% para dedução.

O que nós acreditamos que isso vai representar para a saúde pública do País, conforme o Deputado Onofre Agostini, já ocupando a tribuna, falava, sobre a questão do acesso aos serviços de saúde? Com certeza absoluta, as instituições prestadoras de serviço do SUS que elaborarem projetos, que forem buscar recursos financeiros junto à pessoa física e às empresas, esse projeto, após ter sido aprovado pelo Ministério da Saúde, tem como norte, Sra Presidente, a garantia de acesso, o mais rápido possível, da população brasileira às ações e aos serviços de saúde. Com isso, com certeza, complementamos a lei que trata do prazo para o acesso à cirurgia de câncer, à quimioterapia ou à radioterapia, porque as grandes empresas poderão, inclusive, doar os equipamentos de ressonância magnética. Uma outra poderá construir a casamata, e, com isso, a gente colocar no País, nas regiões menos favorecidas, esses serviços, para que fiquem mais próximos do domicílio dos pacientes, porque só quem faz tratamento de câncer e seus familiares sabem que precisam se deslocar das pequenas cidades para os grandes centros, e alguns conseguem serviço apenas nas capitais dos Estados.

Portanto, dentro da MP nº 563, quero destacar, entre outros temas que já foram tão bem relatados ontem à noite, a importância desses dois, assim como a emenda proposta pelo nosso Líder do PPS, Deputado Rubens Bueno, que inclui o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação entre os Ministérios responsáveis pela aquisição dos computadores, para um computador para cada aluno.

Também, Srª Presidente, não posso me furtar de falar sobre a greve que nós estamos vivendo no País. Não dá, Srª Presidente, para os hospitais universitários – já há praticamente 60 dias em greve –, as universidades federais, as instituições de ensino técnico ficarem paralisadas, assim como a Funasa e outros órgãos do Governo. Sessenta dias de greve não são seis dias de greve. Sessenta dias de greve é estressante, com certeza absoluta, para os trabalhadores que estão em greve, mas os trabalhadores precisam do apoio, precisam da reabertura e da manutenção do diálogo, até que seus pleitos sejam atendidos, porque quem está sofrendo são os alunos das universidades e do ensino técnico, mas especialmente a população que procura os hospitais universitários. Esses trabalhadores não são insensíveis. Eles estão utilizando um instrumento que lhes é permitido para as suas conquistas trabalhistas, para a melhoria dos seus vencimentos, mas, em especial, para a melhoria das suas condições de trabalho.

Portanto, Srª Presidente, peço que sejam divulgados esses pronunciamentos, mas, em especial, sabendo que, hoje, nós vamos, efetivamente, votar a LDO por acordo, sim, porque as reuniões na Comissão já estão se encerrando, e ganha o Parlamento, e ganha o Brasil por estarmos cumprindo com o que está determinado no Regimento Interno da nossa Casa.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. PMDB – ES) – Com a palavra o Líder Rubens Bueno.

O SR. RUBENS BUENO (Bloco/PPS – PR. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Srª Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nós vimos, ao longo do tempo, pronunciamentos que fogem completamente à realidade. Assim foi em 2008, quando o mundo via uma de suas maiores crises econômicas e, dessa crise econômica, nós tínhamos aqui no Brasil o discurso do palanque. E o discurso do palanque apontava para a marolinha: “Isto não é uma crise, isto não tem nada a ver com o Brasil, é uma marolinha”, como se não houvesse responsabilidade em assumir aquilo que hoje o mundo indica como economia globalizada. Ao lado disso, nós vimos que, em 2008 e em 2009, houve um incentivo muito grande ao crédito fácil, sem se preocupar com os investimentos, com a macroeconomia como um todo. Fomos para a economia do varejo: “Ah, vai para um financiamento de crédito consignado, arruma um dinheiro aqui, um dinheiro ali, e a economia vai se sustentando”.

Só que tudo isso tem um limite. E, daquela marolinha e do crédito fácil, nós chegamos em 2010, que coroou esse grande momento com a campanha eleitoral da Presidente Dilma. E aí, então, os cofres públicos e crédito para todo canto. Em 2011, começou a ressaca. Em 2011, pagamos um preço muito caro, pois a eco-

nomia caiu para 2,7%. De 7,5%, em 2010, o ano da festa, da campanha eleitoral, nós caímos para 2,7%, em 2011. E hoje estamos vivendo a economia já indicada para menos de 2%. Hoje já há consultorias indicando 1,9% o crescimento do PIB do Brasil neste ano de 2012. Daí nós estamos vendo a dificuldade em todo lado. Não era mais uma marolinha. Era um discurso de palanque. Tanto é que a Presidente Dilma assumiu que não vai brincar com a economia à beira do abismo. Este foi o pronunciamento dela: “Não vamos brincar com a economia à beira do abismo”. Então, a marolinha era discurso de palanque. E hoje nós temos um discurso pelo menos responsável por aquilo que se fez com a economia em 2009 e em 2010, especialmente no ano eleitoral. Insisto: no ano eleitoral.

Agora, é preciso destacar que, se estamos hoje com os resultados que estamos vendo, é porque não há uma preocupação maior com o País como um todo do ponto de vista da gestão econômica. E a gestão econômica está mostrando que, pela sétima vez, o Governo baixa a medida para que, nessas medidas, encontre um rumo. E é evidente que o Governo Federal está perdido com relação à política econômica, porque, mais uma vez, vem com novo pacote. E, a cada pacote que faz – já está no sétimo pacote –, não dá resultado nenhum. A economia continua decrescendo, continua caindo; as indústrias diminuindo a produção; já vem desemprego. Daqui a pouco, o Governo arrecada menos, e as coisas vão complicando cada vez mais.

Não bastasse isso, o discurso também ficou longe daquilo que era o serviço público de qualidade. Quer dizer, nós, pagando uma carga tributária tão grande, esperávamos ter um serviço público de qualidade, respondendo aos anseios da população. Isso também não está acontecendo. De outro lado, nós estamos vendo, agora, o discurso de que não adiante ter um PIB grande. É preciso cuidar da criança e do adolescente. É um novo discurso de palanque, até porque, se formos pegar alguns dados, esses dados indicam que o Brasil está em uma situação cada vez pior. No Pisa, por exemplo, um número que reflete o desempenho de leitura de estudantes, medido em 65 países, o Brasil está em 53º lugar entre 65 países. Esse é um dado. Nós estamos atrás da Colômbia, do México, de Trinidad e Tobago.

Aí vem outro dado também para mostrar que isso não está adequado ao discurso da criança e do adolescente.

No Brasil, a quinta parte dos brasileiros não tem acesso à água e esgoto tratado. Há situações em que esse número ultrapassa 50%. Mas nós estamos muito longe, muito longe de países vizinhos, como Equador, que tem 8% da população apenas sem água e esgoto tratado, e El Salvador, com 13%. El Salvador e Equador

estão bem à frente do Brasil, que está com 21%, ainda longe desse tratamento.

Aí vamos para a mortalidade infantil, Srª Presidente, em que não ficamos melhor na foto. Com 20,5 óbitos a cada mil nascimentos, o Brasil ocupa o 128º lugar no *ranking* mundial. A mortalidade materna também pouco consola. E aí, nós temos, a cada cem mil...

(Interrupção do som.)

O SR. RUBENS BUENO (Bloco/PPS – PR) – E aí, nós temos, a cada cem mil nascimentos, 58 mães que perdem a vida no parto em decorrência da gravidez. Nós estamos em 80º lugar no mundo.

Esses são dados para mostrar que nem sempre o discurso de palanque está próximo da realidade. Oxalá estivesse. E olha que já estamos no décimo ano de governo, do mesmo Governo, do mesmo Partido, que vem exatamente com um discurso de palanque ao longo do tempo.

Então, Srª Presidente, estou aqui registrando que estes dados mostram que o Produto Interno Bruto do Brasil, por falta de uma política econômica adequada, pelo fato de o Governo não ter rumo, não ter nenhuma condição de pensamento macroeconômico, que foi criado lá atrás, com o Plano Real, a que o PT sempre foi contrário, assim como foi contra a Lei de Responsabilidade Fiscal, que hoje sustenta, ainda em parte, um Governo que vai se esvaindo por falta de um mínimo compromisso com a política econômica nacional.

O SR. JOSÉ AIRTON (PT – CE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Srª Presidente, Deputado José Airtton. Queria fazer aqui um comunicado.

Sra. Presidente, eu queria comunicar que nós estamos nas comemorações dos sessenta anos da criação do Banco do Nordeste.

Neste sentido, vai ser instalado o XVIII Fórum do Banco do Nordeste de Desenvolvimento, em parceria com a Associação Nacional de Centros de Pós-Graduação em Economia e que nós vamos ter uma vasta programação em homenagem a esse Banco, que foi gestado na época do Celso Furtado, um dos maiores economistas do Brasil e do mundo, e de Raul Barbosa e que teve como Presidente o nosso grande Mauro Benevides, essa figura histórica, história viva do nosso Estado e deste País e que nós reverenciamos pelo seu trabalho.

Por isso, nós queremos parabenizar todos que fazem o Banco do Nordeste do Brasil e aqueles que sabem da importância que essa instituição tem para o desenvolvimento da região nordestina.

Por isso, a aprovação da Medida Provisória nº 565 hoje é muito importante para que a gente possa

umentar o capital do Banco do Nordeste, dando uma importância estratégica a essa instituição que vem cumprindo um papel fundamental no desenvolvimento da região nordestina.

Muito obrigado, Sr^a Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. PMDB – ES) – Com a palavra o Líder Sibá Machado, do PT
O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidenta, aproveito esta sessão do Congresso Nacional para tratar de um tema que me chamou muito a atenção no debate sobre a economia no ano passado: a obrigação que tem um governo de conciliar a democracia, o desenvolvimento e o equilíbrio fiscal.

Nós tivemos, durante o período da ditadura militar, mais especialmente no governo Geisel, a máxima brasileira segundo a qual era preciso primeiro fazer o bolo crescer para depois dividi-lo com toda a sociedade. Essa máxima era de um papa da economia brasileira chamado Delfim Netto. É preciso quebrar esse paradigma e mostrar que no desenvolvimento também se inclui o crescimento, envolvendo o conjunto da nação na construção do bolo e também na sua distribuição.

Falando de democracia, o nosso Brasil passou 308 anos sob o jugo de Portugal. Vivemos um período de treze anos com D. João VI, que trouxe a capital do império para o Brasil, fugindo de Napoleão Bonaparte, vivemos o período de Brasil imperial. Depois, seus dois filhos, Pedro I e Pedro II, ficaram 67 anos à frente do império brasileiro.

Depois, Sr^a Presidente, vivemos 42 anos sob a política do café com leite: os ricos de Minas Gerais e os ricos de São Paulo se revezando no governo nacional. Depois tivemos um período muito difícil, quando o Presidente da República Artur Bernardes dizia que causas sociais no Brasil se resolviam com a Polícia Militar.

A ditadura de Getúlio Vargas levou 15 anos em seu primeiro governo. Depois nós tivemos a primeira Constituição brasileira, chamada Constituição Cidadã de 1946, por conta dos rescaldos da Segunda Guerra Mundial. No entanto, já com um ano e meio de governo, Eurico Gaspar Dutra, governo eleito da época, cassou os direitos do Partido Comunista, cassou os mandatos de seus representantes eleitos, inclusive o de Luís Carlos Prestes, e nós já fomos viver, de novo, um período de amargura no Brasil.

Nós tivemos o governo de JK como a esperança de crescer 50 anos em cinco, mas endividou o Brasil para trazer o capitalismo externo e fazer a indústria automobilística crescer e assim por diante. Aí, entrou um governo turbulento que não vale nem citar aqui, de Jânio Quadros.

João Goulart veio para assumir o governo em seguida e foi quase cassado, Sr^a Presidente; quase cassado. Só não foi cassado pela resistência de Leonel Brizola.

Entra a ditadura militar, no Brasil. Foram 20 anos de amargura, de sofrimento, de escuridão, de ânsia do povo brasileiro de vir às ruas e inclusive poder votar em prefeitos de capitais, governadores e Presidente da República.

No governo de José Sarney voltam os ares da democracia. Mas nós vivíamos um problema violento na economia brasileira: o da inflação que nós chamávamos até de inflação galopante.

O governo de Fernando Collor dispensa comentários. Vamos começar a respirar a partir de Itamar Franco para cá. E o equilíbrio, onde fica? Entre a democracia, o desenvolvimento e o equilíbrio fiscal?

Nós fomos beber desse vinho, Sr^a Presidente, no momento em que o Presidente Lula assumiu o Brasil. E eu queria fazer uma citação, tendo em vista que V. Exa. está Presidente do Congresso de hoje, que esta Câmara foi fundada no dia 17 de abril de 1824. E pela primeira vez uma mulher assume a Vice-Presidência desta Casa, pelas mãos de V. Exa.

E agora, no Governo Dilma, vamos debater economia? Vamos debater economia. O Líder do PPS acaba de vir à tribuna dizendo que houve pirotecnia no governo Lula.

Vamos imaginar alguns fatos. Quando nós pegamos o governo, em 1º de janeiro de 2003, Presidenta, a taxa de juros no Brasil estava 26,5%! A indústria brasileira andava em marcha a ré. O FMI enchendo a paciência do povo brasileiro, aqui, a cada 15 dias. E nós mudamos essa situação.

O G7, que era chamado de turma dos ilustrados do mundo, que mandava em todo o Planeta, perdeu o fôlego. A Alca, que parecia que iria fazer da América do Sul, da América Latina um quintal dos Estados Unidos, foi rompida pelo Governo do Presidente...

(A Sr^a Presidente faz soar a campanha.)

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Um minuto e já vou encerrar, Presidente.

A agricultura brasileira não encontrava o que nós temos. Ajudamos a criar o grito da terra e no melhor ano de Fernando Henrique nós conseguimos R\$2 bilhões para a agricultura familiar. No pior ano do governo Lula, nós já fomos para R\$4,8 bilhões. E hoje nós estamos chegando a R\$20 bilhões, no Governo da Presidenta Dilma.

Então, falar disso como pirotecnia de governo nós não podemos aceitar. Nós não vamos aceitar isso, porque nós temos um Governo sério, um Governo que

pensa o nosso País e que, segundo o Senador Cristovam Buarque que foi que me disse essa máxima, a pior dificuldade de um governo é juntar a democracia com o desenvolvimento, com o equilíbrio fiscal. E essa junção, essa tríplice aliança se criou a partir do primeiro mandato do Presidente Lula.

Eram essas as minhas considerações, Srª Presidente.

Muito obrigado.

O SR. FABIO TRAD (PMDB – MS) – Srª Presidenta, pela Liderança do PMDB, solicito a concessão do tempo para uma intervenção.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. PMDB – ES) – Vou conceder a palavra a V. Exa. pela Liderança, por um minuto, Deputado Fabio Trad.

Não, V. Exa. poderia me ouvir um minuto? Na verdade, está inscrito antes de V. Exa. o Deputado Chico Lopes, pela Liderança do PSOL, e temos oradores que estão inscritos aqui. Logicamente que V. Exa. tem preferência como representante da Liderança.

Chico Alencar...

O SR. FABIO TRAD (PMDB – MS) – Presidenta, mas se o Deputado Chico Alencar falar...

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. PMDB – ES) – V. Exa. terá dez minutos como Líder. V. Exa. quer trocar por um?

O SR. F FABIO TRAD (PMDB – MS) – Não, não, por três minutos.

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL – RJ. *Fora do microfone*) – Presidenta, eu o ouço por três minutos.

O SR. FABIO TRAD (PMDB – MS) – Três minutos já são mais do que suficientes para a minha intervenção.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. PMDB – ES) – Pois não, Deputado Fabio Trad.

O SR. FABIO TRAD (PMDB – MS) – Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. PMDB – ES) – Deputado Fabio Trad, pela Liderança do PMDB.

O SR. FABIO TRAD (PMDB – MS. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Srª Presidenta, Sras. e Srs. Deputados, neste momento, às vésperas do recesso parlamentar, mobilizamo-nos com os sobressaltos que a pressa impõe para votar a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

É mais do que oportuno que retomemos o debate sobre o papel do Congresso Nacional na elaboração e execução do Orçamento da União. Há, hoje, na Câmara e no Senado, inúmeras iniciativas propondo mudanças, algumas profundas, outras nem tanto, na estrutura legal, no fundamento constitucional mesmo, em que estão baseadas a elaboração e a execução do Orçamento Federal.

As posições entre os que defendem a permanência do modelo atual, do chamado orçamento autorizativo, e aqueles que defendem a adoção do orçamento impositivo parecem inconciliáveis exatamente porque não tem havido o estímulo ao debate sobre tema tão relevante, seja nos meios políticos e institucionais, seja nos meios acadêmicos.

Não estou com aqueles que enxergam no atual modelo autorizativo a expressão pronta e acabada da anulação ou da inutilidade do Congresso Nacional, uma vez que o Executivo sequer é obrigado a pedir autorização para deixar de efetivar despesas ou investimentos previstos no Orçamento da União.

A flexibilidade assegurada ao Executivo para remanejamento de recursos do Orçamento sem a anuência do Parlamento é outro argumento dos que defendem a adoção do orçamento impositivo como um instrumento de afirmação do Congresso Nacional como expressão concreta de autêntico Poder Legislativo.

Estou convencido de que o debate que ora proponho nos levará a caminhos alternativos entre os modelos autorizativo, que o Brasil pratica hoje, e o impositivo, adotado nos Estados Unidos.

Não se pode, em hipótese alguma, dar a tão oportuno debate o caráter e enfrentamento entre Legislativo e Executivo, menos ainda, tisanar com ideologismos tardios, tema tão caro à agenda republicana de consolidação progressiva da democracia representativa.

Enfim, Srª Presidenta, Sras. e Srs. Deputados, defendo a tese de que é preciso discutir, debater com objetividade neste Parlamento, meios e critérios para fortalecer o Poder Legislativo na elaboração e, sobretudo, na execução da peça orçamentária, como feito nos Estados Unidos, em que o Parlamento tem, na realidade, autonomia para dizer quando o Executivo poderá executar determinadas dotações do orçamento.

Essa é a nossa orientação.

(Interrupção do som.)

O SR. MAURO BENEVIDES (PMDB – CE) – Pronto, Srª Presidente?

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. PMDB – ES) – Um minuto para o Deputado Celso Maldaner e um minuto para V. Exa; depois, o nosso Líder Chico Alencar.

O SR. CELSO MALDANER (PMDB – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Srª Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu apenas quero encaminhar um relatório dos assuntos mais importantes que votamos nesse primeiro semestre. Quero destacar o trabalho de todos os parlamentares, desde as PECs que aprovamos até a Medida Provisória nº 563, que foi muito importante.

Então, quero apenas apresentar um relatório das matérias mais importantes que foram votadas pela Câmara Federal nesse primeiro semestre.

Muito obrigado, Sr^a Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. PMDB – ES) – Deputado Mauro Benevides.

O SR. MAURO BENEVIDES (PMDB – CE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente, com a anuência do nobre Líder que já se apresta, que assoma à tribuna, o nobre Deputado Chico Alencar, desejo destacar que, no próximo dia 19, o Banco do Nordeste comemorará 60 anos de criação, evento que possui extraordinária significação para o desenvolvimento regional.

Graças à visão extraordinária do economista baiano Rômulo de Almeida, o Presidente Getúlio Vargas, em 1952, sancionou a lei respectiva, embora a instalação formal do tradicional estabelecimento de crédito somente tenha ocorrido dois anos depois.

Além de Rômulo Almeida, outras ilustres personalidades comandaram os destinos da prestigiosa entidade, entre as quais o ex-Governador Raul Barbosa, o ex-Deputado Alencar Araripe, o economista Nilson Holanda, além de Rubens Costa, Hilberto Silva, José Pereira e Silva e João Alves de Melo, este nomeado por ato do Presidente Itamar Franco.

Na década de 80, mais precisamente em 1985, vi-me guindado, Sr^a Presidente, ao comando do BNB, a convite do saudoso Tancredo Neves e por ato do Presidente José Sarney. Nessas seis décadas, foi inestimável o seu concurso à expansão das nossas atividades produtivas, com a aplicação de ponderáveis disponibilidades, que ajudaram o Polígono das Secas a crescer significativamente, impondo-se a respeito do povo brasileiro.

A sua maior conquista ao longo do tempo foi, sem dúvida, a criação do FNE, hoje integrando a Carta Cidadã, em seu art. 159, originária, permita-me que o diga, Sr^a Presidente, de emenda à Assembleia Constituinte de minha autoria, com o integral apoio também dos Parlamentares do Norte e do Centro-Oeste.

Portanto, num momento de capitalização, aprovamos hoje a Medida Provisória 564, que garante mais R\$4 bilhões ao BNB.

Saúdo desta tribuna o magno evento, fazendo votos para que o BNB ultrapasse eventuais dificuldades internas e possa projetar-se mais expressivamente no contexto nacional.

Muito obrigado, Sr^a Presidente, muito obrigado, Srs. Deputados.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. PMDB – ES) – Com a palavra o Deputado Chico Alencar, pela Liderança do PSOL, por cinco minutos.

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL – RJ. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Presidenta Rose de Freitas, que nos comanda nesta sessão do Congresso Nacional. Nós aqui temos um mau costume...

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. PMDB – ES) – V. Exa. me permite apenas anunciar que ficou cancelada a sessão ordinária da Câmara dos Deputados, convocada para as 14 horas?

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL – RJ) – Pois não. Nós temos o mau costume de nos ouvirmos pouco aqui no plenário. No entanto, muitas colocações são absolutamente importantes para nos trazer à realidade e fazermos reflexões.

Eu queria me reportar a dois pronunciamentos que ouvi há pouco. Um do Deputado Onofre Agostini e outro do Deputado Fábio Trad, aparentemente falando de temas distintos, mas que têm muita relação. O Deputado Onofre chamava a atenção para a presença de servidores públicos de muitas categorias em greve, apelando para o diálogo, para a negociação.

Greve não é piquenique, não pode ser férias e nem o essencial de uma greve é pedir que não se corte ponto. O fundamental é que ela seja definida numa situação limite e que haja ampla negociação e transparência por parte do Executivo para o atendimento do pleito ou para a comprovação de que o pleito é demasiado, exagerado, o que, em geral, não acontece.

Em segundo lugar, o Deputado Fábio Trad falou de algo que esta sessão do Congresso Nacional visa a debater, a discutir, e, ao fim, ao cabo, a deliberar, a Lei de Diretrizes Orçamentárias. Nós estamos aqui discutindo o que já vem da Comissão Mista, nada menos do que a aplicação de R\$1,2 trilhão. A soma é alta, mas o País é grande e as forças produtivas nacionais e começo pelas forças do trabalho que é o verdadeiro criador da riqueza, são potentes embora a remuneração pelo trabalho no Brasil continue ainda muito injusta.

Ora, o Orçamento, como se diz, é, em geral, uma peça de ficção e acabamos cingidos a essa política, sinceramente, menor. Por que a crise, o impasse, a obstrução tão grande capitaneada aqui pelo DEM, com o apoio do PR que é da base do Governo, acabou sendo uma espécie de batalha de Itararé, isto é, não acontecendo? Porque houve, segundo se noticia, a promessa de liberação de mais de R\$500 mil para cada parlamentar no capítulo das emendas individuais. Isso não é discutir o Orçamento, isso não é pensar a melhor política para o País. Está certo. Há os compromissos com as bases, os prefeitos, em geral nossos cabos eleitorais.

Há quem me pergunte aqui: “Quantos prefeitos e vereadores você tem?”. Eu não tenho nenhum. Aliás, de meu – e olhe lá! –, só os filhos, com a graça de Deus. O

resto é companheiro político, correligionário que compartilhe ideias, lutas, convicções e cada um com a sua autonomia. No entanto, não. O que aconteceu aqui esses dias, do impasse anunciado na quinta-feira para a solução fácil de ontem a noite, o que faz com que muitos já estejam voltando para seus Estados, gastaram passagem de avião dos recursos públicos à toa, praticamente, foi uma disputa menor. “Olha, promete liberar as emendas, que a gente acaba com a obstrução”. Não é assim que se faz a melhor política para o País, como também não é assim que se discute, da melhor maneira, o Orçamento e a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Eu quero deixar aqui registrado, nos Anais da Casa, uma avaliação do PSOL sobre a LDO que continua mantendo algo que, agora, para o PT, meus queridos Pedro, Sibá, Janete e tantos outros, Fernando Ferro, o PT criticava muito essa política ortodoxa do superávit primário. Agora, virou um dogma. Está aqui na LDO: R\$156 bilhões para o superávit e o relator admitiu reduzir em R\$46 bilhões, R\$45 bilhões para obras do PAC, no que tange ao Programa Brasil Sem Miséria e para eventuais emendas parlamentares. Sem isso, o Congresso não funciona. A barganha está chegando a um nível pouco recomendável do ponto de vista de uma política que se dá em torno de embate de projetos, de visão de perspectiva, de valoração das classes sociais que existem na sociedade.

Portanto, nós queremos deixar aqui a nossa posição, a nossa visão crítica de um Orçamento que vai, novamente, garantir quase metade dos seus recursos para pagamento de juros e serviço da dívida pública, com isso comprometendo, inclusive, a remuneração digna de muitas categorias dos servidores públicos, que são tão mais servidores quanto melhor servirem à população.

É isso que está em pauta. É isso que devemos discutir.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. PMDB – ES) – Com a palavra o Deputado Jorginho Mello.

O SR. JORGINHO MELLO (PSDB – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Srª Presidente, Sras. e Srs. Deputados, vamos encerrar este semestre daqui a pouco, quando votarmos a LDO, com muitos assuntos relevantes para o Brasil.

Deputado Pedro Uczai, saio preocupado hoje desta Casa porque as nossas universidades federais continuam em greve.

Ainda há pouco, eu falava com o Prof. Esperidião Amin, que é da Universidade Federal de Santa Catarina. Há trinta mil alunos só na Universidade Federal de Santa Catarina, Deputado Pedro, mais os alunos da Universidade Federal da Fronteira Sul, que também está em greve. Os Institutos de Educação também estão em greve.

Essa é uma preocupação de todos nós.

Eu quero fazer um apelo aqui ao Ministro Mercadante, para que ele sente com os professores universitários para esclarecer, de uma vez por todas, essa questão dos 45%. Dizem que o aumento vai ser para uma parcela mínima, Deputado Izalci, dos professores universitários.

Aí a greve não vai terminar em consenso, em entendimento. Quem perde com isso são os alunos que, com muita dificuldade se mantêm na capital para fazer o seu curso superior. A Universidade Federal de Santa Catarina é um exemplo de bons professores, de boa formação. É um exemplo para o Brasil.

Então, nós precisamos, de forma rápida, fazer com que os estudantes possam voltar a estudar e não percam nem tenham dificuldade com seu ano letivo.

Quero falar também sobre outro assunto, Srª Presidente.

Quero falar de um assunto, Deputado Pedro Eugênio, de que já estamos tratando há bastante tempo. Ele é Presidente da Frente Parlamentar Mista da Micro e Pequena Empresa. Estamos produzindo uma proposta, até porque sou Relator, na Comissão de Justiça, do Projeto 399, de 2008, Deputado Onofre, que trata de inclusão de novas atividades no Programa do Simples Nacional.

Já foi um avanço o Projeto 78, que fez uma minirreforma tributária. Então, a inclusão de categorias não deveria ser por categorias; deveria ser por faturamento, porque, quando você vai constituir uma empresa, ela é autorizada pela Junta Comercial, pelos órgãos que habilitam. Então, por que não fazer pelo seu faturamento? Atingiu o faturamento, sai do enquadramento. Isso daria solução para uma série de segmentos que nos procuram, Deputado Guilherme Campos, V. Exª que é um lutador na frente sobre este assunto, categorias que querem ser incluídas para poderem continuar existindo e trabalhando.

Então, no 399, nós deveríamos fazer de forma conjunta uma alteração, fazer um substitutivo, para definitivamente enquadrar outras categorias e, quiçá, alcançar essa esperança de fazer com que não seja mais por categoria e, sim, por faturamento.

Portanto, quero dizer ao Deputado Pedro Eugênio que volto esperançoso no semestre que vem, para que a gente consiga produzir, em nome da Frente de que V. Exª é Secretário-Geral, Deputado Guilherme, e o Deputado Pedro Eugênio, Presidente, a que quero me somar, como coordenador lá em Santa Catarina, e fazer com que possamos dar à sociedade, dar a essas pessoas que produzem possibilidade real de trabalhar e não ter que fazer empresas laranja para burlar o fisco. Isso é uma coisa burra que o Governo está fazendo.

do. Então, vamos deixar incluir para arrecadar mais e poder cumprir com as obrigações.

Portanto, agradeço, Sr^a Presidente, esta oportunidade e faço, para finalizar, um apelo ao Ministro Mercadante: sente-se com os professores universitários urgentemente, para que a educação do Brasil não tenha mais prejuízo.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. PMDB – ES) – Com a palavra o Deputado Celso Maldaner. (Pausa.)

Com a palavra o Deputado Paulo Feijó.

O SR. PAULO FEIJÓ (Bloco/PR – RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidenta Rose de Freitas, Deputados e Deputadas, a maior tragédia climática do Brasil aconteceu exatamente há um ano e meio, na região serrana do Estado do Rio de Janeiro, envolvendo principalmente os Municípios de Friburgo, Teresópolis e Petrópolis, maior até, nobre Deputado Esperidião Amin, do que aquela tragédia lá do seu Estado de Santa Catarina. Foram mais de mil mortes, foram milhares de desabrigados.

E o que me traz a esta tribuna, Sr^a Presidenta, é que até hoje as autoridades constituídas nenhuma providência tomaram em relação ao socorro a essas cidades e às vítimas que ficaram desabrigadas. É um absurdo o que está acontecendo na região serrana do Estado do Rio de Janeiro. Os recursos que chegaram aos cofres municipais, principalmente de Nova Friburgo e Teresópolis, foram pessimamente empregados, ocasionando o afastamento de prefeitos, de vereadores, prisões, um absurdo.

Recursos do Governo Federal liberados via governo do Estado, até agora as obras não foram materializadas, as obras de contenções, as obras de prevenções. Hoje, previsões climáticas são difíceis de serem feitas. A qualquer momento, podemos ser surpreendidos com mais chuvas.

É inaceitável, Presidenta Rose, o descaso principalmente do Governador Sérgio Cabral. Ele só foi a Nova Friburgo praticamente no dia da tragédia. Parece que foi lá posar para a mídia, aparentando grande preocupação, mas não vimos até agora nenhuma medida concreta ser tomada.

Então, o apelo que a gente faz desta tribuna é que a Presidenta Dilma coloque pessoas da área do Governo Federal para que possam acompanhar melhor a aplicação desses recursos. Caso contrário, uma nova tragédia acontecendo, a desmoralização da classe política brasileira vai ser aumentada, e muito, porque os responsáveis, o povo não irá perdô-los.

Então, apelo ao Governo Federal, já que o Governador do Estado do Rio de Janeiro não está nem aí

para o socorro a essas vítimas, que cobre o resultado da liberação desses recursos.

A Prefeita Rosinha Garotinho, no Município de Campos, nesses últimos três anos, construiu talvez, realizou talvez o maior projeto habitacional do País, já entregou ao povo de Campos cinco mil casas de boa qualidade, socorrendo os necessitados, socorrendo as pessoas que moravam em área de risco, um exemplo a ser seguido pelo Governador Sérgio Cabral, como também pelos prefeitos dessas cidades atingidas.

Esperamos que não aconteça nova tragédia para que novas visitas sejam feitas a essas cidades, aquelas visitas que nós já conhecemos: “Não, vamos liberar recursos emergenciais; o Governo está sensível a essa situação”.

Presidenta, não cabe mais esse tipo de justificativa, de desculpa esfarrapada. Eu não queria estar na situação desses governantes, porque eles terão que prestar conta não só ao povo dessas cidades, mas principalmente a Deus.

Muito obrigado, Presidenta.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. PMDB – ES) – Com a palavra a Deputada Janete Rocha Pietá.

Em seguida, vamos passar aos líderes que já estão inscritos.

A SRA. JANETE ROCHA PIETÁ (PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr^a Presidente, Deputadas e Deputados, neste momento de pauta do Congresso Nacional, eu gostaria e destacar três questões.

A primeira foi o falecimento, no dia 12 de julho, aos 86 anos, do Prof. Eduardo de Oliveira, autor do Hino à Negritude, fundador do Congresso Nacional AfroBrasileiro, fundador do Movimento Negro Unificado.

Sra. Presidenta, desta tribuna, gostaríamos de solicitar à nossa Presidenta Dilma Rousseff que sancione o que foi aprovado no dia 10/9/2009, o Hino à Negritude. Hino à Negritude que assim começa:

Sob o céu cor de anil das Américas
Hoje se ergue um soberbo perfil
É uma imagem de luz
Que em verdade traduz
A história do negro no Brasil

Ele tinha uma voz de barítono. Às vezes, até tenho vontade, desta tribuna, de cantar essa estrofe, porque era um negro que conheci e brilhante lutador.

Então, as minhas homenagens à sua família e a todos os negros do Movimento Negro Unificado pelo passamento deste lutador pela causa dos negros, Prof. Eduardo de Oliveira.

Em segundo lugar, Sr^a Presidenta, gostaria de dizer da importância da 9ª Conferência Nacional dos

Direitos da Criança e do Adolescente. E gostaria que desse ampla divulgação, porque foi um momento de grande destaque, com a presença de mais de 2.600 participantes.

As principais deliberações que destaco: a integração entre os sistemas de denúncia de violações aos direitos humanos da infância, recebidos pelo Disque 100, com o Ministério Público. E gostaria, Srª Presidenta, de dar ampla divulgação inclusive na Voz do Brasil.

Aliás, eu defendo que a Voz do Brasil continue porque é o único espaço onde nós temos vez e voz. E há os que querem é acabar com o espaço. Na grande mídia só falam mal dos Deputados, mas a Voz do Brasil diz e repercute todos os pronunciamentos. Inclusive tenho encontrado várias pessoas da roça ou do interior que falam: “Ouvi você na Voz do Brasil.” Por isso, defendo a Voz do Brasil.

Para terminar, Srª Presidenta, eu gostaria de destacar o artigo da Ministra Eleonora Menicucci, Secretária de Políticas para as Mulheres, sobre autonomia econômica e valorização do trabalho das mulheres. Nesse artigo se mostra que mais de sete milhões de brasileiras vivem em situação de empregadas domésticas, sem nenhum direito.

Aproveito para fazer um elogio à Deputada Benedita, que eu chamo de Benê, que, como Relatora dessa questão, está propondo avanços para que as trabalhadoras domésticas, que são a maioria e a maioria negra, tenham os mesmos direitos que os outros trabalhadores.

Portanto, eu conclamo todos os Deputados e Deputadas para que, uma vez vindo para a pauta, aprovelem essa proposta.

Finalizo dizendo que estamos encerrando este semestre, mas eu gostaria de parabenizar a bancada feminina por suas lutas, pelo tanto que foi aprovado nesta Casa por todos os Deputados, e espero, Deputada Rosane Ferreira, Deputadas Luci e Erika, que a CPMI contra a Violência à Mulher tenha em cada Estado um perfil muito claro da violência.

Peço à nossa Presidenta, árdua batalhadora, para que conosco possamos exigir que os governos municipais e os governos estaduais ponham para funcionar as delegacias das mulheres e criem juizados das mulheres, porque não basta ter uma boa lei, é preciso que ela seja exercida.

Cumpra-se a Lei Maria da Penha.

Muito obrigada, Srª Presidenta.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. PMDB – ES) – Com a palavra, para falar como Líder, o Deputado do PSD Eleuses Paiva, por seis minutos.

O SR. ELEUSES PAIVA (PSD – SP. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Boa tarde, Srª Presidente Rose De Freitas.

Boa tarde a todos os Deputados e Deputadas, brasileiros e brasileiras que nos ouvem pelos meios de comunicação da Câmara.

Hoje, a reunião do Congresso Nacional é para votação importante da nossa LDO, mas ocupo a tribuna em nome do meu Partido, PSD, para falar da nossa permanente preocupação com a questão do financiamento da saúde pública no nosso País.

A mídia não se cansa de expor imagens muitas vezes chocantes de hospitais lotados, pacientes algumas vezes até humilhados, todos vítimas da falta de recursos e de estrutura para acompanhar uma demanda cada vez mais crescente e que, infelizmente, enche de tristeza todos nós.

Tanto quanto as imagens, os números também são preocupantes. Recentemente, na Comissão de Seguridade Social e Família, da Câmara dos Deputados, conjuntamente com a CAS, Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal, fizemos um simpósio para discutir saúde pública e tivemos uma palestra muito interessante do médico sanitário Gilson Carvalho, que pesquisa muito o financiamento de saúde no Brasil e mostra um dado interessante: no ano de 1995, a União, o Governo Federal, investia cerca de 12% na saúde. Este valor, em 2011, foi reduzido para 7,3%. O peso maior do financiamento foi transferido para Estados e Municípios. Entre 1980 e 2010, a participação dos Estados saltou de 18% para 27%, e a dos Municípios, de 7% para 28%, Presidente.

Esses são os dados estampados no próprio Ministério da Saúde.

Pesquisas também apresentadas pelo Ipea, na figura do médico sanitário Sérgio Francisco Piola, não são diferentes. O Brasil, no ano de 2010, investiu 8,8% do PIB em saúde, mas para o SUS apenas 3,83%, o que representa 43,6% do gasto total; 4,96% do PIB gasto no setor privado e 56,4% no gasto total.

Sra. Presidente, comparando o Brasil com os países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico, que têm um gasto aproximadamente de 70%, podemos objetivar a nossa perda.

Ao compararmos o Brasil com outros países da América do Sul e pegarmos essa relação em dólar, o Brasil gasta US\$401 *per capita* (números de 2010), perde para o do Chile, com US\$576, investem 40% a mais. O Uruguai investe US\$718, cerca de 80% a mais. A Argentina, US\$921, mais do que o dobro.

Favorável às propostas, todos nós, Parlamentares, assim como a sociedade civil como um todo, estamos nos empenhando em um projeto de iniciativa popular

que pede que a União coloque 10% da receita corrente bruta na saúde. Precisamos, para isso, de 1,5 milhão de assinaturas. O Presidente da Associação Médica Brasileira, recentemente aqui nesta Casa, relata que praticamente metade dessas assinaturas, algo em torno de 800 mil assinaturas já foram conseguidas.

Mesmo sendo autor de um projeto com igual objetivo de destinar 10% da receita corrente bruta para a saúde, o meu apelo é para que cada cidadão brasileiro entre no *site* da AMB (www.amb.org.br), copie o formulário e ajude a coletar assinaturas, para que possamos ter financiamento adequado no nosso País e possamos prestar uma assistência de qualidade a toda a população.

Não é um projeto de iniciativa popular contra ou a favor do Governo...

(Interrupção do som.)

O SR. ELEUSES PAIVA (PSD – SP) – Para concluir.

É, sim, Sr^a Presidente, um projeto de iniciativa popular em prol da saúde, em prol daqueles mais necessitados, que necessitam, sim, de um atendimento de saúde pública decente e de qualidade.

Esta Casa, ontem, já deu um passo importante na aprovação da Medida Provisória nº 563, quando tivemos praticamente aprovada uma nova fonte de financiamento para o setor oncológico, do qual o nosso partido, PSD, foi autor de um destaque.

Sra. Presidente, é isto que o nosso partido, PSD, gostaria de pedir a todos os Parlamentares, a toda a sociedade brasileira: que nos ajudem a buscar fonte de financiamento para a saúde e todos nós engrossarmos a fileira nesse projeto de iniciativa popular, um projeto a favor da saúde, a favor dos 10% da receita corrente bruta.

Muito obrigado, Sr^a Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. PMDB – ES) – Com a palavra, para falar como Líder, o Deputado Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP – SC. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, nós estamos praticamente concluindo este semestre de trabalho e gostaria de fazer duas ordens de comentários. Primeiro, esta Casa, com apoio do meu partido, o Partido Progressista, não faltou com o Governo nas providências que o Governo propôs relacionadas à economia do nosso País.

Podemos até pensar que elas são poucas. Podemos achar até que deveriam ser mais estruturantes, mas nós não nos omitimos. Ou seja, aquilo que o Executivo propôs como desejável, aquilo que os limites do Ministério da Fazenda e do Ministério do Planejamento

declararam como possíveis, a Casa respeitou e não criou nenhum impasse naquilo que se chama condução da política econômica. Portanto, cumprimos com o nosso dever. Teríamos mais a contribuir, especialmente na questão da situação da nossa indústria. Falo como catarinense, um Estado com tradição industrial, um Estado habituado a inovar, e como brasileiro, preocupado com o cenário, com a tendência do crescimento do nosso PIB, cada vez apontando para um número menor, traz de preocupação.

O segundo comentário que trago é a respeito da banalização da greve. Banalização! As agências reguladoras, Deputado Edinho, entraram em greve ontem. Como sabemos, em Santa Catarina, por exemplo, a BR-101 norte está concedida a uma empresa privada, cujos compromissos não foram cumpridos até aqui. Quem pode fiscalizá-la? Está em greve. Isso se reproduz pelo Brasil todo.

Ontem, houve uma manifestação de protesto em Balneário Camboriú pela não execução de obras de serviços e pela falta de diálogo com os Municípios. A quem recorrer? Ao Ministério Público? Ao Tribunal de Contas da União? Eu tenho feito isso. Mas, no Brasil todo, não é possível que entendamos que greves – e, para falar da mais prolongada, a greve das instituições federais de ensino superior –, estão sendo consideradas banalizadas e estão sendo tratadas, data vênica, com fórmulas que significam vasos não comunicantes. O Ministério do Planejamento e o Ministério da Educação anunciam melhorias que, quando comparadas com a realidade, se revelam verdadeiros saltos triplos. Eu conhecia, Prof. Chico Alencar, a expressão cheque atleta: passa numa semana para descontar na outra. Essas anunciadas melhorias para os professores das universidades federais, professores de ensino superior, professores da rede federal, na verdade, são um verdadeiro projeto Adhemar Ferreira da Silva. Por quê? Serão em 2013, 2014, 2015; neste ano, zero.

A gente compreende as dificuldades do Governo, mas esse não é o diálogo respeitoso que nós esperamos, desejamos e pedimos ao Governo em matéria de ensino superior. Pode haver até escalonamento, mas escalonamento a partir de 2013 é um cheque-atleta de salto triplo, para uma situação que já consumiu sessenta dias do ano letivo.

Portanto, é com preocupação e com esperança que faço este registro em meu nome e em nome de um Partido que tem contribuído com o Governo Federal e com o Brasil.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. PMDB – ES) – Com a palavra, pelo PCdoB, João Ananias. Em seguida, Deputado Eduardo Cunha, pelo PMDB. Logo

em seguida, daremos a palavra a todos os oradores que estão no plenário e ao Senador Eduardo Suplicy, que acabou de chegar.

O SR. JOÃO ANANIAS (PCdoB – CE. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Srª Presidenta; Sras. e Srs. Deputados, eu vou trazer de volta um assunto que já tenho tocado algumas vezes, falo da qualidade dos serviços da telefonia móvel, telefonia celular, no nosso País.

Temos recebido, quase que diariamente, um turbilhão de denúncias, Deputado Dutra, em todo canto e lá no Estado. Nós, como usuários, nós próprios sabemos como está esse serviço. Para se fazer uma ligação são três ou quatro pulsos (uma coisa absurda!), onerando ainda mais a população, isto porque o serviço de telefonia móvel mais caro do mundo é o nosso. Além disso, é o pior em termos de qualidade. E aí a gente paga a conta para eles.

E aí a Agência, meu caro Dutra – é bom saber, o povo precisa saber disto –, a Anatel multou essas empresas em R\$5,2 bilhões. Sabe quanto eles recolheram até agora, Deputada Érika? Apenas R\$250 milhões. Ou seja, não pagam as multas. Não há nenhuma penalidade. Então, a impunidade estabelece essa prática de não investir, apenas vender mais linhas.

Eu louvo a atitude da Justiça do Rio Grande do Sul que proibiu, mesmo temporariamente, a venda de novas linhas. Isto já aconteceu no Ceará, com a TIM. No Ceará, o juiz teve coragem de dizer: “Pare de vender. Vá cuidar da sua casa, vá garantir qualidade aos seus usuários para você não ficar vendendo aquilo que não vai entregar”. O Rio Grande do Sul fez isso e é preciso que seja feito isso em todo Brasil! Isso é um abuso o que acontece em cada canto.

No processo de privatização, que diziam que seria um milagre, todo mundo teria um telefone na mão. Isso aconteceu? Sim, mas a que preço, a que preço o povo tem a telefonia móvel, o telefone celular? E a cada dia o sinal fica mais restrito. Eles se obrigaram a colocar torres para garantir o sinal nas vilas a partir de certo número de habitantes, mas não as colocaram. Resultado: só pensam nos lucros, daí as fabulosas somas que representam os lucros das empresas prestadoras de telefonia celular no País. E o povo fica no ora veja, fica lá com um serviço de quinta categoria.

É preciso que o Ministério Público e a Justiça possam realmente combater isso. O papel da agência é multar. Está aqui a multa. Eles não pagam e fica por isso mesmo.

Portanto, eu quero fazer um apelo aqui, através da comissão que trata dos direitos do consumidor, através de todos os mecanismos de que dispomos, afinal de contas o povo só tem a nós para recorrer enquanto

representantes. E eu quero dizer que, cumprindo o meu papel como Deputado Federal, não me resta alternativa senão ficar reiteradas vezes repetindo, cobrando, denunciando a atuação dessas empresas que tratam muito mal os seus usuários.

Era isso que eu tinha a colocar, Srª Presidenta, e peço que meu pronunciamento seja publicado nos meios de comunicação desta Casa.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. PMDB – ES) – Com a palavra o Deputado Eduardo Cunha, pelo PMDB.

Em seguida, vamos chamar os oradores que estão no plenário: primeiro, o Senador Suplicy; depois o PMDB e, em seguida, os que estão inscritos por um minuto.

O SR. EDUARDO CUNHA (PMDB – RJ. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Srª Presidenta, Sras. e Srs. Deputados, eu gostaria de falar um pouco, aqui, sobre um Projeto de Lei de minha autoria, o 2.154, de 2011, que retira a obrigatoriedade do exame da Ordem dos Advogados do Brasil.

Nós assistimos, nesse último fim de semana, a uma denúncia grave acerca de fraudes nesse exame; artigos publicados, denúncias feitas, um verdadeiro escândalo. E assistimos a esse escândalo debaixo da gestão de um Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil que teve a petulância de, dentro do Supremo Tribunal Federal, falar que esta Casa é um pântano. Disse que o Congresso Nacional era um pântano.

Assistimos ao Presidente de uma seccional até do meu Estado, da Ordem dos Advogados do Brasil, vir à imprensa, ao jornal *Folha de S.Paulo*, dizer que esta Casa era corporativista e que se não acabasse com o voto secreto para cassação de mandato, seria mais desmoralizada do que já está.

Ora, quem está desmoralizado? Esta Casa ou um conselho de classe corporativista, que tem, à semelhança da sua criação, uma autarquia, que não tem fiscalização do Tribunal de Contas da União, não tem eleição direta para os seus membros, cria um conselho perpétuo e indica membros no Quinto Constitucional com base nesse conselho perpétuo e simplesmente tem um exame corporativista para fazer reserva de mercado para os atuais advogados?

Qual é a profissão, no Brasil, em que o cidadão universitário se gradua, termina sua faculdade, muitos pegam financiamento habitacional do Fies, da Caixa Econômica Federal, e, quando terminam seu curso universitário, simplesmente não podem exercer sua profissão? Só formando em Direito. É a única classe profissional em que você se forma e, quando termina o seu curso superior, simplesmente tem que se submeter a um exame da Ordem dos Advogados do Brasil,

que tem cursinhos que custam R\$1 mil por mês para o habilitarem, livros caros. E o sujeito que não passa simplesmente não vai poder pagar o financiamento que obteve do Governo Federal para sua graduação.

“Ah! Direito é uma profissão importante! Advogado pode causar o mal”. E o médico? O médico se forma, não tem conselho de classe para cursos de acesso, pode exercer a sua profissão, faz cirurgia, opera. Um arquiteto projeta uma casa. Um engenheiro constrói uma casa. Nenhuma profissão, para ter o direito ao seu exercício, tem que fazer prova de conselho de classe. Só a OAB. É um privilégio que se tem desde 1994, quando alteraram o Estatuto da Advocacia.

E esses que defendem o exame da Ordem, como o atual Presidente da Ordem, que diz que esta Casa é um pântano, esse simplesmente não prestou o exame, porque ele se formou antes de 1994. Todos que defendem a manutenção ou a existência desse exame, ninguém o prestou. Então, se era bom na época deles, por que hoje tem que ter exame? Por que o cidadão comum, que tem sua esperança, seu sonho de atingir o curso superior, que consegue acabar sua graduação, tem que se submeter a uma prova muitas vezes fraudulenta, gastando dinheiro com taxa de inscrição, com cursinho, com livro, para depois ser reprovado?

Eu assisti, na semana passada, a uma denúncia que simplesmente me dizia o seguinte: o escrutinador da prova da OAB ganha o dobro para reprovar. Ou seja, quando ele corrige uma prova, a cada vez que ele reprova, o que ele ganha é o dobro daquilo que ele ganha quando o cidadão é aprovado.

Então, eu colhi a assinatura da maioria dos nossos Líderes para a urgência constitucional do PL nº 2.154, de 2011, que nós vamos submeter a voto logo no início dos trabalhos, na volta do recesso.

Eu peço o apoio desta Casa para que a gente acabe com esse exame, esse exame absurdo que acaba com o sonho daqueles que querem chegar a exercer a profissão pela qual se formaram.

Se há deficiências nos cursos universitários, cabe ao Governo zelar por elas. A deficiência existe no curso de Direito, de Medicina, de Engenharia, em qualquer outro, e cabe ao Governo cuidar para que os cursos atendam às necessidades da população. Mas jamais colocar uma única categoria, um único curso de graduação submetido àqueles que acham que nós somos um pântano.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. PMDB – ES) – Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLCY (Bloco/PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Srª Presidenta, Deputada Rose, eu queria dar uma boa-nova, em primeiro lugar.

No próximo dia 4 de agosto, no Museu de Arte Moderna do Parque Ibirapuera, será lançado um livro da história de uma cooperativa exemplar, a Cooperativa dos Vendedores Autônomos do Parque Ibirapuera.

Para todos aqueles que são entusiastas da economia solidária, de formas cooperativas de produção, eu recomendo muito esta história. Lá por volta do ano 2000, quando eu, como de costume, andava pelo Parque Ibirapuera, a então Presidenta Antonia Cileide Oliveira de Souza disse a mim: “Senador, nós estamos, aqui, preocupados, porque o Prefeito Celso Pitta nos deu um prazo, até outubro [era janeiro de 2000], para que nós saíamos daqui”. Os vendedores autônomos ambulantes que costumavam vender produtos como água de coco, água mineral, refrigerantes, etc., no isopor. Seria feita uma licitação para cinco grandes empresas tomarem conta de cinco quiosques e, quem sabe poderiam ser trabalhadores e empregados dessas empresas. Mas muitos dos ambulantes eram pessoas já idosas; outras, com alguma deficiência, e seria muito difícil.

Então, eu disse a ela: “Por que vocês não formam uma cooperativa para se tornarem uma empresa que possa ter o direito de vender seus produtos?”.

E, assim, naquele mesmo dia – lembro-me muito bem –, 25 de janeiro, era missa de aniversário da cidade, fui conversar com o Prefeito Celso Pitta e com o Sr. Ricardo Ohtake, que era o então Secretário Municipal do Verde e do Meio Ambiente, com quem encontrei no pátio do colégio. Eles acharam uma ideia viável, e foi suspensa aquela determinação. Aí, aquelas vendedoras e vendedores de produtos do Parque, conversaram com a Srª Vivian Vieira, advogada e psicóloga, que também costumava por ali passear e que tinha uma experiência de 12 anos na Cooperativa Agrícola de Cotia, que disse: “Ah, eu posso ajudá-las a escrever o estatuto da cooperativa”. E até hoje ela é assessora jurídica da cooperativa, que, agora, está com 12 anos.

A AmBev e a Pepsico, que produz o Gatorade, resolveram financiar 120 carrinhos para que aquelas vendedoras e vendedores pudessem ter seus produtos, que diariamente eram colocados numa sede da cooperativa, perto do parque. E todas puderam, então, com seus carrinhos, levar os produtos. E até hoje estão lá, inclusive levando em conta a determinação da Prefeitura de não haver propaganda nos carrinhos. Hoje, os carrinhos são inteiramente brancos, sem sinais de propaganda de qualquer empresa. Mas acontece uma história bonita, porque aquelas pessoas, na maioria mulheres, mães ou pais e avós, que, muitas vezes, tinham crianças e adolescentes, seus filhos e filhas, pois bem, quase todas essas pessoas vieram dos lugares mais pobres do Brasil, do interior de São Paulo

ou do Nordeste e de tantos lugares, e ali estavam em busca da sua sobrevivência. Quase todas essas pessoas com grau de educação muito precário, só alguns sabendo assinar o seu nome, sabendo ler e escrever, poucos tinham uma educação além do primeiro grau. Eis que essas pessoas conseguiram, graças à forma cooperativa de produção, de união entre elas, que se dão muito bem ao longo de...

(Interrupção do som.)

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP) – Pois bem, então, graças a essa cooperativa, hoje elas podem ter todas as crianças na escola e muitos de seus descendentes estão chegando à universidade. Conheço diversos. Eles dizem: “Olha, minha filha está se formando em enfermagem”, e assim por diante. Formou-se uma história bonita. E essa história é relatada em livro pela jornalista Monica Dallari, e recomendo muito a todos. Tem o prefácio do Professor Paul Singer, Secretário de Economia Solidária, em que diz o quão comovido ficou ao ouvir o relato dessas cerca de 120 pessoas que prestaram o depoimento da sua história pessoal. Então, quero aqui recomendar a todos...

(Interrupção do som.)

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP) – Assim, agradeço à Presidente, Deputada Rose de Freitas, à Senadora Angela Portela e ao relator da Lei de Diretrizes Orçamentárias, Antonio Carlos Valadares, que aceitaram a emenda que apresentei para permitir que possamos apresentar emendas que signifiquem a instituição, nos Municípios, de experiências de renda básica de cidadania, conforme prevê a Lei nº 10.835, de 2004.

Muito obrigado, Srª Presidenta.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. PMDB – ES) – Vou passar a atender os que estão no plenário.

Eu queria comunicar que ainda temos o Líder João Ananias, mas ele concedeu um tempo.

Com a palavra a Deputada Luci Choinacki.

A SRA. LUCI CHOINACKI (PT – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Srª Presidenta Rose de Freitas, Sras Deputadas, Srs. Deputados, quero dizer que encerramos este semestre, entrando em recesso, com muitas votações importantes e até preparando-nos para um momento importante para o Brasil, que são as eleições municipais.

Acredito que a gente está aqui, todos nós, tanto quem não é candidato como quem é candidato – eu não sou candidata –, preocupados com as eleições em nossos Estados, onde há uma importância grande eleger prefeitos, prefeitas, vereadores, vereadoras, principalmente que estejam em sintonia com o projeto nacional.

Sabemos que o Presidente Lula foi um exemplo de Presidente, que amou seu povo brasileiro, que incluiu, tirou milhões de pessoas da pobreza, que valorizou os seres humanos deste País, sem preconceito, sem discriminação. Agora, a Presidenta Dilma está fazendo programas sociais importantes. É preciso que as prefeituras, cada vez mais, estejam em sintonia com esse projeto, para que chegue às pessoas que mais precisam.

Em Santa Catarina, nós temos cerca de 65 a 66 candidatos a prefeito e prefeita; a vice, em torno de 50, aliados a outros partidos da Base Aliada.

Buscamos fazer um trabalho nesse período no sentido de contribuir com as eleições, levar o debate político para os Municípios, estimular, encorajar e despertar a confiança das nossas lideranças políticas locais, lembrando a importância que tem nas eleições o diálogo com os eleitores e dizer-lhes que não precisam hoje ter medo, porque o nosso projeto é um projeto vencedor. Podemos dizer que onde governamos sempre fizemos a diferença na saúde, na educação, na cultura, na valorização.

Queria deixar esta mensagem de muito otimismo, de muita fé, de muita coragem a todas as lideranças que são candidatas, do nosso partido, do PT, dos aliados que estão junto e que buscam levar o que tem de melhor hoje: a economia de um País que se desenvolveu; que, diante das crises do mundo, continuou fazendo desenvolvimento, inclusão social, investindo e garantido que este País cada vez mais se fortaleça, aqueles que mais precisam.

Encerro este período, que é um período curto, mas voltaremos com muita animação de ajudar, de fazer com que aumentem lideranças comprometidas com projeto tão importante para o País.

Parabenizo todas as lideranças, que são corajosas, candidatos e candidatas, que vão para a rua buscar os votos e defender um projeto político. Isso é ousadia, é coragem.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. PMDB – ES) – Com a palavra o Deputado Fernando Ferro.

Estou olhando a ordem de inscrição das pessoas que chegaram ao plenário. Vou escrevendo o nome de todo mundo que lembrei. Agora estou chamando, e todos vão falar.

O SR. FERNANDO FERRO (PT – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Srª Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, chamou-me a atenção a notícia nos jornais desta semana, que o movimento do mercado financeiro em Londres é de US\$360 trilhões por ano e o PIB mundial é de US\$62 trilhões. Ou seja, movimentou-se naquela ciranda financeira seis vezes o PIB mundial.

O que isso significa? Significa que uma crise que está existindo é uma crise sistêmica, é a crise de uma estrutura econômica que gerou dinheiro sem ter contrapartida de produção. Nós estamos diante de algo que é uma brutal mentira e uma ficção que transfere essa crise para os outros países, que rouba desde o correntista da caderneta de poupança aos estados e nações, que são arrastados para o centro dessa crise. Essa é uma realidade que o debate esconde.

Nós estamos discutindo aqui a corrupção de Cachoeira e Demóstenes, que é na casa de milhões de reais; e o sistema financeiro promove a corrupção na casa de trilhões. Então, é esse modelo de desenvolvimento econômico da humanidade que está a merecer o conhecimento da população. Quando vemos grupos de jovens participarem de eventos como o “Ocupe Wall Street” e outros e dizerem: “Nós somos os 99% que sustentamos 1% da humanidade”, é um movimento político importante para desmascarar essa ordem mundial que não tem outro caminho senão a desestruturação social e ambiental do Planeta.

Essa é uma realidade extremamente grave, de que nós, os partidos, esquecemos de abordar e de tratar.

Quando a Presidente Dilma toma iniciativas, como a de reduzir a taxa de juros, é um pequeno gesto na onda de enfrentamento a essa agiotagem internacional, que tem seus tentáculos aqui no Brasil.

Hoje, debate-se, em escala planetária, a criação de taxas de tributação de transações financeiras, como a chamada Taxa Tobin, que é uma espécie de CPMF internacional para tentar atingir esse mercado da circulação financeira, da agiotagem internacional, esse mercado da malandragem da banca internacional, que tira dinheiro das costas da população, inventando virtualmente esse dinheiro de uma riqueza que não existe.

É claro que isso, em algum momento, vai ser cobrado. É claro que a humanidade, em algum momento, vai fechar essa conta. E quando começar a fechar, estará aí o resultado dessa crise.

Estamos assistindo e debatendo, muitas vezes, questões secundárias e terciárias da realidade mundial. Quando, de fato, o País e o mundo estão mergulhados numa profunda malandragem financeira internacional, que está aí como resultado da crise de 2008 e que vem se desdobrando, arrastando países como Grécia e Portugal para o redemoinho dessa tragédia mundial. E o debate ocorre como se fosse algo que não tivesse nada haver conosco.

Esse torpor internacional em relação a essa crise há de acabar em algum momento. E é necessário que os países tomem conta de sua realidade, de suas riquezas naturais, de seus recursos naturais, para se resguardarem do resultado dessa crise. Por enquanto,

temos sobrevivido a essa crise internacional. Mas, a permanecer esse contágio e esse envolvimento internacional, nós sabemos que seremos arrastados também para essa situação.

O Brasil ainda tem gordura para queimar, ainda tem situações para enfrentar, graças à coragem que aqui tivemos de despertar o nosso mercado interno, de valorizar os nossos potenciais internos, e de não se entregar à sanha neoliberal, que foi a ordem comandada internacionalmente, para que todos entrássemos nessa. Foi o caminho que levou várias nações à tragédia e à ruína.

Portanto, este é o debate que tem que avançar nesta Casa e na nossa sociedade, para sabermos que rumos queremos, que tipo de sociedade queremos. Como citou o Senador Suplicy há pouco, outras economias são possíveis, outros mundos são possíveis, desde que debatamos e tenhamos a capacidade e a coragem de enfrentar essa ordem, ou essa desordem internacional do capitalismo...

(Interrupção do som.)

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. PMDB – ES) – Com a palavra...

O SR. ASSIS DO COUTO (PT – PR) – Assis do Couto.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. PMDB – ES) – Assis do Couto. É que eu tiro os óculos, Deputado, desculpe-me.

O SR. ASSIS DO COUTO (PT – PR) – Obrigado, Presidente Rose. Não sei agora se é um minuto. *(Pausa.)*

Presidenta, é um minuto?

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. PMDB – ES) – Dois minutos.

O SR. ASSIS DO COUTO (PT – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Presidente.

Quero trazer aqui uma homenagem à agricultura familiar do Brasil, mas, em especial, aos agricultores familiares do Município de Salgado Filho, que fizeram a sua 18ª Festa do Vinho e do Queijo nos dias 13, 14 e 15, no final de semana passado.

O que chamou a atenção nesta festa, nesta grande feira, Deputado Zé Silva, que é extensionista e sabe bem do que estamos falando aqui, é que Salgado Filho construiu uma economia local baseada na agricultura familiar e nas agroindústrias de pequeno porte, praticamente todas elas familiares, não são empresas. Essas pequenas agroindústrias produzem produtos – tenho aqui uma amostra e convido quem estiver presente e quiser degustar esses produtos aqui, no restaurante da Câmara, queijos, salame, copa, produtos produzidos

por agricultores familiares com serviço de inspeção municipal, inspeção sanitária municipal – e não podem vendê-los além das fronteiras do próprio Município de Salgado Filho. Isso é injusto demais.

Lembro que o Presidente Lula, na Caravana da Agricultura Familiar, em 2001, na nossa região, foi tomar um café da manhã nesta região e os agricultores ofereceram esse tipo de produto. Ele perguntou: “Mas por que eu não posso comprar isso aqui em São Paulo?”. Aí foi dito a ele: “Lula, há uma lei municipal que diz que só pode vender dentro do Município, há uma lei estadual que só...”

(Interrupção do som.)

O SR. ASSIS DO COUTO (PT – PR) – Para concluir, Presidente. E uma lei federal, que pode vender no País e fora do País, para exportação. O Lula, com sua inteligência, peculiar inteligência, trouxe isso para cá. Fez dois decretos para criar o Suasa – Sistema Unificado de Atenção à Sanidade. Inúmeras reuniões e até hoje o Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Sanitária infelizmente não está funcionando e esses produtores se limitam a vender o seu produto dentro do seu Município apenas.

Você não pode comprar fora do Município, pode comer fora do Município, Deputado Ferro, que não faz mal, pode degustar aqui, já fizemos outras vezes, mas não pode comercializar fora do Município por conta por conta da legislação sanitária caótica, atrasada, que precisamos superar neste País.

Era essa a minha manifestação, Srª Presidente.

Muito obrigado pelo tempo a mais que me concedeu.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. PMDB – ES) – Parabenizo V. Exa. pelo pronunciamento, que é objeto de preocupação de vários parlamentares.

Com a palavra a Deputada Telma Pinheiro. Em seguida, Deputa Erika Kokay.

A SRA. TELMA PINHEIRO (PSDB – MA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Srª Presidenta, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, o que me traz à tribuna é me associar a tantos Deputados que, nesta Casa, estiveram reivindicando do Governo Federal que possa ouvir de forma mais direta a reivindicação dos servidores públicos federais.

Neste momento, eu represento a classe dos servidores federais do Incra (*Palmas.*), que nos enviaram um clamor nacional para que esta Casa possa intermediar junto ao Governo Federal os reclamos, as reivindicações, dos servidores deste importante órgão da nossa Nação.

Lembrar que o Incra é o responsável pela política fundiária, pela reforma agrária, pelo assentamento de

milhares de famílias em nosso País é, talvez, redundar naquilo que esta Casa sabe. Mas o Governo também sabe que o Incra, que tem recebido uma demanda de serviços crescentes, não pode, com a pouca e frágil estrutura funcional, sem condições de trabalho, até com trabalho humilhante, com baixos salários, continuar. Esses servidores precisam da nossa assistência, da nossa intermediação junto ao Governo.

Aqui estou para pedir à Presidenta Dilma e a toda a sua equipe que atendam ao clamor dos servidores públicos federais, notadamente os do Incra, que tem atendido a tantas famílias, que tem resolvido os conflitos fundiários em nosso País.

Só no Maranhão, Srª Presidenta, nós temos mais de 125 mil famílias sendo atendidas neste momento. Só que, como uma das 30 superintendências do País, o Estado do Maranhão não pode sozinho fazer tudo. Por isso, essa greve nacional dos servidores do Incra, justa, de direito pleno, reivindica isonomia salarial com as categorias demais que estão clamando. Os servidores do Incra precisam da nossa assistência, porque eles reivindicam de forma justa uma estrutura nova, uma reforma estrutural orgânica, institucional nos seus quadros. O Incra precisa, como os demais servidores federais, de um plano de carreiras, cargos e salários compatível com as claras e evidentes ações que o Incra executa ...

(Interrupção do som.)

A SRA. TELMA PINHEIRO (PSDB – MA) – ... em nosso País.

Portanto *(Intervenção fora do microfone.)* – só mais um minuto, Presidenta –, quero convocar esta Casa para juntos irmos ao Governo Federal e clamarmos e pedirmos à nossa Presidenta uma justa atenção aos servidores do nosso País.

Quero que inclua, Presidenta, este discurso nos Anais da Casa e o ofício encaminhado pelos servidores nacionais do Incra e servidores do Maranhão para esta Deputada; que seja incluso nos jornais de comunicação da Câmara Federal.

Muito obrigada.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE A SRA. DEPUTADA TELMA PINHEIRO EM SEU PRONUNCIAMENTO

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno do Senado Federal, primeiro subsidiário do Regimento Comum.)

Associação dos Servidores do INCRA no Estado do Maranhão – ASSINCRA-MA

Associação Nacional dos Engenheiros Agrônomos do INCRA – ASSINAGRO

São Luís, 12 de julho de 2012

Excelentíssimo Senhor parlamentar,

Os servidores do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, órgão executor da Política Nacional de Reforma Agrária e da gestão da malha fundiária em todo território nacional, entre outras atribuições, encontram-se em greve há vinte e cinco dias, após diversas tentativas de negociação com o governo federal. O movimento de greve está sendo usado como último instrumento para sensibilizar o governo que, assumindo o papel de Estado, não deu à política agrária e, sobretudo à reforma agrária a relevância merecida e necessária.

O atual governo anuncia que tem como meta a erradicação da miséria, por meio do **Plano Brasil sem Miséria**, que mobiliza os esforços dos governos federal, estaduais e municipais em torno de várias ações na cidade e no campo. Entretanto, há de se questionar como se atingirá essa meta se somente no meio rural encontram-se 47% do público deste plano, cuja prioridade é o aumento da produção dos agricultores, sem antes promover o fortalecimento do INCRA, autarquia que executa diretamente as atribuições relacionadas ao meio rural e que diante de tamanha importância nesse contexto, não tem recebido a devida atenção por parte desse governo?

Ocorre, Excelência, que esse paradoxo não prejudica somente os servidores da autarquia, que exercem as suas atividades sem condições adequadas, desmotivados e mal remunerados. O principal prejudicado é o trabalhador rural, que historicamente sofre com a dificuldade de acesso às políticas públicas, quadro esse agravado ainda mais pela ausência do INCRA no campo, por conta das inúmeras dificuldades pelas quais o órgão vem passando.

Cabe ressaltar que o INCRA, além de executar as Políticas de Reforma Agrária, ação de fundamental importância para que a justiça social ocorra no País, também executa o Ordenamento da Estrutura Fundiária, a Regularização Fundiária, a Titulação de áreas remanescentes de Quilombolas, a Desintrusão de não-índios em áreas indígenas, a Desintrusão de posseiros em unidades de conservação, o Reassentamento de famílias atingidas por barragens e o Acompanhamento de obras do PAC.

Apenas para situar Vossa Excelência sobre a dimensão da demanda do trabalho do INCRA e da atual conjuntura funcional do órgão nos últimos 26 anos cita-se os seguintes dados: em 1985 o INCRA atuava em apenas 61 municípios brasileiros; possuindo 67 projetos de assentamento em uma área de 9,8 milhões de hectares; atendendo a 117,8 mil famílias

assentadas, com um quadro de 9 mil servidores. Até o final de 2011, o INCRA já estava presente em 2.022 municípios brasileiros; possuindo 8.792 projetos de assentamentos em uma área de 85,8 milhões de hectares; atendendo a 921 mil famílias, com um quadro de 5.820 servidores. No Maranhão, estado de expressiva população rural, o INCRA é responsável por 943 assentamentos, que abrangem uma área de 4.533.544,7707 ha, atendendo a 124.171 famílias, que representa mais de 600.000 pessoas (aproximadamente 10% da população do estado).

Em uma análise geral do cenário nacional, considerando os dados acima, referentes aos últimos 26 anos, constata-se um aumento significativo da presença do INCRA no Brasil, com um aumento de 803,2 mil famílias e uma redução de 3.180 servidores. Assim sendo, fica a pergunta: Como o órgão pode realizar com qualidade as suas atribuições se há um aumento significativo nas ações e não há servidores suficientes para exercê-las?

Diante desse quadro lastimável, os servidores do INCRA em todo o Brasil estão juntos/lutando pela implementação da seguinte pauta de reivindicações:

- Reposição da força de trabalho, com a realização de concursos públicos;
- Reestruturação do Órgão, através da criação de novas diretorias e Unidades Avançadas;
- Reestruturação das carreiras, por meio de recomposição salarial e correção de distorções salariais em relação a outras categorias de servidores do Poder Executivo que tem atribuições semelhantes às carreiras do INCRA;
- Inclusão efetiva da reforma agrária na agenda do governo federal, com a disponibilização orçamentária e financeira compatível com as atividades desempenhadas pelo órgão.

Ante o exposto, solicitamos o apoio de Vossa Excelência a esta causa, no sentido de manifestar-se publicamente, por meio de pronunciamento na tribuna dessa honrosa casa legislativa, a fim de informar à sociedade brasileira sobre as dificuldades pelas quais o INCRA está passando e sobre o real objetivo do movimento grevista dos servidores, que não se limita a questões salariais, conforme já mencionado, bem como fazer gestão junto ao Centro de Governo, especialmente Casa Civil e Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, visando ao atendimento da pauta de reivindicações apresentada.

Respeitosamente, – **Honório Guterres**, Presidente da ASSINCRA/MA – **José Ribamar Pinheiro Brito**, Representante da ASSINAGRO/MA

José Ribamar Pinheiro Brito

A Sua Excelência a Senhora
Telma Pinheiro
Deputado Federal PSDB/MA
Gabinete 933, Anexo IV
Palácio do Congresso Nacional – Praça dos Três Poderes – Brasília DF – CEP 70160-900

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. PMDB – ES) – Com a palavra a Deputada Erica Kokay; em seguida, o Deputado Edinho Bez.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Srª Presidenta, penso que esta Casa não pode fechar os olhos sobre o que está acontecendo neste País no que diz respeito à greve dos servidores públicos.

Os servidores públicos reivindicam justamente a reestruturação dos seus planos de carreira, do quadro de carreira, e reivindicam, com isso, o fortalecimento do serviço público. Penso que felizes são aqueles que, ao se colocarem em movimento, também movimentam o conjunto da sociedade e, ao defenderem seus interesses mais imediatos, também defendem os interesses históricos do conjunto da sociedade.

Quando falamos dos servidores do Incra que estão em greve, nós estamos falando de uma política que precisa ser construída neste País, que é a política de reforma agrária, a política para que possamos dividir a terra e tirar as cercas que cercam o latifúndio e, além disso, cercam também os sonhos e o futuro do País.

Quando nós falamos da greve do Ministério da Saúde, estamos falando de profissionais que são absolutamente fundamentais para manter um direito básico, que é o direito à vida.

Portanto, quando falamos de servidores públicos, nós estamos falando de serviço público. E, ao falarmos de serviço público, estamos nos referindo às políticas públicas, imprescindíveis para que possamos construir um país que, definitivamente, varra do seu solo as casas grandes e as senzalas e para que possamos resgatar direitos em uma população tão cindida, em uma população tão ferida historicamente na sua condição humana.

Por isso, Srª Presidenta, venho aqui para prestar a minha solidariedade a todos os servidores que se encontram em greve neste momento. E para, especificamente, falar dos trabalhadores – servidores e servidoras – que, desde o dia 21 de junho, encontram-se em greve na Funai.

Nós estamos falando de um órgão de proteção e defesa da comunidade indígena, da população indígena, dizimada por interesses que ferem a nossa construção humana e a nossa brasilidade.

Por isso, estamos aqui, Srª Presidenta, falando das condições adversas em que trabalham os servi-

dores e servidoras da Funai. Existe hoje um déficit de 2,5 mil servidores e servidoras e, obviamente, com a estrutura salarial absolutamente defasada, os servidores não ficam naquela instituição quando são eleitos ou quando passam em concurso público.

Além disso, nós temos hoje o prédio da Funai, aqui no Distrito Federal, a sede da Funai, condenada pela Defesa Civil. Condenada pela Defesa Civil! E os servidores continuam lá, sem que haja uma providência imediata para que estejam em um local com estrutura que assegure a sua própria integridade.

Por isso, venho aqui, Srª Presidenta, para prestar a solidariedade ao conjunto dos servidores públicos e, particularmente, aos servidores e às servidoras da Funai, que hoje lutam, apesar de toda a adversidade, em defesa do País.

O SR. PASTOR MARCO FELICIANO (PSC – SP) – Srª Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. PMDB – ES) – Desculpe, eu tenho que chamar o Deputado Pastor Feliciano, que era um dos primeiros inscritos aqui, do PSC de São Paulo.

O SR. PASTOR MARCO FELICIANO (PSC – SP) – Srª Presidenta, Sras. e Srs...

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. PMDB – ES) – Só um comunicado, por favor.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. PMDB – ES) – O Presidente Sarney pediu que comunicasse que, logo após a votação do Congresso Nacional, haverá uma extraordinária no Senado para votação das matérias que estão na pauta.

O SR. PASTOR MARCO FELICIANO (PSC – SP) – Srª Presidente, estou inscrito?

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. PMDB – ES) – Eu errei, já comuniquei, V. Exa em seguida.

O SR. PASTOR MARCO FELICIANO (PSC – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sou eu? Dois minutos?

Sra. Presidente Rose de Freitas, primeiramente, quero parabenizá-la pela condução desta sessão plenária. V. Exa sempre abrilhanta e agiganta esta Casa, com a sensibilidade da mulher brasileira e, não menos, com a força aguerrida de uma guerreira. Parabéns!

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu quero aqui agora vaticinar – e essa é a palavra certa – acerca de algo que está para acontecer no nosso País se algo não for feito urgentemente.

A mídia secular, nestes últimos dias, tem divulgado que mais de 300 planos de saúde neste nosso País estão com problemas gravíssimos. Alguns por inadimplência; outros, por não conseguirem atender às demandas do seu povo.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, cerca de 10 milhões de brasileiros – pasmem, senhoras e senhores! – começarão a padecer se algo não for feito urgentemente nesta Casa.

Peço aqui aos Deputados que são chamados de “soldados dos planos de saúde” que comuniquem isso aos seus Pares. Há dois meses, venho usando este microfone, falando sobre alguns planos de saúde, inclusive da Unimed, sobre o que já propus a esta Casa uma CPI, porque é inadmissível o que está acontecendo. Caberá aos cofres públicos e ao Governo Federal, se algo não for feito agora, a manutenção desses planos de saúde, que são muito mal administrados, enriquecendo, ilicitamente, muitas pessoas que, fazendo mau uso, usam suas influências para conquistar.

Então, fica registrado nesta Casa que pelo menos a voz de um Parlamentar tem gritado e vaticinado que, se não for feito algo urgente, o País está à beira do maior de todos os escândalos, talvez até pior do que os escândalos dos Cachoeiras e dos mensalões da vida.

Por isso, quero agradecer aqui também, Sr^a Presidente, fazendo coro ao nobre Deputado Eduardo Cunha, que falou aqui hoje sobre o exame de Ordem. Eu sou relator desse projeto e não vejo a hora de ele ser votado para terminar de vez com esse nefasto exame, que traz preconceito com os demais segmentos da sociedade.

Muito obrigado, Sr^a Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. PMDB – ES) – Com a palavra o Deputado Edinho Bez.

Quero dizer que ainda estão inscritos os Deputados Benedet, Domingos Dutra, Izalci, Ronaldo Nogueira, José Augusto Maia e Zé Silva.

Que injustiça que eu cometi... Vai passar na frente dos outros, porque isso é injustiça mesmo.

Eliene Lima está aqui, sim.

Pois não, com a palavra o Deputado Edinho Bez.

O SR. EDINHO BEZ (PMDB – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente; meus colegas Parlamentares, uso a palavra nesta oportunidade para falar da reunião, no último dia 16, do Governador de Santa Catarina, Raimundo Colombo, com o Governo Federal.

Os destaques dos projetos sobre as cheias do rio Itajaí foram para as ações de mitigação das cheias da Bacia do Rio Itajaí. A reunião antecipa o lançamento, pelo Governo Federal, do PAC Prevenção, que deve ser realizada na semana que vem. A ideia do Governador é ver quais medidas podem ser incluídas neste PAC das ações de prevenção que o Estado já estava encaminhando para melhorar sua defesa contra as catástrofes naturais.

Encerro lembrando que irei cobrar também do Governador por que não foi ampliado, também, para a região sul de Santa Catarina, meu caro Deputado Ronaldo Benedet, em especial, sobre o rio Tubarão que necessita de desassoreamento o mais rapidamente possível.

Esse assunto vem sendo protelado, mantendo o risco de catástrofes, uma vez que já o enfrentamos em outras oportunidades, enfatizando a enchente e catástrofe de 1974, quando este Deputado já morava na cidade de Tubarão.

Para nós tubaronenses, é com tristeza que falamos e lembramos o ocorrido, nós que assistimos e vimos e ajudamos a atender aquelas pessoas atingidas inclusive com o falecimento de mais de mil pessoas.

Precisamos agilizar os projetos visando à prevenção e contar com o apoio do Governo Estadual e do Governo Federal em parcerias com o Governo Municipal para acelerar o projeto que está em andamento, uma vez que este Deputado colocou, através de emenda parlamentar, com o apoio de 16 Deputados e (*falta de som*), e aprovamos na ordem de R\$30 milhões para o desassoreamento do rio Tubarão, especificamente para aquela região. Lembro que o rio Tubarão envolve 18 Municípios daquela região que precisam de recursos da ordem de R\$90 milhões.

Daí a necessidade de o nosso governador, em parceria com a Prefeitura e com o Governo Federal, agilizar a sua tramitação para que possamos iniciar as obras o mais rapidamente possível.

Não é possível que nós tenhamos de esperar outras enchentes, outras catástrofes.

Há lentidão, há demora, não há prioridade! E nós estamos, aqui, exigindo a prioridade do desassoreamento do rio Tubarão, importante para evitar que tenhamos outras catástrofes, outras enchentes.

Obrigado, minha cara Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. PMDB – ES) – Com a palavra, Deputado... Não. Deputada Rosane...

Com mil desculpas, Deputada Rosane Ferreira, do PV do Paraná.

A SRA. ROSANE FERREIRA (Bloco/PV – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Muito obrigado, Sr^a Presidente.

Ocorreu hoje pela manhã, no Ministério da Saúde, uma reunião entre a Anvisa e as entidades de classe de enfermagem: a ABEn, o Cofen e outras entidades.

Foi debatida a questão da RDC nº 26, uma resolução da diretoria colegiada da Anvisa que estabelece um enfermeiro para cada dez pacientes em leitos de UTI. Essa RDC é para substituir a RDC nº 7, que estabelecia um profissional enfermeiro para cada oito.

Quero deixar registrada a minha preocupação com essa medida, quando, ao estarmos debatendo nesta Casa a diminuição da carga horária da enfermagem, temos, na contramão, o aumento do número de pacientes por enfermeiro em leitos de UTI, em que as exigências de cuidados são intensivas.

Também quero aproveitar este minutinho que me resta para dar como lido um documento em que faço um balanço das atividades desta Casa neste primeiro semestre.

Tenho para mim que fizemos muitas coisas muito positivas, Sr^a Presidente, entre elas, a regulamentação da profissão de motoristas. É fundamental essa questão – e foi fundamental. Não sei como nós ficamos tantos anos sem regulamentar a profissão de motorista. Temos 1.713 milhão profissionais que, muitas vezes, são envolvidos em acidentes de trânsito por conta da falta de regulamentação. Entre todas as questões, eu quero destacar esta, que foi, sem sombra de dúvida, importantíssima para toda a sociedade.

Muito obrigada.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DA SRA. DEPUTADA ROSANE FERREIRA.

A SRA. ROSANE FERREIRA (Bloco/PV – PR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares: neste momento, em que chegamos à metade de 2012, cabe-nos fazer um balanço do que aconteceu no primeiro semestre nesta Casa de Leis. Ao votarmos Projetos de Lei e Medidas Provisórias, obtivemos vitórias e derrotas, registramos polêmicas e embates. Entre idas e vindas, reuniões e muita articulação política foram necessárias. Gostaria de centrar minha análise em matérias – algumas já leis, outras aguardando sanção ou encaminhadas ao Senado Federal – consideradas ‘menores’, aquelas que não ganham repercussão na mídia.

Claro que, para todos os efeitos, o Código Florestal, a Lei Geral da Copa e a PEC do Trabalho Escravo, independente de análises qualitativas de quem ganhou ou perdeu, são matérias de grande envergadura e que ganham dimensão merecida por sua abrangência e por representarem marcos regulatórios que há muito tempo o país esperava.

Porém, quero destacar neste pronunciamento decisões aparentemente simples, mas que farão a diferença na vida de brasileiras e brasileiros.

Uma delas é a aprovação do projeto que garante a emissão gratuita da primeira via da carteira de identidade. Agora, além da certidão de nascimento, todos poderão obter esse outro documento sem custo. Tenho convicção que esta medida, que irá beneficiar espe-

cialmente os jovens que buscam o primeiro emprego, fará a diferença para o acesso à cidadania.

Outra proposta aprovada e que merece especial destaque é a que regulamenta a profissão de motorista profissional e o tempo máximo de direção que eles poderão exercer de maneira ininterrupta. Em um país que conta, segundo dados da ANTT, mais de um milhão e setecentos mil veículos para o transporte de carga, transportando mais de 60% da produção da agroindústria, a lei trará dignidade e respeito a uma categoria de trabalhadores até então invisível, além de reduzir os acidentes, que, em 2011, foram da ordem de 66.378, com 9.611 feridos e 1.217 mortes, sendo que, destas perdas, 718 foram de condutores de caminhões.

Neste semestre, Sras. e Srs. Parlamentares, fixamos um peso mínimo para as mochilas escolares, que não devem ultrapassar 15% do peso do estudante. Endurecemos a Lei Seca e criamos um banco de DNA para auxiliar investigações de crimes violentos e instituímos eleições únicas em todo o país para conselheiros tutelares.

Na área da Saúde, tomamos duas importantes e grandiosas decisões: acabamos com o cheque-caução para atendimento emergencial, que passa a ser considerado um crime pelo texto aprovado. Também aprovamos que o SUS irá custear a reconstrução da mama para pacientes que se submeteram à mastectomia.

Se tivemos sensibilidade para acatar estas e outras propostas, faltou acordo para viabilizar a Reforma Política, as 30 horas para a Enfermagem, a Lei de distribuição dos Royalties e a PEC do Voto Aberto. Estas propostas ficam para o segundo semestre e devem merecer de nós atenção e dedicação.

Eu sou uma otimista incorrigível e acredito que, apesar das eleições municipais, poderemos avançar na apreciação e aprovação destas e outras matérias. Porque esta Casa de Leis tem o compromisso e a obrigação de trabalhar para mudar e melhorar a vida das pessoas. Para isto estamos aqui.

Peço que o presente pronunciamento seja registrado nos anais desta Casa e divulgado no programa A Voz do Brasil.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. PMDB – ES) – Com a palavra o Deputado Benedit. Em seguida, o Deputado Eliene Lima.

O SR. RONALDO BENEDET (PMDB – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidenta, Sras. e Srs. Deputados, é um prazer vir à tribuna desta Casa, ao final desta sessão legislativa ordinária, que se iniciou em fevereiro e que termina agora, no mês de julho, para dizer que, como Deputado de primeiro mandato e no segundo ano de trabalho, sinto-me realizado, uma vez que uma das nossas lutas, iniciada

no ano passado, que foi a criação da Frente Parlamentar em Defesa da Conclusão das Obras de Duplicação da BR-101/Sul, obtivemos apoio integral da Presidenta Dilma, que esteve na cidade de Laguna, neste ano, exatamente para dar a ordem de serviço para a grande obra, que é a Ponte Anita Garibaldi, a ser construída na Lagoa de Imaruí, no canal que une Laguna à Pescaria Brava, Município recém-criado, e que a Presidenta Dilma deu autorização para a rapidez na construção das obras.

Quero dizer que, no acompanhamento dessa Frente Parlamentar, observo que a Presidenta quer fazer investimentos, quer investir em infraestrutura, mas, como me pronunciei ontem aqui na tribuna desta Casa, ela tem dificuldade, exatamente pelas amarras da burocracia, pelas dificuldades com inúmeros órgãos, inúmeras autorizações, todo tipo de controle que existe e que amarra o andamento das obras e da infraestrutura de que tanto precisa o nosso País. A contar das amarras que existem, há obras que a Presidenta quer fazer em Santa Catarina e que não vai conseguir fazer antes do término do seu mandato.

Por isso, a mensagem que deixo para este semestre: que nós, o Congresso...

(Interrupção do som.)

O SR. RONALDO BENEDET (PMDB – SC) – ...Que o Poder Executivo encaminhe para esta Casa medidas, como inúmeras medidas provisórias são encaminhadas, para que votemos leis que facilitem a realização de obras públicas. Que se tenha outra forma de contratar, quando se tratar de obras importantes para o desenvolvimento, para a infraestrutura brasileira, que haja facilidades, como foi feito agora para a Copa.

O Brasil até pode viver sem uma Copa, mas não vai poder fazer o seu desenvolvimento sem obras de infraestrutura, como, por exemplo, as obras de duplicação da BR-101 e de outras estradas, outras rodovias, outras ferrovias, portos e aeroportos de que precisamos em nosso País, para o nosso desenvolvimento, como também de usinas hidrelétricas, termoelétricas, que precisamos construir no Brasil.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. PMDB – ES) – Com a palavra o Deputado Eliene Lima.

O SR. ELIENE LIMA (PSD – MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Srª Presidenta, Srs. Deputados, no último dia 13, após receber a proposta do Governo e a partir do encerramento da audiência no Ministério do Planejamento, o Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica Profissional e Tecnológica (Sinasefe) fez uma avaliação técnica e política do que significa o conteúdo da proposta apresentada, bem como sobre a forma como

irá promover o debate junto à base, do que tem a fazer, de agora até o encerramento do movimento grevista.

Há 33 dias foi deflagrado o movimento, e agora se recebeu uma proposta para dar continuidade ao processo. Os servidores devem fazer, de forma tranquila, pautadas as reivindicações, o debate sobre o que foi apresentado.

O Sindicato antecipou a análise técnica da proposta, apresentando questões importantes, que precisam ser aprofundadas nas assembleias a partir das questões técnicas e políticas que envolvem todo o debate.

A proposta apresentada estabelece a ampliação das distorções existentes na tabela docente depois do acordo de 2008/2010; estabelece critérios mais restritivos para o desenvolvimento do docente na nova tabela, inclusive cria impedimentos para além da titulação, já existentes na Lei nº 11.784/2008, colocando como uma das principais barreiras um elenco de critérios para a certificação de quem poderá progredir entre as classes estabelecidas na proposta de nova tabela; mantém as distorções para os aposentados, não permitindo que os mesmos atinjam o topo da tabela, principalmente aqueles que se aposentaram...

(Interrupção do som.)

O SR. ELIENE LIMA (PSD – MT) – Então, nós queríamos fazer aqui, Presidente Rose de Freitas, colegas Deputados, um apelo, porque podemos perceber – sou professor da rede federal, licenciado, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Estado do Mato Grosso –, de perto, que todo o esforço hoje no Plano Nacional de Educação, a busca dos 10% do PIB, o Brasil sem Fronteiras, que busca uma ação ousada, com mais de 100 mil estudantes no exterior, sem um esforço concentrado na volta das nossas instituições de ensino no Brasil, isso fica sem o efeito que se precisa estabelecer. Então, queremos fazer um apelo para que o Governo chegue a um bom senso e resolva a situação das greves da educação no Brasil. Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. PMDB – ES) – Com a palavra o Deputado Domingos Sávio, por dois minutos.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Srª Presidente, colegas Congressistas, quero, primeiro, registrar a nossa preocupação, não só da Bancada mineira, mas creio que de toda a Federação, em especial, de Minas Gerais, com o que estamos votando, neste momento, na Comissão Mista do Orçamento e que, daqui a pouco, haveremos de votar neste plenário.

O PSDB está contribuindo na construção de um acordo para que possamos votar ainda hoje, mas há

preocupações graves. A Lei Kandir é uma delas. A Lei Kandir desonera a exportação. Todos sabem da importância do minério de ferro na pauta de exportação do Brasil e o tanto que isso impacta em Minas Gerais. No entanto, essa mesma lei prevê uma compensação aos Estados. E, neste momento, estamos lutando, o PSDB está lutando lá, para que o Relator acolha uma justa compensação da Lei Kandir. Não é justo você exportar o minério, Minas ficar lá com as crateras... Parece que estamos voltando à época do Império, em que foi feita a Derrama e Tiradentes e os inconfidentes mineiros conjuraram pela liberdade e pela defesa da nossa Pátria.

Agora, Minas Gerais continua sendo sangrada, sacrificada. A exportação é isenta, Deputado Domingos Dutra. Não se paga um centavo de imposto, e o povo mineiro sofrendo. É justo que haja uma compensação.

Neste momento, há um pedido de destaque do Senador Flexa, pelo PSDB, estamos até procurando o Senador Clésio, que também é membro da Comissão Mista, para que ele se una a nós, e consigamos garantir a aprovação desse destaque, para que Minas Gerais não fique tão prejudicada. Já não basta estarmos esquecidos em matéria de obras. Está lá o Anel Rodoviário de Belo Horizonte, matando gente todo dia, a 381, as obras não saem, precisamos de mais dinheiro para essas obras de Minas, garantir isso na LDO, mas especialmente a Lei Kandir...

(Interrupção do som.)

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Especialmente a Lei Kandir. É uma questão de justiça. Não tem cabimento, porque a desoneração é dada pelo Governo Federal. É uma lei federal. Ou seja, é o Governo Federal fazendo cortesia com chapéu alheio. O Governo Federal autoriza a isenção do imposto e o Estado exportador é que é punido. Ele fica sem a arrecadação que seria devida ao Estado.

Isso é absurdamente injusto para com o povo mineiro. Não basta o fato de que a Cfem, ou seja, o *royalty*, entre parênteses, do minério, é insignificante se comparado com o do petróleo. E olha que o minério traz um prejuízo ambiental mais duro de ser recuperado. É preciso esse carinho com Minas Gerais.

Faço este apelo: que o Congresso possa ter um olhar especial para a questão da recomposição, da restituição aos Estados daquilo que nos é tirado com a isenção pela Lei Kandir.

Muito obrigado, Sr^a Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. PMDB – ES) – Eu queria fazer um comunicado ao Plenário.

Eu preciso da presença dos Líderes para que possamos nos entender sobre o andamento dos trabalhos

e não perder tempo com questões menores que, na verdade, podem atrapalhar todo o trabalho da votação.

Quero agradecer, inclusive, a sua colaboração.

Com a palavra o Deputado Severino Ninho. Em seguida, Deputado Domingos Dutra, Deputado Ronaldo Nogueira, José Augusto Maia, Zé Silva, Marroni e Zé Geraldo.

O SR. SEVERINO NINHO (PSB – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero dar como lido meu discurso referente à não votação antes do recesso da jornada semanal de 40 horas, bem como a jornada de 30 horas para enfermeiros e o piso nacional dos agentes comunitários de saúde.

É lamentável que o Congresso, a Câmara dos Deputados, não tenha apreciado essas matérias tão relevantes para a classe trabalhadora brasileira. Serão milhões de brasileiros beneficiados com a jornada de 40 horas semanais, uma jornada recomendada pela OIT, pela Organização Mundial de Saúde, enfim, recomendada por todos aqueles que entendem que o trabalhador, descansando mais, trabalhando menos, vai produzir mais, vai ter menos estresse, vai adoecer menos. Os patrões, infelizmente, em sua grande maioria, não entendem, fazem pressão, fazem *lobby* para que esta Casa não aprecie a jornada de 40 horas semanais. O mesmo acontece com o piso dos ACS – os prefeitos fazem *lobby*, gestões para que não se vote – e as 30 horas dos enfermeiros.

A classe trabalhadora não viu grandes conquistas neste semestre porque assuntos de seu interesse, assuntos que podem melhorar sua vida, não vieram a plenário, apesar dos reiterados requerimentos, pedidos de inclusão na pauta, movimentação dos ACS, que estão aqui semanalmente pedindo que esta Casa aprecie a matéria. O mesmo ocorreu com as enfermeiras de todo o Brasil, que estão aqui permanentemente pedindo a nossa sensibilidade para que se vote a questão da jornada semanal de 30 horas.

É lamentável que nós entremos em recesso e não tenhamos conseguido votar tão importantes matérias. Apelo aos colegas para que logo que voltarmos das férias possamos apreciar essas demandas dos trabalhadores brasileiros.

Sra. Presidente, eu solicito a divulgação nos órgãos de comunicação da Casa.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DO SR. DEPUTADO SEVERINO NINHO

O SR. SEVERINO NINHO (PSB – PE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, lamentavelmente, esta Casa entrará em recesso sem que tenha analisado três temas impor-

tantes e de interesse da classe trabalhadora, no caso, a PEC das 40 horas semanais, a jornada de 30 horas para os profissionais de enfermagem e a fixação do piso nacional para os agentes comunitários de saúde.

A à dessas propostas, a PEC 231/95 (Proposta de Emenda à Constituição) que reduz a jornada de trabalho de 44 horas para 40 horas semanais e prevê o aumento do adicional da hora extra de 50% para 75% do valor da hora trabalhada continua com a votação emperrada, não obstante já ter sido aprovada por unanimidade pela Comissão Especial da Câmara

Obviamente, que a dificuldade na tramitação da matéria, decorre da resistência da alta burguesia nacional, que, sob o argumento do impacto financeiro nas empresas, através dos seus representantes aqui, obstaculam qualquer medida que lhes reduza um pouco o lucro e sirva para ampliar a independência da classe trabalhadora.

Na verdade, a aprovação da PEC nos termos em que está redigida traz benefícios para as duas categorias, empresários e trabalhadores, pois a redução de jornada de trabalho trazem ampla o convívio social e familiar e faz reduzir os problemas de saúde como o estresse e a depressão, reduzindo as faltas ao trabalho, face a melhor qualidade de vida da classe trabalhadora, beneficiando, em consequência, a produção.

A presidente do Tribunal Regional do Trabalho 6ª Região, desembargadora Eneida Melo, defendeu que a proposta é positiva para trabalhadores, empregadores e para o Estado. Afirmando:

“Na realidade a redução da jornada de trabalho sem reduzir os salários trará um avanço, principalmente, na questão social. Trata-se de uma mudança fundamental porque vai atender as normas do direito internacional, à Organização Internacional do Trabalho (OIT), que em sua Convenção 116, passou a determinar a redução gradual das jornadas”.

Os outros dois projetos que desejo cobrar a inclusão na Ordem do Dia no segundo semestre, são os que dispõem sobre a jornada de trabalho de 30 horas para trabalhadores da área da saúde e o que trata do piso nacional dos agentes comunitários de saúde. Em relação ao 1º, trata-se de uma reivindicação histórica. Algumas categorias profissionais da seguridade social já conquistaram essa jornada máxima, porém, há uma década a Enfermagem brasileira luta para aprovar o Projeto de Lei do Senado 2.295/2000, mais conhecido como PL 30 Horas, que estabelece a jornada máxima de 30 horas semanais para os enfermeiros/as, técnicos/as e auxiliares de enfermagem. Inclusive, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) da Organização das Nações Unidas (ONU) recomenda esta jornada, argumentando que é o melhor para pacientes e trabalhadores da saúde do mundo inteiro.

Hoje, o contingente de mais de 1,5 milhão de profissionais da Enfermagem, juntamente com as suas organizações representativas, solicitam aos senhores deputados federais que defendam a votação em plenário do PL 30 Horas.

Esse PL, além da resistência da classe patronal privada, como o 3º, tem a resistência do poder público, sobretudo, prefeitos,

Em sua luta em defesa do piso nacional, os ACS de todo Brasil estão nesta Casa semanalmente, batendo de porta em porta, lutando diuturnamente para a sua legítima reivindicação, um nacional de salário, seja votado. Apesar da bonita e permanente mobilização da categoria, a Câmara dos Deputados até hoje faz ouvidos de mercador, não leva a matéria ao Plenário, omitindo-se em apreciar um tema tão caro para esses profissionais da saúde, que de sol a sol trabalham pela saúde preventiva em todos os rincões do Brasil.

Entretanto, sei que a luta dos trabalhadores em defesa da aprovação dos projetos que ora refiro-me, vai continuar até o momento em que esta Casa reconheça a legitimidade dos pleitos e reconheça que o Brasil precisa avançar ainda mais na conquista dos direitos daqueles que mais contribuem para o fortalecimento do nosso País.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. PMDB – ES) – Pois não, será feito.

Com a palavra o Deputado Domingos Dutra.

O SR. DOMINGOS DUTRA (PT – MA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Srª Presidente, primeiro, eu quero comungar com a Deputada Telma e com a Deputada Erika sobre a necessidade de o Governo Federal imediatamente negociar com os grevistas. Amanhã, a Esplanada dos Ministérios estará tomada por servidores públicos que reclamam salários dignos. Nós sabemos que serviço público se destina à população mais carente do Brasil.

Com relação ao Incra, eu sou do Maranhão e sei da importância, para a justiça e a cidadania, da reforma agrária. E com o Incra parado, a reforma agrária vai para a “buíca”, ou seja, para canto nenhum. Portanto, fica aqui também o meu apelo para que o Governo Federal encontre formas de achar alternativas para as greves do serviço público.

Sra. Presidenta, eu venho aqui fazer um registro sobre o assassinato do jornalista Décio Sá, no Maranhão. Esse jornalista e blogueiro foi assassinado no dia 23 de abril. A Comissão de Direitos Humanos, na minha pessoa, na da Deputada Erika e na do Deputado Severino, deu enorme contribuição para identificar e prender o executor e alguns mandantes. Com a prisão de alguns envolvidos, descobriu-se um gigantes-

co esquema de agiotagem e fraudes em licitações de equipamento hospitalar, merenda escolar e remédio.

Até agora, o inquérito continua em sigilo absoluto. A Polícia Federal até agora não foi acionada para contribuir nas investigações, já que fraude em licitações envolvendo recursos federais é de competência da Polícia Federal. Eu imaginava que a Polícia Civil do Maranhão já tivesse encaminhado à Polícia Federal o inquérito para que a Polícia Federal...

(Interrupção do som.)

O SR. DOMINGOS DUTRA (PT – MA) – ... – só para concluir –... para que a Polícia Federal pudesse encaminhar as investigações relativas a fraudes em merenda, equipamento hospitalar, remédio; fraude em licitações com recursos públicos.

Enquanto a Polícia Civil trata o tema ainda de forma sigilosa e não encaminhou para a Polícia Federal, autoridades, lideranças políticas do Governo e da Oposição se engalfinham na mídia, cada um acusando o outro de envolvimento com agiotagem.

Eu creio que, pela gravidade da situação, tanto o Governo do Maranhão como a Oposição deveriam se juntar, assinar uma petição e pedir à Polícia Federal para tomar conta das investigações. Fraudes em licitações com recursos federais são comuns no Maranhão e no Nordeste. Portanto, fica aqui o meu apelo para que a Polícia Federal entre na investigação.

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas. PMDB – ES) – Com a palavra...

Um minutinho, porque tem um pedido de Líder, aqui, do Deputado Paes Landim. V. Exa. vai falar como Líder.

O SR. PAES LANDIM (PTB – PI. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Srª Presidenta, eu queria aqui assinalar o centenário de nascimento de uma das maiores figuras humanas do meu Estado, o Coronel Octávio Miranda, que foi Parlamentar e colega do meu pai na Assembleia, em 1957, e depois de um irmão, no período do seu segundo mandato.

Foi militar respeitado no Exército, primeiro aluno da Escola Militar e servindo na base do Rio Grande do Sul conheceu uma argentina, a Srª Erminda Cribillete Miranda, com quem veio a se casar. Fundou o jornal *O Dia*, o primeiro jornal diário do meu Estado, em 1964.

O Coronel Octávio era um apaixonado também pela agropecuária, razão por que da grande homenagem que foi prestada na sua cidade, onde ele tinha fazenda, propriedade, agora no final de junho.

Lamentei muito que não estivesse presente a esse importante evento que homenageou uma das figuras marcantes do Estado do Piauí, tanto pela sua postura de militar correto, de um político seriíssimo mesmo

num momento de exacerbação partidária, nos anos 45 a 55; e depois, como diretor de jornal, imprimiu ao jornal uma postura de equilíbrio, de serenidade acima das paixões das facções partidárias do Estado.

Octávio Miranda, portanto, foi um nome que honrou o Piauí em todos os setores em que ele atuou.

Muito obrigado, Srª Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. PMDB – ES) – Com a palavra o Deputado Marcon; depois o Deputado Izalci.

O SR. MARCON (PT– RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Srª Presidente, eu quero dar como lido o discurso do dia de hoje.

Terça-feira passada, dia 10, nós tivemos um encontro com a nossa Bancada, no qual esteve presente a Presidente da República, companheira Presidente Dilma. Nesse jantar, falei com a Presidente sobre a questão da reforma agrária; convidei a Presidente para visitar os assentamentos e ela prontamente se colocou à disposição para visitar um deles.

Eu moro em um assentamento, o que prova para a Presidente que a reforma agrária é viável. Tem uma parte do Governo que é contra a reforma agrária, e nós queremos mostrar para a Presidente que os assentamentos são viáveis. Então, nós ficamos de agendar essa visita da Presidente da República a um assentamento do Movimento dos Sem Terra e, com certeza, vai ser no Rio Grande do Sul.

Então, gostaria que esse discurso fosse colocado na mídia interna desta Casa e também, quando for agendada a visita da Presidente, gostaria de convidar os parlamentares da Câmara Federal.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. PMDB – ES) – Com a palavra o Deputado Izalci; depois o Deputado Edinho Bez; depois o Deputado Ronaldo Nogueira. Deputado Izalci.

O SR. IZALCI (PR – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Srª Presidente, Srs. e Sras. Parlamentares, primeiro, gostaria de registrar, aqui, que protocolizei a Proposta de Emenda Constitucional nº 200, de 2012, que altera o art. 206, permitindo a contrapartida, mediante prestação de serviços no ensino superior.

Isso significa, Srª Presidente, que, com a aprovação dessa PEC, os alunos de ensino superior poderão dar contrapartida, em troca, evidentemente, daquilo que receberam do Estado, que foi a gratuidade do ensino superior.

Ao mesmo tempo, esse projeto contempla também que os alunos possam nos ajudar a implementar uma das metas prioritárias do Plano Nacional de Educação, que é a educação integral. Nós não conseguiremos, a curto prazo, implementar as metas do Plano Nacional

de Educação, com a educação integral, se não aprovarmos essa Emenda Constitucional. Por meio desse Plano, poderemos fazer com que milhares de alunos que trabalham compatibilizem o seu curso com as atividades do Estado. Poderemos colocar, na educação integral, os alunos que cursam Pedagogia, Letras, História, Educação Física, compatibilizando exatamente o seu curso com o reforço escolar e promovendo, dessa forma, uma melhoria na qualidade do ensino básico, que hoje é de péssima qualidade.

Então, eu quero registrar e, ao mesmo tempo, pedir o apoio dos Parlamentares, para que possamos, já no início do segundo semestre, trabalhar para a aprovação da PEC nº 200.

Era isso, Sr^a Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. PMDB – ES) – Com a palavra, o Deputado Edinho Bez; em seguida, V. Exa.

O SR. EDINHO ARAÚJO (PMDB – SP) – Edinho Araújo!

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. PMDB – ES) – Deputado Edinho Araújo.

Estamos fazendo três coisas ao mesmo tempo.

O SR. EDINHO ARAÚJO (PMDB – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente, Srs. Congressistas, apenas para fazer um registro das atividades que tivemos aqui, na Câmara e no Congresso Nacional.

Gostaria de destacar que tive o ensejo de ser Relator de uma matéria importante que diz respeito à Lei Seca, dando uma rápida resposta à sociedade brasileira, após a Justiça reconhecer que os motoristas bêbados não têm obrigação de submeter-se ao bafômetro.

Hoje, ainda tivemos um encontro, eu e o Deputado Hugo Leal, com o Senador Ricardo Ferraço, que é Relator dessa matéria, no Senado Federal, no sentido de que seja apreciada por aquela Casa para que tenhamos, assim, um diploma legal que venha suprir essa lacuna existente, hoje, na nossa legislação.

Ontem, nós apreciamos, aqui, a Medida Provisória nº 563, que cria incentivos fiscais para diversos setores da economia.

Ainda na manhã de hoje, apreciamos a Medida Provisória nº 564, que integra a segunda etapa do Plano Brasil Maior, com o objetivo de ampliar as fontes de financiamento disponíveis para alguns setores da economia, impedindo que eles sejam atingidos pela crise internacional e garantindo as obras do Programa de Aceleração do Crescimento.

Considero, Sr^a Presidente, que esta Câmara produziu um trabalho extremamente positivo e, portanto, gostaria que V. Exa. desse como lido o inteiro teor do

pronunciamento que faço com a devida divulgação na nossa Casa.

Muito obrigado, Sr^a Presidente.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSO DO SR. DEPUTADO EDINHO ARAÚJO

O SR. EDINHO ARAÚJO (PMDB – SP. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Senhoras e Senhores Parlamentares, estamos chegando ao final do primeiro semestre legislativo de 2012 e a avaliação que faço do trabalho desta Casa é a melhor possível. Trabalhamos duro e enfrentamos grandes questões nacionais. O Parlamento fez o papel que dele a sociedade espera.

Questões polêmicas, como o Código Florestal, foram amplamente debatidas e aprovadas, numa primeira fase.

Novos debates estão previstos para a volta do recesso parlamentar, quando o Congresso se posicionará sobre a MP 571 da Presidente Dilma Rousseff, editada para suprir lacunas deixadas pelos vetos presidenciais ao Código Florestal.

Tenho a missão de conduzir os debates da MP 571 nesta Casa, como relator revisor indicado pelo líder do PMDB, Henrique Alves, a quem agradeço pela confiança.

Entre as matérias votadas, tornamos mais rigorosa a Lei Seca, dando uma rápida resposta à sociedade brasileira após a Justiça reconhecer que os motoristas bêbados não têm obrigação de submeter-se ao bafômetro. Acrescentamos novos meios de provas para pôr fim à impunidade nos crimes de trânsito. Foi uma matéria de grande relevância que tive a honra de relatar.

Outras matérias relacionadas à área de segurança foram aqui aprovadas. Criamos o Sistema Nacional de Informações e Segurança Pública, integrando dados de ocorrências policiais, e centralizando um conjunto de informações sobre registro de armas de fogo; entrada e saída de estrangeiros; pessoas desaparecidas; execução penal e sistema prisional; recursos humanos e materiais dos órgãos e entidades de segurança pública; e repressão ao *crack* e a outras drogas.

Também aprovamos os projetos que criam o sistema informatizado para registrar dados de acompanhamento da execução de penas, e o que permite a destruição antecipada de produtos pirateados apreendidos. Também passou nesta Casa a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil. Tipificamos os crimes cibernéticos no Código Penal, e criamos um banco de DNA para auxiliar nas investigações de crimes violentos.

Nesta terça-feira, aprovamos a Medida Provisória 564/12, que integra a segunda etapa do Plano Brasil Maior, com o objetivo de ampliar as fontes de financiamento disponíveis para alguns setores da economia, impedindo que eles sejam atingidos pela crise

internacional e garantindo as obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

Ontem, a Câmara havia aprovado outra MP do Plano Brasil Maior, de número 563/12, que criou incentivos fiscais para diversos setores da economia.

E finalmente hoje avançaram os entendimentos para a aprovação da LDO, em mais uma demonstração de compromisso e entendimento das lideranças partidárias.

Muito trabalho nos espera no segundo semestre. Entre as matérias polêmicas, o presidente Marco Maia anuncia que o fator previdenciário, finalmente, entrará na pauta de debates.

É preciso criar alternativas a esse redutor de benefícios previdenciários que tanto penaliza os trabalhadores brasileiros que começaram a trabalhar mais cedo e já atingiram o tempo de contribuição.

Quero cumprimentar a maneira firme como os trabalhos desta Casa foram conduzidos neste primeiro semestre e desejo que tenhamos um segundo semestre ainda mais produtivo.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. PMDB – ES) – Com a palavra o Deputado Ronaldo Nogueira.

O SR. RONALDO NOGUEIRA (PTB – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Srª Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero registrar nesta tribuna e quero manifestar aqui a minha crítica com relação à decisão da Petrobras em realizar o aumento no preço do óleo *diesel*, conforme foi anunciado nessa última semana, sob a argumentação de que os preços deveriam estar alinhados com aqueles praticados no mercado internacional.

Sra. Presidente e Srs. Deputados, quando a Petrobras foi criada, além do objetivo da nacionalização do petróleo e o monopólio nacional, era justamente para impedir que o setor produtivo brasileiro, principalmente com relação aos combustíveis, ficasse sujeito aos impactos dos preços praticados no mercado internacional.

Sabemos que, no Brasil, mais de 60% da movimentação de cargas é praticada por veículos cujos motores são movidos a óleo *diesel*. Então, Srª Presidente, esse aumento, com o impacto de 4% para o consumidor final, fatalmente, irá incidir nos preços, inclusive, dos produtos que são colocados na mesa para a alimentação do trabalhador.

Nós entendemos, Srª Presidente, Srs. Deputados, que – vejam bem –, se 60% da movimentação de cargas é praticada por veículos cujos motores são movidos a óleo *diesel* e também a movimentação de pessoas...

(Interrupção do som.)

O SR. RONALDO NOGUEIRA (PTB – RS) – Noventa por cento dos motores dos veículos coletivos que transportam pessoas também são movidos a óleo

diesel, então, fatalmente, a decisão desse aumento vai prejudicar o trabalhador brasileiro.

O Brasil está em franco desenvolvimento econômico, e essa decisão de reajuste no preço do combustível não é conveniente, não é prudente para um momento tão importante, quando o Brasil está numa batalha para que a crise internacional não tenha impacto no mercado interno brasileiro.

Seria essa a nossa crítica, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. PMDB – ES) – Tem a palavra o Líder do Governo no Congresso, Senador José Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Srª Presidenta, eu quero parabenizar os membros da Comissão Mista do Orçamento, o seu Líder, Deputado Paulo Pimenta, e todos aqueles que integram aquele colegiado pelo acordo político que foi construído e que permitiu votar três créditos e também a Lei de Diretrizes Orçamentárias. Portanto, a matéria foi votada ali, por acordo, e está pronta para a Ordem do Dia.

Solicito a V. Exa. que, dentro do possível, inicie a Ordem do Dia, seguindo a ordem normal que V. Exa. sempre cumpriu, tendo, como primeiro item, as erratas (são três), para que possamos, em seguida, chegar às demais matérias, sem prejuízo daqueles que ainda estão inscritos e que V. Exa. Vier a dar a palavra.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. PMDB – ES) – Senador, seria de bom alvitre convidar os Líderes que viessem ao plenário para que pudéssemos iniciar a votação.

Nós precisamos da representação dos Líderes aqui no plenário.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE. O Líder do PSDB, Duarte Nogueira, está com V. Exa. na mesa; o Líder do PT, Gilmar Machado, está no fundo do plenário, tendo as últimas conversas com outros Parlamentares. Há vários outros Líderes presentes aqui, Srª Presidente.

Terminamos os trabalhos às 15h50min, e eles foram fazer um lanche, já que ninguém tinha almoçado.

O SR. ESPERIDIÃO AMIM (PP – SC) – Srª Presidente, V. Exa. me permite um registro?

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. PMDB – ES) – Eu queria dizer ao Líder José Pimentel que não estou vendo outro Senador a não ser o Senador Moka.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE.) – José Pimentel também é Senador, Srª Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. PMDB – ES) – Eu acabei de dar a palavra a V. Exa.

Não é possível que outro recibo não vá passar.

O SR. ESPERIDIÃO AMIM (PP – SC) – Srª Presidente, V. Exa. me permite?

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. PMDB – ES) – Pois não, Deputado Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIM (PP – SC. Pela Ordem. Sem revisão do orador.) – Srª Presidente, eu quero homenageá-la por presidir esta sessão e também prestar uma homenagem ao ex-Deputado Adylson Motta.

V. Exa. certamente não se lembra, porque é muito jovem e não frequentava esta Casa ainda.

Foi uma questão de ordem do Deputado Adylson Motta que estabeleceu o rodízio, a alternância de cargos para a Presidência da Sessão Conjunta do Congresso Nacional. Não era o usual. Foi o Deputado Adylson Motta, então, Primeiro Vice-Presidente da Câmara, que estabeleceu essa regra. Presidente do Senado, Primeiro Vice-Presidente da Câmara: a ordem de sequência para presidir as sessões conjuntas Congresso Nacional, o que nos permite, hoje, nos congratularmos com V. Exª, Deputada Rose.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. PMDB – ES) – Com a palavra, Deputado José Augusto Maia.

Quero pedir a compreensão dos senhores. Muitos olham para mim com raiva. Quero que V. Exªs entendam que eu tenho um Regimento que diz que falam apenas seis pessoas. Já falaram vinte e cinco...

OuvIU, Deputado Fernando Marroni, V. Exª que está impaciente, estou fazendo o que eu posso.

O SR. FERNANDO MARRONI (PT – RS) – Sim, Presidenta, estou aqui pacientemente... E aí chega o Deputado pega o microfone e diz: “Quero fazer um registro, quero fazer um registro”, e o faz, a senhora concede.

Então, também quero fazer um registro.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. PMDB – ES) – V. Exª não fica satisfeito quando faço o mesmo com V. Exª? O mesmo, quantas vezes!

Deputado, com a palavra.

O SR. JOSÉ AUGUSTO MAIA (PTB – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Srª Presidente; Srs. Deputados, subo hoje a esta tribuna para comunicar aos nobres pares que, graças a Deus, depois de muitas lutas e várias reuniões em Brasília e nos Estados da Federação, através da Frente Parlamentar Mista de Apoio à Criação de Novos Municípios, da qual sou o presidente, e o apoio incansável do Líder do Movimento Municipalista Brasileiro, Augusto César, o Governo Federal, por meio da equipe da Dra. Paula Ravanelli, da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República, aprovamos os critérios para que os novos Municípios brasileiros sejam criados.

No entanto, para dar maior celeridade ao projeto, ficou decidido que o Governo irá apoiar o projeto

de Lei Complementar nº 416/2008, que já está em uma fase bastante avançada, pois o mesmo já tramitou nas Comissões do Senado, tendo sua aprovação e, depois, enviado à Câmara Federal onde também já obteve pareceres favoráveis das comissões onde tramitou. Agora está pronto para a Ordem do Dia do Plenário desta Casa. Assim, o Governo Federal e a Frente Parlamentar decidiram que a Frente, através de seu Presidente irá apresentar uma emenda aglutinativa, inserindo no texto do projeto as modificações, sugeridas pelo Palácio Planalto, onde ficarão definidos os critérios previamente acordados para que não haja, de forma alguma, como ouve no passado, a farra na criação de novos Municípios que não tenham a menor condição de sustentabilidade.

Assim, quero agradecer a participação de todos os membros desta Casa que estão empenhados na solução deste problema, que há mais de 15 anos vinha prejudicando, de forma substancial, o desenvolvimento dos Distritos que já detêm os critérios exigidos. No entanto, sem a regulamentação (...) a Constituição Federal, ficam impedidos de crescer e se desenvolver, como posso citar os Distritos pernambucanos de Pão de Açúcar, São Domingos e tantos em todo o Brasil.

Do mesmo modo, quero, desde já, solicitar o apoio de todos quando da votação aqui neste Plenário, pois, com a regulamentação da Constituição, estaremos liberando o desenvolvimento daqueles Distritos que já dispõem dos critérios e, assim, devolvermos aos Estados a autonomia para criarem seus próprios municípios.

Sra. Presidente, era o que tinha a dizer. Peço que esse discurso seja veiculado nos órgãos.

O SR. JOSÉ AIRTON (PT – CE) – Srª Presidente, queria somente fazer um registro, uma retificação.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. PMDB – ES) – Deputado Fernando Marroni.

O SR. FERNANDO MARRONI (PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Srª Presidenta, Sras. e Srs. Deputados, queria fazer um registro sobre a assertiva do Programa Bolsa Família no que diz respeito à frequência escolar.

No último período, foi constatado que 95% dos beneficiários do Bolsa Família têm acima de 90% de frequência na escola. Esse dado é muito importante, porque contradiz aqueles que dizem que o Programa Bolsa Família, vinculado à escola, não teria efetivamente um alcance no que diz respeito à escola, que seria apenas, simplesmente um benefício social.

Esses dados que começaram a ser obtidos em 2010, 2011 e 2012 estão demonstrando o aumento dessa frequência e o sucesso escolar dessas crian-

ças que estão albergadas pelo Bolsa Família, que são beneficiárias.

Muito obrigado, Sr^a Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. PMDB – ES) – Encerrando os oradores, Deputado Zé Silva. Depois, vamos passar à votação.

Deputado Zé Silva.

O SR. ZÉ SILVA (PDT – MG. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, venho aqui nesta tarde muito especial para destacar o lançamento do Plano Safra da agricultura familiar, que destina mais de 22 milhões para diversas políticas públicas para a agricultura familiar. Esse Plano Safra visa a aumentar o limite de crédito da agricultura familiar brasileira, um segmento dinamizado, que garante 70% da alimentação na mesa de todos os brasileiros, todos os dias, e que tem cerca de 12,3 milhões de trabalhadores no campo. Esse Plano Safra envolve a ampliação de crédito, de assistência técnica rural, dá cobertura e dá garantia de preços e de comercialização para os agricultores familiares.

Mas há um ponto que é mais fundamental ainda: quando se aumenta o limite de enquadramento de 110 mil para 160 mil, nós temos a inclusão de muitos agricultores considerados médios agricultores, que até então não tinham a presença do Estado brasileiro com o crédito. Também o Pronaf B, que são aqueles agricultores que mais precisam que o aumento do limite passe de 6 mil para 10 mil, o que é um ponto fundamental que vai ser importante na geração de renda, de emprego e de qualidade de vida no campo.

Mas, especialmente, Sr^a Presidente, o que mais nos animou foi a decisão da Presidenta Dilma de criar o Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural, uma entidade de coordenação nacional.

O Ministro Pepe Vargas já criou um grupo de trabalho. Já estamos trabalhando em cima de uma proposta, uma sugestão feita pela Frente Parlamentar de Extensão Rural, juntamente com a equipe do Ministério, com a Contag, com a Asbraer, e, nesta quinta-feira, estaremos melhorando essa proposta, otimizando essa proposta, que será apresentada, em seguida, na Casa Civil.

Então, essa é uma notícia muito importante, porque, desde a década de 90, desde o ano de 1990, quando a Embrater foi extinta, que o Estado brasileiro não sinalizava claramente com uma política de apoio para levar inovação, tecnologia, novos conhecimentos para os agricultores, para os produtores brasileiros.

Tenho certeza de que os Ministros da Casa Civil, da Articulação Institucional, da Agricultura e do MDA terão essa prioridade, para que, até o final deste ano,

tenhamos o Brasil com um Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural, melhorando, assim, a produção, a produtividade, a qualidade de vida e a renda no campo.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. PMDB – ES) – Vamos passar ao processo de votação.

Gostaria de informar a pauta a ser deliberada no dia de hoje: Conselho de Comunicação Social, retificações dos autógrafos da LOA, retificação dos autógrafos do PPA, Projeto de Resolução do PSD.

Esses são os itens da pauta que teremos de votar antes de iniciar a Ordem do Dia.

Na Casa, registramos a presença, no painel, de 404 Parlamentares; do Senado Federal, de 42 Sr^{as} e Srs. Senadores.

O SR. GUILHERME CAMPOS (PSD – SP) – Sr^a Presidente, por favor.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. PMDB – ES) – Pois não, Deputado Guilherme.

O SR. GUILHERME CAMPOS (PSD – SP. Sem revisão do orador.) – Poderíamos ter preferência para o Projeto de Resolução do PSD, que é algo pacificado, de acordo com todos os Líderes; poderíamos ter a participação do PSD nas comissões mistas do Congresso já resolvidas de pronto?

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. PMDB – ES) – Eu gostaria de consultar os Srs. Líderes a respeito da proposta do Líder do PSD, de que votemos inicialmente o Projeto de Resolução do PSD, que é de comum acordo. Já foi votado na Câmara.

O SR. DUARTE NOGUEIRA (PSDB – SP. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente, da parte do PSDB, nossa assessoria já fez uma análise do projeto. Não temos nenhuma objeção à matéria, mas, para que possamos dar sequência, eu gostaria de saber, por parte da Mesa, se o requerimento por nós apresentado, assinado por Líderes partidários, foi recebido por V. Exa. e acolhido regimentalmente.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. PMDB – ES) – O requerimento de autoria de V. Exa. de votação em separado da Emenda nº 2183.0024 ao Projeto nº 3, de 2012, foi aceito pela Mesa e será oportunamente debatido por V. Exa..

O SR. DUARTE NOGUEIRA (PSDB – SP) – Muito obrigado, Presidente.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidenta, o Partido dos Trabalhadores está de acordo com a votação da proposta do Líder do PSD.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. PMDB – ES) – Projeto de Resolução do PSD.

É o seguinte o projeto:

PROJETO DE RESOLUÇÃO

Nº 1, DE 2012-CN

(Das Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal)

Dispõe sobre a composição das Comissões Mistas do Congresso Nacional na 54ª Legislatura.

O Congresso Nacional resolve:

Art. 1º. Até o dia 31 de janeiro de 2015, as Comissões Mistas do Congresso Nacional terão seu número de vagas acrescidas em um décimo para cada Casa do Congresso Nacional.

§ 1º. O disposto no *caput* aplica-se inclusive às Comissões Mistas já em funcionamento na 54ª Legislatura.

§ 2º. Ficam preservados os atos praticados pelas Comissões Mistas anteriormente à aprovação da presente Resolução.

§ 3º. Na Câmara dos Deputados, as vagas criadas em decorrência da aplicação desta Resolução serão destinadas ao Partido Social Democrático – PSD.

Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

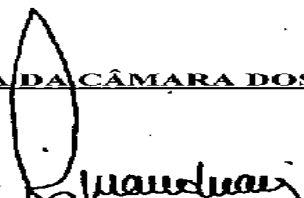
A presente proposta visa dar concretude a Acordo firmado no âmbito do Congresso Nacional para atendimento do Partido Social Democrático – PSD. As medidas constantes do presente Projeto de Resolução do Congresso Nacional terão vigência até o dia 31 de janeiro de 2015, momento em que se encerrará a presente legislatura. Nesse sentido, o aumento em um décimo do número de vagas nas Comissões Mistas tem o condão de preservar a participação democrática de uma das mais significativas bancadas no Congresso Nacional.

É lícita a presente proposta porquanto garante o pluralismo político no âmbito do Congresso Nacional, permitindo que os parlamentares do PSD da Câmara dos Deputados possam integrar as Comissões do Congresso Nacional. Ressalte-se, inclusive, que no Senado Federal a questão encontra-se pacificada pela aplicação do Parágrafo Único do art. 78 do Regimento Interno do Senado Federal. Na Câmara dos Deputados foi elaborado amplo acordo, culminando na aprovação da Resolução n. 12, de 2012, regulamentado pelo Ato da Mesa n. 27, de 2012, que permitiu aos parlamentares do PSD ocuparem vagas nas Comissões Permanentes da Câmara dos Deputados. Além disso, ficou decidido o aumento do número de membros das Comissões Temporárias.

Dessa feita, ressalte-se, o Congresso Nacional, aprovando a medida proposta, reafirma seu compromisso com o pluralismo. Tal medida reforça a democracia e o Estado Democrático de Direito.

Brasília, de de 2012.


MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

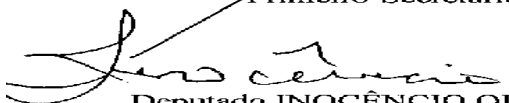

Deputado MARCO MAIA
Presidente

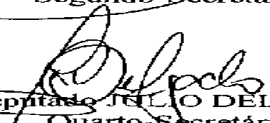

Deputada ROSE DE FREITAS
Primeira-Vice-Presidente


Deputado EDUARDO DA FONTE
Segundo-Vice-Presidente


Deputado EDUARDO GOMES
Primeiro-Secretário


Deputado JORGE TADEU MUDALEN
Segundo-Secretário

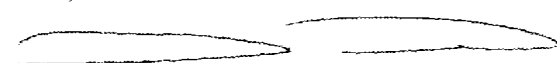

Deputado INOCÊNCIO OLIVEIRA
Terceiro-Secretário



Deputado JÉLIO DELGADO
Quarto-Secretário


MESA DO SENADO FEDERAL

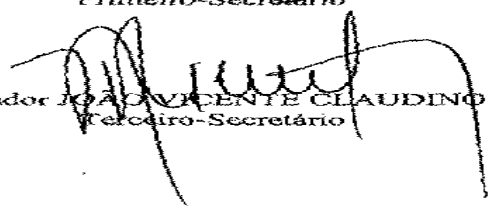

Senador JOSÉ SARNEY
Presidente



Senadora MARTA SUPLCY
Primeira-Vice-Presidente

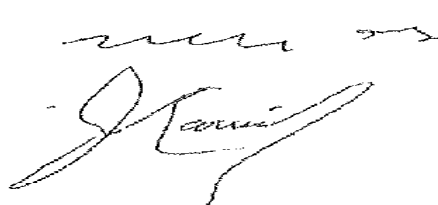

Senador WALDEMIR MOKA
Segundo-Vice-Presidente


Senador CÍCERO LUCENA
Primeiro-Secretário


Senador JOÃO RIBEIRO
Segundo-Secretário


Senador JOÃO VICENTE CLAUDINO
Terceiro-Secretário


Senador CIRO NOGUEIRA
Quarto-Secretário



A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. PMDB – ES) – Se todos estão de acordo, vamos colocá-lo em votação.

Aqueles que estiverem de acordo permaneçam como se acham. (Pausa.)

Aprovado.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. PMDB – ES) – Sobre a mesa, requerimento de urgência que será lido.

É lido o seguinte:

Requer, nos termos regimentais, urgência para apreciação do Projeto de Resolução do Congresso Nacional nº 1/2012, que *dispõe sobre a composição*

*das Comissões Mistas do Congresso Nacional na 54ª
Legislatura.*

Requeiro, nos termos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, combinado com o art. 151 do Regimento do Congresso Nacional, urgência para apreciação do PRN nº 1, de 2012, que dispõe sobre a composição das comissões mistas do Congresso Nacional.

Sobre o requerimento, temos assinaturas de todos os Líderes, o suficiente para atender ao trâmite do requerimento.

É o seguinte o requerimento na íntegra:

**REQUERIMIENTO
Nº 3, DE 2012-CN**

Requer, nos termos regimentais, urgência para apreciação do Projeto de Resolução do Congresso Nacional n. 1/2012, que "Dispõe sobre a composição das Comissões Mistas do Congresso Nacional na 54ª Legislatura".

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 155 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados e o art. 151 do Regimento Comum do Congresso Nacional, requer-se a urgência para apreciação do PRN n. 1/2012, que "Dispõe sobre a composição das Comissões Mistas do Congresso Nacional na 54ª Legislatura".

Brasília, de maio de 2012

60114840
LARISSA

PSD

PSDB

BRUNO AUGUSTO

HERNAN ALVES

PT.

PP.

WALTER PT
SENADO
WALTER PERALTA

ANTHONY
LIRG

PSD

SENADO
CALIFORNIA

Recibido a las 19 horas de 22/5/12
mexicanópolis.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. PMDB – ES) – Em votação o requerimento, na Câmara.

Aqueles que forem pela aprovação permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação, no Senado.

Aqueles Senadores e Senadoras que forem a favor permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado.

Aprovado o requerimento, passa-se à apreciação da matéria.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. PMDB – ES) –

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO CONGRESSO NACIONAL Nº 1, DE 2012

Discussão, em turno único do Projeto de Resolução nº 1, de 2012, do Congresso Nacional, que dispõe sobre a composição das Comissões Mistas do Congresso Nacional na 54ª Legislatura.

O prazo para apresentação de emendas ao projeto está aberto até o encerramento da discussão.

Em discussão o projeto.

Eu gostaria de perguntar aos Srs. Deputados e Srs. Senadores se gostariam de fazer uso da palavra para discutir o projeto. *(Pausa.)*

O SR. DUARTE NOGUEIRA (PSDB – SP) – Presidente, eu só gostaria de fazer uma observação, como coordenador da Bancada do PSDB na Comissão Mista de Orçamentos, representando a Câmara dos Deputados.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. PMDB – ES) – Pois não.

O SR. DUARTE NOGUEIRA (PSDB – SP. Sem revisão do orador.) – Se V. Exa. já contatou o Relator do projeto da LDO, para que o Senador Antonio Carlos Valadares esteja presente no plenário para, eventualmente, dirimir alguma dúvida que possa surgir ao longo da discussão.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (PT – CE) – Srª Presidenta.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. PMDB – ES) – Pois não.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (PT – CE. Sem revisão do orador.) – O nobre Senador Antonio Carlos Valadares foi fazer um lanche e estará logo aqui.

Portanto, o nobre Deputado Duarte Nogueira tem toda razão. Na hora em que formos começar o PLN nº 3, que é a LDO, obrigatoriamente ele terá de estar presente.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. PMDB – ES) – É porque não entramos ainda na Ordem do Dia. Nós estamos na preliminar com a votação.

O SR. PAULO PIMENTA (PT – RS) – Presidente, V. Exa. me permite?

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. PMDB – ES) – Pois não, Deputado.

O SR. PAULO PIMENTA (PT – RS) – Eu queria somente fazer um registro, Srª Presidente.

Como Presidente da Comissão Mista de Orçamentos, quero fazer um agradecimento público ao Senador Antonio Carlos Valadares, aos coordenadores das Bancadas de todos os Partidos do Governo e da Oposição, da Câmara e do Senado, às assessorias da consultoria legislativa da Câmara e do Senado, à nossa Secretaria Executiva da Comissão, porque foi fundamental o trabalho de todos, a dedicação de todos para que nós pudéssemos produzir esse resultado que levou à votação da Lei de Diretrizes Orçamentárias na tarde de hoje.

Portanto, fica aqui, Srª Presidente, o meu agradecimento público e o meu reconhecimento às assessorias das Bancadas e a todos aqueles que trabalharam de maneira incansável e dedicada para que essa votação pudesse ocorrer.

Muito obrigado a todos e fica aqui, mais uma vez, o meu agradecimento.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. PMDB – ES) – Nós estamos em discussão do projeto.

Há algum Senador ou Senadora, Deputado ou Deputada que queira fazer uso da palavra? *(Pausa.)*

Não tendo, nós vamos encerrar a discussão.

Ao projeto não foram apresentadas emendas.

Em votação o projeto, na Câmara dos Deputados.

Aqueles que forem a favor permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado.

No Senado.

As Sras. e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

A matéria vai à promulgação.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. PMDB – ES) – Segundo item da pauta. Conselho de Comunicação Social.

Nos termos do art. 224 da Constituição Federal e do § 2º, art. 4º, da Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991, a Presidência submete à votação do Congresso Nacional os membros do Conselho de Comunicação Social e seus respectivos suplentes, cujas indicações foram encaminhadas à Mesa do Congresso Nacional, nos termos legais, por entidades representativas dos setores mencionados nos incisos de I a IX do referido art. 4º, bem como por indicação da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

São as seguintes as indicações:

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
 2012/2014 (13 Titulares e 13 Suplentes)

Atualizado em 20/05/2012

Nº	LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	INDICADO POR	SUPLENTE	INDICADO POR
1	Representante das empresas de rádio (inciso I)	WALTER VIEIRA CENEVIVA	ABRA ABRA e ABERT são Entidades que têm como associados 90% das rádios e televisões do Brasil	DANIEL PIMENTEL SLAVIERO	ABERT ABERT e ABRA são Entidades que têm como associados 90% das rádios e televisões do Brasil
2	Representante das empresas de televisão (inciso II)	GILBERTO CARLOS LEIFERT	ABERT ABERT e ABRA são Entidades que têm como associados 90% das rádios e televisões do Brasil	MÁRCIO NOVAES	ABRATEL Associação Brasileira de Radiodifusão, Tecnologia e Telecomunicações
3	Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	ALEXANDRE KRUEL JOBIM	ANJ – Associação Nacional de Jornais Tem como associados jornais que representam mais de 90% da circulação no Brasil	LOURIVAL SANTOS	ANER – Assoc. Nac. de Editores de Revistas
4	Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)	ROBERTO FRANCO	SET Sociedade Brasileira de Engenharia de Televisão	LILIANA NAKONECHNYJ	SET Sociedade Brasileira de Engenharia de Televisão
5	Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	CELSO AUGUSTO SCHRÖDER	Câmara dos Deputados	MARIA JOSÉ BRAGA	FENAJ Federação Nacional dos Jornalistas
6	Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	JOSÉ CATARINO NASCIMENTO	FITER Federação Interestadual dos Trabalhadores em Radiodifusão e Televisão	EURÍPEDES CORRÊA CONCEIÇÃO	FITER Federação Interestadual dos Trabalhadores em Radiodifusão e Televisão

Nº	LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	INDICADO POR	SUPLENTE	INDICADO POR
7	Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	JORGE COUTINHO	SATED/RJ Sindicato dos Artistas e Técnicos em Espetáculos e Diversão do Estado do Rio de Janeiro	MÁRIO MARCELO	SATED/RJ Sindicato dos Artistas e Técnicos em Espetáculos e Diversão do Estado do Rio de Janeiro
8	Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	LUIZ ANTONIO GERACE DA ROCHA E SILVA	STIC Sindicato Interestadual dos Trabalhadores na Indústria Cinematográfica e do Audiovisual	PEDRO PABLO LAZZARINI	SINDCINE – Sindicato dos Trabalhadores na Indústria Cinematográfica e do Audiovisual nos Estados de SP, SC, PR, RS, MT, MS, GO, TO e DF.
9	Representante da sociedade civil (inciso IX)	MIGUEL ANGELO CANÇADO	OAB Ordem dos Advogados do Brasil	WRANA PANIZZI	Câmara dos Deputados
10	Representante da sociedade civil (inciso IX)	ARCEBISPO DOM ORANI JOÃO TEMPESTA	Senado Federal e CNBB Confederação Nacional dos Bispos do Brasil	PEDRO ROGÉRIO COUTO MOREIRA	Senado Federal
11	Representante da sociedade civil (inciso IX)	RONALDO LEMOS	Câmara dos Deputados	JUCA FERREIRA	Câmara dos Deputados
12	Representante da sociedade civil (inciso IX)	JOÃO MONTEIRO FILHO	Senado Federal e INBRAC Instituto Brasileiro de Comunicação Cristã	JOSÉ VITOR CASTIEL	Câmara dos Deputados
13	Representante da sociedade civil (inciso IX)	FERNANDO CESAR MESQUITA	Senado Federal	LEONARDO PETRELLI	Senado Federal

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002
2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. PMDB – ES) – A lista dos representantes se encontra distribuída entre as Lideranças. Pergunto se gostariam que eu fizesse a leitura do nome dos indicados. Gostariam? A lista foi distribuída, a lista do Conselho de Comunicação Social. O nome de todos os representantes das entidades, das empresas e da sociedade civil estão inscritos aqui.

O SR. DUARTE NOGUEIRA (PSDB – SP) – Da nossa parte, Presidente, já tomamos conhecimento da lista, que foi distribuída previamente. A não ser que V. Ex^a queira ler as entidades e seus titulares e suplentes.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. PMDB – ES) – Pois não.

O SR. DUARTE NOGUEIRA (PSDB – SP) – Na verdade, a composição do Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional se faz representar pela indicação de três titulares e de três suplentes, conforme a lei que a estabelece.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. PMDB – ES) – V. Ex^a quer que eu proceda à leitura. Se V. Ex^a abrir mão? Gostaria de saber se outros Líderes já tomaram conhecimento da lista de representantes? Todos já tomaram.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. PMDB – ES) – Vamos passar ao processo de votação.

Em votação, na Câmara.

As Sr^{as} e os Srs. Deputados que os aprovam queiram permanecer como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Em votação, no Senado.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que os aprovam queiram permanecer como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Serão tomadas as devidas providências para cumprir a deliberação do Plenário.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. PMDB – ES) – Sobre a mesa, os expedientes de retificação da LOA.

A Presidência comunica as Sr^{as} e aos Srs. Parlamentares que se encontram sobre as bancadas cópias do documento recebido.

É o seguinte o ofício:

Of. Pres. nº 202/2012/CMO

Brasília, 25 de abril de 2012

Assunto: Solicita a correção de erro material no processamento de emendas apresentadas ao Projeto de Lei nº 28/2011-CN (PLOA/2012).

Excelentíssima Senhora Presidente,

Cumprimentando-a cordialmente, solicito a Vossa Excelência providências no sentido de proceder à retificação

na publicação da Lei nº 12.595, de 19/01/2012 (Lei Orçamentária para 2012), tendo em vista a existência de erro material ocorrido no processamento das emendas que constam das programações orçamentárias do Autógrafo da Lei Orçamentária para 2012 (Lei nº 12.595, de 19 de janeiro de 2012) pela área técnica da Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara dos Deputados e Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle do Senado Federal, conforme Of. Conjunto nº 1/2012/Coff/Conorf, de 12 de abril de 2012, em anexo.

Outrossim, informo que a referida retificação está amparada pelo art. 152 da Resolução nº 1, de 2006, alterada pela Resolução nº 3 de 2008, ambas do Congresso Nacional, e art. 122, inciso I, da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2012 (Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011), e foi aprovada por unanimidade na 3.4 Reunião Ordinária da Comissão, realizada nesta data.

Ao ensejo, renovo a Vossa Excelência protesto de elevada estima e distinta consideração. – Deputado **Paulo Pimenta**, Presidente

Of. Conjunto nº 1/2012/Coff/Conorf

Brasília, 12 de abril de 2012

A Sua Excelência o Senhor

Deputado Paulo Pimenta

Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização Câmara dos Deputados
Brasília – DF

Assunto: Correção de erro de ordem técnica verificada no Autógrafo da Lei Orçamentária para 2012 (Lei nº 12.595, de 19 de janeiro de 2012).

Senhor Presidente,

As Consultorias de Orçamento da Câmara dos Deputados e do Senado Federal identificaram alguns erros materiais no processamento das emendas que constam das programações orçamentárias do Autógrafo da Lei Orçamentária para 2012 (Lei nº 12.595, de 19 de janeiro de 2012). Tais falhas foram identificadas somente após o envio do Autógrafo à sanção presidencial, fazendo com que a respectiva Lei fosse publicada com tais inconsistências.

Sobre a possibilidade de correção de erros ocorridos durante a elaboração da Lei Orçamentária, dispõe a Resolução nº 1/2006-CN que:

“Art. 152. O projeto de lei aprovado e enviado em autógrafo para sanção do Presidente da República não poderá ser motivo de alteração, **ressalvado o caso de correção de erro ma-**

terial, verificado exclusivamente no processamento das proposições apresentadas, formalmente autorizado pela CMO, por proposta de seu Presidente, justificando-se cada caso. Parágrafo único. “A alteração de que trata o caput observará o disposto na lei de diretrizes orçamentárias.”

Já a Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2012 (Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011) estabelece no seu art. 122, inciso I:

“Art. 122. A retificação dos autógrafos dos projetos da Lei Orçamentária de 2011 e de créditos adicionais, no caso de comprovado erro no processamento das deliberações no âmbito do Congresso Nacional, somente poderá ocorrer:

“I – até o encerramento do primeiro período da sessão legislativa, no caso da Lei, Orçamentária de 2012;”

Em vista desses aspectos e com amparo nos mencionados dispositivos legais, submetemos à apreciação de V. Exa. O presente anexo contendo os erros identificados e respectivas correções, acompanhados de justificativas. Caso se conclua pela pertinência, as correções sugeridas deverão ser objeto de autorização pelo plenário dessa Comissão.

Atenciosamente, – **Wagner Primo Figueiredo Júnior**, Diretor da Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira – COFF/CD – **Orlando de Sá Cavalcante Neto**, Consultor-Geral de Orçamentos, Fiscalização e Controle – CONORF/SF.

CONGRESSO NACIONAL

Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLN nº 28 de 2011 - CN)

ERRATA AO AUTÓGRAFO

(Retificação da Lei nº 12.595, de 19 de janeiro de 2012, publicada no DOU nº 15 de 20.01.2012, Seção I - Suplemento)

I - TEXTO DA LEI

D.O.U. / Página	Correção	Artigo	Inciso	Texto	Justificativa
D.O.U. nº 15 Seção 1 (e Supl.) 20 jan. 2012, pág.2	ONDE SE LÊ	4º	XIX	nos subitulos das ações dos programas "0910 - Operações Especiais: Gestão da Participação em Organismos Internacionais" e "0911 - Operações Especiais: Participação do Brasil em Organismos Financeiros Internacionais", limitado a 30% (trinta por cento) de cada subtitulo, mediante a utilização de recursos provenientes de:	Correção de erro material no processamento do substitutivo ao texto do Projeto de Lei nº 28/2011-CN, nos termos do Art. 152 da Resolução nº 12006-CN, para ajuste do código do programa.
	LEIA-SE	4º	XIX	nos subitulos das ações dos programas "0910 - Operações Especiais: Gestão da Participação em Organismos Internacionais" e "0913 - Operações Especiais: Participação do Brasil em Organismos Financeiros Internacionais", limitado a 30% (trinta por cento) de cada subtitulo, mediante a utilização de recursos provenientes de:	

II- QUADRO DEMONSTRATIVO DA COMPATIBILIDADE LOA 2012- PPA 2012-2015

D.O.U. / Página	Correção	Programa	Objetivo	Iniciativa	Ação / Título	UO	Valor	Justificativa
D.O.U. nº 15 Seção 1 Suplem. 20 jan. 2012, p. 625	ONDE SE LÊ	2075 - Transporte Rodoviário	0131 - Adequar a capacidade dos eixos rodoviários federais, garantindo condições estáveis de fluxo e segurança, com a finalidade de atender às demandas de cargas e ao volume de tráfego.	00A1 - Adequação de capacidade dos eixos rodoviários	7560 - Adequação de Trecho Rodoviário - Trecho Castanhal - Santa Maria do Pará - na BR-316 - No Estado do Pará	39252 - Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT	22.000.000	Correção de erro material no processamento da emenda nº 71150001, nos termos do Art. 152 da Resolução nº 1/2006-CN, para ajuste do título da ação.
	LEIA-SE	2075 - Transporte Rodoviário	0131 - Adequar a capacidade dos eixos rodoviários federais, garantindo condições estáveis de fluxo e segurança, com a finalidade de atender às demandas de cargas e ao volume de tráfego.	00A1 - Adequação de capacidade dos eixos rodoviários	7560 - Adequação de Trecho Rodoviário - Trecho Belém (km 0) - Castanhal - Santa Maria do Pará - Cachoeira do Pirá - Divisa PA/MA - Na BR-316 - No Estado do Pará	39252 - Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT	22.000.000	

CONGRESSO NACIONAL
Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLN nº 28 de 2011 – CN)

ERRATA AO AUTÓGRAFO

(Relifcação da Lei nº 12.595, de 19 de janeiro de 2012, publicada no DOU nº 15 de 20.01.2012, Seção I - Suplemento)

III - QUADRO DOS CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS

D.O.U. / Página	Correção	Órgão	Unidade	Programa	Tipo Ação	Programática	Ação/Subtítulo/Produto/Meta	Funcional	Esf	GND	RP	MA	IU	Fis Autógrafo	Justificativa
D.O.U. nº 15 Seção 1 Suplem. 20 jan. 2012. p.1360	ONDE SE LÊ	36000 - Ministério da Saúde	36901 - Fundo Nacional de Saúde	2015 - Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde (SUS)	Atividade	2015.8535 2015.8535.0724	Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo - São Paulo - SP Unidade Estruturada (unidade): 1	10.302	S	4-INV	2	30	0	153	500.000
	LEIA-SE	36000 - Ministério da Saúde	36901 - Fundo Nacional de Saúde	2015 - Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde (SUS)	Atividade	2015.8535 2015.8535.0724	Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo - São Paulo - SP Unidade Estruturada (unidade): 1	10.302	S	4-INV	2	30	0	153	800.000
D.O.U. nº 15 Seção 1 Suplem. 20 jan. 2012. p.1361	ONDE SE LÊ	36000 - Ministério da Saúde	36901 - Fundo Nacional de Saúde	2015 - Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde (SUS)	Atividade	2015.8535 2015.8535.0808	Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina (Universidade de São Paulo) - Ribeirão Preto - SP Unidade Estruturada (unidade): 1	10.302	S	4-INV	2	30	0	153	300.000
	LEIA-SE	36000 - Ministério da Saúde	36901 - Fundo Nacional de Saúde	2015 - Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde (SUS)	Atividade	2015.8535 2015.8535.0808	Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina (Universidade de São Paulo) - Ribeirão Preto - SP Unidade Estruturada (unidade): 1	10.302	S	4-INV	2	50	0	153	500.000

CONGRESSO NACIONAL

Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLN nº 28 de 2011 - CN)

ERRATA AO AUTÓGRAFO

(Retificação da Lei nº 12.595, de 19 de janeiro de 2012, publicada no DOU nº 15 de 20.01.2012, Seção I – Suplemento)

D.O.U. / Página	Correção	Órgão	Unidade	Programa	Tipo Ação	Programática	Ação/Subtítulo/Produto/Meta	Funcional	Esf	GND	RP	MA	IU	Fte Autógrafo	Justificativa
D.O.U. nº 15 Seç.1. Suplem. 20 jan. 2012. p. 1546	ONDE SE LE	39000 - Ministério dos Transportes	39252 - Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT	2075 - Transporte de Rodoviário	Projeto	2075.7560 2075.7560.0015	Adequação de Trecho Rodoviário - Trecho Castanhal - Santa Maria do Pará - Na BR-316 - No Estado do Pará No Estado do Pará Trecho Adequado (km): 1	26.782	F	4-INV	3	90	0	111	22.000.000
	LEIA-SE	39000 - Ministério dos Transportes	39252 - Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT	2075 - Transporte de Rodoviário	Projeto	2075.7560 2075.7560.0015	Adequação de Trecho Rodoviário - Trecho Belém (km 0) - Castanhal - Santa Maria do Pará - Cachoeira do Pirila - Divisa PA/MA - Na BR-316 - No Estado do Pará No Estado do Pará Trecho Adequado (km): 5	26.782	F	4-INV	3	90	0	111	22.000.000

D.O.U. / Página	Correção	Órgão	Unidade	Programa	Tipo Ação	Programática	Ação/Subtítulo/Produto/Meta	Funcional	Esf	GND	RP	MA	IU	Fte Autógrafo	Justificativa
D.O.U. nº 15 Seção 1 Suplem. 20 jan. 2012. p.1870	ONDE SE LE	58000 - Ministério da Pesca e Aqüicultura	58101 - Ministério da Pesca e Aqüicultura	2052 - Pesca e Aqüicultura	Atividade	2052.20TL 2052.20TL.0090	Apoio à Implantação de Infraestrutura Aqüícola e Pesqueira Apoio a Serviços e Aquisição de Equipamentos Agrícolas - No Estado do Pará Infraestrutura Apoiada (unidade): 100	20.602	F	3-ODC	2	90	0	100	400.000
	LEIA-SE	58000 - Ministério da Pesca e Aqüicultura	58101 - Ministério da Pesca e Aqüicultura	2052 - Pesca e Aqüicultura	Atividade	2052.20TL 2052.20TL.0090	Apoio à Implantação de Infraestrutura Aqüícola e Pesqueira Apoio a Serviços e Aquisição de Equipamentos Agrícolas - No Estado do Pará Infraestrutura Apoiada (unidade): 100	20.602	F	4-INV	2	90	0	100	20.245.349

CONGRESSO NACIONAL
Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLN nº 28 de 2011 - CN)

ERRATA AO AUTÓGRAFO

(Retificação da Lei nº 12.595, de 19 de janeiro de 2012, publicada no DOU nº 15 de 20.01.2012, Seção I - Suplemento)

D.O.U. / Página	Correção	Órgão	Unidade	Programa	Tipo Ação	Programática	Ação/Substituto/Produto/Meta	Funcional	Esf	GND	RP	MA	IU	Fte Autógrafo	Justificativa
D.O.U. nº 15 Seção I Suplem. 20 jan. 2012. p.2174	ONDE SE LÊ	Ministério da Educação	26298 - Fundo Nacional de Desenvolviment o da Educação	2030 - Educação Básica	Operação Especial	2030.0509 2030.0509.0031	Apoio ao Desenvolvimento da Educação Básica No Estado de Minas Gerais - Iniciativa Apoiada (unidade): 27	12.847	F	3-ODC	2	40	0	100	1.450.000
									F	4-INV	2	40	0	100	1.550.000
	LEIA-SE	Ministério da Educação	26298 - Fundo Nacional de Desenvolviment o da Educação	2030 - Educação Básica	Operação Especial	2030.0509 2030.0509.0031	Apoio ao Desenvolvimento da Educação Básica No Estado de Minas Gerais - Iniciativa Apoiada (unidade): 27	12.847	F	3-ODC	2	40	0	100	1.000.000
									F	4-INV	2	40	0	100	1.950.000

CONCLUSÃO

A COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO - CMO, na Terceira Reunião Ordinária, realizada em 25 de abril de 2012, em observância ao disposto no art. 152, da Resolução nº 01/2006, alterada pela Resolução nº 3 de 2008, ambas do Congresso Nacional, **APROVOU**, por unanimidade, Errata à Lei nº 12.595, de 19/01/2012, que "Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2012", encaminhada ao Presidente da Comissão através do Of. Conjunto n.º 01/2012/Coff/Conorf de 12 de abril de 2012, da Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara dos Deputados e Consultoria de Orçamentos Fiscalização e Controle do Senado Federal, com o objetivo de proceder à retificação na publicação da referida Lei, relativa a erro material ocorrido no processamento da matéria.

Compareceram os Senhores Deputados Paulo Pimenta, Presidente, Reinaldo Azambuja, Segundo Vice-Presidente, Antonio Brito, Arnaldo Jardim, Augusto Coutinho, Cida Borghetti, Cláudio Puty, Duarte Nogueira, Edio Lopes, Eliseu Padilha, Felipe Maia, Félix Mendonça Júnior, Giovanni Queiroz, Hugo Motta, Jaime Martins, João Maia, João Paulo Lima, Joaquim Beltrão, Josias Gomes, Laurez Moreira, Leandro Vilela, Luciano Castro, Luiz Carlos Setim, Mauro Lopes, Osmar Júnior, Paulo Foletto, Paulo Wagner, Professora Dorinha Seabra Rezende, Roberto de Lucena, Vanderlei Siraque, Waldenor Pereira, Wanderkolk Gonçalves e os Senadores Cássio Cunha Lima, Primeiro Vice-Presidente, Vicentinho Alves, Terceiro Vice-Presidente, Antonio Carlos Valadares, Armando Monteiro, Clésio Andrade, Flexa Ribeiro, Mozarildo Cavalcanti, Paulo Paim, Romero Jucá, Sérgio Souza e Wellington Dias.

Sala de Reuniões, em 25 de abril de 2012



Deputado PAULO PIMENTA
Presidente

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. PMDB – ES) – Em votação a retificação dos autógrafos, na Câmara.

As Sr^{as} e os Srs. Deputados que a aprovam queiram permanecer como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Em votação, no Senado.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer como se encontram. (Pausa.)

A Presidência tomará as necessárias providências para o atendimento da decisão do plenário.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. PMDB – ES) – Sobre a mesa, também segunda retificação da LOA.

A Presidência comunica às Sras. e Srs. Parlamentares que se encontram sobre as bancadas cópias do documento referido.

É o seguinte o ofício:

CONGRESSO NACIONAL

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Of. Pres. nº 260/2012/CMO

Brasília, 26 de junho de 2012

Assunto: Solicita a correção de erro material no processamento de emendas apresentadas ao Projeto de Lei nº 28/2011-CN (PLOA/2012).

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Cumprimentando-o cordialmente, solicito a Vossa Excelência providências no sentido de proceder à retificação na publicação da Lei nº 12.595, de 19/01/2012 (Lei Orçamentária para 2012), tendo em vista a existência de erro material ocorrido no processamento das emendas que constam das programações orçamentárias do Autógrafo da Lei Orçamentária para 2012 (Lei nº 12.595, de 19 de janeiro de 2012) pela área técnica da Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara dos Deputados e Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle do Senado Federal, conforme Of. Conjunto nº 2/2012/Coff/Conorf, de 20 de abril de 2012, em anexo.

Outrossim, informo que a referida retificação está amparada pelo art. 152 da Resolução nº 1, de 2006 e art. 122, inciso I, da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2012 (Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011), e foi aprovada por unanimidade na Nona Reunião Ordinária da Comissão, realizada nesta data.

Ao ensejo, renovo a Vossa Excelência protesto de elevada estima e distinta consideração. – Deputado **Paulo Pimenta**, Presidente.

CONGRESSO NACIONAL

Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle – CONORF/SF

Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira – COFF/CD

Of. Conjunto nº 2/2012/Coff/Conorf

Brasília, 20 de abril de 2012

A Sua Excelência o Senhor

Deputado Paulo Pimenta

Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização Câmara dos Deputados
Brasília – DF

Assunto: Correção de erro de ordem técnica verificada no Autógrafo da Lei Orçamentária para 2012 (Lei nº 12.595, de 19 de janeiro de 2012).

Senhor Presidente,

As Consultorias de Orçamento da Câmara dos Deputados e do Senado Federal analisando a Nota Técnica nº 85/2012, elaborada pelo Consultor de Orçamento Luiz Gonçalves de Lima Filho, que trata da “mudança de subtítulo decorrente de aprovação do Ministério da Saúde no PLOA/2012”, em anexo, concluíram pela existência de erros materiais no processamento das emendas que constam das programações orçamentárias do Autógrafo da Lei Orçamentária para 2012 (Lei nº 12.595, de 19 de janeiro de 2012). Tais falhas foram identificadas somente após o envio do Autógrafo à sanção presidencial, fazendo com que a respectiva Lei fosse publicada com tais inconsistências.

Sobre a possibilidade de correção de erros ocorridos durante a elaboração da Lei Orçamentária, dispõe a Resolução nº 1/2006-CN que:

“Art. 152. O projeto de lei aprovado e enviado em autógrafo para sanção do Presidente da República não poderá ser motivo de alteração, ressalvado o caso de correção de erro material, verificado exclusivamente no processamento das proposições apresentadas, formalmente autorizado pela CMO, por proposta de seu Presidente, justificando-se cada caso.

Parágrafo único. A alteração de que trata o caput observará o disposto na lei de diretrizes orçamentárias.”

Já a Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2012 (Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011) estabelece no seu art. 122, inciso I:

“Art. 122. A retificação dos autógrafos dos projetos da Lei Orçamentária de 2011 e de créditos adicionais, no caso de comprovado erro no

processamento das deliberações no âmbito do Congresso Nacional, somente poderá ocorrer: I – até o encerramento do primeiro período da sessão legislativa, no caso da Lei Orçamentária de 2012;”

Em vista desses aspectos e com amparo nos mencionados dispositivos legais, submetemos à apreciação de V. Exa. o presente anexo contendo os erros identificados e respectivas correções, acompanhados de justificativa. Caso se conclua pela pertinência, as correções sugeridas deverão ser objeto de autorização pelo plenário dessa Comissão.

Atenciosamente, – **Wagner Primo Figueiredo Júnior**, Diretor da Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira – COFF/CD – **Orlando de Sa Cavalcante Neto**, Consultor-Geral de Orçamentos, Fiscalização e Controle – CONORF/SF

SENADO FEDERAL

Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle

NOTA TÉCNICA Nº 85/2012

Brasília, 19 de abril de 2012

Assunto: Mudança de subtítulo decorrente de aprovação de emenda apresentada à programação do Ministério da Saúde no PLOA/2012.

Interessado: Sen. Francisco Dornelles.

1. INTRODUÇÃO

O Senador Francisco Dornelles, por intermédio do Ofício 100/2012– GSDF, de 16 de abril de 2012, solicita a alteração do subtítulo em que foi aprovada sua emenda parlamentar nº 2375.0003, apresentada ao PLOA nº 28/2011-CN, de “10.301.2015.8581 – Estruturação da Rede de Serviços de Atenção Básica de Saúde – Aquisição de equipamentos e materiais permanentes para os Municípios do Estado – Rio de Janeiro – RJ”, para “10.301.2015.8581 – Estruturação da Rede de Serviços de Atenção Básica de Saúde – No Estado do Rio de Janeiro – RJ”.

Alega a ocorrência de erro material no processamento da emenda que consta da programação orçamentária do autógrafo da Lei Orçamentária para 2012, posteriormente sancionado e publicado na forma da Lei nº 12.595, de 19 de janeiro de 2012. Tal erro material foi identificado somente após o envio do referido autógrafo à sanção presidencial, fazendo com que a citada Lei fosse publicada com tal inconsistência.

2. ANÁLISE

A emenda em análise foi originalmente elaborada no âmbito da unidade 36901 – Fundo Nacional de

Saúde, na ação 8581 – Estruturação da Rede de Serviços de Atenção Básica de Saúde, para “aquisição de equipamentos e materiais permanentes para os Municípios do Estado – Rio de Janeiro – RJ”. Tendo em vista a utilização de localizador afeto especificamente à Cidade do Rio de Janeiro, e não ao Estado do Rio de Janeiro, a emenda foi apreciada e aprovada como se pretendesse beneficiar o referido município.

Porém, considerando que o subtítulo da emenda prevê também “Municípios do Estado” e que a justificativa informa expressamente que “visa a destinação de recursos para os Municípios do Estado do Rio de Janeiro, objetivando o atendimento de Postos de Saúde, Centros de Saúde, Unidades de Saúde da Família e a implantação de Academias de Saúde”, entendemos que se trate de erro material de processamento, nos termos da legislação vigente.

Sobre a possibilidade de retificação dos autógrafos da Lei Orçamentária, dispõe a Resolução nº 1/2006, do Congresso Nacional, que:

*“Art. 152. O projeto de lei aprovado e enviado em autógrafo para sanção do Presidente da República não poderá ser motivo de alteração, ressalvado o caso de correção de erro material, verificado exclusivamente no **processamento** das proposições apresentadas, formalmente autorizado pela CMO, por proposta de seu Presidente, justificando-se cada caso. Parágrafo único. A alteração de que trata o caput observará o disposto na lei de diretrizes orçamentárias.” (Grifos nossos)*

Já a Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2012 (Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011) estabelece no seu art. 122, inciso I:

*“Art. 122. A retificação dos autógrafos dos projetos da Lei Orçamentária de 2012 e de créditos adicionais, no caso de comprovado **erro no processamento**¹ das deliberações no âmbito do Congresso Nacional, somente poderá ocorrer: I – até o encerramento do primeiro período da sessão legislativa, no caso da Lei Orçamentária de 2012;” (Grifos nossos)*

¹ Segundo o dicionário Aurélio, processamento é uma ação que faz tudo constar de um processo, desde o seu começo até um determinado ponto do seu desenvolvimento; aquilo que já faz parte de um processo ou aquilo em que um conjunto de tarefas e dados a serem processados é reunido e ordenado antes do início do trabalho, o qual, uma vez iniciado, prossegue de forma sequencial e automática até a obtenção dos últimos resultados. Segundo dicionário Houaiss, processamento é uma ação que já passou por verificação (diz-se de dados, papéis, documentos etc.), verificado, conferido, ou seja, tudo aquilo que já constitui um processo, desde o seu início.

O texto desse dispositivo deixa muito claro que apenas e somente o projeto de lei aprovado e enviado em autógrafo à sanção pode ser alterado por iniciativa no Congresso Nacional. Caminha na mesma linha as disposições da Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011 (LDO/2012). Segundo o disposto no art. 122 dessa Lei, somente os autógrafos estão sujeitos a retificação, no caso de comprovado erro no processamento das deliberações no âmbito do Congresso Nacional.

Como exposto, consideramos que houve erro material² no processamento da emenda do requerente, o que autorizaria a correção pretendida. Essas duas exigências (erro material, no processamento) são condições estabelecidas pela Resolução nº 1, no citado art. 152, e na LDO/2012, que autorizariam a iniciativa de correção pela CMO.

Assim, a errata, atendendo aos termos do art. 152 da Resolução 1/2006-CN, c/c o art. 122 da LDO 2012, seria a seguinte:

Onde se lê, na programação do Fundo Nacional de Saúde – 38901:

“10.301,2015.8581.0246 – Estruturação da Rede de Serviços de Atenção Básica de Saúde – Rio de Janeiro – RJ”.

Leia-se:

“10.301.2015.8581.0033 – Estruturação da Rede de Serviços de Atenção Básica de Saúde – No Estado do Rio de Janeiro”.

3. CONCLUSÃO

Considerando a pertinência do assunto e o fato de ainda haver tempo hábil para a correção de erro material do autógrafo, opinamos favoravelmente ao atendimento do pleito do Sen. Francisco Dornelles. A correção sugerida deverá ser objeto de autorização pelo plenário desta Comissão.

Em vista do exposto e com amparo nos mencionados dispositivos legais, submetemos a presente Nota Técnica ao Exmo. Senhor Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

LUIZ GONÇALVES DE LIMA FILHO

Consultor de Orçamentos

primu ictu oculi e sem maior exame, a traduzir desacordo entre a vontade do juiz e a expressa na sentença (v. Theotônio Negrão e José Roberto Ferreira Gouvêa: *Código de Processo Civil* e legislação processual em vigor. 36 ed. atual. até 10 de janeiro de 2004. São Paulo: Saraiva, 2004. Fls 513, nota 12 ao art. 463)

² “... lapso manifesto ou erro gráfico, cuja correção não importe em alteração do sentido da matéria...” (inciso III do art. 325 do RISF). No âmbito judicial, já se definiu que o erro material é aquele perceptível

CONGRESSO NACIONAL
Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLN nº 28 de 2011 - CN)

ERRATA 2 AO AUTÓGRAFO

(Retificação da Lei nº 12.595, de 19 de janeiro de 2012, publicada no DOU nº 15 de 20.01.2012, Seção I - Suplemento)

D.O.U. / Página	Correção	Órgão	Unidade	Programa	Tipo Ação	Programática	Ação/Subtítulo/Produto/Meta	Funcional	Est	GND	RP	MA	IU	Fle	Autógrafo	Justificativa
D.O.U. Seq.1, Suplem. 20 jan. 2012, p.1374 / 1375	ONDE SE LÊ	36000 - Ministério da Saúde	36901 - Fundo Nacional de Saúde	2015 - Aperfeiçoament o do Sistema Único de Saúde (SUS)	Atividade	2015.8581 2015.8581.0246	Estruturação da Rede de Serviços de Atenção Básica de Saúde - Rio de Janeiro - RJ Serviço Estruturado (unidade): 35	10.301	S	4-INV	2	40	0	153	7.000.000	Correção de erro formal no processamento da emenda nº 23750003, nos termos do art. 152 da Resolução nº 1/2006-CN, para implementar ajuste no descriptor e no código de subtítulo da citada emenda.
	LEIA-SE	36000 - Ministério da Saúde	36901 - Fundo Nacional de Saúde	2015 - Aperfeiçoament o do Sistema Único de Saúde (SUS)	Atividade	2015.8581 2015.8581.0246	Estruturação da Rede de Serviços de Atenção Básica de Saúde - Rio de Janeiro - RJ Serviço Estruturado (unidade): 32	10.301	S	4-INV	2	40	0	153	6.000.000	
D.O.U. Seq.1, Suplem. 20 jan. 2012, p.1371	ONDE SE LÊ	36000 - Ministério da Saúde	36901 - Fundo Nacional de Saúde	2015 - Aperfeiçoament o do Sistema Único de Saúde (SUS)	Atividade	2015.8581 2015.8581.0033	Estruturação da Rede de Serviços de Atenção Básica de Saúde - No Estado do Rio de Janeiro Serviço Estruturado (unidade): 5.700	10.301	S	3-ODC 4-INV	2 2	40 40	0 0	153 153	11.575.000 36.305.000	
	LEIA-SE	36000 - Ministério da Saúde	36901 - Fundo Nacional de Saúde	2015 - Aperfeiçoament o do Sistema Único de Saúde (SUS)	Atividade	2015.8581 2015.8581.0033	Estruturação da Rede de Serviços de Atenção Básica de Saúde - No Estado do Rio de Janeiro Serviço Estruturado (unidade): 5.703	10.301	S	3-ODC 4-INV	2 2	40 40	0 0	153 153	11.575.000 37.305.000	
										4-INV	2	99	0	153	9.100.000	

Data: 25/11/2011

Hora: 01:10

Página: 3269 de 9656

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0028/2011 - LOA

ESPELHO DE EMENDA DE APROPRIAÇÃO DE DESPESA

AUTOR DA EMENDA

2375 - Francisco Dornelles

EMENDA

23750003

MODALIDADE DA EMENDA

Individual

TIPO DE EMENDA

Apropriação - Inclusão

ÁREA DE GOVERNO

Saúde

MODALIDADE DE INTERVENÇÃO

002 Atensão Básica: Posto/Centro/Saúde da Família/Academia Saúde

TIPO DE REALIZAÇÃO PRETENDIDA

756 Saúde - Atensão Básica

LOCALIDADE BENEFICIADA

3304557 - Rio de Janeiro

COMPLEMENTO DA LOCALIDADE

ESFERA ORÇAMENTÁRIA

Orçamento da Seguridade Social

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA

Fundo Nacional de Saúde

FUNCIONAL / AÇÃO / SUBTÍTULO

10.301.2015.8581

Estruturação da Rede de Serviços de Atensão Básica de Saúde

Aquisição de equipamentos e materiais permanentes para os Municípios do Estado - Rio de Janeiro - RJ

ESPECIFICAÇÃO DA META

Serviço estruturado(unidade)

QUANTIDADE

ACRÉSCIMOS À PROGRAMAÇÃO (EM R\$ 1,00)

GND

MOD. APLICAÇÃO

RP

Valor Acrescido

4

Investimentos

40

Transf. a Municípios

2

1.000.000

TOTAL

1.000.000

CANCELAMENTOS COMPENSATÓRIOS

SEQUENCIAL FONTE

GND

MOD. APLICAÇÃO

ID RP

Valor Deduzido

020000

900

9 Reserva de Contingência

99 A Definir

0 2

1.000.000

TOTAL

1.000.000

TIPO DA SUBVENÇÃO

Público

JUSTIFICATIVA

A presente Emenda visa a destinação de recursos para os Municípios do Estado do Rio de Janeiro, objetivando o atendimento de Postos de Saúde, Centros de Saúde, Unidades de Saúde da Família e a implantação de Academias de Saúde.

Nº 15, sexta-feira, 20 de janeiro de 2012

Diário Oficial da União - Suplemento

ISSN 1677-7042

1371



R\$ 1,00

Recursos de todas as Fontes

Órgão: 36000 Ministério da Saúde
Unidade: 36901 Fundo Nacional de Saúde
Queda dos Créditos Orçamentários

Programa/Atividade	Descrição	Quantidade	Unidade	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor
2015.0301.0012	Elaboração da Rede de Serviços de Atenção Básica de Saúde - No Estado do Piauí	18.541	S	4-INV	2	40	0	153	29.900,000
	- Serviço estruturado (unidade):	1.500	S	4-INV	2	99	0	153	1.592,000
			S	3-ODC	1	30	0	153	1.000,000
			S	4-INV	2	30	0	153	3.000,000
			S	4-INV	2	40	0	153	1.000,000
			S	4-INV	2	99	0	153	1.000,000
2015.0301.0013	Elaboração da Rede de Serviços de Atenção Básica de Saúde - No Estado do Ceará	20.347	S	3-ODC	1	40	0	153	200,000
	- Serviço estruturado (unidade):	3.200	S	3-ODC	1	99	0	153	1.000,000
			S	4-INV	2	30	0	153	3.000,000
			S	4-INV	2	40	0	153	23.500,000
			S	4-INV	2	99	0	153	3.000,000
2015.0301.0014	Elaboração da Rede de Serviços de Atenção Básica de Saúde - No Estado do Rio Grande do Norte	18.397	S	3-ODC	1	40	0	153	200,000
	- Serviço estruturado (unidade):	3.200	S	4-INV	2	30	0	153	1.500,000
			S	4-INV	2	40	0	153	1.000,000
			S	4-INV	2	99	0	153	2.000,000
2015.0301.0015	Elaboração da Rede de Serviços de Atenção Básica de Saúde - No Estado da Paraíba	18.397	S	4-INV	1	40	0	100	500,000
	- Serviço estruturado (unidade):	1.600	S	4-INV	2	40	0	153	1.000,000
			S	4-INV	2	99	0	153	1.200,000
2015.0301.0016	Elaboração da Rede de Serviços de Atenção Básica de Saúde - No Estado de Pernambuco	18.397	S	3-ODC	1	40	0	153	400,000
	- Serviço estruturado (unidade):	3.200	S	4-INV	2	40	0	153	2.150,000
			S	4-INV	2	30	0	153	100,000
			S	4-INV	2	99	0	153	4.000,000
2015.0301.0017	Elaboração da Rede de Serviços de Atenção Básica de Saúde - No Estado de Alagoas	18.397	S	4-INV	2	30	0	153	3.000,000
	- Serviço estruturado (unidade):	1.700	S	4-INV	2	40	0	153	1.512,000
			S	4-INV	2	99	0	153	36.780,000
2015.0301.0018	Elaboração da Rede de Serviços de Atenção Básica de Saúde - No Estado de Sergipe	18.397	S	3-ODC	1	40	0	153	1.000,000
	- Serviço estruturado (unidade):	2.000	S	4-INV	2	40	0	153	1.800,000
			S	4-INV	2	99	0	153	4.500,000
2015.0301.0019	Elaboração da Rede de Serviços de Atenção Básica de Saúde - No Estado da Bahia	18.397	S	3-ODC	1	40	0	153	150,000
	- Serviço estruturado (unidade):	5.000	S	3-ODC	1	99	0	153	200,000
			S	4-INV	2	30	0	153	9.850,000
			S	4-INV	2	40	0	153	22.250,000
			S	4-INV	2	99	0	153	13.700,000
2015.0301.0021	Elaboração da Rede de Serviços de Atenção Básica de Saúde - No Estado de Minas Gerais	18.397	S	3-ODC	1	30	0	153	1.800,000
	- Serviço estruturado (unidade):	10.000	S	3-ODC	2	40	0	153	3.500,000
			S	3-ODC	2	99	0	153	1.000,000
			S	4-INV	2	30	0	153	30.770,000
			S	4-INV	2	40	0	153	43.250,000
			S	4-INV	2	99	0	153	11.700,000
2015.0301.0022	Elaboração da Rede de Serviços de Atenção Básica de Saúde - No Estado do Espírito Santo	18.397	S	3-ODC	1	30	0	153	100,000
	- Serviço estruturado (unidade):	7.300	S	3-ODC	2	40	0	153	1.300,000
			S	4-INV	2	30	0	153	1.061,000
			S	4-INV	2	40	0	153	20.411,400
2015.0301.0023	Elaboração da Rede de Serviços de Atenção Básica de Saúde - No Estado do Rio de Janeiro	18.397	S	3-ODC	1	40	0	153	11.575,000
	- Serviço estruturado (unidade):	5.700	S	4-INV	2	40	0	153	16.305,000
			S	4-INV	2	99	0	153	8.100,000
2015.0301.0025	Elaboração da Rede de Serviços de Atenção Básica de Saúde - No Estado de São Paulo	18.397	S	3-ODC	1	40	0	153	12.930,000
	- Serviço estruturado (unidade):	12.000	S	4-INV	2	30	0	153	1.000,000
			S	4-INV	2	40	0	153	128.253,000
			S	4-INV	2	99	0	153	2.000,000
2015.0301.0041	Elaboração da Rede de Serviços de Atenção Básica de Saúde - No Estado do Paraná	18.397	S	3-ODC	1	40	0	153	100,000
	- Serviço estruturado (unidade):	6.000	S	4-INV	2	30	0	153	2.000,000
			S	4-INV	2	40	0	153	22.110,000

R\$ 1,00
Recursos de todas as Fontes

Orgão: 36000 Ministério da Saúde
Unidade: 36901 Fundo Nacional de Saúde
Código dos Orçamentos Operacionais

Nº do Projeto / Ação	Descrição do Projeto/Ação/Função/Serviço	Ano Inicial	Ano Final	Mês Início	Mês Fim	Dias Úteis	Fazendas	Praça	Total
2015.8391.00A6	Estruturação da Rede de Serviços de Atenção Básica de Saúde - Volta Redonda - RJ - Serviço estruturado (unidades): 4	16.781	S	3-OCT	2	40	B	153	1.078.000
	- Serviço estruturado (unidades): 4		S	4-DIV	2	40	B	153	1.078.000
2015.8391.01D0	Estruturação da Rede de Serviços de Atenção Básica de Saúde - Construção de Posto de Saúde - Pombal - PR - Serviço estruturado (unidades): 1	16.781	S	4-DIV	2	40	B	153	100.000
2015.8391.01E2	Reestruturação da Rede de Serviços de Atenção Básica de Saúde - São Jorge do Patrocínio - PR - Serviço estruturado (unidades): 1	16.781	S	4-DIV	2	40	B	153	100.000
2015.8391.01F4	Estruturação da Rede de Serviços de Atenção Básica de Saúde - Aracaju Carlos Magalhães - MG - Serviço estruturado (unidades): 2	16.781	S	4-DIV	2	40	B	153	1.078.000
	- Serviço estruturado (unidades): 2		S	4-DIV	2	40	B	153	1.078.000
2015.8391.01G6	Estruturação da Rede de Serviços de Atenção Básica de Saúde - Canapolis de Minas - MG - Serviço estruturado (unidades): 2	16.781	S	4-DIV	2	40	B	153	1.078.000
2015.8391.01H8	Estruturação da Rede de Serviços de Atenção Básica de Saúde - Cianorte - PR - Serviço estruturado (unidades): 1	16.781	S	3-OCT	2	40	B	153	100.000
2015.8391.01I0	Estruturação da Rede de Serviços de Atenção Básica de Saúde - Heliópolis - SP - Serviço estruturado (unidades): 1	16.781	S	3-OCT	2	40	B	153	100.000
2015.8391.01L2	Estruturação da Rede de Serviços de Atenção Básica de Saúde - São Bernardo do Campo - SP - Serviço estruturado (unidades): 1	16.781	S	4-DIV	2	40	B	153	1.078.000
	- Serviço estruturado (unidades): 1		S	4-DIV	2	40	B	153	1.078.000
2015.8391.01M4	Estruturação da Rede de Serviços de Atenção Básica de Saúde - Marabá - GO - Serviço estruturado (unidades): 15	16.781	S	4-DIV	2	40	B	153	1.078.000
	- Serviço estruturado (unidades): 15		S	4-DIV	2	40	B	153	1.078.000
2015.8391.01N6	Estruturação da Rede de Serviços de Atenção Básica de Saúde - SGO d'Abadia - GO - Serviço estruturado (unidades): 16	16.781	S	4-DIV	2	40	B	153	1.078.000
	- Serviço estruturado (unidades): 16		S	4-DIV	2	40	B	153	1.078.000
2015.8391.01O8	Estruturação da Rede de Serviços de Atenção Básica de Saúde - Alvarado do Norte - GO - Serviço estruturado (unidades): 4	16.781	S	4-DIV	2	40	B	153	1.078.000
	- Serviço estruturado (unidades): 4		S	4-DIV	2	40	B	153	1.078.000
2015.8391.01P2	Estruturação da Rede de Serviços de Atenção Básica de Saúde - Anagapuzza - GO - Serviço estruturado (unidades): 5	16.781	S	4-DIV	2	40	B	153	1.078.000
2015.8391.02B4	Estruturação da Rede de Serviços de Atenção Básica de Saúde - Ipiranga - GO - Serviço estruturado (unidades): 11	16.781	S	4-DIV	2	40	B	153	1.078.000
2015.8391.02C6	Estruturação da Rede de Serviços de Atenção Básica de Saúde - Turvelândia - GO - Serviço estruturado (unidades): 16	16.781	S	4-DIV	2	40	B	153	1.078.000
	- Serviço estruturado (unidades): 16		S	4-DIV	2	40	B	153	1.078.000
2015.8391.02D8	Estruturação da Rede de Serviços de Atenção Básica de Saúde - Caramuru - PE - Serviço estruturado (unidades): 2	16.781	S	3-OCT	2	40	B	153	100.000
	- Serviço estruturado (unidades): 2		S	4-DIV	2	40	B	153	1.078.000
2015.8391.02E0	Estruturação da Rede de Serviços de Atenção Básica de Saúde - Pinil - RJ - Serviço estruturado (unidades): 1	16.781	S	4-DIV	2	40	B	153	1.078.000
2015.8391.02F2	Estruturação da Rede de Serviços de Atenção Básica de Saúde - Aquisição de Equipamentos - No Estado de Santa Catarina - Serviço estruturado (unidades): 10	16.781	S	4-DIV	2	40	B	153	1.078.000
	- Serviço estruturado (unidades): 10		S	4-DIV	2	40	B	153	1.078.000
2015.8391.02F4	Estruturação da Rede de Serviços de Atenção Básica de Saúde - Brasília - DF - Serviço estruturado (unidades): 4	16.781	S	3-OCT	2	40	B	153	1.078.000
	- Serviço estruturado (unidades): 4		S	4-DIV	2	40	B	153	1.078.000
2015.8391.02F6	Estruturação da Rede de Serviços de Atenção Básica de Saúde - Santa Maria - RS - Serviço estruturado (unidades): 5	16.781	S	4-DIV	2	40	B	153	1.078.000
2015.8391.02F8	Estruturação da Rede de Serviços de Atenção Básica de Saúde - Construção de Centro de Saúde - Soure - PA - Serviço estruturado (unidades): 1	16.781	S	4-DIV	2	40	B	153	1.078.000
	- Serviço estruturado (unidades): 1		S	4-DIV	2	40	B	153	1.078.000
2015.8391.02FA	Estruturação da Rede de Serviços de Atenção Básica de Saúde - Construção de Centro de Saúde - Quatipura - PA - Serviço estruturado (unidades): 1	16.781	S	4-DIV	2	40	B	153	1.078.000
	- Serviço estruturado (unidades): 1		S	4-DIV	2	40	B	153	1.078.000
2015.8391.02FB	Estruturação da Rede de Serviços de Atenção Básica de Saúde - Construção de Centro de Saúde - Itaipava-Alcobaça - PA - Serviço estruturado (unidades): 1	16.781	S	4-DIV	2	40	B	153	1.078.000
	- Serviço estruturado (unidades): 1		S	4-DIV	2	40	B	153	1.078.000
2015.8391.02FC	Estruturação da Rede de Serviços de Atenção Básica de Saúde - Construção de Centro de Saúde - Cametá - PA - Serviço estruturado (unidades): 1	16.781	S	4-DIV	2	40	B	153	1.078.000
	- Serviço estruturado (unidades): 1		S	4-DIV	2	40	B	153	1.078.000
2015.8391.02FE	Estruturação da Rede de Serviços de Atenção Básica de Saúde - Construção de Centro de Saúde - Chavesópolis do Sul - PA - Serviço estruturado (unidades): 3	16.781	S	4-DIV	2	40	B	153	1.078.000
	- Serviço estruturado (unidades): 3		S	4-DIV	2	40	B	153	1.078.000
2015.8391.02FG	Estruturação da Rede de Serviços de Atenção Básica de Saúde - Construção de Centro de Saúde - Angelim da Serra - PA - Serviço estruturado (unidades): 1	16.781	S	4-DIV	2	40	B	153	1.078.000
	- Serviço estruturado (unidades): 1		S	4-DIV	2	40	B	153	1.078.000
2015.8391.02FH	Estruturação da Rede de Serviços de Atenção Básica de Saúde - Rio de Janeiro - RJ - Serviço estruturado (unidades): 1	16.781	S	4-DIV	2	40	B	153	1.078.000

Recursos de todas as Fontes R\$ 1.00

Projeto	Descrição	Unidade	Valor Unitário	Quantidade	Valor Total	
2015.091.47.08	- Serviço estruturado (unidade): Estruturação da Rede de Serviços de Atenção Básica do Saúde - Sobral - CE	1 16.181	S	4-DIV	2 40 0 153	2.000,00
2015.091.48.29	- Serviço estruturado (unidade): Estruturação da Rede de Serviços de Atenção Básica do Saúde - São Gonçalo - RJ	1 16.181	S	4-DIV	2 40 0 153	2.000,00
2015.091.48.35	- Serviço estruturado (unidade): Estruturação da Rede de Serviços de Atenção Básica do Saúde - Ponta Grossa - PR	1 16.181	S	4-DIV	2 40 0 153	2.000,00
2015.091.50.54	- Serviço estruturado (unidade): Estruturação da Rede de Serviços de Atenção Básica do Saúde - Anápolis - SP	1 16.181	S	4-DIV	2 40 0 153	2.000,00
2015.091.61.54	- Serviço estruturado (unidade): Estruturação da Rede de Serviços de Atenção Básica do Saúde - Marabá - PA	1 16.181	S	4-DIV	2 40 0 153	2.000,00
2015.091.61.58	- Serviço estruturado (unidade): Estruturação da Rede de Serviços de Atenção Básica do Saúde - Cuiabá - MT	1 16.181	S	4-DIV	2 40 0 153	2.000,00
2015.091.61.60	- Serviço estruturado (unidade): Estruturação da Rede de Serviços de Atenção Básica do Saúde - Santo Antônio do Oeste - SC	1 16.181	S	4-DIV	2 40 0 153	2.000,00
2015.091.61.62	- Serviço estruturado (unidade): Estruturação da Rede de Serviços de Atenção Básica do Saúde - Implantação da rede em Unidade Básica de Saúde - Muroto - RN	1 16.181	S	4-DIV	2 40 0 153	2.000,00
2015.091.61.70	- Serviço estruturado (unidade): Estruturação da Rede de Serviços de Atenção Básica do Saúde - Mossoró - RN	1 16.181	S	4-DIV	2 40 0 153	2.000,00
2015.091.61.72	- Serviço estruturado (unidade): Estruturação da Rede de Serviços de Atenção Básica do Saúde - Petrolópolis - RJ	1 16.181	S	4-DIV	2 40 0 153	2.000,00
2015.091.61.74	- Serviço estruturado (unidade): Estruturação da Rede de Serviços de Atenção Básica do Saúde - Serra - ES	1 16.181	S	4-DIV	2 40 0 153	2.000,00
2015.091.61.76	- Serviço estruturado (unidade): Estruturação da Rede de Serviços de Atenção Básica do Saúde - Piraí - MG	1 16.181	S	4-DIV	2 40 0 153	2.000,00
2015.091.61.78	- Serviço estruturado (unidade): Estruturação da Rede de Serviços de Atenção Básica do Saúde - Três Rios - RJ	1 16.181	S	4-DIV	2 40 0 153	2.000,00
2015.091.61.80	- Serviço estruturado (unidade): Estruturação da Rede de Serviços de Atenção Básica do Saúde - Belford Roxo - RJ	1 16.181	S	4-DIV	2 40 0 153	2.000,00
2015.091.61.82	- Serviço estruturado (unidade): Estruturação da Rede de Serviços de Atenção Básica do Saúde - Aquinópolis - RS	1 16.181	S	4-DIV	2 40 0 153	2.000,00
2015.091.61.84	- Serviço estruturado (unidade): Estruturação da Rede de Serviços de Atenção Básica do Saúde - Região Sudeste - No Estado de São Paulo	1 16.181	S	4-DIV	2 40 0 153	2.000,00
2015.091.61.86	- Serviço estruturado (unidade): Estruturação da Rede de Serviços de Atenção Básica do Saúde - Porto Feliz - SP	1 16.181	S	4-DIV	2 40 0 153	2.000,00
2015.091.61.88	- Serviço estruturado (unidade): Estruturação da Rede de Serviços de Atenção Básica do Saúde - Espírito Santo do Pinhal - SP	1 16.181	S	4-DIV	2 40 0 153	2.000,00
2015.091.61.90	- Serviço estruturado (unidade): Estruturação da Rede de Serviços de Atenção Básica do Saúde - Bocoré - SP	1 16.181	S	4-DIV	2 40 0 153	2.000,00
2015.091.61.92	- Serviço estruturado (unidade): Estruturação da Rede de Serviços de Atenção Básica do Saúde - São Sebastião - SP	1 16.181	S	4-DIV	2 40 0 153	2.000,00
2015.091.61.94	- Serviço estruturado (unidade): Estruturação da Rede de Serviços de Atenção Básica do Saúde - Ourinhos - SP	1 16.181	S	4-DIV	2 40 0 153	2.000,00
2015.091.61.96	- Serviço estruturado (unidade): Estruturação da Rede de Serviços de Atenção Básica do Saúde - Mirassol - SP	1 16.181	S	4-DIV	2 40 0 153	2.000,00
2015.091.61.98	- Serviço estruturado (unidade): Estruturação da Rede de Serviços de Atenção Básica do Saúde - Aracaju - SE	1 16.181	S	4-DIV	2 40 0 153	2.000,00
2015.091.62.00	- Serviço estruturado (unidade): Estruturação da Rede de Serviços de Atenção Básica do Saúde - Maranhão - MA	1 16.181	S	4-DIV	2 40 0 153	2.000,00
2015.091.62.02	- Serviço estruturado (unidade): Estruturação da Rede de Serviços de Atenção Básica do Saúde - Brasília - DF	1 16.181	S	4-DIV	2 40 0 153	2.000,00
2015.091.62.04	- Serviço estruturado (unidade): Estruturação da Rede de Serviços de Atenção Básica do Saúde - Rio de Janeiro - RJ	1 16.181	S	4-DIV	2 40 0 153	2.000,00
2015.091.62.06	- Serviço estruturado (unidade): Estruturação da Rede de Serviços de Atenção Básica do Saúde - Curitiba - PR	1 16.181	S	4-DIV	2 40 0 153	2.000,00
2015.091.62.08	- Serviço estruturado (unidade): Estruturação da Rede de Serviços de Atenção Básica do Saúde - Florianópolis - SC	1 16.181	S	4-DIV	2 40 0 153	2.000,00
2015.091.62.10	- Serviço estruturado (unidade): Estruturação da Rede de Serviços de Atenção Básica do Saúde - Belo Horizonte - MG	1 16.181	S	4-DIV	2 40 0 153	2.000,00
2015.091.62.12	- Serviço estruturado (unidade): Estruturação da Rede de Serviços de Atenção Básica do Saúde - Salvador - BA	1 16.181	S	4-DIV	2 40 0 153	2.000,00
2015.091.62.14	- Serviço estruturado (unidade): Estruturação da Rede de Serviços de Atenção Básica do Saúde - Recife - PE	1 16.181	S	4-DIV	2 40 0 153	2.000,00
2015.091.62.16	- Serviço estruturado (unidade): Estruturação da Rede de Serviços de Atenção Básica do Saúde - Fortaleza - CE	1 16.181	S	4-DIV	2 40 0 153	2.000,00
2015.091.62.18	- Serviço estruturado (unidade): Estruturação da Rede de Serviços de Atenção Básica do Saúde - Teresina - PI	1 16.181	S	4-DIV	2 40 0 153	2.000,00
2015.091.62.20	- Serviço estruturado (unidade): Estruturação da Rede de Serviços de Atenção Básica do Saúde - João Pessoa - PB	1 16.181	S	4-DIV	2 40 0 153	2.000,00
2015.091.62.22	- Serviço estruturado (unidade): Estruturação da Rede de Serviços de Atenção Básica do Saúde - Campina Grande - PB	1 16.181	S	4-DIV	2 40 0 153	2.000,00

CONCLUSÃO

A COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO - CMO, na Nona Reunião Ordinária, realizada em 26 de junho de 2012, em observância ao disposto no art. 152, da Resolução nº 01/2006, **APROVOU**, por unanimidade, Errata à Lei nº 12.595, de 19/01/2012, que "Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2012", encaminhada ao Presidente da Comissão através do Of. Conjunto n.º 02/2012/Coff/Conorf de 20 de abril de 2012, da Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara dos Deputados e Consultoria de Orçamentos Fiscalização e Controle do Senado Federal, com o objetivo de proceder à retificação na publicação da referida Lei, relativa a erro material ocorrido no processamento da matéria.

Compareceram Senhores Deputados Paulo Pimenta, Presidente, Reinaldo Azambuja, Segundo Vice-Presidente, Arnon Bezerra, Celso Maldaner, Cida Borghetti, Cláudio Puty, Duarte Nogueira, Edio Lopes, Eliseu Padilha, Felipe Maia, Jaime Martins, João Maia, João Paulo Lima, Leandro Vilela, Leonardo Gadelha, Luciano Castro, Luiz Carlos Setim, Marcos Rogério, Paulo Foletto, Paulo Rubem Santiago, Paulo Wagner, Professora Dorinha Seabra Rezende, Roberto Balestra, Roberto de Lucena, Toninho Pinheiro, Vanderlei Siraque, Waldir Maranhão, Wandenkolk Gonçalves e os Senadores Ana Rita, Angela Portela, Antonio Carlos Valadares, Antonio Russo, Benedito de Lira, Flexa Ribeiro, Paulo Paim, Romero Jucá e Sérgio Souza.

Sala de Reuniões, em 26 de junho de 2012.



Deputado PAULO PIMENTA
Presidente

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. PMDB – ES) – Em votação a retificação dos autógrafos, na Câmara. As Sras Deputadas e Srs. Deputados que a aprovam, permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovada.

Em votação, no Senado.

As Sras. e Srs. Senadores que a aprovam, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

A Presidência tomará as necessárias providências para atendimento da decisão do Plenário.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. PMDB – ES) – Foi aprovado na CMO e, sobre a mesa, o expediente de retificação.

A Presidência comunica às Sras. e Srs. Parlamentares que se encontram sobre as bancadas cópias do documento.

A errata é do conhecimento de todo o Plenário.

É o seguinte o ofício:

CONGRESSO NACIONAL

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Of. Pres. nº 287/2012/CMO

Brasília, 17 de julho de 2012

Assunto: Solicita a correção de erro material no processamento de emendas apresentadas ao Projeto de Lei nº 29/2011-CN (PPA 2012/2015).

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Cumprimentando-o cordialmente, solicito a Vossa Excelência providências no sentido de proceder à retificação na publicação da Lei nº 12.593, de 18/01/2012 (PPA 2012-2015), tendo em vista a existência de erro material ocorrido no processamento das emendas que constam das programações orçamentárias do Autógrafo da Lei do Plano Plurianual 2012-2015 (Lei nº 12.593, de 18 de janeiro de 2012) pela área técnica da Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara dos Deputados e Consultada de Orçamentos, Fiscalização e Controle do Senado Federal, conforme Of. Conjunto nº 3/2012/Coff/Conorf, de 5 de julho de 2012, em anexo.

Outrossim, informo que a referida retificação está amparada pelo art. 152 da Resolução nº 1, de 2006 e art. 122, inciso 1, da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2012 (Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011), e foi aprovada por unanimidade na Quinta Reunião Extraordinária da Comissão, realizada nesta data.

Ao ensejo, renovo a Vossa Excelência protesto de elevada estima e distinta consideração. – Dedutado **Paulo Pimenta**, Presidente.

CONGRESSO NACIONAL

Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle – CONORF/SF

Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira – COFF/CD

Of. Conjunto nº 3/2012/COFF/CONORF

Brasília, 5 de julho de 2012

A Sua Excelência o Senhor

Deputado Paulo Pimenta

Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização Câmara dos Deputados
Brasília – DF

Assunto: Correção de erro de ordem técnica verificada no Autógrafo da Lei do Plano Plurianual 2012-2015 (Lei nº 12.593, de 18 de janeiro de 2012).

Senhor Presidente,

As Consultorias de Orçamento da Câmara dos Deputados e do Senado Federal identificaram alguns erros materiais no processamento das emendas que constam das programações orçamentárias do Autógrafo da Lei do Plano Plurianual 2012-2015 (Lei nº 12.593, de 18 de janeiro de 2012). Tais falhas foram identificadas somente após o envio do Autógrafo à sanção presidencial, fazendo com que a respectiva Lei fosse publicada com tais inconsistências.

Sobre a possibilidade de correção de erros ocorridos durante a elaboração da Lei do Plano Plurianual, dispõe a Resolução nº 1/2006-CN que:

“Art. 152. O projeto de lei aprovado e enviado em autógrafo para sanção do Presidente da República não poderá ser motivo de alteração, ressalvado o caso de correção de erro material, verificado exclusivamente no processamento das proposições apresentadas, formalmente autorizado pela CMO, por proposta de seu Presidente, justificando-se cada caso.

Parágrafo único. A alteração de que trata o caput observará o disposto na lei de diretrizes orçamentárias.”

A Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2012 (Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011) não disciplinou a matéria para a hipótese de correção de erro material referente aos autógrafos da Lei do Plano Plurianual, conforme o disposto no art. 122:

“Art. 122. A retificação dos autógrafos dos projetos da Lei Orçamentária de 2012 e de créditos adicionais, no caso de comprovado erro no processamento das deliberações no âmbito do Congresso Nacional, somente poderá ocorrer:

I – até o encerramento do primeiro período da sessão legislativa, no caso da Lei Orçamentária de 2011;

II – até 30 (trinta) dias após a publicação no *Diário Oficial da União* e desde que ocorra dentro do exercício financeiro, no caso dos créditos adicionais.”

A LDO, portanto, é silente em relação ao PPA. Por isso, resta somente a redação estabelecida no Regimento da CMO.

Em vista desses aspectos e com amparo nos mencionados dispositivos legais, submetemos à apreciação de V. Exa. o presente anexo contendo os erros identificados e respectivas correções, acompanhados de justificativa. Caso se conclua pela pertinência, as correções sugeridas deverão ser objeto de autorização pelo plenário dessa Comissão.

Atenciosamente, – **Orlando de Sá Cavalcante**, Consultor-Geral, Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle – CONORF/Senado Federal – **Ricardo Alberto Volpe**, Diretor, Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira – COFF/Câmara dos Deputados.

Anexo

Correção de erro material do Projeto de Lei do PPA 2012-2015, aprovado e enviado em autógrafo para sanção do Presidente da República, conforme o art. 152 da Resolução nº 01, de 2006-CN.

1) PROGRAMA: 2058 - Política Nacional de Defesa

a) Incluir:

OBJETIVO: 0971 - Adequar a infraestrutura de suporte aos meios operativos da Força Aérea Brasileira.

Órgão Responsável: Ministério da Defesa

Metas 2012-2015

- Construir 530 Próprios Nacionais Residenciais
- Construir 5 instalações militares
- Implantar Centro de Instrução e Adaptação da Aeronáutica em Lagoa Santa-MG

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Sudeste	1,00	unidade

- Implantar novo Centro de Instrução e Adequação da Academia da Força Aérea em Pirassununga – SP

Iniciativas

- 044V - Construção de próprios nacionais residenciais
- 044X - Construção e modernização de instalações militares
- 044Y - Desenvolvimento e implantação de sistemas institucionais

b) Alterar a denominação do Objetivo 0482:

Onde se lê:

OBJETIVO: 0482 - Implantação e adequação das Instalações do Comando do Exército em Pirassununga – SP.

Leia-se:

OBJETIVO: 0482 - Adequar a infraestrutura das instalações terrestres para ampliar a capacidade de articulação das unidades militares do Exército, sob a égide do trinômio monitoramento, mobilidade e presença militar.

c) Acrescentar a seguinte Meta ao Objetivo 0482:

- Implantação e adequação das Instalações do Comando do Exército em Pirassununga – SP

Justificativa

A intenção da emenda 18180002 era apenas propor a inclusão de uma nova meta. Porém, no autógrafo, o nome da meta foi inserido como nome do objetivo. Além disso, o código do objetivo foi inserido erroneamente, visto que os dois objetivos (0791 e 0971), de programas diferentes, possuem os mesmos algarismos, apenas em ordem diferente. No autógrafo, o objetivo 0791 deixou de existir e o objetivo 0971 mudou de nome, passando a chamar-se 'Implantação novo Centro de Instrução e Adequação da Academia da Força Aérea em Pirassununga – SP'. É necessário que os objetivos 0791 e 0971 retornem aos Programas a que pertenciam consoante o Projeto do Plano Plurianual, inclusive com a denominação original. É necessário, também, que se acrescente à meta “Implantação do novo Centro de Instrução e Adequação da Academia da Força Aérea em Pirassununga – SP” ao Objetivo 0971, do Programa 2058.

2) PROGRAMA: 2029 - Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária

a) Excluir o Objetivo 0971;

b) Incluir o seguinte Objetivo:

OBJETIVO: 0791 - Institucionalização e fortalecimento da Política Nacional de Arranjos Produtivos Locais

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Metas 2012-2015

- Instituir e implementar a Política Nacional para Arranjos Produtivos Locais

Iniciativas

- 0368 - Apoio a institucionalização das instâncias de governança da Política Nacional de Arranjos Produtivos Locais, do GTP APL e dos Núcleos estaduais e dos Comitês Gestores nos APLs
- 036A - Cooperação técnica internacional em políticas públicas de apoio a APLs
- 036B - Desenvolvimento de Programa de Gestores e Articuladores de Arranjos Produtivos Locais
- 036C - Desenvolvimento de Sistema de Gestão do Conhecimento, e de monitoramento e avaliação em APLs
- 036H - Pesquisas, estudos, planos, agendas estratégicas e modelos de gestão e governança de cadeias produtivas e Arranjos Produtivos Locais
- 036M - Promover a construção e a consolidação da Política Nacional de Arranjos Produtivos Locais

Justificativa

Verificar a justificativa do item anterior.

3) PROGRAMA: 2028 - Defesa Agropecuária

Onde se lê:

Valor de Referência para Individualização de Empreendimentos como Iniciativas (mil R\$)	
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	2.400.000

Leia-se:

Valor de Referência para Individualização de Empreendimentos como Iniciativas (mil R\$)	
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	50.000

Justificativa

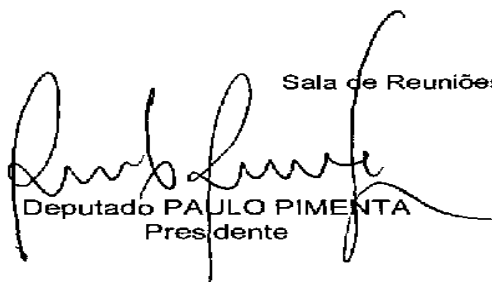
O valor de referência para individualização de empreendimentos como iniciativa foi alterado de 50 milhões para 2,4 bilhões. É necessária a correção do erro material para que se retorne ao valor original, constante do Projeto do Plano Plurianual.

CONCLUSÃO

A COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO - CMO, na Quinta Reunião Extraordinária, realizada em 17 de julho de 2012, em observância ao disposto no art. 152, da Resolução nº 01/2006, **APROVOU**, por unanimidade, Errata à Lei nº 12.593, de 18/01/2012, que "Institui o Plano Plurianual da União para o período 2012-2015", encaminhada ao Presidente da Comissão através do Of. Conjunto nº 03/2012/Coff/Conorf de 5 de julho de 2012, da Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara dos Deputados e Consultoria de Orçamentos Fiscalização e Controle do Senado Federal, com o objetivo de proceder à retificação na publicação da referida Lei, relativa a erro material ocorrido no processamento da matéria.

Compareceram os Senhores Deputados Paulo Pimenta, Presidente, Antonio Brito, Arnaldo Jardim, Arnon Bezerra, Assis Carvalho, Augusto Coutinho, Carlos Alberto Leréia, Celso Maldaner, Cláudio Puty, Duarte Nogueira, Edio Lopes, Eliseu Padilha, Felipe Maia, Giovanni Queiroz, João Leão, João Maia, João Paulo Lima, Joaquim Beltrão, Josias Gomes, Leandro Vilela, Leonardo Gadelha, Leonardo Monteiro, Luciano Castro, Lucio Vieira Lima, Luiz Carlos Setim, Marcos Rogério, Marcus Pestana, Osmar Júnior, Osmar Serraglio, Pastor Eurico, Paulo Foletto, Paulo Rubem Santiago, Paulo Wagner, Professora Dorinha Seabra Rezende, Renato Molling, Roberto Balestra, Roberto de Lucena, Sandra Rosado, Toninho Pinheiro, Vander Loubet, Vanderlei Siraque, Waldenor Pereira, Waldir Maranhão, Wandenkolk Gonçalves, Zeca Dirceu e os Senadores Cássio Cunha Lima, Primeiro Vice-Presidente, Vicentinho Alves, Terceiro Vice-Presidente, Ana Rita, Angela Portela, Antonio Carlos Valadares, Benedito de Lira, Clésio Andrade, Flexa Ribeiro, Mozarildo Cavalcanti, Romero Jucá e Sérgio Souza.

Sala de Reuniões, em 17 de julho de 2012


Deputado PAULO PIMENTA
Presidente

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. PMDB

– ES) – Em votação a errata, na Câmara.

As Sras. e Srs. Deputados que aprovam, permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovados.

Em votação, no Senado.

As Sras. e Srs. Senadores que aprovam, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovados.

A Presidência tomará as necessárias providências para o atendimento da decisão do Plenário.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. PMDB

– ES) – Passamos, agora, à

ORDEM DO DIA

Sobre a mesa, requerimento de urgência que será lido.

Em votação a leitura do requerimento... O requerimento está aqui:

Exmo. Sr. Presidente do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 155 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, subsidiando o Regimento Comum, requeremos a V. Exa., ouvido o Plenário, urgência para a apreciação do PLN nº 1, de 2012, que abre ao orçamento da Seguridade Social da União em favor dos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, e Ministério Público da União e do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, crédito especial no valor de R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais) para os fins que especifica e dá outras providências.

Esse requerimento de solicitação de urgência está assinado pelos líderes do PT, PMDB, Bloco de Apoio ao Governo, PP, PDT, DEM, Liderança do Governo, PMDB, assinaturas do Senado e da Câmara.

É o seguinte o requerimento na íntegra:

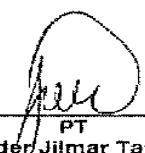
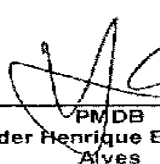

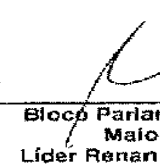
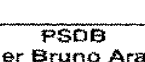



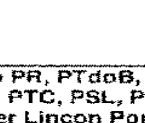

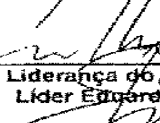

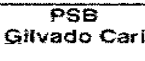
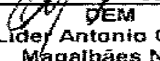
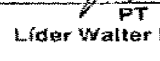
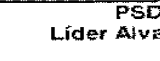
REQUERIMENTO Nº 4, DE 2012-CN


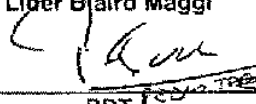
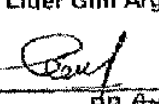

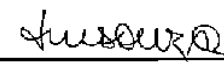
Nos termos do art. 155, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, subsidiando o Regimento Comum, requeremos a Vossa Excelência, ouvido o Plenário, **urgência para apreciação do PLN nº 1/2012**, "Abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor de órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, do Ministério Público da União e do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Crédito especial no valor global de R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais), para o fim que especifica, e dá outras providências".

Sala das Sessões,

Senador José Pimentel

Líder do Governo no Congresso Nacional

 PT Líder Jilmar Tatto	CD 10  PMDB Líder Henrique Eduardo Alves	 Bloco de Apoio ao Governo Líder Walter Pinheiro	SF 23  Bloco Parlamentar da Maioria Líder Renan Calheiros
 PSDB Líder Bruno Araújo	 PSD Líder Guilherme Campos	 Bloco Parlamentar Minoria Líder Jayme Campos	 Bloco Parlamentar União e Força Líder Gim Argello
 Bloco PR, PTdoB, PRP, PHS, PTC, PSL, PRTB Líder Lincon Portela	29  PP Líder Arthur Lira	 Liderança do Governo Líder Eduardo Braga	 PMDB Líder Renan Calheiros
 PSB Líder Gilvado Carimbão	25  DEM Líder Antonio Carlos Magalhães Neto	 PT Líder Walter Pinheiro	 PSDB Líder Alvaro Dias

 PDT Líder André Figueiredo	 Bloco PV, PPS Líder Rubens Bueno	 PR Líder Blairo Maggi	 PTB Líder Gim Argello
 PTB Líder Jovair Arantes	 PSC Líder André Moura	 PDT Líder Acir Gurgacz	 PP Ana Amélia Líder Francisco Dornelles
 PCdoB Líder Luciana Santos	 PRB Líder Antonio Bulhões	 DEM Líder José Agripino	 PSB Líder Lídice da Mata
 PSOL Líder Chico Alencar	 PMN Líder Dr. Carlos Alberto	 PCdoB Líder Inácio Arruda	 PSD Líder Kátia Abreu
 Liderança do Governo na Câmara dos Deputados Líder Arlindo Chinaglia	 Liderança da Minoria Líder Antonio Carlos Mendes Thame	 PRB Líder Eduardo Lopes	 PSC Líder Eduardo Amorim
		 PSol Líder Randolfe Rodrigues	 PV Líder Paulo Davim

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. PMDB – ES) – Em votação o requerimento de urgência, na Câmara.

As Sras. e Srs. Deputados que aprovam, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Em votação no Senado.

As Sras. e Srs. Senadores que aprovam, permaneçam como encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Aprovado o requerimento, passa-se à apreciação da matéria.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Para relatar, Sra. Presidente, o Senador Walter Pinheiro.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. PMDB – ES) – Como Relator do PLN 1.

Item extrapauta:

PROJETO DE LEI DO CONGRESSO NACIONAL Nº 1, DE 2012

Discussão em turno único do PLN nº 1, de 2012, que abre ao Orçamento da Seguridade Social da União em favor dos órgãos dos

Poderes Legislativo e Judiciário, e Ministério Público da União e do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, crédito especial no valor de R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais) para os fins que especifica e dá outras providências.

O Relator é o Senador Walter Pinheiro.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidenta, a presente proposição se acha articulada na modalidade apropriada de crédito adicional, um crédito especial no valor já relatado por V. Exa., de cem milhões, que objetiva, efetivamente, aqui, alocação para as novas programações não previstas na lei orçamentária. Portanto, isso já referendado por esta Casa.

No que se refere às emendas apresentadas, as Emendas de números 1 e 2, que propõem alterações ao Anexo 1 do crédito, deveriam ter sido propostas por emendas distintas, logo contrariando dessa forma o art. 41. Portanto, vedada esse tipo de apresentação. E, por fim, a Emenda nº 3, que também igual as outras duas, deve ser inadmitida, por indicar como cancelamento

uma programação que não contém recursos necessários ao atendimento da emenda.

Logo, somos pela inadmissibilidade das três emendas.

Diante do exposto, somos pela aprovação do PLN nº 1, de 2012 na forma proposta pelo Executivo, Sra. Presidente.

É esse o relatório.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. PMDB – ES) – Ao projeto de lei foram apresentadas três emendas.

A Comissão Mista de Planos e Orçamento Público e Fiscalização, em seu Parecer nº 14, de 2012, concluiu pela aprovação do projeto, inadmitida as três emendas.

É o seguinte o parecer na íntegra:

PARECER Nº 14, DE 2012-CN

Da COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO, sobre o Projeto de Lei nº 1, de 2012 - CN, que "Abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor de órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, do Ministério Público da União e do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, crédito especial no valor global de R\$ 100.000.000,00, para o fim que especifica, e dá outras providências."

AUTOR : Poder Executivo

RELATOR : DEPUTADO JOSIAS GOMES

I. RELATÓRIO

O Excelentíssimo Senhor Presidente da República, no uso das atribuições que lhe confere o art. 61 da Constituição, submete à apreciação do Congresso Nacional, por intermédio da Mensagem nº 12, de 2012-CN (nº 24/2012, na origem), o Projeto de Lei nº 1, de 2012 - CN, que abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor de órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, do Ministério Público da União e do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, crédito especial no valor global de R\$ 100.000.000,00, para o fim que especifica, e dá outras providências.

Segundo a Exposição de Motivos nº 00012/2012/MP, de 6 de fevereiro de 2012, da Ministra do Planejamento, Orçamento e Gestão, o crédito proposto tem por objetivo a inclusão, na Lei Orçamentária de 2012, LOA-2012, de categoria de programação específica destinada ao aporte de recursos orçamentários previsto no Substitutivo do Projeto de Lei - PL nº 1.992, de 2007, que "*Institui o regime de previdência complementar para os servidores públicos federais titulares de cargo efetivo, inclusive os membros dos órgãos que menciona, fixa o limite máximo para a concessão de aposentadorias e pensões pelo regime de previdência de que trata o art. 40 da Constituição, autoriza a criação de três entidades fechadas de previdência complementar, denominadas Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Executivo - FUNPRESP-Exe, Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Legislativo - FUNPRESP-Leg, Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Judiciário - FUNPRESP-Jud, e dá outras providências.*"

Consta do citado Substitutivo, em seu art. 25, autorização para que a União, em caráter excepcional, promova, no ato de criação das entidades de previdência complementar de que trata, o aporte de recursos orçamentários no valor de até R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais), a título de adiantamento de contribuições futuras, necessário ao início de seus regulares funcionamentos, da seguinte forma:

a) FUNPRES-P-Exe: até R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais);

b) FUNPRES-P-Leg: até R\$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais); e

c) FUNPRES-P-Jud: até R\$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais).

Considerando que o Substitutivo do PL em pauta não estabelece critérios para a distribuição, entre os diversos órgãos envolvidos, do aporte de recursos que autoriza, a repartição de valores proposta neste crédito foi elaborada com base nos limites fixados nos arts. 19 e 20 da Lei Complementar, do seguinte modo:

ÓRGÃO	LIMITE LEGAL LRF (%)	% PARA DISTRIBUIÇÃO	DISTRIBUIÇÃO FUNPRES (R\$ 1,00)
UNIÃO	50		100.000.000
FUNPRES-P-LEG			
LEGISLATIVO	2,5	1	25.000.000
Câmara dos Deputados	1,21	0,484	12.100.000
Senado Federal	0,86	0,344	8.600.000
Tribunal de Contas da União	0,43	0,172	4.300.000
FUNPRES-P-JUD			
JUDICIÁRIO	6	1	25.000.000
Supremo Tribunal Federal	0,073726	0,012288	307.200
Superior Tribunal de Justiça	0,224226	0,037371	934.275
Justiça Federal	1,531968	0,271994	6.799.550
Justiça Militar	0,080726	0,013454	336.350
Justiça Eleitoral	0,924375	0,154063	3.851.575
Justiça do Trabalho	3,058979	0,50903	12.745.750
Conselho Nacional de Justiça	0,006	0,001	25.000
FUNPRES-P-EXE			
EXECUTIVO + MPU	41,5	1	50.000.000
Ministério Público da União (*)	0,6	0,01458	722.900
Executivo (**)	40,533	0,978898	48.834.900
Tribunal de Justiça do DF e dos Territórios	0,275	0,006827	331.350
Ministério Público do DF e dos Territórios	0,092	0,002217	110.850

(*) Inclui o Conselho Nacional do Ministério Público, de acordo com a Portaria nº 192, de 29 de abril de 2010, do Procurador-Geral da República.

(**) Inclui os limites relativos aos Ex-Territórios de Roraima e Amapá e o Fundo Constitucional do Distrito Federal - FCOF.

O crédito será viabilizado à conta de anulação parcial de dotação orçamentária, em conformidade com o disposto no art. 43, § 1º, inciso III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, obedecidas as prescrições do art. 167, inciso V, da Constituição.

A Exposição de Motivos ressalta que as alterações decorrentes da abertura deste crédito não afetarão a obtenção da meta de resultado primário para o corrente exercício, uma vez que serão consideradas na avaliação de receitas e despesas de que trata o art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 2000.

Destaca também que o presente crédito não implica alteração do Plano Plurianual 2012-2015, aprovado pela Lei nº 12.593, de 18 de janeiro de 2012, pois se trata de inclusão de ação constante de programa destinado exclusivamente a operações especiais, que não integra o aludido Plano, conforme estabelece o parágrafo único do art. 5º da referida Lei.

E por fim salienta que a dotação objeto de cancelamento é oriunda da Reserva de Contingência, não inserida entre as programações de funcionamento e finalísticas dos órgãos, não implicando, portanto, em prejuízos no processo de execução de despesas.

Foram apresentadas, dentro do prazo regimental, 3 emendas à proposição.

É o Relatório.

II. VOTO DO RELATOR

A presente proposição se acha articulada na modalidade apropriada de crédito adicional, isto é, crédito especial, por objetivar a alocação de novas programações não previstas na Lei Orçamentária em vigor (Lei nº 12.595, de 19/01/2012) e ser formulada de acordo com o que determina o art. 53 da Lei nº 12.465 de 12/08/2011 (LDO/2012).

Do exame da proposição, verificamos que a iniciativa do Poder Executivo não contraria dispositivos constitucionais e demais normas legais pertinentes à matéria.

No que se refere às emendas apresentadas, as emendas de nºs 1 e 2 propõem várias alterações ao anexo I do crédito, que deveriam ter sido propostas por emendas distintas, contrariando, dessa forma, o artigo 41, inciso III, da Resolução nº 1, de 2006-CN. A apresentação de emendas sem a indicação de recursos também é vedada pelo inciso II do § 3º do art. 166 da Constituição. Ademais, a emenda nº 2 propõe aumento do valor original do crédito incidindo na vedação do inciso IV do art. 109 da Resolução nº 1, de 2006.

Por fim, a emenda nº 3 também deve ser inadmitida por indicar como cancelamento programação que não contém os recursos necessários ao atendimento da emenda, em desacordo com o inciso II do § 3º do art. 166 da Constituição.

Por tais razões, propomos os seguintes votos às emendas apresentadas:

Emenda	Voto do Relator
1	Pela inadmissibilidade
2	Pela inadmissibilidade
3	Pela inadmissibilidade

Diante do exposto, SOMOS PELA APROVAÇÃO DO PLN N.º 1, de 2012-CN, na forma proposta pelo Poder Executivo.

Sala da Comissão, em ____ de _____ de 2012.


DEPUTADO JOSIAS GOMES
Relator

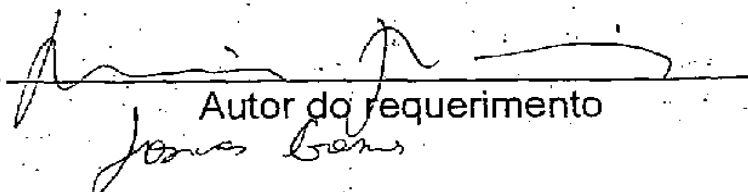
Requerimento de Inversão de pauta

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 175, inciso IV, do *Regimento Interno do Senado Federal*, a inversão de apreciação da Pauta nº ____/2011, no sentido de ser apreciado inicialmente o item (06) PLN 01/2012 - CN.

na Ordem do Dia da 5ª Reunião Extraordinária desta Comissão, realizada em 17/07/2012.

Sala das Reuniões, em 17 / 07 / 2012

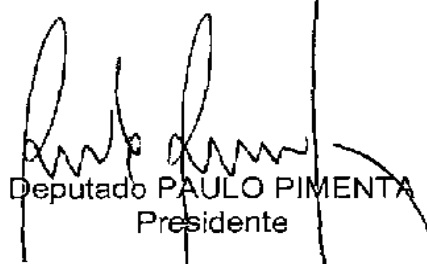

Autor do requerimento
James Gomes

CONCLUSÃO

A COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO - CMO, na Quinta Reunião Extraordinária, realizada no dia 17 de julho de 2012, **APROVOU**, por unanimidade, o Relatório do Deputado JOSIAS GOMES, favorável ao **Projeto de Lei nº 01/2012-CN**, nos termos propostos pelo Poder Executivo. Quanto às 3 (três) emendas apresentadas **DECLARADAS INADMITIDAS**.

Compareceram os Senhores Deputados Paulo Pimenta, Presidente, Antonio Brito, Arnaldo Jardim, Arnon Bezerra, Assis Carvalho, Augusto Coutinho, Carlos Alberto Leréia, Celso Maldaner, Cláudio Puty, Duarte Nogueira, Edio Lopes, Eliseu Padilha, Felipe Maia, Giovanni Queiroz, João Leão, João Maia, João Paulo Lima, Joaquim Beltrão, Josias Gomes, Leandro Vilela, Leonardo Gadelha, Leonardo Monteiro, Luciano Castro, Lucio Vieira Lima, Luiz Carlos Setim, Marcos Rogério, Marcus Pestana, Osmar Júnior, Osmar Serraglio, Pastor Eurico, Paulo Foletto, Paulo Rubem Santiago, Paulo Wagner, Professora Dorinha Seabra Rezende, Renato Molling, Roberto Balestra, Roberto de Lucena, Sandra Rosado, Toninho Pinheiro, Vander Loubet, Vanderlei Siraque, Waldenor Pereira, Waldir Maranhão, Wandenkolk Gonçalves, Zeca Dirceu e os Senadores Cássio Cunha Lima, Primeiro Vice-Presidente, Vicentinho Alves, Terceiro Vice-Presidente, Ana Rita, Angela Portela, Antonio Carlos Valadares, Benedito de Lira, Clésio Andrade, Flexa Ribeiro, Mozarildo Cavalcanti, Romero Jucá e Sérgio Souza.

Sala de Reuniões, em 17 de julho de 2012.


Deputado PAULO PIMENTA
Presidente


Deputado JOSIAS GOMES
Relator

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. PMDB – ES) – Em discussão o projeto.

Não havendo quem queira discutir, encerrada a discussão.

Em votação o projeto, nos termos do parecer, na Câmara.

As Sras. e os Srs. Deputados que aprovam permanecem como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação, no Senado.

As Sras. e os Srs. Senadores que aprovam permanecem como se encontram. *(Pausa.)*

A matéria vai à sanção.

É a seguinte a matéria aprovada:

PROJETO DE LEI
Nº 1, DE 2012-CN
MENSAGEM Nº 12, DE 2012-CN
(nº 24/2012, na origem)

Abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor de órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, do Ministério Público da União e do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, crédito especial no valor global de R\$ 100.000.000,00, para o fim que especifica, e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1^a Fica aberto ao Orçamento da Seguridade Social da União (Lei nº 12.595, de 19 de janeiro de 2012), em favor dos Poderes Legislativo e Judiciário, do Ministério Público da União e do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, crédito especial no valor global de R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais), para atender à programação constante do Anexo a esta Lei.

Art. 2^a Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1^o decorrem de anulação parcial de dotação orçamentária, conforme indicado no Anexo II a esta Lei.

Art. 3^a Fica o Poder Executivo autorizado a remanejar as dotações constantes do Anexo I, exclusivamente para o atendimento das despesas objeto desta Lei.

Art. 4^a Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,

[illegible]

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho									
UNIDADE: 15101 - Tribunal Superior do Trabalho									
ANEXO 1									
PROGRAMA DE TRABALHO									
Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00									
FUNC.	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/ACÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0909		Operações Especiais/ Outros Encargos Especiais							12.745.750
OPERAÇÕES ESPECIAIS									
04 122	0909 001F	Contribuição da União para a Previdência Complementar do Servidor Público Federal							12.745.750
04 122	0909 001F 0001	Contribuição da União para a Previdência Complementar do Servidor Público Federal - Nacional							12.745.750
			5	1	1	90	0	100	12.745.750
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									12.745.750
TOTAL - GERAL									12.745.750

ÓRGÃO: 16000 - Justiça do Distrito Federal e dos Territórios

UNIDA DE: 15101 - Tribunal de Justiça do Distrito Federal

ANEXU 1

Crédito Especial

PROGRAMA DE TRABALHO

Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00

FUNC	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S P	G N D	A P	M O D	I U	F T E	VALOR
	0909	Operações Especiais; Outros Encargos Especiais							331.350
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
04-122	0909-001.F	Contribuição da União para a Previdência Complementar do Servidor Público Federal							331.350
04-122	0909-DCLF-0001	Contribuição da União para a Previdência Complementar do Servidor Público Federal - Nacional	S	1	1	90	D	100	331.350
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									331.350
TOTAL - GERAL									331.350

ÓRGÃO: 17000 - Conselho Nacional de Justiça

UNIDADE: 17101 - Conselho Nacional de Justiça

ANEXO I

Credito Especial

PROGRAMA DE TRABAJO

Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00

[illegible]

ÓRGÃO: 14000 - Ministério Público da União

UNIDADE: 34103 - Ministério Público Federal

ANEXO I

Crédito Especial

PROGRAMA DE TRABALHO

Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00

PROGRAMA DE FISCALIZAÇÃO									
FUNC.	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/VAÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S P	G N D	R P P	M O D	I C	F T E	VALOR
0909		Operações Especiais: Outros Encargos Especiais							722.900
OPERAÇÕES ESPECIAIS									
04.111	0909.00LF	Contribuição da União para a Previdência Complementar do Servidor Público Federal							722.900
04.112	0909.00LF.0001	Contribuição da União para a Previdência Complementar do Servidor Público Federal - Nacional							722.900
			S	I	I	90	0	100	722.900
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									722.900
TOTAL - GERAL									722.900

ORGÃO: 90000 - Reserva de Contingência									
UNIDADE: 90000 - Reserva de Contingência									
ANEXO II								Crédito Especial	
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)								Recursos de Todas as Fontes R\$ 1,00	
FUNC.	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/ATUAÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
	0999	Reserva de Contingência							100.000,000
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
99 999	0999 0999	Reserva de Contingência - Financeira							100.000,000
99 999	0999 0999 0103	Reserva de Contingência - Financeira - Fiscal							100.000,000
			F	9	0	99	0	100	100.000,000
TOTAL - FISCAL									100.000,000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									100.000,000

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. PMDB – ES) – **Item 1:**

**PROJETO DE LEI DO CONGRESSO NACIONAL
Nº 2, DE 2012**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 2, de 2012, do Congresso Nacional, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Integração Nacional, crédito especial no valor de R\$ 90.000.000,00 (noventa milhões de reais) para os fins que especifica.

Ao projeto de lei foram apresentadas 15 emendas. Com a palavra o Senador Sérgio Souza.

O SR. SÉRGIO SOUZA (PMDB – PR) – Sra. Presidente, para relatar, o Senador Sérgio Souza.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. PMDB – ES) – Com a palavra o Senador Sérgio Souza, como Relator.

O SR. SÉRGIO SOUZA (PMDB – PR. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, a Presidente da República, por meio da Mensagem nº 23, de 2012, submete à deliberação do Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 2, de 2012, que abre ao Orçamento Fiscal da União crédito especial em favor do Ministério da Integração Nacional no valor de R\$90.000.000,00 (noventa milhões de reais) para os fins que especifica.

Sra. Presidente, resumindo o relatório, no que diz respeito às emendas apresentadas, manifestamo-nos – este é o parecer do Senador Vicentinho Alves – pela inadmissão das Emendas de nºs 1 a 4, em razão do não atendimento ao disposto no art. 109, II, alínea “a” da Resolução nº 1, de 2006, uma vez que indicam como fonte de cancelamento compensatório a mes-

ma programação objeto de cancelamento constante do projeto de lei.

O Anexo II a este parecer relaciona as emendas a serem inadmitidas.

O voto, Sra. Presidente, é no sentido de que as Emendas de nºs 5 a 15 também pela rejeição, apesar do mérito, tendo em vista a necessidade de se manter a totalidade dos recursos destinados à construção da Barragem Serro Azul.

O voto é no sentido da constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa, sendo pela aprovação do Projeto de Lei nº 2, de 2012.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. PMDB – ES) – Muito obrigada.

A Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, em seu Parecer nº 4, de 2012, do Congresso Nacional, Relator o Senador Vicentinho Alves, concluiu pela aprovação do projeto, pela inadmissibilidade das Emendas nº 1 a 4 e rejeição das demais emendas apresentadas.

Em discussão o projeto. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, encerrada a discussão.

Em votação o projeto, nos termos do parecer, na Câmara.

As Sras. e os Srs. Deputados que aprovam permanecem como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação, no Senado.

As Sras. e os Srs. Senadores que aprovam permanecem como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

A matéria vai à sanção.

É a seguinte a matéria aprovada:

PROJETO DE LEI
Nº 2, DE 2012-CN
MENSAGEM Nº 23, DE 2012-CN
(nº 95/2012, na origem)

Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Integração Nacional, crédito especial no valor de R\$ 90.000.000,00, para o fim que especifica.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 12.595, de 19 de janeiro de 2012), em favor do Ministério da Integração Nacional, crédito especial no valor de R\$ 90.000.000,00 (noventa milhões de reais), para atender à programação constante do Anexo I.

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de anulação parcial de dotação orçamentária, conforme indicado no Anexo II.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. PMDB – ES) – Sobre a mesa, requerimento de urgência que será lido.

É lido o seguinte:

Nos termos do art. 155 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, subsidiando o Regimento Comum, requeremos a V. Exa., ouvido o Plenário, urgência para apreciação do PLN nº 4, de 2012, que

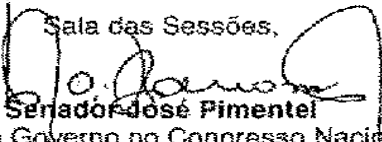
abre ao Orçamento Fiscal da União em favor de Operações Oficiais de Crédito, crédito suplementar de R\$1.355.000.000,00 (um bilhão, trezentos e cinquenta e cinco milhões de reais) para recursos e dotações constantes da Lei Orçamentária.






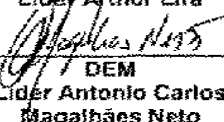

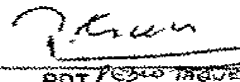

Aposto ao requerimento assinaturas de líderes das duas Casas.

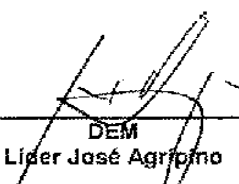
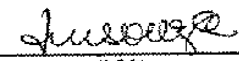
É o seguinte o requerimento na íntegra:

REQUERIMENTO Nº 5, DE 2012-CN

Nos termos do art. 155, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, subsidiando o Regimento Comum, requeremos a Vossa Excelência, ouvido o Plenário, **urgência para apreciação do PLN nº 4/2012**, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor de Operações Oficiais de Crédito, crédito suplementar no valor de R\$ 1.355.000.000,00 (um bilhão, trezentos e cinquenta e cinco milhões de reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente".

Sala das Sessões,

Senador José Pimentel
Líder do Governo no Congresso Nacional

 PT Líder Ulmar Tatto	CD  PMDB Líder Henrique Eduardo Alves	 Bloco de Apoio ao Governo Líder Walter Pinheiro	 Bloco Parlamentar da Majoria Líder Renan Calheiros
PSDB Líder Bruno Araújo	PSD Líder Guilherme Campos	Bloco Parlamentar Minoria Líder Jayme Campos	Bloco Parlamentar União e Força Líder Gim Argello
Bloco PR, PTdoB, PRP, PHS, PTC, PSL, PRTE Líder Lincon Portela	 Líder Arthur Lira	Liderança do Governo Líder Eduardo Braga	PMDB Líder Renan Calheiros
PSB Líder Gilvado Carimbão	 DEM Líder Antonio Carlos Magalhães Neto	PT Líder Walter Pinheiro	PSDB Líder Alvaro Dias
 PDT Líder André Figueiredo	Bloco PV, PPS Líder Rubens Bueno	PR Líder Blairo Maggi	PTB Líder Gim Argello
PTB Líder Jovair Arantes	PSC Líder André Moura	 PDT Líder Acir Gurgacz	 PP Líder Francisco Dornelles

PCdoB Líder Luciana Santos	PRB Líder Antonio Bulhões	 DEM Líder José Agripino	 PSB Líder Lídice da Mata
PSOL Líder Chico Afencar	PMN Líder Dr. Carlos Alberto	PCdoB Líder Inácio Arruda	PSD Líder Kátia Abreu
Liderança do Governo na Câmara dos Deputados Líder Arlindo Chinaglia	Liderança da Minoria Líder Antonio Carlos Mendes Thame	PRB Líder Eduardo Lopes	PSC Líder Eduardo Amorim
		PSol Líder Rauloffe Rodrigues	PV Líder Paulo Davim

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. PMDB – ES) – Em votação o requerimento de urgência, na Câmara.

As Sras. e os Srs. Deputados que aprovam permaneçam sentados. (*Pausa.*)

Aprovado.

Em votação, no Senado.

As Sras. e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam sentados. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento, passa-se à apreciação da matéria.

Item extrapauta:

PROJETO DE LEI DO CONGRESSO NACIONAL Nº 4, DE 2012

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 4, de 2012, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor de Operações Oficiais de Crédito, crédito suplementar no valor de R\$ 1.355.000.000,00 (um bilhão, trezentos e cinquenta e cinco milhões de reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Sra. Presidente, para ser Relator o Deputado Eduardo Cunha.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. PMDB – ES) – Como Relator do PLN 4, Deputado Eduardo Cunha.

O SR. EDUARDO CUNHA (PMDB – RJ. Para proferir parecer. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, o parecer oferecido ao projeto do Poder Executivo é o seguinte:

A Excelentíssima Senhora Presidente da República, com fulcro no art. 61 da Constituição Federal, por meio da Mensagem nº 40, de 2012-CN, (nº 171/2012,

na origem) submete à apreciação do Congresso Nacional projeto de lei autorizando o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, aprovado pela Lei nº 12.595, de 19 de janeiro de 2012, crédito suplementar no valor de R\$ 1.355.000.000,00 (um bilhão, trezentos e cinquenta e cinco milhões de reais).

A Exposição de Motivos da Ministra do Planejamento, Orçamento e Gestão, que integra a Mensagem, explica que o crédito em tela promoverá o aumento do financiamento público às exportações e a desburocratização do acesso às linhas do Programa de Financiamento às Exportações – Proex.

A exposição ressalta também que as medidas propostas visam a resolver um grande obstáculo para o acesso das micros e pequenas empresas ao Proex, que hoje só aceita como garantia carta de crédito de banco de primeira linha e o próprio SCE, atualmente contratado na Seguradora Brasileira de Crédito à Exportação – SBCE, agente do FGE, a qual não possui capilaridade no território nacional.

Quanto à equalização de juros, a exposição de motivos destaca que as novas regras visam a dar maior transparência. Ressalta também que o crédito em comento será viabilizado com recursos decorrentes do superávit financeiro, apurado no Balanço Patrimonial da União do exercício de 2011, relativo à Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional, em conformidade com o art. 43, § 1º, inciso I, da Lei nº 4.320. Passo ao voto.

Analisando o projeto, verificamos que não contradiz dispositivos relativos à alocação de recursos, especialmente no que se refere à Lei nº 12.593, de 18 de janeiro de 2012 (Plano Plurianual 2012/2015), à Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011 (LDO/2012) e à Lei nº 12.595, de 19 de janeiro de 2012 (LOA/2012), e que seu detalhamento se acha realizado segundo os princípios da boa técnica orçamentária.

Quanto ao mérito do projeto, é preciso reconhecer que a sua aprovação constitui condição necessária para a satisfatória atuação dos órgãos governamentais envolvidos, vindo a possibilitar os objetivos acima descritos.

Pelo exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 4, de 2012 –CN, na forma proposta pelo Poder Executivo.

É o voto, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. PMDB - ES) – Ao projeto de lei, não foram apresentadas emendas.

A Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, em seu Parecer nº 15, de 2012, concluiu pela aprovação do projeto.

É o seguinte o parecer na íntegra:

PARECER Nº 15, DE 2012-CN

Da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, sobre o **Projeto de Lei nº 4, de 2012–CN**, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor de Operações Oficiais de Crédito, crédito suplementar no valor de R\$ 1.355.000.000,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente".

AUTOR: Poder Executivo

RELATOR: Deputado ELISEU PADILHA

I – RELATÓRIO

A Excelentíssima Senhora Presidente da República, com fulcro no art. 61 da Constituição Federal, por meio da Mensagem nº 40, de 2012-CN, (nº 171/2012, na origem) submete à apreciação do Congresso Nacional projeto de lei autorizando o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, aprovado pela Lei nº 12.595, de 19 de janeiro de 2012, crédito suplementar no valor de R\$ 1.355.000.000,00 (um bilhão, trezentos e cinquenta e cinco milhões de reais).

A Exposição de Motivos (E.M. nº 60/2012 MP) da Ministra do Planejamento, Orçamento e Gestão, que integra a Mensagem, explica que o crédito em tela promoverá o aumento do financiamento público às exportações e a desburocratização do acesso às linhas do Programa de Financiamento às Exportações – PROEX, uma vez que o apoio, antes focado na fase pós-embarque, passará a fomentar também a produção de bens exportáveis, na fase pré-embarque. A E.M. também frisa que novas regras para a linha de financiamento e equalização de taxa de juros serão implementadas, em linha com o objetivo de alavancar as exportações brasileiras. Além disso, no que tange ao financiamento, as garantias para micro e pequenas empresas serão flexibilizadas, e estas poderão também contar com o Seguro de Crédito à Exportação – SCE, ao amparo do Fundo de Garantia à Exportação – FGE, sendo que este passará a ser contratado diretamente nas agências do Banco do Brasil, no sistema de "balcão único".

A E.M. ressalta que as medidas propostas visam resolver um grande obstáculo para o acesso das micro e pequenas empresas ao PROEX-Financiamento, que hoje só aceita como garantia carta de crédito de banco de primeira linha e o próprio SCE, atualmente contratado na Seguradora Brasileira de Crédito à Exportação – SBCE, agente do FGE, a qual não possui capilaridade no território nacional.

Quanto à equalização de juros, a E.M. destaca que as novas regras visam dar maior transparência e estabelecer medidas que permitirão ao exportador saber os critérios de enquadramento do seu pleito previamente ao início do processo negocial com o importador, dando maior segurança a ambas as partes. Além disso, a equalização poderá ser paga para 100% do financiamento (hoje o máximo é 85%), alinhando o benefício ao financiamento de forma a tornar os encargos financeiros compatíveis com o mercado internacional em sua totalidade. O prazo máximo também será alterado de 10 anos para 15 anos, visando fomentar o financiamento privado às exportações de prazo mais longo.

Ressalta a E.M. que o crédito em comento será viabilizado com recursos decorrentes do superávit financeiro, apurado no Balanço Patrimonial da União do exercício de 2011, relativo à Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional, em conformidade com o art. 43, § 1º, inciso I, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, obedecidas as prescrições do art. 167, inciso V, da Constituição. A propósito do que dispõe o art. 53, § 11, da Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011 – a LDO de 2012, a E.M. esclarece que as alterações decorrentes da abertura do crédito em tela não afetam a obtenção da meta de resultado primário fixada para o corrente exercício, tendo em vista que:

- a) R\$ 555 milhões referem-se a despesas que serão consideradas na avaliação de receitas e despesas de que trata o art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, relativa ao segundo bimestre de 2012; e
- b) R\$ 800 milhões referem-se a despesas que não são consideradas no cálculo do referido resultado, por serem recursos de natureza financeira.

Finalmente, quadro anexo à E.M. demonstra o superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial da União do exercício de 2011, relativo à Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional, utilizado parcialmente neste crédito, em atendimento ao disposto no art. 53, § 9º, da LDO-2012.

Ao projeto não foram apresentadas emendas, no prazo regimental.

É o Relatório.

II – VOTO

Analisando o projeto, verificamos que não contradiz dispositivos relativos à alocação de recursos, especialmente no que se refere à Lei nº 12.593, de 18 de janeiro de 2012 (Plano Plurianual 2012/2015), à Lei nº 12.455, de 12 de agosto de 2011 (LDO/2012) e à Lei nº 12.595, de 19 de janeiro de 2012 (LOA/2012), e que seu detalhamento se acha realizado segundo os princípios da boa técnica orçamentária.

Quanto ao mérito do projeto, é preciso reconhecer que a sua aprovação constitui condição necessária para a satisfatória atuação dos órgãos governamentais envolvidos, vindo a possibilitar os objetivos acima descritos.

Pelo exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 4, de 2012-CN, na forma proposta pelo Poder Executivo.

Sala das Sessões, em 03 de julho de 2012.



Deputado ELISEU PADILHA

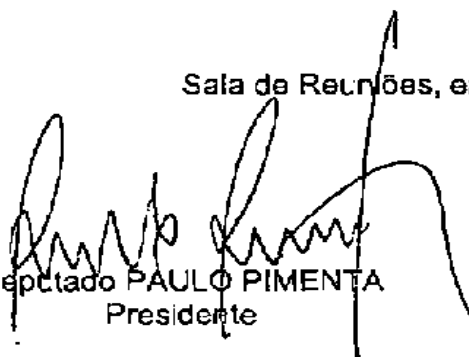
Relator

CONCLUSÃO

A COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO - CMO, na Quinta Reunião Extraordinária, realizada em 17 de julho de 2012, **APROVOU**, por unanimidade, o Relatório do Deputado ELISEU PADILHA, favorável ao Projeto de Lei nº 4/2012-CN, nos termos propostos pelo Poder Executivo. Não foram apresentadas emendas.

Compareceram os Senhores Deputados Paulo Pimenta, Presidente, Antonio Brito, Arnaldo Jardim, Arnon Bezerra, Assis Carvalho, Augusto Coutinho, Carlos Alberto Leréia, Celso Maldaner, Cláudio Puty, Duarte Nogueira, Edio Lopes, Eliseu Padilha, Felipe Maia, Giovanni Queiroz, João Leão, João Maia, João Paulo Lima, Joaquim Beltrão, Josias Gomes, Leandro Vilela, Leonardo Gadelha, Leonardo Monteiro, Luciano Castro, Lucio Vieira Lima, Luiz Carlos Setim, Marcos Rogério, Marcus Pestana, Osmar Júnior, Osmar Serraglio, Pastor Eurico, Paulo Foletto, Paulo Rubem Santiago, Paulo Wagner, Professora Dorinha Seabra Rezende, Renato Molling, Roberto Balestra, Roberto de Lucena, Sandra Rosado, Toninho Pinheiro, Vander Loubet, Vanderlei Siraque, Waldenor Pereira, Waldir Maranhão, Wandenkolk Gonçalves, Zeca Dirceu e os Senadores Cássio Cunha Lima, Primeiro Vice-Presidente, Vicentinho Alves, Terceiro Vice-Presidente, Ana Rita, Angela Portela, Antonio Carlos Valadares, Benedito de Lira, Clésio Andrade, Flexa Ribeiro, Mozarildo Cavalcanti, Romero Jucá e Sérgio Souza.

Sala de Reuniões, em 17 de julho de 2012.



Deputado PAULO PIMENTA
Presidente



Deputado ELISEU PADILHA
Relator

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. PMDB - ES) – Em discussão o projeto. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, encerrada a discussão.

Em votação o projeto, nos termos do parecer, na Câmara.

As Sras. e os Srs. Deputados que aprovam permanecem como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação, no Senado.

As Sras. e os Srs. Senadores que aprovam permanecem como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

A matéria vai à sanção.

É a seguinte a matéria aprovada:

**PROJETO DE LEI
Nº 4, DE 2012-CN
MENSAGEM Nº 40, DE 2012-CN
(nº 171/2012, na origem)**

Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor de Operações Oficiais de Crédito, crédito suplementar no valor de R\$ 1.355.000.000,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 12.595, de 19 de janeiro de 2012), em favor de Operações Oficiais de Crédito, crédito suplementar no valor de R\$ 1.355.000.000,00 (um bilhão, trezentos e cinquenta e cinco milhões de reais), para atender à programação constante do Anexo.

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial da União do exercício de 2011, relativo à Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,

ÓRGÃO: 24000 - Operações Oficiais de Crédito

UNIDADE: 74101 - Recursos sob a Supervisão da Secretaria do Tesouro Nacional -
Ministério da Fazenda

ANEXO			Crédito Suplementar						
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)			Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00						
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
	2024	Comércio Exterior							1.355.000.000
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
23 493	2024 0267	Equalização de Juros para Promoção das Exportações - PROEX (Lei nº 10.184, de 2001)							555.000.000
23 693	2024 0267 0001	Equalização de Juros para Promoção das Exportações - PROEX (Lei nº 10.184, de 2001) - Nacional							555.000.000
			F	3	1	90	D	388	555.000.000
23 493	2024 0A84	Financiamento para Promoção das Exportações - PROEX (Lei nº 10.184, de 2001)							800.000.000
23 693	2024 0A84 0001	Financiamento para Promoção das Exportações - PROEX (Lei nº 10.184, de 2001) - Nacional							800.000.000
			F	5	0	90	D	388	800.000.000
TOTAL - FISCAL									1.355.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.355.000.000

REGISTRO DE COMPARECIMENTO**Senado Federal****129ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA ÀS 14 HORAS****Período : 11/7/2012 07:00:00 até 11/7/2012 22:00:53**

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
PSDB	MG	AÉCIO NEVES	X	X
PR	AM	ALFREDO NASCIMENTO	X	X
PSDB	SP	ALOYSIO NUNES FERREIRA	X	X
PSDB	PR	ALVARO DIAS	X	X
PP	RS	ANA AMÉLIA	X	X
PT	ES	ANA RITA	X	X
PT	RR	ÂNGELA PORTELA	X	X
PT	AC	ANIBAL DINIZ	X	X
PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X	X
PR	MS	ANTONIO RUSSO	X	X
PTB	PE	ARMANDO MONTEIRO	X	X
PDT	RO	ASSIS GURGACZ	X	X
PP	AL	BENEDITO DE LIRA	X	X
PR	MT	BLAIRO MAGGI	X	X
PMDB	SC	CASILDO MALDANER	X	X
PSDB	PB	CÁSSIO CUNHA LIMA	X	X
PSDB	PB	CÍCERO LUCENA	X	X
PP	PI	CIRO NOGUEIRA	X	X
PMDB	MG	CLÉSIO ANDRADE	X	X
PDT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	X	X
PSDB	GO	CYRO MIRANDA	X	X
PT	MS	DELÍDIO DO AMARAL	X	X
-	GO	DEMÓSTENES TORRES	X	X
PSC	SE	EDUARDO AMORIM	X	X
PMDB	AM	EDUARDO BRAGA	X	X
PRB	RJ	EDUARDO LOPES	X	X
PT	SP	EDUARDO SUPLICY	X	X
PTB	MA	EPITÁCIO CAFETEIRA	X	X
PMDB	CE	EUNICIO OLIVEIRA	X	X
PTB	AL	FERNANDO COLLOR	X	X
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	X	X
PP	RJ	FRANCISCO DORNELLES	X	X
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES	X	X
PTB	DF	GIM ARGELLO	X	X
PT	PE	HUMBERTO COSTA	X	X
PCdoB	CE	INÁCIO ARRUDA	X	X
PP	RO	IVO CASSOL	X	X
PMDB	PA	JADER BARBALHO	X	X
PMDB	PE	JARBAS VASCONCELOS	X	X
DEM	MT	JAYME CAMPOS	X	X
PSB	AP	JOÃO CAPIBERIBE	X	X
PDT	BA	JOÃO DURVAL	X	X
PR	TO	JOÃO RIBEIRO	X	X
PTB	PI	JOÃO VICENTE CLAUDINO	X	X
PT	AC	JORGE VIANA	X	X
DEM	RN	JOSÉ AGRIPINO	X	X
PT	CE	JOSÉ PIMENTEL	X	X
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	X	X
PSD	TO	KÁTIA ABREU	X	X
PSB	BA	LÍDICE DA MATA	X	X
PT	RJ	LINDBERGH FARIAS	X	X
PMDB	MA	LOBÃO FILHO	X	X
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	X	X
PMDB	SC	LUIZ HENRIQUE	X	X
PR	ES	MAGNO MALTA	X	X
DEM	SE	MARIA DO CARMO ALVES	X	X
PSDB	PA	MÁRIO COUTO	X	X
PT	SP	MARTA SUPLICY	X	X
PTB	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	X	X
PSDB	SC	PAULO BAUER	X	X
PV	RN	PAULO DAVIM	X	X

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
PT	RS	PAULO PAIM	X	X
PMDB	RS	PEDRO SIMON	X	X
PDT	MT	PEDRO TAQUES	X	X
P-SOL	AP	RANDOLFE RODRIGUES	X	X
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	X	X
PMDB	ES	RICARDO FERRAÇO	X	X
PMDB	PR	ROBERTO REQUIÃO	X	X
PSB	DF	RODRIGO ROLLEMBERG	X	X
PMDB	RR	ROMERO JUCA	X	X
PSD	AC	SÉRGIO PETECÃO	X	X
PMDB	PR	SERGIO SOUZA	X	X
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	X	X
PCdoB	AM	VANESSA GRAZZIOTIN	X	X
PR	TO	VICENTINHO ALVES	X	X
PMDB	PB	VITAL DO REGO	X	X
PMDB	MS	WALDEMIR MOKA	X	X
PT	BA	WALTER PINHEIRO	X	X
PT	PI	WELLINGTON DIAS	X	X
PDT	MG	ZEZÉ PERRELLA	X	X

Compareceram: 80 Senadores

REGISTRO DE COMPARECIMENTO

Senado Federal

133ª SESSÃO DELIBERATIVA EXTRAORDINÁRIA ÀS 18.42 HORAS

Período : 17/7/2012 07:00:00 até 17/7/2012 22:01:00

Partido	UF	Nome	Pres	Voto	Partido	UF	Nome	Pres	Voto
PSDB	PR	ALVARO DIAS	X						
PP	RS	ANA AMÉLIA	X						
PT	ES	ANA RITA	X						
PT	RR	ÂNGELA PORTELA	X						
PT	AC	ANIBAL DINIZ	X						
PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X						
PTB	PE	ARMANDO MONTEIRO	X						
PP	AL	BENEDITO DE LIRA	X						
PSDB	PB	CÁSSIO CUNHA LIMA	X						
PP	PI	CIRO NOGUEIRA	X						
PMDB	MG	CLÉSIO ANDRADE	X						
PDT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	X						
PSDB	GO	CYRO MIRANDA	X						
PT	MS	DELÍDIO DO AMARAL	X						
PMDB	AM	EDUARDO BRAGA	X						
PT	SP	EDUARDO SUPLICY	X						
PTB	MA	EPITÁCIO CAFETEIRA	X						
PMDB	CE	EUNÍCIO OLIVEIRA	X						
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	X						
PP	RO	IVO CASSOL	X						
PSB	AP	JOÃO CAPIBERIBE	X						
PDT	BA	JOÃO DURVAL	X						
PR	TO	JOÃO RIBEIRO	X						
PT	AC	JORGE VIANA	X						
DEM	RN	JOSÉ AGRIPIÑO	X						
PT	CE	JOSE PIMENTEL	X						
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	X						
PSD	TO	KÁTIA ABREU	X						
PSB	BA	LÍDICE DA MATA	X						
PT	RJ	LINDBERGH FARIAS	X						
PMDB	MA	LOBÃO FILHO	X						
PTB	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	X						
PMDB	RS	PEDRO SIMON	X						
PDT	MT	PEDRO TAQUES	X						
P-SOL	AP	RANDOLFE RODRIGUES	X						
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	X						
PMDB	ES	RICARDO FERRAÇO	X						
PMDB	PR	ROBERTO REQUIÃO	X						
PSB	DF	RODRIGO ROLLEMBERG	X						
PMDB	RR	ROMERO JUCÁ	X						
PMDB	PR	SERGIO SOUZA	X						
PR	TO	VICENTINHO ALVES	X						
PMDB	MS	WALDEMIR MOKA	X						
PT	BA	WALTER PINHEIRO	X						

Compareceram: 44 Senadores

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. PMDB – ES) – Sobre a mesa, requerimento de urgência que será lido.

É lido o seguinte:

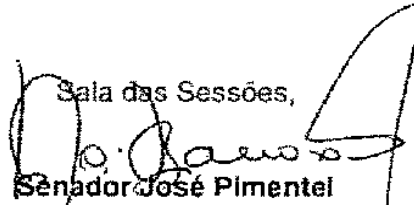
Exma. Sra. Presidente – substituta – do Congresso Nacional, nos termos do art. 155 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, subsidiando o Regimen-

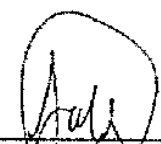
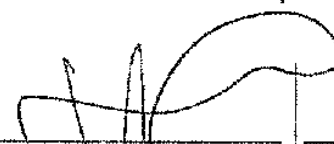


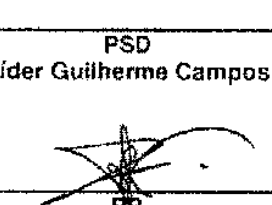
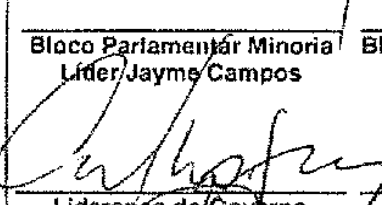
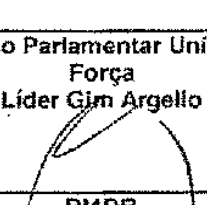
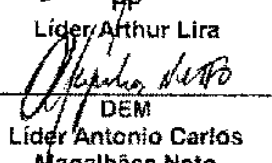
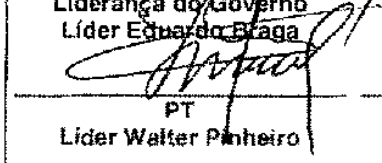
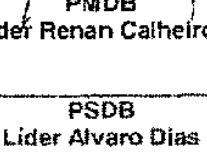
to Comum, requeremos a V. Exa., ouvido o Plenário, urgência para apreciação do PLN nº 16, que *abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios do Meio Ambiente e da Integração Nacional, crédito suplementar no valor de R\$93.045.987,00 para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.*

É o seguinte o requerimento na íntegra:

REQUERIMENTO Nº 6, DE 2012-CN

Nos termos do art. 155, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, subsidiando o Regimento Comum, requeremos a Vossa Excelência, ouvido o Plenário, **urgência para apreciação do PLN nº 16/2012**, "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios do Meio Ambiente e da Integração Nacional, crédito suplementar no valor global de R\$ 93.045.987,00 (noventa e três milhões, quarenta e cinco mil, novecentos e oitenta e sete reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente".

Sala das Sessões,

Senador José Pimentel
Líder do Governo no Congresso Nacional

 PT Líder Ulmar Tatto	CD	 PMDB Líder Henrique Eduardo Alves	 SF Bloco de Apoio ao Governo Líder Walter Pinheiro	 Bloco Parlamentar da Maioria Líder Renan Calheiros
PSDB Líder Bruno Araújo	PSD Líder Guilherme Campos	 PP Líder Arthur Lira	 Bloco Parlamentar Minoria Líder Jayme Campos	 Bloco Parlamentar União e Força Líder Gim Argello
Bloco PR, PTdoB, PRP, PHS, PTC, PSL, PRTB Líder Lincon Portela	 DEM Líder Antonio Carlos Magalhães Neto	 Liderança do Governo Líder Eduardo Braga	 PMDB Líder Renan Calheiros	
PSB Líder Gilvado Carimbão		PT Líder Walter Pinheiro		PSDB Líder Alvaro Dias

 PDT Líder André Figueiredo	Bloco PV, PPS Líder Rubens Bueno	PR Líder Blairo Maggi	PTB Líder Gim Argello
PTB Líder Jovair Arantes	PSC Líder André Moura	 PDT Líder Acir Gurgacz	 PP AWA AWA AWA Líder Francisco Domelles
PCdoB Líder Luciana Santos	PRB Líder Antonio Bulhões	 DEM Líder José Agripino	 PSB Líder Lidice da Mata
PSOL Líder Chico Alencar	PMN Líder Dr. Carlos Alberto	PCdoB Líder Inácio Arruda	PSD Líder Kátia Abreu
Liderança do Governo na Câmara dos Deputados Líder Aílton Chinaglia	Liderança da Minoria Líder Antonio Carlos Mendes Thame	PRB Líder Eduardo Lopes	PSC Líder Eduardo Amorim
		PSol Líder Raulo Rodrigues	PV Líder Paulo Davim

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. PMDB – ES) – Em votação o requerimento de urgência, na Câmara.

As Sras. e os Srs. Deputados que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação, no Senado.

As Sras. e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o requerimento, passa-se à apreciação da matéria.

Item extrapauta:

PROJETO DE LEI DO CONGRESSO NACIONAL Nº 16, DE 2012

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 16, de 2012, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios do Meio Ambiente e da Integração Nacional, crédito suplementar no valor global de R\$ 93.045.987,00 (noventa e três milhões, quarenta e cinco mil, novecentos e oitenta e sete reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

Para relatar o PLN nº 16, de 2012, o Relator, Deputado Felipe Maia.

O SR. FELIPE MAIA (DEM – RN) – Sra. Presidente, peço licença à Mesa para ir direto ao voto do Relator. Posso?

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. PMDB – ES) – Pois não.

O SR. FELIPE MAIA (DEM – RN. Sem revisão do orador.) – Do exame da proposição, verifica-se que a iniciativa não contraria os dispositivos constitucionais e os preceitos legais pertinentes, em particular no que diz respeito à sua compatibilidade com o Plano Plurianual 2012-2015 e à sua conformidade com o disposto na Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2012.

As emendas apresentadas à proposição devem ser consideradas inadmitidas, uma vez que contrariam o art 53, §6º, da LDO, bem como o art. 109, III, “a”, da Resolução nº 01, de 2006, por pretender incluir programação nova em projeto de lei de crédito suplementar.

Diante do exposto, voto pela aprovação do Projeto de Lei nº 16, de 2012, na forma apresentada pelo Poder Executivo, considerando como inadmitidas as emendas apresentadas à proposição.

Esse é voto do relator, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. PMDB – ES) – Ao projeto de lei foram apresentadas seis emendas.

A Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, em seu Parecer nº 16, de 2012, do Congresso Nacional, concluiu pela aprovação do projeto e pela inadmissibilidade das emendas.

É o seguinte o parecer na íntegra:

PARECER Nº 16, DE 2012-CN

Da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, sobre o Projeto de Lei nº 16, de 2012-CN, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios do Meio Ambiente e da Integração Nacional, crédito suplementar no valor global de R\$ 93.045.987,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente."

Autor: Poder Executivo

Relator: Deputado Felipe Maia

I – RELATÓRIO

Nos termos do art. 61 da Constituição Federal, a Presidenta da República, por intermédio da Mensagem nº 064, de 2012-CN (nº 252/2012, na origem), submete à apreciação do Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 16, de 2012-CN que abre ao Orçamento Fiscal da União, crédito suplementar no valor de R\$ 93.045.987,00 (noventa e três milhões, quarenta e cinco mil, novecentos e oitenta e sete reais), em favor dos Ministérios do Meio Ambiente e da Integração Nacional.

A Exposição de Motivos nº 00102/2012/MP informa que a solicitação de crédito visa a adequar o orçamento vigente dos órgãos beneficiários, conforme tabela a seguir:

R\$ 1,00		
Discriminação	Suplementação	Origem dos Recursos
Ministério do Meio Ambiente	35.775.204	
Ministério do Meio Ambiente (Administração Direta)	15.775.204	
Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade ICMBio	20.000.000	
Ministério da Integração Nacional	57.270.783	6.418.000
Ministério da Integração Nacional (Administração Direta)	55.211.783	4.359.000
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – CODEVASF	1.384.000	1.384.000
Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE	675.000	675.000
Superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial da União do exercício de 2011 relativo a:		86.627.987

Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional		77.865.987
Recursos Próprios Não Financeiros		8.762.000
Total	93.045.987	93.045.987

Esclarece, ainda, a EM que:

No Ministério do Meio Ambiente, o crédito permitirá à sua Administração direta a ampliação do número de famílias a serem contempladas pelo Programa de Apoio à Conservação Ambiental – conhecido como Bolsa Verde – instituído no âmbito do Plano Brasil Sem Miséria, que passará de 30 mil para 73 mil até o final de 2012. Adicionalmente, viabilizará o monitoramento ambiental das áreas, a identificação e o cadastro das famílias, o desenvolvimento de sistema de informações e a realização de estudos específicos para o referido Programa. No tocante ao ICMBio, os recursos viabilizarão a contratação de brigadistas a fim de prevenir e combater incêndios florestais e atender a emergências ambientais nas Unidades de Conservação Federais – UCs.

No Ministério da Integração Nacional, o crédito possibilitará à Administração direta a divulgação das políticas de desenvolvimento regional e ordenamento territorial, por intermédio da realização da Conferência Nacional de Desenvolvimento Regional, a promoção de investimentos em infraestrutura econômica, bem como a expansão do mapeamento de áreas de risco, com foco em localidades recorrentemente afetadas por inundações, alagamentos e deslizamentos, com vistas a orientar ações de defesa civil e reduzir a vulnerabilidade a desastres. Permitirá, ainda, a aquisição de *kits* de equipamentos para situações de emergência a serem utilizados pelos 286 Municípios mapeados como os de maiores riscos de desastres, e o apoio a esses Municípios na estruturação de seus sistemas de defesa civil.

Na CODEVASF, o crédito propiciará a melhoria na qualidade de vida nos Municípios localizados em regiões estagnadas, no Estado de Minas Gerais, por meio de projetos de desenvolvimento sustentável local integrado.

Quanto à SUDENE, permitirá a capacitação e a qualificação dos produtores envolvidos nos projetos de Arranjos Produtivos Locais no Município de Itapecuru-Mirim, no Estado do Maranhão, dentro de uma perspectiva de desenvolvimento sustentável.

O crédito será atendido com recursos provenientes de superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial da União do exercício de 2011, relativo a Remuneração

das Disponibilidades do Tesouro Nacional e Recursos Próprios Não Financeiros, e de anulação parcial de dotações orçamentárias, em conformidade com o art. 43, § 1º, incisos I e III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, obedecidas as prescrições contidas no art. 167, inciso V, da Constituição.

A medida decorre de solicitações formalizadas pelos Ministérios envolvidos, e segundo o MI a programação objeto de cancelamento não sofrerá prejuízos na sua execução, uma vez que foi decidido com base em projeções de sua possibilidade de dispêndio até o final do presente exercício.

O crédito envolve cancelamento de programações provenientes de emendas parlamentares individuais, e conta com a anuência dos Senhores Deputados Federais Ademir Camilo, de acordo com Ofícios nºs 126, de 9 de abril de 2012, 129/2012, de 10 de abril de 2012, e 158/2012, de 20 de abril de 2012, e Ribamar Alves, Ofício nº 19/2012, de 27 de março de 2012.

A propósito do que dispõe o art. 53, § 11, da Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011, Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2012 – LDO-2012, as alterações decorrentes da abertura deste crédito não afetarão a obtenção da meta de resultado primário fixada para o corrente exercício, tendo em vista que:

a) R\$ 6.418.000,00 (seis milhões, quatrocentos e dezoito mil reais) referem-se a remanejamento entre despesas primárias discricionárias do Poder Executivo para priorização da programação suplementada;

b) R\$ 86.627.987,00 (oitenta e seis milhões, seiscentos e vinte e sete mil, novecentos e oitenta e sete reais) a suplementação de despesas primárias à conta de recursos de origem financeira; e

c) a execução será realizada de acordo com os limites constantes do Anexo I do Decreto nº 7.680, de 17 de fevereiro de 2012, conforme estabelece o § 2º do art. 1º do referido Decreto.

Em quadros anexos à Exposição de Motivos, em atendimento ao disposto no art. 53, § 9º, da LDO-2012, demonstra-se o superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial da União do exercício de 2011, utilizado neste crédito.

Foram apresentadas 06 emendas ao Projeto de Lei em análise.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

Do exame da proposição, verifica-se que a iniciativa não contraria os dispositivos constitucionais e os preceitos legais pertinentes, em particular no que diz respeito a sua compatibilidade com o Plano Plurianual 2012-2015 (Lei nº 12.593, de 18 de janeiro de 2012) e a sua conformidade com o disposto na Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2012– LDO/2012 (Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011).

As emendas apresentadas à proposição devem ser consideradas inadmitidas uma vez que contrariam o art. 53, § 6º, da LDO 2012 (Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2012), bem como o art. 109, III, “a”, da Resolução nº 01-2006-CN, por pretender incluir programação nova em projeto de lei de crédito suplementar.

Diante do exposto, voto pela aprovação do Projeto de Lei nº 16, de 2012-CN, na forma apresentada pelo Poder Executivo, considerando como inadmitidas as emendas apresentadas à proposição.

Sala da Comissão, em 17 de julho de 2012.



Deputado Felipe Maia
Relator

Relatório de Pareceres às Emendas Apresentadas ao PLN nº 16, de 2012-CN

Emenda Indicadas para Inadmissão

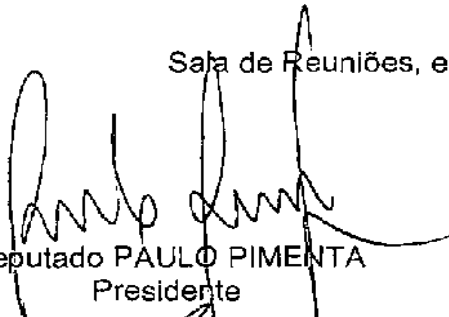
Emenda	Autor	Programação	Parecer
00001	João Maia	Prevenção e Combate a Incêndios Florestais e Emergências Ambientais em Unidades de Conservação Federais no Estado do Rio Grande do Norte	Inadmitida
00002	João Maia	Pagamento a Famílias em Situação de Extrema Pobreza pela Prestação de Serviços de Conservação de Recursos Naturais no Meio Rural – Plano Brasil sem Miséria (Medida Provisória nº 535, de 2 de junho de 2011) – no Estado do Rio Grande do Norte	Inadmitida
00003	João Maia	Prevenção e Combate a Incêndios Florestais e Emergências Ambientais em Unidades de Conservação Federais no Estado do Rio Grande do Norte	Inadmitida
00004	Antonio Carlos Magalhães Neto	Coordenação e Fortalecimento do Sistema Nacional de Defesa Civil – no Estado da Bahia	Inadmitida
00005	Antonio Carlos Magalhães Neto	Prevenção e Combate a Incêndios Florestais e Emergências Ambientais em Unidades de Conservação Federais no Estado da Bahia	Inadmitida
00006	Antonio Carlos Magalhães Neto	Coordenação e Fortalecimento do Sistema Nacional de Defesa Civil – no Estado da Bahia	Inadmitida

CONCLUSÃO

A COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO - CMO, na Quinta Reunião Extraordinária, realizada em 17 de julho de 2012, **APROVOU**, por unanimidade, o Relatório do Deputado FELIPE MAIA, favorável ao **Projeto de Lei nº 16/2012-CN**, nos termos propostos pelo Poder Executivo. Quanto às 6 (seis) emendas apresentadas **DECLARADAS INADMITIDAS**.

Compareceram os Senhores Deputados Paulo Pimenta, Presidente, Antonio Brito, Arnaldo Jardim, Arnon Bezerra, Assis Carvalho, Augusto Coutinho, Carlos Alberto Leréia, Celso Maldaner, Cláudio Puty, Duarte Nogueira, Edio Lopes, Eliseu Padilha, Felipe Maia, Giovanni Queiroz, João Leão, João Maia, João Paulo Lima, Joaquim Beltrão, Josias Gomes, Leandro Vilela, Leonardo Gadelha, Leonardo Monteiro, Luciano Castro, Lucio Vieira Lima, Luiz Carlos Setim, Marcos Rogério, Marcus Pestana, Osmar Júnior, Osmar Serraglio, Pastor Eurico, Paulo Foletto, Paulo Rubem Santiago, Paulo Wagner, Professora Dorinha Seabra Rezende, Renato Molling, Roberto Balestra, Roberto de Lucena, Sandra Rosado, Toninho Pinheiro, Vander Loubet, Vanderlei Siraque, Waldenor Pereira, Waldir Maranhão, Wandenkolk Gonçalves, Zeca Dirceu e os Senadores Cássio Cunha Lima, Primeiro Vice-Presidente, Vicentinho Alves, Terceiro Vice-Presidente, Ana Rita, Angela Portela, Antonio Carlos Valadares, Benedito de Lira, Clésio Andrade, Flexa Ribeiro, Mozarildo Cavalcanti, Romero Jucá e Sérgio Souza.

Sala de Reuniões, em 17 de julho de 2012.



Deputado PAULO PIMENTA
Presidente



Deputado FELIPE MAIA
Relator

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. PMDB – ES) – Em discussão o projeto. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, encerrada a discussão.

Em votação o projeto, nos termos do parecer, na Câmara.

As Sr^{as} e os Srs. Deputados que o aprovam permanecem como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação, no Senado.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permanecem como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

A matéria vai à sanção.

É a seguinte a matéria aprovada:

PROJETO DE LEI
Nº 16, DE 2012-CN
MENSAGEM Nº 64, DE 2012-CN
(nº 252/2012, na origem)

Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios do Meio Ambiente e da Integração Nacional, crédito suplementar no valor global de R\$ 93.045.987,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 12.595, de 19 de janeiro de 2012), em favor dos Ministérios do Meio Ambiente e da Integração Nacional, crédito suplementar no valor global de R\$ 93.045.987,00 (noventa e três milhões, quarenta e cinco mil, novecentos e oitenta e sete reais), para atender à programação constante do Anexo I.

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de:

I - superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial da União do exercício de 2011, no valor de R\$ 86.627.987,00 (oitenta e seis milhões, seiscentos e vinte e sete mil, novecentos e oitenta e sete reais), sendo:

a) R\$ 77.865.987,00 (setenta e sete milhões, oitocentos e sessenta e cinco mil, novecentos e oitenta e sete reais) relativos à Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional; e

b) R\$ 8.762.000,00 (oito milhões, setecentos e sessenta e dois mil reais) a Recursos Próprios Não Financeiros; e

II - anulação parcial de dotações orçamentárias, no valor de R\$ 6.418.000,00 (seis milhões, quatrocentos e dezoito mil reais), conforme indicado no Anexo II.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,

ÓRGÃO: 53000 - Ministério da Integração Nacional									
UNIDADE: 5320 - Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste									
ANEXO II								Crédito Suplementar	
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)								Recursos de Todas as Fontes R\$ 1,00	
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMAÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T S	VALOR
2029		Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária							675.000
		ATIVIDADES							
15.244	2019.20N7	Provimento de infraestrutura produtiva para arranjos produtivos locais - APLs - Plano Brasil sem Miséria							675.000
15.244	2029.20N7.0056	Provimento de infraestrutura produtiva para arranjos produtivos locais - APLs - Plano Brasil sem Miséria - em Municípios - No Estado do Maranhão	F	4	2	30	0	100	675.000
TOTAL - FISCAL									675.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									675.000

ANEXO II			Cedente Suplementar						
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)			Recursos de Todas as Fontes R\$ 1,00						
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	F S P	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
2029		Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária							1.384.000
		ATIVIDADES							
22.333	2029.20NXX	Estruturação e Dinamização de Arranjos Produtivos Locais em Espaços Sub-regionais							1.384.000
22.333	2029.20NXX.0031	Estruturação e Dinamização de Arranjos Produtivos Locais em Espaços Sub-regionais - No Estado de Minas Gerais	F	4	2	99	0	100	1.384.000
TOTAL - FISCAL									1.384.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.384.000

ÓRGÃO: 53000 - Ministério da Integração Nacional									
UNIDADE: 53201 - Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco do Paranaíba - CODEVASF									
ANEXO 1									
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)									
Crédito Suplementar Recursos de Todas as Fontes R\$ 1,00									
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMAÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	J U	F T E	VALOR
2029		Desenvolvimento Regional, Território Sustentável e Economia Solidária							1.384.000
		PROJETOS							
15244	2029 7K66	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado							1.384.000
15244	2029 7K66 0031	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado - No Estado de Minas Gerais							1.384.000
			P	4	2	90	0	100	1.384.000
TOTAL - FISCAL									1.384.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.384.000

ÓRGÃO: 53000 - Ministério da Integração Nacional									
UNIDADE: 53101 - Ministério da Integração Nacional									
ANEXO I									
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)									
Crédito Suplementar									
Retorno de Todas as Fontes R\$ 1.00									
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	P T E	VALOR
2029		Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária	4.239.000						
ATIVIDADES									
04 131	2029 20N5	Divulgação das políticas de desenvolvimento regional e ordenamento territorial -							2.957.000
04 131	2029 20N5 0001	Divulgação das políticas de desenvolvimento regional e ordenamento territorial - Nacional							2.957.000
			F	3	2	90	0	100	1.595.000
			F	4	2	90	0	100	1.392.000
19 691	2029 8902	Promoção de investimentos em Infraestrutura Econômica							1.402.000
19 691	2029 8902 0001	Promoção de investimentos em Infraestrutura Econômica - Nacional							1.402.000
			F	4	2	90	0	100	1.402.000
2040		Gestão de Riscos e Resposta a Desastres	50.852.783						
ATIVIDADES									
06 182	2040 20N2	Mapeamento de áreas de riscos							5.611.000
06 182	2040 20N2 0001	Mapeamento de áreas de riscos - Nacional							5.611.000
			F	3	2	90	0	388	5.611.000
06 182	2040 3172	Coordenação e Fortalecimento do Sistema Nacional de Defesa Civil							45.241.783
06 182	2040 3172 0001	Coordenação e Fortalecimento do Sistema Nacional de Defesa Civil - Nacional							45.241.783
			F	3	2	90	0	388	23.41.733
			F	4	2	90	0	388	42.900.000
TOTAL - FISCAL									55.211.783
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									55.211.783

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. PMDB – ES) – Com a palavra o Deputado Felipe Maia.

O SR. FELIPE MAIA (DEM – RN. Sem revisão do orador.) – Srª Presidente, minhas senhoras e meus senhores Deputados, amigos que nos assistem e nos ouvem neste momento pelos veículos de comunicação da Câmara dos Deputados, ocupo esta tribuna para, no momento em que aqui nós votamos a Lei de Diretrizes Orçamentárias, após árdua semana de negociação com o Governo, assumir, na qualidade de coordenador do Democratas na Comissão de Orçamento, a nossa responsabilidade com o País.

Nós chegamos ontem a um acordo com o Presidente desta Casa, o Deputado Marco Maia, juntamente com os líderes do PPS, do PSDB e de outros partidos, por entender que essa peça orçamentária é fundamental para que tenhamos as diretrizes, a forma como serão gastos os recursos públicos.

Mas, para que não restem dúvidas para aqueles que acompanharam essa negociação ao longo dessas duas semanas, principalmente nesta última semana, quero deixar claro que, em todo momento, nós estivemos dialogando com os líderes partidários não só da base do Governo como da Oposição. Quero também deixar registrado o meu reconhecimento à postura correta, flexível e de diálogo do Presidente da Comissão Mista de Orçamento, Deputado Paulo Pimenta, que em nenhum momento se furtou, a qualquer membro daquela Comissão, ao diálogo, à busca de um entendimento, à flexibilização junto ao Palácio do Planalto daquilo que estava sendo entendido como falta de planejamento e de respeito aos partidos da Oposição, que, desde o primeiro minuto, desde o primeiro dia de funcionamento daquela Comissão de Orçamento, buscava aprovar as matérias de interesse do País. E assim foi feito.

Ali passaram diversas matérias, entre PLNs, medidas provisórias, erratas que foram feitas à LDO. Em todo momento, nós dávamos gestos de boa vontade, de flexibilidade, de abertura ao diálogo.

Ali, por exemplo, passaram duas medidas provisórias fundamentais para a minha região, a 566 e a 569, medidas provisórias editadas pelo Governo Federal no mês de abril e que tinham, como têm, como finalidade, ajudar, socorrer, estender a mão amiga àquelas vítimas do Nordeste, do Nordeste do Vice-Presidente desta Casa, membro da Mesa, Inocêncio Oliveira, do meu Nordeste, do Nordeste de tantos companheiros de Câmara dos Deputados, que imaginavam, naquelas medidas provisórias, uma sinalização do Governo para ter o socorro de que tanto precisavam; afinal de contas, a paisagem, o cenário do Nordeste é o pior possível.

As plantações estão baixas, o gado está magro, o homem do campo, que tirava o sustento da terra, hoje precisa do socorro daqueles que se dizem os maiores defensores da classe baixa, dos mais humildes, dos mais necessitados.

Como dizia um grande político da minha terra, governo não foi feito para rico. Governo foi feito para aqueles que mais necessitam. E era nessas medidas provisórias que estava essa demonstração. Aqui iria se mostrar a forma como se governa o País, com execução, com ajuda, com disponibilidade para o homem do campo.

Mas, infelizmente, com essas minhas palavras, ocupo a tribuna da Câmara para voltar a fazer uma cobrança que já fiz anteriormente: a execução da Medida Provisória nº 566 e da Medida Provisória nº 569, ambas destinadas a enviar recursos para a Região Nordeste, que está afetada por uma das maiores secas dos últimos 30 anos.

A Medida Provisória nº 566 tem uma dotação orçamentária e, por ser medida provisória, tem execução imediata, no valor de R\$706,4 milhões. Até a presente data, só foram pagos R\$15,597 milhões. Essa medida provisória completa quase cinco meses de edição. Ela foi editada no dia 5 de abril e, até a presente data, menos de...

(Interrupção do som.)

O SR. FELIPE MAIA (DEM – RN) – Para concluir, Srª Presidente. Menos de 5% dos valores que foram aprovados pela CMO, hoje estão sendo pagos na Região Nordeste. Dos R\$706 milhões, apenas R\$15 milhões foram pagos, da Medida Provisória nº 566, assim como a Medida Provisória nº 569, com dotação orçamentária de 688,497 milhões. Desses quase R\$700 milhões, apenas 103,927 milhões foram executados. Estamos falando de algo em torno de 20% a 25% de crédito realmente executado e pago.

Ou seja, são medidas provisórias para a Região Nordeste, que precisam da execução, do planejamento....

(Interrupção do som.)

O SR. FELIPE MAIA (DEM – RN) – Para concluir, Srª Presidente. Como eu vinha dizendo, são duas medidas provisórias que precisam da execução dos seus recursos, do planejamento de um governo que se compromete com os mais necessitados. E, sem sombra de dúvida, os mais necessitados são aqueles que estão, neste momento, sofrendo nas suas casas, nas suas cidades, nas suas regiões, vítimas da Região Nordeste.

E para finalizar as minhas palavras, Srª Presidente, quero fazer, como já fiz no início, um agradecimento e um reconhecimento público à postura correta

do Presidente da CMO, Paulo Pimenta, assim como quero parabenizar o Relator da LDO, o Senador Antonio Carlos Valadares, pela postura sempre flexível, aberta e democrática, com que tratou todas as emendas apresentadas dos diversos partidos...

(Interrupção do som.)

O SR. FELIPE MAIA (DEM – RN) – Só para concluir, Sr^a Presidente. Estou aqui elogiando o Relator...

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. PMDB – ES) – V. Ex^a tem o direito de concluir.

O SR. FELIPE MAIA (DEM – RN) – ...da LDO, Antonio Carlos Valadares, pela postura correta e democrática com que tratou todos os partidos, por exemplo, o Democratas. Nós apresentamos 16 emendas à LDO, e o Relator teve a compreensão de, num gesto de aperfeiçoar aquela peça orçamentária, aproveitar quatro emendas nossas. Um destaque foi apresentado na CMO. Por deliberação do Plenário, infelizmente, não foi aprovado, mas isso demonstra o espírito harmonioso que tivemos com o Presidente da Casa e com o Relator.

Esperamos que, no segundo semestre, aquela postura inflexível, não democrática do Governo seja modificada para que possamos ter, ao final do ano, o projeto de Lei Orçamentária, Deputado Eduardo Cunha, aprovado com mais facilidade. V. Exa. acompanhou as nossas tratativas. Peça Orçamentária nunca foi campo de batalha entre Governo e Oposição. É um direito do Parlamentar, que tem, através do projeto, da PLOA, aprovado um recurso, tem o seu direito de ter a sua emenda - assim como os partidos da base do Governo - aprovada, e levar o benefício às suas regiões e às suas cidades.

Afinal de contas, nós podemos disputar questões políticas partidárias em outros campos. Sem sombra de dúvida, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e o campo orçamentário não são o campo adequado para as disputas políticas. Portanto, essas eram as minhas palavras, encerrando esse primeiro semestre de bons trabalhos, de trabalhos produtivos nesta Casa, elogiando o bom trabalho da CMO e dos líderes, Líder Duarte Nogueira, do PSDB, coordenador da bancada, do Líder Rubens Bueno, do PPS, que também foi um grande parceiro na Comissão e a todos os membros da CMO, que fizeram um trabalho conjunto.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. PMDB – SC) – Com a palavra o Deputado Duarte Nogueira, pelo PSDB; em seguida, o Senador Pedro Taques.

O SR. DUARTE NOGUEIRA (PSDB – SP. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente desta sessão do Congresso Nacional, Deputada Federal Rose de Freitas, Sras. e Srs. Deputadas e Deputados, Sras. e Srs.

Senadoras e Senadores, eu quero, em nome da Bancada do PSDB, também registrar que o debate ocorrido na Comissão Mista de Orçamento, na qual represento o meu Partido como seu coordenador, contribuiu para que pudéssemos melhorar o texto e aperfeiçoar a matéria na direção do interesse do Brasil.

Quero cumprimentar o Presidente da Comissão Mista de Orçamento, Deputado Paulo Pimenta, cumprimentar o Senador Antonio Carlos Valadares, Relator do Projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2013, cumprimentar a todos os Líderes e coordenadores de bancadas que participaram conosco dos debates. Mas não poderia deixar de registrar o nosso protesto em relação à atitude que o Governo teve na relação com os Parlamentares na Comissão Mista de Orçamento. Foi apenas no momento derradeiro que, nas últimas horas, nós pudemos ter a participação efetiva dos Líderes do Governo com os demais Líderes, para discutir, de maneira franca, transparente, o ponto de vista de cada um.

A Bancada do PSDB apresentou 31 emendas ao Projeto da LDO; destas, 28 emendas de texto e 3 emendas de metas. E nós conseguimos, nesse diálogo com o Relator, boas conquistas que foram incorporadas ao texto já aprovado na Comissão Mista de Orçamento.

E quero aqui comentar alguns deles que acho relevantes. O primeiro é que os investimentos a serem feitos por parte do Governo, tanto nas obras do PAC quanto em outras iniciativas, deverão passar pela aprovação do Orçamento no segundo semestre. Queria o Governo retirar isso do texto, para ter a liberalidade de, caso o Orçamento não viesse a ser aprovado no final deste ano, à revelia do Congresso Nacional, fazer os investimentos como bem quisesse. E isso colocou uma trava, garantindo para a sociedade uma maior transparência, melhor controle, melhor maneira de fiscalização do Orçamento Público.

Conseguimos também que houvesse explicitação das demonstrações das programações financiadas, tanto do BNDES quanto da Caixa Econômica Federal, no tocante à ampliação dos financiamentos de obras de setor público, que não passam pelo controle da Lei Orçamentária. Mais transparência no uso dos recursos públicos.

Conseguimos também, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Congressistas, que o Relator, no art. 12 da Lei de Diretrizes Orçamentárias, fizesse lá constar claramente que deverão conter e discriminar em categorias de programações específicas as dotações destinadas. Destinadas a quê? Destinadas aos recursos aos Estados brasileiros, para serem ressarcidos dos créditos da Lei de Exportações, conhecida como Lei Kandir.

Apresentamos um destaque – infelizmente, não foi aprovado, mas acho importante ressaltar: os recursos que serão contingenciados a cada ano, quando do início da apresentação do decreto de execução da Lei Orçamentária, que nós pudéssemos ter o contingenciamento também explicitado, coisa que não ocorre. O Governo alegou que tecnicamente isso fica muito difícil de ser feito, mas nós vamos continuar insistindo, porque entendemos ser de interesse da sociedade brasileira que essas mudanças ocorram.

E entre as várias alterações que propusemos, uma que acho de extrema relevância também é que, a partir de agora, nos registros das compras de medicamentos e produtos para a saúde do Banco de Preços em Saúde, do Ministério da Saúde, terá ali, sim, que ser colocado, explicitamente, como esses recursos serão aplicados. Portanto, acho que nós conseguimos avançar substancialmente na melhoria do texto, aperfeiçoando a matéria.

A discussão foi acalorada. Tivemos, por acordo, não só, englobadamente, a aprovação da Lei de Diretrizes Orçamentárias, mas, no dia de ontem, duas importantes medidas provisórias que tratam do Brasil Maior.

E a oposição, entendendo a importância disso para o País, não agiu como o Partido dos Trabalhadores agia no passado, trabalhando para o quanto pior melhor. Nós votamos as medidas que eram importantes para o Brasil tentar sair desse sufoco de trava no seu crescimento. Pelo nono mês consecutivo, o Brasil não está crescendo. Há um esgarçamento, um esgotamento nessas medidas de incentivo, há um enorme endividamento das famílias brasileiras, e nós entendemos que as medidas paliativas que o Governo aprovou não foram mais suficientes para fazer o País crescer.

Portanto, nós precisamos aprovar medidas estruturantes, reformas estruturantes para sairmos do chamado voo de galinha, que é sempre um crescimento pequeno para depois ter uma estagnação.

E pedindo um último minuto, Presidente, para concluir, nós fizemos um destaque à LDO que entendo pertinente, e o Relator já se comprometeu e, posteriormente, irá fazer as suas considerações, para garantir que haja transparência nos recursos a serem utilizados por estatais, sobretudo a Petrobras.

Foi feita a votação de um destaque, na nossa opinião, não só de maneira atabalhoada como também de maneira bastante controversa, e nós, com esse destaque, estamos corrigindo, no texto do Relator, que já era da lavra do Senador Antonio Carlos Valadares, um assunto que, inclusive, foi defendido, de maneira muito veemente, pelo Tribunal de Contas da União, que é a reposição das tabelas, dos quantitativos para as obras das empresas estatais, sobretudo da Petrobras,

porque, conforme foi aprovado, incluída a expressão “de referência” e, ao mesmo tempo, englobando “bem como procedimentos licitatórios com regimes próprios, promovidos por empresas públicas e sociedade de economia mista que atuem em setores estratégicos da economia e que apliquem critérios internacionais de custos”; se isso ficar no texto vamos levar a prováveis profundos danos ao Erário, decorrentes de contratações com sobrepreço, superfaturamento, porque haverá a impossibilidade de os instrumentos, os órgãos de controle, no caso, o Tribunal de Contas, fazer a fiscalização e o próprio Congresso Nacional acompanhar.

Posto isso, repondo isso no texto, corrigindo com o destaque e a emenda que fizemos, entendemos que o texto foi melhorado, garante-se mais transparência, com isso, ganhamos todos nós, ganha todo o nosso País.

Muito obrigado.

O SR. RUBENS BUENO (Bloco/PPS – PR) – Sra. Presidente...

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. PMDB – ES) – Pois não. Com a palavra o Senador Pedro Taques, a quem havia prometido.

O SR. RUBENS BUENO (Bloco/PPS – PR) – Sim; em seguida, me inscreva, Sra. Presidente.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, Srs. Senadores, Srs. Deputados, falo, Sr. Relator, contra a Emenda nº 23700006, aprovada na CMO, que modificou o *caput* do art. 101, contra o parecer de S. Exa. o Relator. Vou direto ao tema: essa Emenda é criminosa. Repito: essa Emenda é criminosa. A Emenda torna legal a qualquer órgão público, não só à Petrobras, pagar preços acima do mercado – acima do mercado. Só interessa, Deputado Reguffe, a quem quer roubar – repito: roubar – nas obras públicas. Se fosse honesta essa Emenda, o Governo a apoiaria abertamente, mas isso não foi feito. O Relator, na CMO, afirmou que ninguém, ninguém do Governo aceitou manifestar-se por escrito em favor dessa Emenda. E fez bem o Governo. Se fosse decente, a votação na CMO não teria sido de procedimento duvidoso, com todo o respeito a S. Exa. o Relator, como se manifestaram os representantes do PDT que lá estavam.

Muito bem. No mérito, Sr. Relator, esta Emenda não beneficia a Petrobras, não há nenhuma especialidade nesta Emenda que legitima em suas obras que não sejam já plenamente atendidas pelo substituto do Relator.

Assim, a única mudança é a retirada da exigência de que a Petrobras pague preços de mercado por itens banais. Itens banais, por exemplo, como cimento e a brita. A empresa Petrobras e seus acionistas, todos nós, o povo brasileiro, só perdem com essa indignidade,

Sr. Relator. Mas a Petrobras está sendo usada como laranja nesta Emenda, para defender interesses para os quais aqui não existem defesas, são indefensáveis.

Pelo novo texto da lei, Sr. Relator, como V. Exa. bem sabe, se for aprovada essa Emenda, qualquer órgão, qualquer empresa vai ficar dispensado de justificar porque contratou acima do preço de mercado. A emenda não afeta só a Petrobras, ela vale para o DNIT, vale para a Valec, do famoso Juquinha, vale para os estádios construídos pela Delta.

Muito bem, esta Emenda, Sra. Presidente, não é para a Petrobras, é para as empreiteiras desonestas; por isso, Sra. Presidente, Srs. Deputados e Srs. Senadores, esta Emenda não pode ser aprovada.

O substitutivo do Relator é o melhor caminho, porque ele é republicano.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. PMDB – ES) – Com a palavra o Deputado Rubens Bueno.

O SR. RUBENS BUENO (Bloco/PPS – PR. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados e Senadores, eu gostaria de apenas fazer um registro do nosso companheiro Deputado Arnaldo Jardim, ele como titular da Bancada do PPS, na Comissão Mista de Orçamento, não só o trabalho que fez com o conhecimento que tem, mas trazendo luz a um bom momento que essa Comissão Mista de Orçamento viveu, na pessoa do Relator, o Senador Antonio Carlos Valadares. A proposta do Deputado Arnaldo Jardim era exatamente para excluir do texto o art. 50, que falava da LDO, que, mesmo não aprovando o Orçamento, as obras do PAC continuariam. É apenas um registro, e o Relator acatou de pronto a emenda do Deputado Arnaldo Jardim. Apenas um registro.

As obras do PAC... E aí está a Delta para dizer, temos até uma CPI hoje, carregada de cachoeiras e tantos outros penduricalhos, para mostrar que as obras do PAC devem muito ao País em termos de transparência, em termos de legalidade, sobretudo de moralidade, que, instituída na Constituição da República, não está sendo vista com o devido rigor pelo atual Governo. Daí, esta emenda apresentada pelo Deputado Arnaldo Jardim e acolhida pelo Senador Antonio Carlos Valadares, Relator da Comissão Mista de Orçamento.

Sra. Presidente, depois eu gostaria de fazer um registro sobre o *Livro Branco*. Há pouco nós tivemos no Senado, com o Presidente José Sarney, a presença do Ministro Embaixador Celso Amorim, que veio entregar o *Livro Branco*, fruto de um grande trabalho do Parlamento brasileiro, na pessoa do ex-Deputado José Genoíno, que foi o Relator na Comissão de Constituição e Justiça e do ex-Deputado Raul Jungmann, que apresentou o projeto regulamentando o *Livro Branco*, que nada mais é do que um livro que estabelece es-

tratégias de uma política permanente de defesa nacional, daí termos aqui no Brasil, com muito atraso, é verdade, mas termos agora a figura do *Livro Branco*, apresentada a cada 4 anos pelo Poder Executivo, como hoje aconteceu com a presença do Ministro da Defesa, Celso Amorim.

Estive lá em nome do Deputado Raul Jungmann, em nome do Deputado Fernando Coruja, que fizeram um grande trabalho, um trabalho meritório, não só grandes audiências públicas pelo País, aqui no Parlamento, mas a consciência do dever cumprido com políticas de Estado que o País até então não tinha e que esta lei, definitivamente, passa a instituir, com a figura do *Livro Branco* e do relatório e dos anexos que são apresentados a cada 4 anos para que o Congresso Nacional aprecie esse relatório do Poder Executivo.

Então fica aqui o registro, e a homenagem ao Deputado Raul Jungmann.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. PMDB – ES) – Com a palavra o Presidente da Comissão de Orçamento.

O SR. PAULO PIMENTA (PT – RS. Sem revisão do orador.) – Presidente, eu quero, mais uma vez aqui, destacar a importância desta síntese que foi produzida e que está expressa no Senador Antonio Carlos Valadares e no relatório que ele apresentou da Lei de Diretrizes Orçamentária. Nós conseguimos construir um grande entendimento, uma participação importante das Lideranças da Oposição, do Governo, e eu entendo, sinceramente, Sra. Presidente, que o adendo apresentado pelo Relator conseguiu recolher aquilo que de fundamental foi levantado pela oposição, respeitadas as questões principais introduzidas no Projeto de Lei da LDO pelo Governo.

Existe uma questão que é, neste momento, uma questão mais polêmica, que é exatamente uma emenda que foi destacada na Comissão, e a Comissão acabou tendo uma posição contrária com o parecer do Senador Antonio Carlos Valadares.

Quero aqui, Sra. Presidente, dizer que no sentido em que nós possamos produzir o entendimento, que não haja necessidade de qualquer tipo de verificação, ou de obstrução.

Como Presidente da Comissão, entendo que a redação proposta pelo Senador contempla os interesses maiores do País. Peço a ele que mantenha aquela redação e que possamos fazer um acordo em torno da redação proposta por ele e, dessa forma, possamos aprovar o relatório da LDO, sem necessidade de qualquer tipo de destaque, por entendimento, de modo que concluamos com chave de ouro todo esse debate, esse esforço e esse trabalho.

Talvez tenhamos alguma questão regimental para recuperar o texto do Relator, mas eu entendo que, politicamente, podemos produzir esse entendimento e concluir a votação sem nenhum tipo de verificação.

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL – RJ) – Sra. Presidente, uma questão de ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. PMDB – ES) – Tem a palavra o Deputado Chico Alencar, para uma questão de ordem.

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL – RJ. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.) – A forma proposta pelo nobre Presidente da Comissão Mista de Orçamento, Deputado Paulo Pimenta, no mérito, é possível de ser construída, não na forma como ele a apresentou, porque o destaque já foi aprovado na Comissão Mista do Orçamento e veio para o plenário, aprovado, nas mãos do nosso Relator.

A única maneira de corrigirmos e preservarmos a qualidade e a lisura das compras da Petrobras, da Valec e de outras empresas estatais é acolher o destaque por nós apresentado, que repõe no texto do relatório, *ipsis litteris*, aquilo que já tinha sido de lavra do Relator e que foi alterado por esse destaque aprovado na Comissão Mista do Orçamento.

Se nós aprovarmos o destaque que nós apresentamos, vamos atingir, no mérito, o objetivo solicitado pelo Presidente da Comissão Mista de Orçamento, Deputado Paulo Pimenta.

O SR. PAULO PIMENTA (PT – RS) – Se, regimentalmente, esse é o caminho, Sra. Presidente, eu gostaria que pudesse ser encaminhado...

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. PMDB – ES) – Nós já aceitamos o requerimento, que está sobre a mesa, do Deputado Duarte e do Deputado Dado. Quanto à questão final, será decidida pelo Relator.

Com a palavra o Deputado Chico Alencar.

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL – RJ) – Sra. Presidente, já externei aqui, no início desta sessão do Congresso Nacional, a visão do PSOL em relação à Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Das nossas 25 emendas, sete foram acolhidas. Evidentemente, nenhuma delas que considerávamos mais essenciais, questionando essa ideia ortodoxa, que virou dogma, do superávit primário, liberado para o Programa Brasil sem Miséria, para emendas parlamentares, mas não para educação, como propôs corretamente o PDT.

A questão fundamental agora é exatamente esta.

A emenda do Senador Jucá, que libera as estatais de seguirem nas contratações os preços da tabela oficial e abre espaço para toda sorte de negociação indevida, gravando o erário. O Congresso Nacional não pode acolher essa emenda.

A solução é, por acordo, acolhermos a proposta supressiva que o Deputado Duarte Nogueira acabou de relatar aqui. O PSOL tem absoluta e inteira concordância. Esse regime diferenciado de contratações ou desesperado por causa das eleições, quem sabe, não pode prosperar, não foi algo discutido na Comissão durante tanto tempo, com tanto trabalho. Essas emendas de última hora são sempre arriscadas e perigosas.

Nós queremos repelir e apelar a este Plenário, inclusive aos Relatores e ao Presidente da Comissão – é do PT o Relator, Senador também da Base do Governo –, ninguém aceita isso. Vamos ter bom senso para evitar a inviabilização inclusive desta sessão.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. PMDB – ES) – Vamos passar ao processo...

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Pela ordem, Sra. Presidenta.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. PMDB – ES) – Pela ordem, Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidenta, eu estava acompanhando do meu gabinete a discussão sobre um destaque que foi aprovado na Comissão de Orçamento. O Destaque nº 125 é da minha autoria, mas é a emenda de um Deputado, e vi aqui posições divergentes, inclusive do próprio Governo.

Quero registrar que fiz esse destaque exatamente para tentar preservar o princípio de forma de atuação da Petrobras com regime diferenciado de contratação e de licitação, mas estava buscando atender a um pleito exatamente de setores da Petrobras que me procuraram.

Como há uma celeuma sobre essa questão e há uma posição divergente dentro do próprio Governo, quero também somar a minha voz às que falaram aqui para que voltemos ao texto original do Senador Valadares, exatamente para que não paire nenhum tipo de dúvida sobre a questão. Portanto, há também, da minha parte, a posição de convergir no entendimento para votação, e mais do que isso: defendo o regime da Petrobras, sei que há divergências entre o Tribunal de Contas da União e a Petrobras quanto ao regime diferenciado; é importante que ele exista, e, se precisa ser ajustado, que seja ajustado, mas, para que não paire nenhuma dúvida nem tenha nenhum problema quanto ao entendimento do encaminhamento desta questão, peço também, como autor do destaque, que este no plenário seja rejeitado, se volte ao texto original e, portanto, se encerre essa discussão, ficando, portanto, programada a votação da LDO para hoje à tarde.

Muito obrigado, Sra. Presidenta.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. PMDB – ES) – Pois não.

Passamos agora à discussão do PLN 3.

Item extrapauta:

**PROJETO DE LEI DO CONGRESSO NACIONAL
Nº 3, DE 2012**

Discussão em turno único do Projeto de Lei nº 3, de 2012, Congresso Nacional, que dispõe sobre as diretrizes para elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2013 e dá outras providências.

Ao projeto de lei foram apresentadas 4.122 emendas. A Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, em seu parecer, concluiu pela apresentação do substitutivo.

Portanto, concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Valadares, Relator da matéria.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE. Como Relator. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidenta, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, Senadores e Senadoras, foi uma tarefa gratificante, mas complexa, esta de ter sido designado pela Base do Governo para relatar a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

A LDO é um instrumento da mais alta importância, previsto na nossa Constituição. A sua não aprovação implica, inclusive, quebra do recesso parlamentar, como aconteceu, e até agora estamos em atividade no Congresso Nacional, graças a esse dispositivo constitucional que assegura a apreciação da LDO, porque ela estabelece e fixa regras bem claras sobre a forma como devemos elaborar a Lei Orçamentária anual.

Graças aos entendimentos que foram efetivados pelo Presidente Marco Maia, pelo Presidente da CMO, Deputado Paulo Pimenta, por todas as Lideranças que compõem o Congresso, tanto do Governo como da Oposição, chegamos a um acordo, através do qual nós conseguimos incluir várias emendas, várias proposições, sugestões da Oposição, que vieram robustecer o nosso relatório,

Graças aos entendimentos que foram efetivados pelo Presidente Marco Maia, pelo Presidente da CMO, Deputado Paulo Pimenta, por todas as Lideranças que compõem o Congresso, tanto do Governo como da Oposição, chegamos a um acordo, através do qual nós conseguimos incluir várias emendas, várias proposições, sugestões da Oposição, que vieram robustecer o nosso relatório, que vieram dar uma contribuição inestimável à transparência e ao funcionamento do Poder Legislativo e do Tribunal de Contas da União. Finalmente – e não poderia ser diferente – a Oposição e o Governo sentaram-se à mesa pensando no melhor para o Brasil. É o que está acontecendo neste momento.

Permitam os Srs. Parlamentes que eu faça um resumo do que foi aprovado, de vez que a proposta foi inteiramente discutida, debatida, publicada. Para ganharmos tempo e votarmos logo a LDO, fiz uma síntese, a mais consistente possível, visando ao entendimento da nossa proposta, do nosso relatório.

A matéria foi debatida com todas as lideranças e com representantes do Poder Judiciário, do Ministério Público, do Tribunal de Contas. Surgiu, em razão desses entendimentos, desses debates – inclusive com o Ministério do Exército, com o Ministério da Aeronáutica –, esse relatório. Mais de quatro mil emendas foram apresentadas. Tivemos apenas cinco dias, na prática, dois dias, ocorrendo em um sábado e um domingo, para a apreciação de mais de quatro mil emendas. Foi um esforço hercúleo da nossa equipe, da nossa consultoria de orçamento, composta por funcionários zelosos, capazes, competentes, do Senado e da Câmara dos Deputados, que me ajudaram bastante, que varavam comigo as noites, a fim de entregarmos, no prazo estabelecido, não só o relatório preliminar, mas o relatório final.

Gostaríamos de destacar que o substitutivo reforça nossa convicção na manutenção do rumo da atual política fiscal. Por um lado, mantivemos as metas de superávit primário do PLDO 2013 e a flexibilidade fiscal, de modo que a meta do resultado primário possa ser reduzida em até R\$45,2 bilhões, o que corresponde a 0,9% do PIB, para atender apenas investimentos prioritários.

O Substitutivo inclui, também, por deliberação da CMO, o Anexo de Metas e Prioridades. Aliás, o Anexo de Metas e Prioridades não veio na proposta original do Governo, mas, a pedido dos parlamentares dos diversos partidos. Para colocar o Poder Legislativo na condição de debater e sugerir mais emendas, coloquei o Anexo de Metas e Prioridades na nossa LDO, inclusive contou com a compreensão e aprovação da Ministra do Planejamento.

Em relação a despesas com o pessoal, optamos pela inclusão de uma autorização para aumento dos gastos de pessoal dos Três Poderes e do MPU, mas sem estabelecer limites prévios. Como não houve entendimento, acordo entre os Três Poderes para a fixação de um reajuste, eu tive, então, que criar uma fórmula política, uma saída, uma janela para as negociações que já estão em curso entre o Poder Executivo, o Poder Judiciário e também o MPU.

Pensamos que esse gesto contribuirá para estimular os representantes dos Poderes e do MPU a continuarem se empenhando na definição de um critério ou montante adequado até o envio da proposta orçamentária para 2013. Haverá um tempo, um intervalo,

entre a aprovação da LDO e a sua vigência e também a apresentação pelo Poder Executivo da LOA, para as conversações que eu considero legítimas e necessárias entre os Poderes, a fim de estabelecerem parâmetros de reajuste para os seus servidores.

Acolhemos a sugestão que determina publicidade e transparência dos precatórios e requisições de pequeno valor, para que os beneficiários de débitos judiciais da União sejam informados pelo Poder Judiciário sobre os seus direitos.

Na análise das disposições sobre fiscalização e custo de obras e serviços, ouvimos o Tribunal de Contas da União e também o Executivo e obtivemos o necessário apoio sobre as mudanças que realizamos. Retiramos o § 9º do art. 101, que excluía do mecanismo de fiscalização previsto na LDO as obras em convênio com Estados e Municípios. Inserimos parágrafos no art. 101, com o objetivo de regular melhor o que compõe o custo de obras e serviços.

Inserimos determinação no sentido de que o orçamento tenha um marcador para controle do atendimento do piso constitucional da saúde, a fim de que se cumpra e fiscalize adequadamente as disposições da Lei Complementar 141, de 2012.

O Projeto original continha capítulo novo acerca da transparência, ao qual demos nova organização e incluímos seções sobre divulgação das transferências a entidades privadas, transferências voluntárias, contratos e convênios, agentes públicos e despesas respectivas, além da publicação de dados sobre a elaboração e aprovação dos orçamentos públicos.

Srª Presidenta, Srs. Parlamentares, antes de terminar esta apresentação, este resumo do nosso relatório, eu gostaria de afiançar, de garantir que a proposta, o destaque já apresentado pelo Deputado Duarte Nogueira, do PSDB, será integralmente atendido pela relatoria. Mesmo porque o seu destaque se coaduna, se harmoniza com o meu pensamento, que foi exposto no âmbito da Comissão de Orçamento, visando fixar critérios que hoje já são públicos, que hoje já são evidenciados, obedecidos pelas estatais, inclusive pela Petrobras, sem nenhum prejuízo para o funcionamento dessas organizações pertencentes ao Governo brasileiro.

Inclusive a Petrobras, sob a égide da atual legislação, sem nenhuma permissividade, sem nenhuma abertura maior, conseguiu descobrir poços de petróleo em todo o Brasil, aumentando, sem dúvida alguma, a nossa produção petrolífera, inclusive com a descoberta do pré-sal, sem que precisássemos, de modo algum, fazer qualquer abertura, abandonando a Lei de Licitações, que é uma lei que protege o contribuinte, que adota condutas de transparência para a defesa da

boa aplicação do recurso público, sem nenhuma possibilidade de que o desvio venha ajudar a corrupção, aqueles que se aproveitam do Poder Público para o enriquecimento ilícito.

Acho que a Lei de Licitações é prioritária e as exceções têm que ser inteiramente justificadas perante os órgãos competentes do Governo Federal, inclusive perante o Tribunal de Contas da União, que assevera a todos nós a sua preocupação de que a atual legislação seja mantida sem nenhuma solução de continuidade. A aprovação desta emenda iria criar um problema muito sério de credibilidade em relação não só à Petrobras como também em relação às demais estatais do Governo, que ficariam como um cheque em branco, para atuarem sem a preocupação maior na economia da realização de suas obras, na contratação de seus serviços, aqui internamente e no exterior.

Por isso, o destaque do Deputado Duarte Nogueira é a defesa do erário público, é a defesa da transparência, é a defesa da limpidez, da pureza da boa aplicação, da correta aplicação do dinheiro do povo que é arrecadado pelo Governo.

Para fazer justiça, quero dizer a V. Exas. que, em nenhum momento, a Ministra do Planejamento Miriam Belchior nem a Ministra Ideli Salvatti, elas duas jamais me falaram da possibilidade de estabelecer exceções para a Petrobras ou para qualquer instituição estatal do Governo Federal.

E, agora, quando é o próprio autor da emenda, o Senador Romero Jucá, verificando de forma política a repercussão da continuidade desse processo, que iria, a meu ver, desvalorizar um trabalho que nós fizemos, de manhã, de tarde e de noite, lá na CMO, isso iria desmerecer sem dúvida alguma, iria criar um problema muito sério de desconfiança, de falta de credibilidade do nosso trabalho.

Portanto, eu quero agradecer a compreensão dos Líderes do Governo, do Líder José Pimentel, de Walter Pinheiro, de Gilmar Machado e a atuação célere, a atuação corajosa, mas em inteira harmonia com o pensamento do povo brasileiro, da oposição aqui na Câmara e no Senado Federal.

A minha aprovação, portanto, é total a esta proposta do Deputado Federal do PSDB, líder que trabalhou conosco em todas as horas, na tentativa de encontrar – e finalmente encontramos – um acordo do qual participaram várias lideranças, entre as quais eu gostaria de destacar o Presidente da CMO, Deputado Federal pelo Estado do Rio Grande do Sul Paulo Pimenta. Ele é o homem certo para o lugar certo, um homem que atuou diariamente ao nosso lado, sempre pensando em conseguir um acordo, até que, juntos, conseguimos, para a vitória do Senado, para a vitória

da Câmara dos Deputados e, mais de perto, do Congresso Nacional e do povo brasileiro.

Obrigado a todos.

É o seguinte o parecer na íntegra:

**PARECER Nº 17, DE 2012-CN, SOBRE O
PROJETO DE LEI DO CONGRESSO NACIONAL
Nº 3, DE 2012
Publicado em Suplemento “A” à presente edição.**

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. PMDB – ES) – Em discussão o projeto, o substitutivo.

Senador Eduardo Suplicy, para discutir a matéria, por cinco minutos.

O SR. DUARTE NOGUEIRA (PSDB – SP) – Presidente, nós estamos inscritos para discutir a matéria, não é?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente Deputada Rose de Freitas, quero aqui cumprimentar todos os Senadores e Deputados, em especial o Presidente Paulo Pimenta, da Comissão Mista de Orçamento e, sobretudo, o nosso Senador do PSB de Sergipe Antonio Carlos Valadares, que contribuiu significativamente para que chegássemos à Lei de Diretrizes Orçamentárias com o maior bom senso e bom entendimento entre todos os partidos, tanto da base aliada quanto da oposição.

Quero também agradecer a iniciativa da Senadora Ângela Portela, acatada pelo Senador Relator Antonio Carlos Valadares, para que, no § 2º do artigo 57, que se refere à realização de transferências voluntárias, conforme definido no *caput* do artigo 25 da Lei de Responsabilidade Fiscal, que dependerá de comprovação por parte do conveniente de que existe previsão de contrapartida na lei orçamentária do Estado, Distrito Federal ou Município, e onde estavam os limites mínimos e máximos de contrapartida fixadas no § 1º poderão ser reduzidos ou ampliados mediante critérios previamente definidos ou justificativa do titular do órgão concedente, quando for necessário para viabilizar a execução das ações a serem desenvolvidas ou decorrer de condições estabelecidas nos contratos de financiamentos ou acordos internacionais.

Pois bem. Justamente aqui, foi acrescido que: “ou ainda para transferência de recursos conforme disposto na Lei nº 10.835, de 2004”.

Essa lei é justamente a que institui – lembro que ela foi aprovada em dezembro de 2002 pelo Senado, por todos os partidos naquela Casa, e novamente, em dezembro de 2003, na Câmara dos Deputados, por consenso de todos os partidos –, por etapas, a critério do Poder Executivo, a renda básica de cidadania. Não importando a origem, a raça, o sexo, a idade, a

condição civil ou mesmo socioeconômica, todos os habitantes do Brasil, inclusive os estrangeiros há cinco anos ou mais aqui residentes, passarão a ter o direito de receber uma renda que, na medida do possível, com o progresso do País, será suficiente para atender às necessidades vitais de cada um. A ninguém, será negado. Portanto, os 191,5 milhões de habitantes do Brasil, quando chegar a ser implementada essa lei, passarão a ter esse direito.

Ora, da mesma maneira que os primeiros programas de renda mínima associados à educação, denominados, primeiramente, Bolsa Escola e que, hoje, constituem o Bolsa Família, foram iniciados aqui, no Distrito Federal, em Campinas, em Ribeirão Preto, em Belém, em Mundo Novo, em Belo Horizonte, em Jundiá, em Piracicaba e assim por diante, então, também é perfeitamente possível que a renda básica de cidadania seja pioneiramente instituída em Municípios. Será isso possível? Será que algum município já aprovou lei nessa direção? Sim! O Município de Santo Antônio do Pinhal, com 6.600 habitantes, aproximadamente, a 15 minutos de Campos de Jordão, aprovou lei nesse sentido, por iniciativa do Prefeito José Augusto de Guarnieri Pereira. A lei foi aprovada por 9 a 0, ou seja, pela unanimidade dos Vereadores, depois que houve um diálogo a respeito na Praça do Artesão lotada e mais ainda na Câmara Municipal, também lotada. Houve um grande entusiasmo.

Quero dizer que, ainda ontem, pela manhã, estive ali participando da reunião do Conselho Municipal da Renda Básica de Cidadania, onde estão sendo discutidas as etapas na direção de chegar a esse resultado.

(Interrupção do som.)

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sra. Presidente, em Santo Antônio do Pinhal, pensam em começar pelos que nascem. Estes passarão a ter uma renda igual ou suficiente para atender às necessidades vitais de cada um, contemplando, a cada ano, todos os que forem nascendo. É um possível caminho. O quanto antes se chegar a todos, melhor!

Apresentei emenda para que esse Município pioneiro pudesse ter recursos da ordem de R\$1 milhão para iniciar essa proposição, além dos demais recursos. Com a sua aprovação pelo nosso Relator, Antonio Carlos Valadares, isso se tornará possível.

Quero aqui também dizer que todo e qualquer prefeito e os atuais vereadores de todos os Municípios ou aqueles que serão eleitos em 7 de outubro próximo poderão abraçar o objetivo de fazer...

(Interrupção do som.)

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. PMDB – ES) – Eu gostaria de...

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco/PT – SP) – Última frase.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. PMDB – ES) – Antes da sua última frase, eu gostaria de dizer que o prazo regimental desta sessão encerra-se agora, neste minuto, às 17h45. Desse modo, vamos prorrogá-lo por mais uma hora.

Concedo mais um minuto a V. Exa.

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco/PT – SP) – Poderão os prefeitos, os atuais ou os candidatos, e os respectivos vereadores eleitos apresentarem proposições para fazerem de seus respectivos Municípios exemplos pioneiros da Renda Básica de Cidadania, sejam candidatos do PT, do PSOL, de todos os partidos, do PSDB, do DEM e do PMDB.

Há pouco falei com Chico Alencar. Se o nosso amigo Marcelo Freixo, do PSOL, abraçar a ideia, assim como o Prefeito Eduardo Paes, todos ali terão o meu apoio para levar adiante esse propósito.

Um abraço a todos.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. PMDB – ES) – Com a palavra ainda, para discutir o projeto substitutivo, o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, Deputada Rose De Freitas, que preside a sessão do Congresso Nacional, Srs. Líderes no Senado e na Câmara, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Senadores, conforme manda o Regimento, fiz destaque da Emenda nº 20910051, que trata da inclusão na LDO, no *caput* do art. 12, da alteração no texto para que seja efetivamente considerada a possibilidade de inclusão no Projeto de Lei Orçamentária de recursos para a compensação dos Estados e Municípios com a perda de receita decorrente da Lei Kandir.

Lamentavelmente não obtivemos sucesso em termos de acatamento por parte do nobre Relator da LDO, Senador Antonio Carlos Valadares, e tivemos que vir à sessão do Congresso fazer esse destaque, a fim de pedir aos membros do Congresso Nacional, aos Deputados e Senadores, que acatem esse destaque.

Senador Jorge Viana, V. Exa. que, como eu, é de um Estado da Região Amazônica que, como os demais Estados da Federação brasileira, é carente de recursos e não pode abrir mão de algo que lhe é devido pela União: a reposição das perdas da receita de ICMS dos Estados pela não tributação principalmente dos produtos primários, desde 1996, com o advento da Lei Kandir.

A emenda que fiz ao texto da LDO, como disse lá na Comissão Mista de Orçamento, Deputada Rose

De Freitas, não acrescenta nada de diferente para o Executivo,

Apenas inclui no *caput* do art. 12 o seguinte texto: “O Projeto e a Lei Orçamentária de 2013 deverão conter e discriminar, em categorias de programação específicas, as dotações destinadas a...” E, aí, seguem-se vários incisos, entre os quais se encontra a compensação da Lei Kandir.

Peço ao Líder do Governo, Senador José Pimentel, que flexibilize, aqui no Congresso, a sua posição, tão dura na CMO, quanto ao entendimento do Relator, Senador Antonio Carlos Valadares, que alega ter atendido a emenda do Senador Flexa Ribeiro ao colocar no parágrafo e não no *caput* do artigo. O que não é verdade. É importante que os Deputados e Senadores tenham consciência disso.

Nos anos anteriores, o Projeto de Lei Orçamentária tem vindo do Executivo com dotação zerada para a Lei Kandir. É aqui, no Congresso Nacional, que nós, Parlamentares, temos de abrir a janela, criar a rubrica, para colocar, minimamente, recursos que não representam, Deputado Felipe Maia, 15% das perdas dos Estados e também dos Municípios, porque 25% daquilo que é transferido aos Estados é repassado aos Municípios.

Então, o que estamos pedindo ao Relator e às Lideranças do Governo? Que atendam a emenda, para que fique, definitivamente, criada a janela no Projeto de Lei Orçamentária para a Lei Kandir.

E essa emenda é importante. Ela não tem coloração partidária. Ela não tem coloração ideológica. Ela é de interesse de mais de 21 Estados brasileiros, que se beneficiam, ou melhor, que perdem menos, porque, como já disse, hoje, a reposição não chega a 15% das perdas. Aí, desde São Paulo, que é o Estado mais rico da Federação, Senador Suplicy – V. Ex.^a, que se preocupa tanto, como todos nós, com a renda mínima básica –, também tem de se preocupar com o atendimento de São Paulo e dos Municípios do Estado com mais recursos.

O Pará, o meu Estado, que perde por ano, por ano...

(Interrupção do som.)

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. PMDB – ES) – Para concluir, Senador.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Já concluo.

Srs. Deputados, Srs. Senadores, o Pará perde, por ano, em função da não compensação da Lei Kandir, R\$1,5 bilhão.

Ao longo desses mais de 15 anos, já perdemos mais de R\$20 bilhões e contribuimos – e não acha-

mos ruim isso – para o Brasil com um saldo da balança comercial de mais de 20 bilhões, porque temos 40% da nossa base econômica, da nossa economia, na exportação de produtos primários, que são os nossos minérios, e que não são tributados. Então, temos de atender os 7,5 milhões de paraenses só tributando 60% da nossa economia.

Então, quero pedir o apoio dos Srs. Deputados, das Sras. Deputadas, dos Srs. Senadores, das Sras. Senadoras, para que nós possamos aprovar a emenda e pedir ao Relator, o nobre Senador Antonio Carlos Valadares, que acolha a emenda como foi colocada na LDO.

E aqui faço novamente destaque e peço a V. Ex^a que tenha consciência, que atenda o seu Estado, o Estado de Sergipe, que também é exportador de produtos primários e que se beneficia também com a compensação da Lei Kandir. V. Ex^a, ao não acatar a emenda, está indo contrariamente aos interesses dos sergipanos. Isso é bom que fique claro!

Então, peço a V. Exa. que atenda à emenda e dê parecer favorável para que possamos aqui aprová-la.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. PMDB – ES) – Com a palavra o Deputado Duarte Nogueira, para discutir o substitutivo.

O SR. DUARTE NOGUEIRA (PSDB – SP. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, Deputada Rose De Freitas, que preside esta sessão do Congresso Nacional, Sras. e Srs. Congressistas, quero, inicialmente, agradecer as palavras do Relator da Lei de Diretrizes Orçamentárias deste ano, o Senador Antonio Carlos Valadares, por haver se referido ao nosso trabalho com tanto destaque.

De fato, ao termos apresentado esse destaque que trata de uma retificação no texto que foi modificado, no art. 101, na Comissão Mista de Orçamento, em uma votação bastante controversa, nós conseguimos repor a redação pela qual nós garantimos a lisura, a transparência e a consequente atuação dos órgãos de fiscalização e controle, a exemplo do Tribunal de Contas da União, nas licitações, nas contratações das empresas públicas, incluindo aí a Petrobras.

Ao retirar do texto a expressão “de referência” e a frase final “bem como procedimentos licitatórios com regime próprio promovidos por empresas públicas e sociedades de economia mista que atuem em setores estratégicos à economia e que apliquem critérios internacionais de custo”, nós estamos repondo novamente a necessidade de as empresas estatais observarem rigorosamente as tabelas referentes ao Sinapi, ao Sicro, que são sistemas de referência de preços que devem nortear o custo das obras públicas.

Se isso não tivesse sido acolhido pelo Relator, o nosso destaque apresentado, nós estaríamos comprometendo a lisura e a transparência desses méto-

dos de concorrência pública, de licitações públicas e os próprios contratos que por elas seriam gerados. E, ademais, a própria Petrobras e outros órgãos da administração pública já dispõem de instrumentos especiais para realizar os seus procedimentos licitatórios diferente dos órgãos normais.

Portanto, o que se estava querendo era deixar de se observar o mínimo necessário no que diz respeito aos parâmetros de preços, e, obviamente, isso poderia, com toda certeza, resultar em altos valores de dano ao Erário público decorrente de contratações com sobrepreço e superfaturamento.

Num momento em que a sociedade brasileira cobra, cada vez mais, instrumentos de observância, de fiscalização, de transparência, de publicidade, quanto mais organizado nós pudermos estar ao montar a Lei de Diretrizes Orçamentárias, mais adequadamente serão alocados os recursos na Lei Orçamentária, no segundo semestre, que, talvez seja, com toda certeza, a lei mais importante do País, que é a lei que a sociedade escolhe para alocar os seus investimentos, definir onde vai alocar o valor dos seus impostos e para que lado é o caminho que o País vai trilhar rumo ao seu desenvolvimento.

Portanto, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Congressistas, quero agradecer mais uma vez ao Relator, Senador Antonio Carlos Valadares, por ter acolhido nosso destaque em plenário, que corrige a decisão tomada na Comissão Mista de Orçamento, aqui já explicitada, agradecer aos Líderes de oposição, Deputado Felipe Maia, Deputado Rubens Bueno, que trabalharam conosco liderando os blocos de oposição na Comissão Mista de Orçamento; mas também quero cumprimentar os Líderes do Governo na pessoa do Senador José Pimentel, na pessoa do Presidente Paulo Pimenta e de todos os demais líderes e coordenadores, que, representando o Governo, debateram conosco, discutiram a Lei de Diretrizes Orçamentárias, para que nós pudéssemos, no início da noite de hoje, estar discutindo a matéria e logo mais aprovando a LDO do nosso País.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. BRUNO ARAÚJO (PSDB – PE) – Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. PMDB – ES) – Pois não, Líder Deputado Bruno Araújo.

O SR. BRUNO ARAÚJO (PSDB – PE) – Fiz solicitação da palavra como Líder, gostaria de saber de V. Exa., havia uma divergência de interpretação, invocando como questão de ordem o dispositivo da utilização em qualquer tempo do tempo de líder.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. PMDB – ES) – A orientação que tenho sobre a mesa é que durante o processo de discussão só cabe a palavra para discutir a matéria. Líder é em qualquer tempo da sessão.

Essa é orientação que tenho aqui na mesa, do Regimento Comum.

O SR. BRUNO ARAÚJO (PSDB – PE. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.) – Então, faço questão de ordem, levanto a V. Exa. o art. 6º: ao Líder é lícito usar a palavra uma vez em qualquer fase da sessão, pelo prazo máximo de cinco minutos, para comunicação urgente.

Pergunto a V. Exa. qual a interpretação que se dá sobre “em qualquer fase da sessão”.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. PMDB – ES) – Eu vou recolher a questão de ordem, esclarecê-la melhor conforme as orientações que recebi.

Portanto, vou levantar outra questão de ordem do Senador Flexa Ribeiro, para que eu possa discutir e resolver.

Vou consultar o Regimento.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Presidenta, Deputada Rose de Freitas, a minha questão de ordem é se eu ...

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. PMDB – ES) – Pois não, Senador.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.) – Se eu, por acaso, fizesse arguir da Resolução nº 1, de 2006, o art. 134, se eu, por acaso, arguisse da Resolução nº 1, de 2006, o art. 134, nós teríamos que suspender a sessão do Congresso Nacional.

Não farei isso, numa demonstração de que a oposição, no Congresso, é construtiva. Nós estamos aqui, os Líderes da oposição, ajudando o Brasil a crescer, a se desenvolver.

Eu quero aqui parabenizar o Líder Duarte Nogueira, parabenizar o Relator Antonio Carlos Valadares, que acolheu o destaque do Líder Duarte Nogueira, dos Líderes de oposição, que possibilitaram o destaque, que corrigiram algo sobre o que o próprio Relator disse, na CMO: que era de convencimento dele que não poderíamos aprovar algo que viesse contrário à moralidade do nosso País. E o próprio Relator estava convencido disso. Lamentavelmente, lá na CMO fomos “tratorados”.

Aqui, pelo menos, tivemos o equilíbrio do Líder Senador José Pimentel, do Líder Gilmar Machado, do Presidente Paulo Pimenta, que se houve, ao longo de todas essas semanas, com postura equilibrada, tentando o acordo para que chegássemos neste momento para votar a LDO, Presidente Deputada Rose de Freitas. Mas é preciso que o Governo tenha sensibilidade, seja flexível, Senador Antonio Carlos Valadares, Senador José Pimentel.

O que estou solicitando, no meu destaque, é algo que é de interesse, que é benefício para os Estados e Municípios brasileiros.

Eu não vou me valer do art. 134 da Resolução nº 1, de 2006. Nós vamos concluir a sessão do Congresso, mas eu espero que nós possamos fazer justiça. E o projeto de lei orçamentária para 2013, encaminhado

pelo Executivo para o Congresso, venha com a rubrica da Lei Kandir já do Executivo.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. PMDB – ES) – Deputado Bruno Araújo, atendendo à sua questão de ordem, V. Exa. havia comunicado à Mesa que não era para discutir a matéria. V. Exª leu o art. 6º.

O SR. BRUNO ARAÚJO (PSDB – PE) – Matéria urgente. O art. 6º fala em matéria urgente, que a minha Liderança, o meu Partido reputa como urgente.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. PMDB – ES) – Em caráter preferencial, vamos ler os dois artigos:

Art. 6º Ao Líder é lícito usar da palavra, uma única vez, em qualquer fase da sessão, pelo prazo máximo de 5 (cinco) minutos, para comunicação urgente.

Art. 7º Em caráter preferencial e independentemente de inscrição, poderá o Líder discutir matéria e encaminhar votação.

O SR. BRUNO ARAÚJO (PSDB – PE) – Dos artigos diversos, matérias diferentes.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. PMDB – ES) – Deputado Bruno, eu não tenho nenhum, nenhum, nenhum, de maneira nenhuma, até sou taxada muitas vezes como a mais indulgente das pessoas no prazo, na condução do processo. Não tenho nenhum prazer em dizer a V. Exª que V. Exª... Eu teria de seguir o Regimento, e a orientação que a Mesa me deu, apesar de ter presidido Sessão do Congresso várias vezes... Perguntei a V. Exª se gostaria de discutir a matéria, até solicitei a presença aqui. V. Exª disse que não, é para tratar de outro assunto. Aqui está sendo colocado exatamente o caráter preferencial, independentemente de inscrição.

O SR. BRUNO ARAÚJO (PSDB – PE) – Refiro-me ao art. 6º, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Rose de Freitas. PMDB – ES) – Eu estou no art. 7º, Sr. Líder.

Em caráter preferencial, independente de inscrição, poderá o Líder discutir matéria e encaminhar votação.

O SR. BRUNO ARAÚJO (PSDB – PE) – Srª Presidente, minha questão de ordem é o art. 6º. Então, a senhora vai ter que dizer que não tem validade o art. 6º ou jogar fora a instituição do Líder. A senhora imagina que, se qualquer Deputado pode fazer discussão, a senhora estabelecer que a posição do Líder não pode utilizar o momento a qualquer tempo, parece-me algo que foge, com toda vênica, ao bom senso. E V. Exª, que é uma das Deputadas mais experientes da Casa, tem muita sensibilidade, tenho certeza de que no fundo sabe do desconforto que a opinião da assessoria está lhe causando.

A SRª PRESIDENTE (Rose de Freitas. PMDB – ES) – Vou seguir a norma que regeu todas as sessões até hoje,

Deputado Líder, e a norma que regeu todas as sessões até hoje é que o Líder usará a palavra para discutir a matéria e encaminhar a votação. Fora disso, assunto estranho à matéria, no processo de votação, não é possível.

O SR. BRUNO ARAÚJO (PSDB – PE) – Não me cabe outra posição a não ser recorrer dessa decisão, esperando que ela possa ser revista, repactuada, para que nos transforme, num ambiente disputado, absolutamente necessário. E, sobretudo, Sr^a Presidente, que a instituição do Líder que representa mais de 50 Parlamentares numa das Casas não possa ter o que é subtraído e absolutamente comum tanto na Câmara quanto no Senado da República.

Não tem por que isso não servir ao Congresso Nacional, que é uma instituição que aglutina a posição dos dois Plenários.

Tenho certeza... A Mesa tem um Presidente da Casa, Inocêncio Oliveira, que é entendedor dessa situação, e eu peço a V. Exa. que leve esse assunto, o mais rápido, à Mesa para que, confortavelmente, a senhora, a própria Presidente, ajude a rever essa posição, que eu tenho certeza que leva a um constrangimento daqueles que estão aí presentes nesse

momento, sobretudo os Parlamentares Líderes que compõem o Congresso.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. PMDB – ES) – Pois não, Deputado Bruno. Eu o farei, mas quero também registrar que em todas as sessões anteriores esse foi o procedimento, e eu teria então que pedir desculpas a todos os que passaram por aqui e, consequentemente, até ao próprio Presidente Sarney, pela condução que foi sempre igual a essa que estou tomando.

Eu passo...

Nós estamos...

Encerrada a discussão, nós temos, sobre a mesa, um requerimento de destaque do autor, do Deputado Duarte Nogueira. Requer destaque para votação em separado da Emenda nº 21830024 ao Projeto de Lei nº 3, de 2012.

Requeiro, nos termos do art. 132, da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, combinado com o art. 50, do Regimento Comum, que seja submetido a votos a Emenda nº 2183.0024, de autoria do Deputado Duarte Nogueira, ao Projeto de Lei nº 3, de 2012.

É o seguinte o requerimento na íntegra:


REQUERIMENTO Nº 7, DE 2012-CN

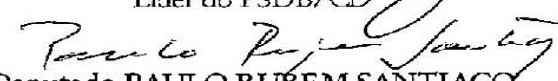
Requer destaque para votação em separado da Emenda 2183.0024 ao Projeto de Lei nº 03/2012-CN (LDO 2013).

Senhor Presidente:


Requeiro, nos termos do art. 132 da Resolução nº 01, de 2006-CN, combinado com o art. 50 do Regimento Comum, que seja submetida a votos a **EMENDA Nº. 2183.0024**, de autoria do Deputado **DUARTE NOGUEIRA**, ao Projeto de Lei nº 3 de 2012 (PLDO 2013).

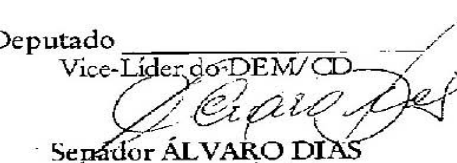
Sala das Sessões, em ____ de julho de 2012.


Deputado BRUNO ARAÚJO
Líder do PSDB/CD


Deputado PAULO RUBEM SANTIAGO
Vice-Líder do PDT/CD

Senador JOSÉ AGRIPINO MAIA
Líder do DEM/CD


Deputado RUBENS BUENO
Líder do PPS/CD


Deputado
Vice-Líder do DEM/CD

Senador ÁLVARO DIAS
Líder do PSDB/SF

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. PMDB – ES) – Com a palavra o autor do requerimento, Deputado Duarte Nogueira.

Gostaria de consultar o Deputado Duarte Nogueira se ele gostaria de discutir o seu requerimento, defendê-lo.

O SR. DUARTE NOGUEIRA (PSDB – SP. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, os argumentos pelos quais baseei a defesa do meu destaque, já tive a oportunidade de apresentar na tribuna. Quero tão somente agradecer ao Relator por tê-lo acolhido e a todos os demais Congressistas desta sessão e demais Líderes por terem nos ajudado a resolver essa questão, que veio de maneira muito controversa da decisão tomada pela Comissão Mista de Orçamento.

Com isso, o Congresso se valoriza. Com isso, os instrumentos de fiscalização e controle ficam mais eficientes. Com isso, o Tribunal de Contas da União pode exercer, na plenitude, a sua tarefa de coordenar e fiscalizar a boa aplicação dos recursos públicos, mas sempre com o apoio e a vigilância permanente do Congresso Nacional, que o faz em nome do povo brasileiro, como tem que ser feito.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. PMDB – ES) – Pois não.

Com a palavra o Relator para dar parecer ao requerimento e, em seguida a votação em plenário.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE. Como Relator. Sem revisão do orador.) – Atualmente, a legislação adota dois sistemas de avaliação de preços unitários para obras e serviços.

O sistema conhecido como Sicro, que é o sistema de custo de obras rodoviárias, e o sistema conhecido como Sinapi, que é o Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil, que são estabelecidos pela Caixa Econômica e pelo IBGE.

O que o texto que nós estamos retirando da LDO permitia é que esses índices, no caso das licitações, pudessem não ser obedecidos, observados. Isso implicaria, sem dúvida alguma, num maior custo da realização das obras e serviços, significaria prejuízo para as empresas estatais, consequentemente, para o povo brasileiro, que financia, sem dúvida alguma, muitas dessas obras e serviços que são implementadas pelas nossas estatais. E nelas estariam... Nessa exceção estariam incluídas empresas como a Valtec, a Embrapa, a Petrobras, a Eletrobras, enfim, seria um espaço inadmissível

de exceções afastando a importância da Lei de Licitações e, consequentemente, contribuindo para a elevação dos custos e, sem dúvida alguma, para a ocorrência de desvios que acontecem normalmente, infelizmente, ainda em nosso País.

Por isso, já tive a oportunidade de fazer essa justificativa anteriormente no meu discurso, na apresentação do nosso relatório, e parabeno o nosso Deputado, Líder do PSDB, por essa compreensão ao apresentar o destaque, restabelecendo o texto original que eu apresentei como saída para a redução dos custos das obras do Brasil.

Então, o texto original, com a aprovação desse destaque, da minha autoria, volta a prevalecer.

Parabeno a todos por essa iniciativa.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. PMDB – ES) – Em votação o requerimento de destaque do Deputado Duarte Nogueira.

Em votação, na Câmara dos Deputados.

As Sras. e os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação, no Senado.

As Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o requerimento...

Aprovado...

Em votação o requerimento.

Vamos repetir a votação.

Em votação o requerimento do Deputado Duarte Nogueira.

Nós o colocamos em votação, na Câmara.

Aqueles que aprovam o requerimento do Deputado Duarte Nogueira permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado, na Câmara.

As Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam também como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o requerimento, a parte destacada será votada oportunamente.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. PMDB – ES) – Segundo requerimento.

Votação de emendas em separado.

Nos termos do art. 132 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, [...] do Regimento Comum, requeremos votação em separado da Emenda nº 501... nº 5017.002 ao PL 3, de 12, do Congresso Nacional, Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2013.


**REQUERIMIENTO
Nº 8, DE 2012-CN**


Votação de Emenda em Separado


Senhor(a) Presidente(a),


Nos termos do Artigo 132, da Resolução nº 01, de 2006 do Congresso Nacional, do Regimento Comum, requeremos votação em separado da emenda nº 5110002 ao PL nº 03/12-CN – Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentária para 2013.

Sala das Comissões, 17 de julho de 2012.



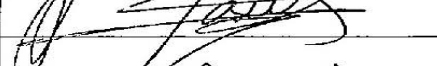

 PAULO ROBERTO CARNEIRO
 VICE-LI DER PDT/PE


 PAULO ROBERTO CARNEIRO
 VICE-LI DER PDT/PE


 PAULO ROBERTO CARNEIRO
 VICE-LI DER PDT/PE


 PAULO ROBERTO CARNEIRO
 VICE-LI DER PDT/PE

APOIAMENTO

	Assinatura	Nome Parlamentar
1	IZALCI	
2	PAULO FREIRE	
3	RUBENS BUENO	
4		

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. PMDB – ES) – Para dar o parecer sobre o requerimento, Deputado João Dado... Deputado Paulo Rubem.

O SR. PAULO RUBEM SANTIAGO (PDT – PE. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidenta, Srs. Deputados, Sras. e Srs. Senadores, a emenda destacada pelo Deputado João Dado tem origem numa proposta da Comissão de Finanças e Tributação.

Essa emenda é necessária, é viável e é plenamente amparada nos termos da Constituição da República, quando nos assegura, nos arts. 51, 52, 99 e 127, que o preceito da autonomia orçamentária e financeira dos Poderes – Poder Executivo, Poder Judiciário e Poder Legislativo – e Ministério Público da União deverá estar, autonomia orçamentária e autonomia financeira, garantido pelas normas previstas na Lei das Diretrizes Orçamentárias.

O que significa isso? Significa que, de uma vez por todas, temos neste momento a possibilidade de regulamentar algo que a Constituição determinou há 24 anos e que até hoje não é regulamentado. A proposta apresentada, oriunda da Comissão de Finanças e Tributação, assegura que o Poder Executivo, o Poder Legislativo, o Poder Judiciário e o Ministério Público da União terão condições, mantidas as médias das suas despesas de pessoal e encargos sociais relativos ao percentual de despesas da receita corrente líquida como uma média, de 2009 a 2011, de ter garantida a sua autonomia orçamentária e sua autonomia financeira, sem prejuízo do controle das contas públicas. Isso vai trazer, sobretudo ao Poder Executivo, ao Ministério do Planejamento, um alívio gigantesco. Por que quero dizer isso? Hoje, todas as demandas de salário, de pessoal e de carreira do Ministério Público da União, dos servidores do Judiciário e do Legislativo, terminam sendo direcionadas para o Ministério do Planejamento. Isso pode ser evitado se nós aprovarmos esse destaque da Comissão de Finanças e Tributação, assegurando a autonomia orçamentária e financeira dos demais Poderes. Não há nenhuma justificativa... Se a proposta em destaque assegura que as despesas não ultrapassarão a média dos percentuais de despesa na receita corrente líquida, de 2009 a 2011, e atenderão aos valores estabelecidos em março de 2012, por que é que se votaria contra esse destaque? É um destaque que vai, definitivamente, retirar do Poder Executivo e do Ministério do Planejamento essa situação em que todos os demais Poderes vivem de pires na mão pedindo a compreensão, pedindo a anuência do Poder Executivo.

Ora, a Carta Constitucional é clara, ela assegura, nos artigos aos quais já me referi – e vou repeti-los: arts. 51, 52, 99 e 127 –, que, nos termos da Lei de Diretrizes Orçamentárias, temos de assegurar au-

tonomia orçamentária e financeira a esses Poderes. Até hoje não fizemos isso, até hoje há uma hipertrofia do Poder Executivo, que se coloca acima dos demais Poderes, tangenciando, barganhando, chantageando, pressionando e sendo pressionado para que assegure a transferência das dotações orçamentárias que garantam as despesas de pessoal e de encargos sociais. O que vem da Comissão de Finanças e Tributação, portanto, o que nós é apresentado pelo Deputado João Dado – e quero aqui defender como Líder da Bancada do PDT na Comissão Mista de Orçamento –, o que nos é assegurado, é claro, é o cumprimento das prerrogativas constitucionais que atribuem a normas definidas na LDO, e nós estamos aqui propondo isso, que definamos definitivamente, concretamente, constitucionalmente, as normas que a Constituição atribui à LDO para que se assegurem as autonomias orçamentárias e financeiras destes Poderes.

E vou ler, apenas para concluir, o final da proposta destacada no art. 70: “não podendo as propostas de despesas relativas a pessoal e encargos sociais resultarem em montantes superiores às respectivas médias em percentual da receita corrente líquida verificadas nos exercícios de 2009 e 2011”.

A proposição do Relator mantém a hipertrofia do Executivo sobre os demais Poderes quando diz que essas alterações poderão ser corrigidas por iniciativa da Lei Orçamentária.

A proposta de Lei Orçamentária é a prerrogativa do Poder Executivo, por isso precisamos aprovar esse destaque apresentado pelo Deputado João Dado.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. PMDB – ES) – Em votação o requerimento de destaque, na Câmara.

As Sras. e os Srs. Deputados que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Rejeitado.

Em votação, no Senado.

Coloquei primeiro na Câmara, Sr. Senador.

As Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

No Senado Federal está em votação.

Rejeitado.

Rejeitado o requerimento de destaque.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. PMDB – ES) – Mais um requerimento sobre a mesa, assinado pelo Líder do PSDB do Senado e na Câmara, e o Senador Flexa Ribeiro.

Requeiro, nos termos do art. 132, da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, destaque para a votação em separado da Emenda nº 2091.0051, ao PLN nº 3, de 2012.

É o seguinte o requerimento:

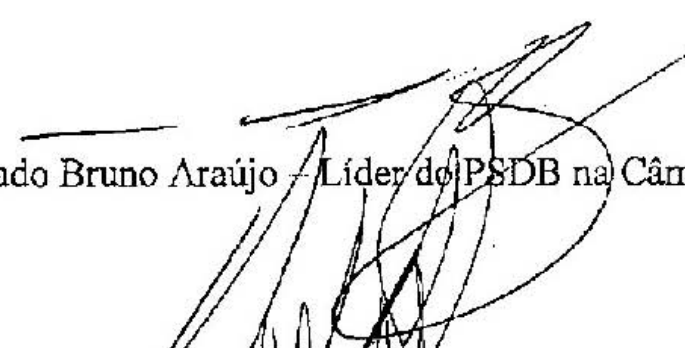
REQUERIMENTO Nº 9, DE 2012-CN

Requeiro, nos termos do Art. 132, da Resolução nº 1, de 2006, CN, destaque para votação em separado da Emenda nº 20910051, apresentada à LDO, PLN 3, de 2012.

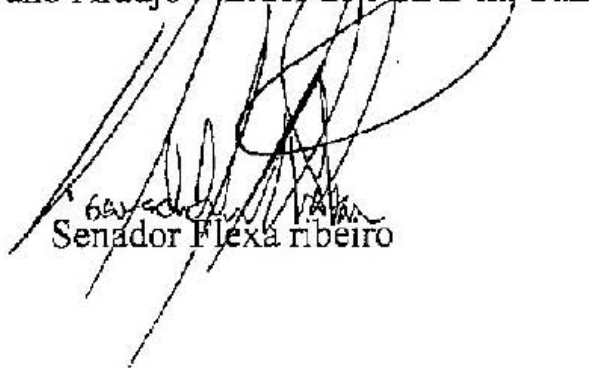
Sala das Comissões, em de 2012



Senador Alvaro Dias – Líder do PSDB no Senado



Deputado Bruno Araújo – Líder do PSDB na Câmara



Senador Flexa Ribeiro

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. PMDB – ES) – Para falar sobre o requerimento, o seu autor, Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidenta, Deputada Rose de Freitas, já fiz a defesa do destaque da emenda. Só quero, por último, fazer mais um apelo aos Srs. Deputados, às Sras. Deputadas, que irão votar por primeiro, para que possamos aprovar esse destaque.

O Deputado Calheiros, ainda há pouco, me consultava. Esta emenda, Deputado, traz condições de, no Projeto de Lei Orçamentária que será encaminhado pelo Executivo, vir a rubrica da Lei Kandir. Nos últimos anos, quando chega o PLO para cá, vem zerada a rubrica, que é uma perda de recursos enorme para Estados e, por consequência, para os Municípios. O que nós fizemos, o que combinamos, o que acordamos com o Relator era que incluíssemos no *caput* do art. 12 um texto que pudesse já trazer, no Projeto de Lei Orçamentária, a janela aberta da Lei Kandir. Só isso. A Presidenta pode colocar R\$1,00 que seja para a Lei Kandir. Não há valor definido. E aqui, no Congresso, quando formos discutir o Projeto de Lei Orçamentária, o Relator vai, então, definir esse valor que será atribuído à compensação dos Estados.

O que nós vamos votar, repito, é apenas a questão do texto. E aí eu peço aos Deputados que votem com a consciência voltada aos seus Estados. Quase todos os Estados brasileiros se beneficiam da Lei Kandir, e a União, ao longo desses anos todos, tem sido madrastra em relação à perda de receita de um imposto estadual, que é o ICMS, que deveria repor e não o faz. Então, o valor que os últimos relatores têm colocado no Orçamento é da ordem de R\$3,9 bilhões, que está sendo repetido ao longo de vários anos e não corresponde a 15% da perda real.

Estamos pleiteando aqui, pedimos ao Relator, ao Líder, que faça a inclusão no texto, no *caput* do art. 12. É só isso. Peço aos Srs. Deputados que votem pelos Estados e pelos Municípios. Em seguida, o mesmo apelo aos Srs. Senadores e às Sras. Senadoras.

Obrigado, Presidenta.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. PMDB – ES) – O Relator tem a palavra.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE. Como Relator. Sem revisão do orador.) – Desde a CMO, Sra. Presidente Rose de Freitas e Srs. Parlamentares, que o Senador Flexa Ribeiro, que é um grande defensor do seu Estado, e ele tem toda razão, um Estado exportador, vem defendendo a aprovação da sua emenda. A sua emenda, na realidade, foi contemplada em três dispositivos do nosso relatório, primeiro, pelo Governo. Segundo reza o art. 12, incisos XII e XIII:

Art. 12. O Projeto e a Lei Orçamentária de 2013 discriminarão, em categorias de programação específicas, as dotações destinadas:

.....
.....
XII – ao auxílio financeiro aos Estados, Distrito Federal e Municípios para fomento das exportações;

XIII – às transferências aos Estados, Distrito Federal e Municípios para compensação das perdas de arrecadação decorrentes da desoneração das exportações (...) – Lei Kandir.

E, atendendo ao meu velho amigo e companheiro de Senado, para fortalecer mais ainda a sua ideia de proteger os Estados exportadores, o que colocamos no adendo? Parágrafo 2º ao art. 12:

§ 2º O Projeto e a Lei Orçamentária de 2013 conterão [quer dizer, conterão, o Governo é obrigado a incluir] os recursos destinados ao atendimento das programações a que se referem os incisos XII e XIII deste artigo.

São aqueles de que falei agora, há poucos instantes.

Então, qual é a preocupação do Senador Flexa Ribeiro? Como eu coloquei um parágrafo, ou seja, um dispositivo em separado, autônomo, S. Exa. acha, desconfia, que a Presidenta Dilma vai vetar. Muito bem. Por isso, ele quer acoplar no *caput* essa exigência.

Ora, se essa exigência for colocada no *caput*, na cabeça do art. 12, a Presidenta tem a alternativa de vetar os incisos XII e XIII, o que vai implicar, Senador Flexa Ribeiro, um tiro no pé de V. Exa. E não é isso que a Presidenta quer e nem nós queremos. Isto é, a Lei Orçamentária, a LOA, vai ficar sem nenhum guarda-chuva, sem nenhuma proteção para incluir os recursos a que V. Exa. se refere em defesa dos Estados. Ou seja, V. Exa. quer uma coisa, mas vai acontecer outra. Eu estou aqui, protegendo V. Exa. Eu estou aqui protegendo os interesses do Estado do Pará, dos demais Estados exportadores e em defesa também do meu pequeno Estado de Sergipe. Em atenção a V. Exa., nós não temos mais dois dispositivos, temos três. Mas, se atendermos a pretensão esboçada na emenda de V. Exa., infelizmente, eu conheço o que o Governo vai fazer: vai vetar a sua emenda por meio dos incisos XII e XIII, tornando inócua a sua boa intenção.

Então, é melhor aceitarmos essa redação, porque vamos proteger, e o que acontecer daqui para frente vai depender de negociação política. A Presidenta tem o direito de vetar ou de aceitar. Vamos respeitar essa atribuição do Poder Executivo.

No mais, respeito V. Exa., que tem todo o direito de fazer essa defesa, mas, como Relator, eu não poderia colocar a sua pretensão no *caput* do artigo porque assim eu estaria prejudicando os Estados exportadores e, conseqüentemente, não atenderia ao seu pedido de prevalência da Lei Kandir nesses casos.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Presidente, só um minuto.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. PMDB – ES) – Pois não, Senador.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Eu quero reverenciar a inteligência do Relator Senador Antonio Carlos Valadares.

Senador, V. Exa. deveria ter dito aos Deputados e Senadores que V. Exa. tem certeza de que, ao colocar o parágrafo, a Presidente Dilma vai vetar, como foi nos anos anteriores. V. Exa. se esqueceu de dizer ao Plenário que, nos anos anteriores, estava no parágrafo e, em todos os anos, foi vetado. Esqueceu-se de dizer isso. E V. Exa. já deve ter levado da Presidência vários tiros no pé. V. Exa. deve se sentir feliz por levar tiro no pé. Eu ainda não levei. Talvez V. Exa. já tenha levado vários.

Mas eu continuo insistindo. Já disse na CMO. Para ser honesto com V. Exa., eu troco os três que V. Exa. está me oferecendo pelo que lhe proponho. Eu faço a troca com V. Exa., tanta certeza eu tenho de que V. Exa. não está ajudando os Estados brasileiros. V. Exa. está atendendo à exigência do Executivo. O Congresso Nacional se dobra à vontade do Executivo, contra os interesses dos Estados e Municípios brasileiros!

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. PMDB – ES) – Em votação o requerimento de destaque de autoria do Senador Flexa Ribeiro.

As Sras. e os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Rejeitado.

Não vai ao Senado.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Sra. Presidenta, a senhora proclamou o resultado.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. PMDB – ES) – Senador.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. PMDB – ES) – Senador, eu gostaria que V. Exa. não duvidasse do resultado que eu proclamei, porque eu estou aqui olhando. V. Exa., daí, não tem a visão dos Deputados que estão lá atrás e que se manifestaram.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. PMDB – ES) – Muito obrigada, Senador. Muito obrigada. V.

Exa. é mais gentil que muitos Parlamentares que eu conheço. Pode ter certeza.

Rejeitado o requerimento, a parte não será destacada.

Passa-se à votação do substitutivo, ressalvado o destaque.

Em votação o substitutivo, que tem preferência regimental, nos termos do parecer, na Câmara, ressalvada a parte destacada.

As Sras. e os Srs. Deputados que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação, no Senado.

As Sras. e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Passa-se à votação da parte destacada.

Em votação a Emenda nº 2183.0024, na Câmara dos Deputados, de autoria do Deputado Duarte Nogueira. Em votação na Câmara dos Deputados.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Em votação, no Senado Federal, a emenda destacada.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Sobre a mesa, redação final que será lida...

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Sra. Presidente, solicito a dispensa da leitura.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. PMDB – ES) – Solicitada a dispensa da leitura.

É o seguinte o parecer oferecendo a redação final:

PARECER Nº 18, DE 2012–CN, SOBRE O PROJETO DE LEI DO CONGRESSO NACIONAL Nº 3, DE 2012

Publicado em Suplemento “B” à presente edição

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. PMDB – ES) – Todos estando de comum acordo, vamos colocar em discussão a redação final. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, está encerrada a discussão.

Em votação a redação final na Câmara.

As Sras. e os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Em votação, no Senado.

As Sras. e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

A matéria vai à sanção. *(Palmas.)*

O SR. EDUARDO CUNHA (PMDB – RJ) – Sra. Presidente, em nome do PMDB, que tem muito orgulho de que V. Exa. pertença aos seus quadros, cumprimento-a pela condução da sessão e agradeço a todos pela aprovação desse instrumento importante, que permite não só que os Parlamentares entrem em recesso, mas também que a Lei Orçamentária possa ser trabalhada e apresentada até 31 de agosto.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. PMDB – ES) – Nós gostaríamos de agradecer também a participação dos Deputados que ficaram aqui no Congresso Nacional e participaram desta sessão democraticamente e de pedir desculpas se, por acaso, pela urgência do tempo... O Senado está reunido, aguardando o final da sessão do Congresso Nacional.

Portanto, agradeço a todos e desejo um bom recesso.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Sra. Presidente, o PSC também gostaria de fazer coro e enaltecer a condução magistral de V. Exa. e o trabalho do Relator, Senador Valadares.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. PMDB – ES) – Pois não.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Quero também, em nome da Bancada do Partido dos Trabalhadores no Senado, enaltecer o trabalho de V. Exa. na condução das matérias e também o brilhante trabalho de relatoria do Senador Valadares.

Parabéns!

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. PMDB – ES) – Pois não, Relator.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Sra. Presidente, quero parabenizar V. Exa. pela forma como conduziu os trabalhos, dando oportunidade a todos os Congressistas de participar do processo.

Quero saudar o nosso Relator, registrar a sua paciência para com todos nós, em especial para com este Líder, e ressaltar a forma como S. Exa. conduziu esses trabalhos, o que nos permitiu, neste 17 de julho, chegar a uma conclusão, possibilitando a todos nós passarmos um período de recesso, 14 dias, com nossas famílias em nossos Estados.

Portanto, muito obrigado, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. PMDB – ES) – Agradeço a V. Exa. e a todos que manifestaram apoio ao trabalho.

Deputado Duarte Nogueira.

O SR. DUARTE NOGUEIRA (PSDB – SP) – Sra. Presidente, Deputada Rose de Freitas, ao encerrarmos as votações do dia de hoje, registro que, além

dos projetos de lei de créditos que deliberamos neste plenário, entre outras matérias, concluímos, na sessão de hoje, a votação do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias do nosso País.

Quero cumprimentar V. Exa. pela condução dos trabalhos, pela serenidade e objetividade com que soube dirimir alguns pontos mais trepidantes durante o processo de apresentação de destaques e o acalorado processo de discussão. Ao mesmo tempo, cumprimento a todos que, de uma maneira bastante democrática, nos ajudaram através do destaque à nossa emenda, que foi acolhida pelo nobre Relator, Senador Antonio Carlos Valadares, para aperfeiçoar, repor no texto uma estabilidade jurídica mais adequada para a lisura e o acompanhamento da fiscalização, dos parâmetros das obras das empresas públicas no nosso País.

Portanto, parabéns. E agora vamos ao recesso para voltar aqui no primeiro dia do mês de agosto, daqui a duas semanas.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. PMDB – ES) – Parabenizo V. Exa e os democráticos por toda a vontade de encontrar saída para os problemas junto à relatoria, à Presidência e a esta Casa. V. Exa é um destaque político muito importante para este País.

O SR. DUARTE NOGUEIRA (PSDB – SP) – Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. PMDB – ES) – Deputado Vicente Selistre.

O SR. VICENTE SELISTRE (PSB – RS) – Srª Presidente, colegas Deputados, Srs. Senadores, em nome da Bancada do Partido Socialista Brasileiro, também quero parabenizá-la, parabenizar à Mesa nessa condução agora, que já seria período de recesso, trabalhando e construindo esse acordo, essa grande aprovação da LDO. Parabenizo também o Relator, companheiro socialista, Senador Antonio Carlos Valadares, pela sua condução ampla, democrática, transparente para construir esse acordo e também os encaminhamentos firmes para o futuro da nossa nação com a LDO 2013.

Muito obrigado, Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Rose de Freitas. PMDB – ES) – Muito obrigada.

O SR. PASTOR EURICO (PSB – PE) – Nobre Presidente, gostaria de parabenizar V. Exa pela condução dos trabalhos, parabenizar o nobre Relator, membro do nosso PSB, pela forma como atuou e aproveitar para desejar a todos um bom recesso.

A SRª PRESIDENTE (Rose de Freitas. PMDB – ES) – Deputado Luis Carlos Heinze.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (PP – RS) – Srª Presidente, também encaminhar os cumprimentos a V. Exa, conciliadora que sabe conduzir esta Casa e tam-

bém as negociações. Chegamos a bom termo hoje. Também ao Relator os nossos cumprimentos.

Aproveito este momento, e não poderia ser diferente – quem sabe é a última vez que falamos ainda neste semestre, e vai ser – porque tem um assunto importante. Estivemos agora com o Deputado Alceu Moreira e conversamos sobre o problema da fumicultura, que abrange basicamente os três Estados do Sul. Uma resolução que o Banco Central emitiu agora, no dia 28 de junho, praticamente restringe mais ainda e prejudica os fumicultores.

Nós temos 200 mil famílias nos três Estados do Sul que plantam fumo e mais 30 mil famílias nos Estados do Nordeste. E essa resolução do Banco Central, a pedido do MDA, de certa forma, restringe mais ainda. São famílias que vivem decentemente, e ouvimos agora esse assunto ali.

Aproveitando o restinho de tempo, falo da questão do endividamento.

Hoje, estivemos, ao meio dia, junto com a Senadora Ana Amélia Lemos, com o nosso Ministro da Agricultura, com o Secretário Executivo e também com o Secretário de Política Agrícola, para repetir e reiterar que os suinocultores, rizicultores, os produtores de soja, que a seca é problema gravíssimo. Esperamos que a Casa Civil, a Presidenta Dilma, o Ministro da Fazenda olhem para essa gente que trabalha e produz no interior deste Brasil e precisa da atenção deles.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. PMDB – ES) – Deputada Telma, tenho três minutos para encerrar a sessão.

A SRA. TELMA PINHEIRO (PSDB – MA) – Sra. Presidente, somente quero registrar aqui que, nesses 18 dias de mandato, a minha alegria de ser liderada, na condução dos trabalhos, por V. Exa., pelo nosso excelente Deputado Inocência Oliveira, pelo nosso Presidente Marco Maia, devo dizer da minha gratidão a Deus por ter frequentado, nesses dias, quando um grande trabalho foi realizado por esta Casa.

Quero lhe desejar feliz recesso e, em nome da Bancada do Maranhão, dizer que no dia primeiro estaremos aqui participando desse grande trabalho que a Câmara faz pelo Brasil.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. PMDB – ES) – Obrigada, Deputada Telma.

Antes de encerrar a sessão, gostaria de agradecer a todos os servidores que estiveram conosco, à imprensa, todos os Parlamentares que aqui compareceram.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. PMDB – ES) – Os Srs. Deputados Eliene Lima, Edinho Araújo, Rubens Bueno, Professor Victório Galli e Paes Landim

enviaram discursos à Mesa, para serem publicados na forma do disposto no art. 203, do Regimento Interno do Senado Federal, primeiro subsidiário do Regimento Comum.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. ELIENE LIMA (PSD – MT. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, o Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica chegou a um momento importantíssimo da sua greve, quando o governo abriu oficialmente o processo negociado apresentando uma proposta concreta para a análise dos trabalhadores paralisados.

No último dia 13, após receber a proposta do governo e a partir do encerramento da audiência no Ministério do Planejamento, o Sinasefe fez uma avaliação técnica e política do que significa o conteúdo da proposta apresentada, bem como sobre a forma como irá promover o debate junto à base do que tem a fazer, de agora até o encerramento do movimento grevista.

Estamos a 33 dias desde que foi deflagrado o movimento e agora se recebeu uma proposta para dar continuidade ao processo. Os servidores devem fazer, de forma tranqüila e pautados nas reivindicações, o debate sobre o que foi apresentado.

O Comando Nacional de Greve, e os membros da Comissão de Negociação e da CNS tiveram a oportunidade de avaliar a proposta e apresentar uma análise técnica e política da proposição. Este material está sendo remetido para ajudar nos debates de cada Assembléia da Categoria, até porque em algum momento terão que dar respostas definitivas sobre as posições a respeito do que o governo venha apresentar e tentar impor, tanto para Docentes quanto para os Técnicos-Administrativos em Educação.

O Sinasefe antecipou a análise técnica da proposta, apresentando questões importantes que precisam ser aprofundadas nas Assembleia, a partir das questões técnicas e políticas que envolvem todo o debate:

A proposta apresentada estabelece a ampliação das distorções existentes na tabela docente depois do acordo de 2008/2010;

Estabelece critérios ainda mais restritivos para o desenvolvimento do docente na nova tabela. Inclusive cria impedimentos para além da titulação, já existentes na Lei de 11.784/2008, colocando como uma das principais barreiras um elenco de critérios para a certificação de quem poderá progredir entre as classes estabelecidas na proposta de nova tabela;

Mantém as distorções para os aposentados, não permitindo que os mesmos atinjam o topo da tabela (principalmente aqueles que se aposentaram até 2008);

Impede a vinculação dos salários e da titulação com a proporção que defendemos entre os regimes de trabalho;

Cria dificuldades para a maior parte dos docentes da rede, no seu desenvolvimento ao longo da sua vida funcional;

Amplia ainda mais as distorções entre os Doutores e o restante da tabela;

Entre outros pontos tão ou mais importantes que poderão ser verificados na apresentação técnica.

Além dos prejuízos funcionais que a proposta certamente acarretará a um grande número de docentes, a ausência de uma proposta para os técnicos-administrativos leva a um posicionamento imediato de que é preciso que o governo avance para além do que apresentou ao nosso Sindicato Nacional e ao ANDES.

Preocupado com a necessidade de manter o canal e as negociações abertas, o Comando Nacional de Greve está encaminhando para além da análise da proposta um conjunto de proposições da calendário e orientações para a construção de uma posição a ser apresentada pelo SINASEFE na próxima audiência que ocorrerá no dia 23 de julho:

1. O Comando Nacional de Greve está construindo uma proposta alternativa à apresentada pelo Governo, a partir dos princípios defendidos na proposta de carreira do SINASEFE para os docentes da rede federal que consiste no seguinte:

Carreira com 13 padrões, mas sem qualquer divisão de classes;

Carreira sem qualquer “cláusula de barreira” para o desenvolvimento funcional do docente na referida carreira;

Tabela salarial mantendo uma relação entre o regime de trabalho da seguinte forma: o vencimento básico do regime de 40 horas deve ser acrescido de 55% para se chegar ao vencimento básico de DE; já na relação com o VB de 20 horas, este deverá ser exatamente o equivalente a 50% do valor do VB do de 40 horas. Lembrando que esta relação é entre os docentes do mesmo padrão ou nível em que estejam enquadrados;

Não permitir qualquer mecanismo na tabela que impeça uma parte dos docentes de chegar ao seu topo;

Garantir que o desenvolvimento na tabela não ocorra por critérios subjetivos vinculados ao posicionamento da gestão das Instituições e do próprio MEC, conforme o texto apresentado pelo governo;

Garantir a inclusão de todos os docentes da rede federal de WM ensino na proposta (dos Institutos Federais, das IFEs Militares e dos Ex-Territórios).

O Sindicato estará realizando um Acampamento nesta semana, bem como uma série de atividades no

conjunto dos Servidores Federais e foi pautado um calendário que permita o debate sobre a proposta nas bases, que culmine na semana seguinte com as discussões em Plenária Nacional do SINASEFE.

CALENDÁRIO DO SINASEFE

DE 16 a 20 de julho – Acampamento e atividades em Brasília.

DE 20 a 26 de julho – Rodada de Assembléias para debater a proposta docente apresentada pelo governo e os princípios elencados pelo Comando Nacional de Greve para a constituição de uma contraproposta a ser apresentada ao governo já a partir do dia 23 de julho. Além do debate do que fazer quanto ao fato do governo não ter apresentado uma proposta para os técnicos administrativos ou não dar qualquer indício de que o faça nas próximas semanas.

Dias 27 e 28 de julho – PLENA DO SINASEFE para aprofundar o debate das propostas que cheguem pelo governo e para definir a nossa posição quanto à suspensão ou manutenção da greve do SINASEFE.

Sr. Presidente, toda discussão a ser feita nas Assembléias e nos Comandos Locais de Greve deve se dar na perspectiva da análise técnica e política da proposta para os docentes. Também quanto à ausência de uma proposta para os Técnicos-Administrativos, o que significará um total de três anos seguidos sem qualquer reajuste ou acréscimo salarial para este segmento da base do SINASEFE.

Enfim, deve-se, neste momento evitar cair na lógica da mídia e da disputa da opinião pública, na medida em que foram encaminhadas pelo governo as tabelas para ampla divulgação, sem que ao menos pudessem ter sido dados os devidos esclarecimentos sobre todo conteúdo da proposta. Agora é voltar-se para um debate interno e para a construção de uma contraproposta que possa recolocar o debate sob os patamares da proposta de carreira que há muito se tem apresentado e defendido.

Às bases do movimento, deve ser feita uma consulta que objetive autorizar o comando nacional de greve a elaborar uma contraproposta que será apresentada ao governo na reunião do dia 23 de julho. Essa contraproposta visa adequar a proposta do governo aos moldes e conceitos de carreira que a entidade defende e pela qual luta. Essa proposta manteria o teto proposto na proposta do governo, aplicando toda a estrutura daquilo que é defendido enquanto malha salarial.

Então, nobres colegas, todos ao debate pela proposto pelo SINASEFE, exigindo do governo que apresente proposta que atenda a todos os docentes da mesma forma e que também inclua os técnicos-ad-

ministrativos em educação, há mais de dois anos sem qualquer reajuste ou reposição da inflação do período.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente!

O SR. EDINHO ARAÚJO (PMDB – SP. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Senhoras e Senhores Parlamentares, estamos chegando ao final do primeiro semestre legislativo de 2012 e a avaliação que faço do trabalho desta Casa é a melhor possível. Trabalhamos duro e enfrentamos grandes questões nacionais. O Parlamento fez o papel que dele a sociedade espera.

Questões polêmicas, como o Código Florestal, foram amplamente debatidas e aprovadas, numa primeira fase.

Novos debates estão previstos para a volta do recesso parlamentar, quando o Congresso se posicionará sobre a MP 571 da Presidente Dilma Rousseff, editada para suprir lacunas deixadas pelos vetos presidenciais ao Código Florestal.

Tenho a missão de conduzir os debates da MP 571 nesta Casa, como relator revisor indicado pelo líder do PMDB, Henrique Alves, a quem agradeço pela confiança.

Entre as matérias votadas, tornamos mais rigorosa a Lei Seca, dando uma rápida resposta à sociedade brasileira após a Justiça reconhecer que os motoristas bêbados não têm obrigação de submeter-se ao bafômetro. Acrescentamos novos meios de provas para pôr fim à impunidade nos crimes de trânsito. Foi uma matéria de grande relevância que tive a honra de relatar.

Outras matérias relacionadas à área de segurança foram aqui aprovadas. Criamos o Sistema Nacional de Informações e Segurança Pública, integrando dados de ocorrências policiais, e centralizando um conjunto de informações sobre registro de armas de fogo; entrada e saída de estrangeiros; pessoas desaparecidas; execução penal e sistema prisional; recursos humanos e materiais dos órgãos e entidades de segurança pública; e repressão ao crack e a outras drogas.

Também aprovamos os projetos que criam o sistema informatizado para registrar dados de acompa-

nhamento da execução de penas, e o que permite a destruição antecipada de produtos pirateados apreendidos. Também passou nesta Casa a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil. Tipificamos os crimes cibernéticos no Código Penal, e criamos um banco de DNA para auxiliar nas investigações de crimes violentos.

Nesta terça-feira, aprovamos a Medida Provisória 564/12, que integra a segunda etapa do Plano Brasil Maior, com o objetivo de ampliar as fontes de financiamento disponíveis para alguns setores da economia, impedindo que eles sejam atingidos pela crise internacional e garantindo as obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

Ontem, a Câmara havia aprovado outra MP do Plano Brasil Maior, de número 563/12, que criou incentivos fiscais para diversos setores da economia.

E finalmente hoje avançaram os entendimentos para a aprovação da LDO, em mais uma demonstração de compromisso e entendimento das lideranças partidárias.

Muito trabalho nos espera no segundo semestre. Entre as matérias polêmicas, o presidente Marco Maia anuncia que o fator previdenciário, finalmente, entrará na pauta de debates.

É preciso criar alternativas a esse redutor de benefícios previdenciários que tanto penaliza os trabalhadores brasileiros que começaram a trabalhar mais cedo e já atingiram o tempo de contribuição.

Quero cumprimentar a maneira firme como os trabalhos desta Casa foram conduzidos neste primeiro semestre e desejo que tenhamos um segundo semestre ainda mais produtivo.

O SR. RUBENS BUENO (Bloco/PPS – PR. Sem apanhamento taquigráfico.) –

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I, §2º, do Regimento Interno do Senado Federal, primeiro subsidiário do Regimento Comum.)

Ofício 049/2012

Brasília, 17 de julho de 2012.

Ilustríssimo Senhor

JOSÉ EDUARDO CASTELO BRANCO

Presidente da Valec Engenharia, Construções e Ferrovias S/A.

Prezado Senhor,

No dia 19 de junho do corrente ano, o jornal Valor Econômico informou em manchete de capa que o governo federal prepara uma grande ofensiva para expandir a malha ferroviária no Sul do país. Segundo o jornal, a Valec anunciará a contratação de uma série de estudos de viabilidade e a realização de acordos técnicos para encampar a construção de 2,7 mil quilômetros de trilhos.

Ainda segundo a imprensa, desta vez o jornal Gazeta do Povo, o governo federal relançou o edital para contratar os estudos do projeto de ampliação da Ferroeste, de Cascavel até Maracaju, no Mato Grosso do Sul. O trecho tem custo estimado em R\$ 2,1 bilhões e faz parte de um projeto estimado em R\$ 13,7 bilhões para a ampliação das ferrovias da Região Sul. Além deste ramal, de 420 quilômetros entre o Paraná e o Mato Grosso do Sul, o edital inclui ainda o último trecho de um mil e duzentos quilômetros da Ferrovia Norte-Sul, entre Panorama (SP) e o Porto de Rio Grande (RS).

No Paraná, a expectativa é que a chamada Ferrosul avance pela região de Campo Mourão, uma das mais industrializadas do Estado o que pode levar grande desenvolvimento aos municípios reunidos na COMCAM, a Comunidade dos Municípios da Região de Campo Mourão.

Relacionado entre os mais importantes produtores de cereais do seu Estado e do País, o município de Campo Mourão está encravado no estratégico centro-oeste paranaense. Trata-se do berço de importantes indústrias e da maior cooperativa agropecuária da América Latina e um das maiores do mundo, a Coamo, cujo parque é composto por cinco indústrias de esmagamento de soja com produção aproximada de seis mil toneladas por dia.

Em 2011, em uma ação do CREA-PR chamada de Agenda Parlamentar, as entidades de classe locais (AREA-CM- Associação Regional dos Engenheiros e Arquitetos de Campo Mourão e a AEACM – Associação dos Engenheiros Agrônomos de Campo Mourão) propuseram uma linha de trem para escoamento dessa enorme produção agrícola. Na montagem do estudo, chamado pelo CREA de EBDR (Estudo Básico de Desenvolvimento Regional), descobriu-se a existência de um projeto da Ferrovia Norte-Sul em que seu traçado poderia rasgar a região de Campo Mourão. Isso interligaria a nova ferrovia às já existentes e, com as devidas complementações, a região seria ligada ao Porto de Paranaguá.

Com o apoio da ACICAM, a Associação Comercial e Industrial de Campo Mourão, a luta para garantir a região no traçado da Ferrovia Norte-Sul (ou Ferrosul, como também é chamada) ganhou força. Com a Ferrosul cruzando o solo da região mourãoense, a economia regional ganhará no preço das suas commodities, agregando dinheiro real diretamente a toda a cadeia produtiva regional.

Por outro lado, as empresas e indústrias aqui instaladas ganham competitividade no cenário internacional ao baixar os custos com frete até o porto para as exportações. A via contrária também é benéfica em razão do barateamento de insumos agrícolas importados e matérias-primas de algumas indústrias.

Para se ter uma ideia, apenas o complexo industrial da Coamo transforma mais de 1,7 milhão de toneladas de produtos por ano. No decorrer desta mobilização, notaram-se algumas pressões para que o traçado da ferrovia não passasse pela região da COMCAM e sim por outras regiões do Estado do Paraná. No dia 14 de abril do corrente ano, uma comitiva composta pelos senhores Julio Campanha, do CREA-PR, Ivan Marcelo Chiroli, presidente da ACICAM e por este parlamentar o visitou com o propósito de pedir que a Valec mantenha o traçado passando pela região. Na oportunidade, ressaltamos o potencial agrícola e econômico mourãoense. Tivemos a satisfação de ouvir do senhor a garantia de que os estudos a serem contratados contemplarão Campo Mourão no traçado da Ferrosul.

Também na mesma oportunidade, debruçados sobre um mapa da região, o senhor Bruno Rotta Júnior, superintendente de Projetos da Valec, nos apontou o traçado que a ferrovia deverá ter em solo paranaense, afastando por completo nossas dúvidas quanto à pertinência de ela passar pela nossa região. Acreditamos que o resultado da agenda foi extremamente positivo graças também à gentileza de sua recepção e da

atenção nos dada naquele encontro de abril juntamente com o senhor Rotta Júnior.

A semente já foi plantada, porém assim como a cultura nos férteis campos de nossa região precisa de cuidados para germinar com saúde, nossa colaboração com a Valec precisa continuar.

Um próximo passo, agora com a contratação da empresa responsável pelo EVTEA (Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental) desse trecho da ferrovia, é promover uma audiência em Campo Mourão com a empresa contratada, o CREA, ACICAM, AREA-CM, AEACM, e a comunidade em geral para apresentação da região aos envolvidos e também para explanações técnicas sobre o melhor traçado.

Neste sentido, gostaríamos de convidar a direção da Valec para se juntar a todos em torno deste seminário onde teríamos a oportunidade de mais uma vez conversar a respeito da obra.

Tendo em conta que o traçado definitivo sairá do EVTEA e essa visita com os elaboradores dos mesmos é imprescindível para o conhecimento deles sobre a força agrícola e industrial de nossa região, já antecipo-me a fim de convidá-lo para estar conosco em Campo Mourão em data ainda a ser definida.

Por isso, voltamos a pedir seu apoio para que este encontro seja realizado no momento oportuno visando à integração de todos os envolvidos nesse grande projeto para o País, o Paraná e a comunidade de Campo Mourão e seu entorno, uma população de aproximadamente 400 mil pessoas que trabalha pelo desenvolvimento da sua terra.

Limitado ao exposto, manifesto protesto de estima e consideração.

Atenciosamente,



Rubens Bueno

Deputado Federal PPS/PR

O SR. PROFESSOR VICTÓRIO GALLI (PMDB – MT. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, o meu Estado, Mato Grosso, corre o risco de ter sua terra novamente banhada de sangue, com uma tragédia anunciada em terras indígenas na região do Araguaia.

O violento conflito que tememos acontecer envolve terras remanescentes da reserva Suiá Missú, utilizadas pela Fundação Nacional do Índio, Funai, na demarcação da terra indígena de Marãiwatsédé.

O Governo Federal, por intermédio da Funai, precisa se posicionar, já que os xavantes que querem a reserva cobram cumprimento da decisão judicial que determina a desinstituição dos não indígenas. Por sua vez, posseiros e dissidentes xavantes reagem quanto a ocupação da área pelos índios. Assim, a região é, hoje, uma terra onde a cada dia intensifica o clima de confronto, com obstrução da rodovia BR-158.

Ressalto, aqui, nobres Colegas, a determinação do governador do Estado, Silvai Barbosa, em solucionar a questão. Assim como, também, destaco o empenho da bancada federal nesta Casa, particularmente na pessoa do presidente do PMDB regional, deputado Carlos Bezerra, nosso correligionário – titular da cadeira que hoje aqui ocupo, com muita honra – para que o solo mato-grossense não tenha, mais uma vez, manchada sua história.

Para o governador de Mato Grosso, a permuta de área é a melhor forma para sanar o impasse entre índios e não-índios na reserva. A proposta é uma ‘troca’ da terra em litígio por uma correspondente no Parque Estadual do Araguaia, transformando-o em reserva indígena, conforme proposta aprovada pela Assembleia Legislativa. Mas, algumas lideranças indígenas não concordam com a troca de território.

A terra Marãiwatsédé foi homologada por decreto presidencial em 1988, como de posse permanente e usufruto do povo Xavante, mas enfrentou vários recursos judiciais de manutenção e posse. Em julho de 2011, o Tribunal Regional Federal da 1ª Região, garantiu a permanência das famílias de não índios na Terra. Porém, este ano uma nova decisão revogou a decisão anterior do mesmo tribunal, autorizando a retirada dos ocupantes não índios.

Só chegaremos a um consenso para esse litígio na base do diálogo. É preciso buscar soluções alternativas, conforme propôs o governador Silvai Barbosa, mas é fundamental que o Ministério da Justiça, a Funai, se apresentem para mediar a situação, junto ao Governo do Estado, no sentido de evitar prejuízos maiores aos não-índios e proceder, por via pacífica, o processo de desinstituição da terra indígena.

Não queremos prejuízo para ninguém, mas a situação urge uma solução definitiva, para produtores e indígenas, o mais rápido possível.

A Terra Indígena Marãiwatsédé, localizada na região nordeste do Estado, possui em torno de 165 mil hectares e está localizada nos municípios de Bom Jesus do Araguaia, São Félix do Araguaia e Alto da Boa Vista, ocupada por povos Xavante até a década de 1960, quando teve início o processo de exploração agropecuária. Lá vivem cerca de 900 índios, a região conta com propriedades rurais, povoados e empresas.

O nome Marãiwatsédé pode ser traduzido como floresta sombria, escura, perigosa, ruim. Mas a escuridão e o perigo que pairam hoje na região vêm da falta de atitude. E as crianças e os idosos, os mais vulneráveis, não podem pagar por isso.

Faço aqui, portanto, um apelo às autoridades do Governo do Estado, dos prefeitos da região, da Assembleia Legislativa e do Governo Federal, para um bom termo nessa questão. Apelo a todos, principalmente pelas crianças que lá habitam e não devem propagar o ódio, a desavença e a guerra!

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PAES LANDIM (PTB – PI. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, na trepidação da vida parlamentar deixei de registrar os 90 anos de uma das maiores figuras públicas do meu Estado, o Dr. Lucídio Portella Nunes.

Os quatro filhos do velho Eustáquio se dirigiram ao Rio de Janeiro no final dos anos 40 do século passado em busca do ensino no Rio de Janeiro, na época, o centro universitário de excelência do Brasil.

Todos ingressaram na Universidade do Brasil. Natan na cardiologia, Lucídio na pneumologia, Eustáquio na psiquiatria. O grande Petrônio foi para a Faculdade Nacional de Direito. Fato inusitado no Piauí e mesmo no nordeste. Quatro irmãos na aventura do saber, posto que tanto Natan como Petrônio, já falecido, como Lucídio e Eustáquio se impuseram na vida pela seriedade com que se dedicaram aos estudos, Natan chegou a ser Reitor da Universidade Federal do Piauí e Eustáquio, professor da Universidade do Brasil, hoje Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Lucídio e Petrônio se destacaram, como homens públicos honrados do Piauí. Petrônio, fulgurante carreira política, o destino impediu que alcançasse a mais alta magistratura da Nação, que ele com certeza alcançaria, tirando a sua vida aos 54 anos de idade, no auge da sua respeitabilidade nacional.

Lucídio, o amigo político e fiel do irmão, chegou a ser Governador do Estado, Vice-Governador e Senador da República.

Sobre a postura ética de Lucídio no Governo do Piauí, recordo-me e basta para definir a sua personalidade, que em 1982, último ano do seu Governo, e em pleno ano eleitoral, a revista *Veja* ressaltou que foi o Governador que praticamente não nomeou servidor para o Estado, numa época em que o concurso público não era uma exigência rigorosamente constitucional.

Apaixonado pela medicina, sua reputação profissional o credenciou para a liderança política no Estado, substituindo o Senador Petrônio Portella na articulação política piauiense.

No seu laboratório clínico em Teresina, atendia a todos indistintamente, pobres e ricos.

A honradez foi a marca do Governador Lucídio Portella, e no Senado da República se impôs pela coerência com que se houve nas suas posições políticas e na leal e franca convivência com os seus colegas parlamentares.

A sua filha Iracema Portella é Deputada Federal, casada com o Senador Ciro Nogueira.

Ao homenagear hoje Lucídio Portella, é reverenciar toda uma trajetória histórica dos Portellas Nunes no Piauí e aí incluo Eloy Portella, o caçula (estudou Engenharia no Paraná), que chegou a ser Senador da República no período em que o Senador Freitas Neto ocupava uma Secretaria de Estado na República.

É homenagear, sobretudo, o legado do maior homem público do Piauí de todos os tempos, e um dos maiores do Brasil, o saudoso Petrônio Portella.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. PMDB – ES) – Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a presente sessão.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. PMDB – ES) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 18 horas e 43 minutos.)

COMISSÕES MISTAS

COMISSÃO REPRESENTATIVA DO CONGRESSO NACIONAL

(Resolução nº 3/1990-CN)

Eleita em 4-7-2012 na CD e em 10-7-2012 no SF

Mandato: 18-7-2012 a 31-7-2012

Número de membros: 7 Senadores e 16 Deputados

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador José Sarney (PMDB/AP)

Vice-Presidente: Deputado Geraldo Resende (PMDB/MS)

Secretária: Claudia Lyra Nascimento

Senado Federal

Titulares	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT / PDT / PSB / PCdoB / PRB)	
Walter Pinheiro (PT/BA)	1. Pedro Taques (PDT/MT)
Lídice da Mata (PSB/BA)	2. Inácio Arruda (PCdoB/CE)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB / PP / PV)	
José Sarney (PMDB/AP)	1. Valdir Raupp (PMDB/RO)
Renan Calheiros (PMDB/AL)	2. Eduardo Braga (PMDB/AM)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB / DEM)	
Jayme Campos (DEM/MT)	1. Clovis Fecury (DEM/MA)
Cyro Miranda (PSDB/GO)	2. Alvaro Dias (PSDB/PR)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC)	
Epitácio Cafeteira (PTB/MA)	1. Vicentinho Alves (PR/TO)
PSD¹	
Kátia Abreu (PSD/TO)	1. Sérgio Petecão (PSD/AC)

Notas:

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
Arlindo Chinaglia	1. Biffi
Marina Santanna	2. Rubens Otoni
Paulo Teixeira	3. Weliton Prado
PMDB	
Geraldo Resende	1. Leandro Vilela
Mauro Benevides	2. Pedro Chaves
PSDB	
Bruno Araújo	1. Antonio Carlos Mendes Thame
Leonardo Vilela	2. Paulo Abi-Ackel
PP	
João Caldas (PSDB) ²	1. Roberto Balestra ²
DEM	
Alexandre Leite	1. Onyx Lorenzoni
PR	
Maurício Quintella Lessa	1.
PSB	
Gonzaga Patriota	1. Givaldo Carimbão
PDT	
Flávia Moraes	1. Ângelo Agnolin
Bloco Parlamentar (PV / PPS)	
Sarney Filho (PV)	1. Sandro Alex (PPS)
PTB	
Paes Landim	1. Ronaldo Nogueira
PSC	
Andre Moura	1. Hugo Leal
PCdoB	
João Ananias	1. Jô Moraes
PTdoB¹	
Lourival Mendes	1.

Notas:

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

2- Eleitos os Deputados João Caldas, para a vaga de titular, e Roberto Balestra, para a vaga de suplente, em 11-7-2012, conforme Ofício nº 1359, de 2012, da Presidência da Câmara dos Deputados.

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO
(Resolução nº 1/2006-CN)

Número de membros: 10 Senadores e 30 Deputados

COMPOSIÇÃO²

Presidente: Deputado Paulo Pimenta⁴
1º Vice-Presidente: Senador Cássio Cunha Lima⁴
2º Vice-Presidente: Deputado Reinaldo Azambuja⁴
3º Vice-Presidente: Senador Vicentinho Alves⁴

Instalação: 27-3-2012

Relator do PLDO / 2013: Senador Antonio Carlos Valadares⁶

Relator do PLOA / 2013: Senador Romero Jucá⁶

Relator da Receita: Deputado Cláudio Puty⁶

Senado Federal

Titulares	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PCdoB/PRB)	
Wellington Dias (PT/PI)	1. Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM)
Antonio Carlos Valadares (PSB/SE)	2. Angela Portela (PT/RR)
Paulo Paim (PT/RS)	3. Ana Rita (PT/ES) ⁷
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC)	
Romero Jucá (PMDB/RR)	1.
Benedito de Lira (PP/AL) ⁵	2. Sérgio Souza (PMDB/PR)
Clésio Andrade (PMDB/MG)	3. ³
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM)	
Cássio Cunha Lima (PSDB/PB)	1.
Flexa Ribeiro (PSDB/PA)	2.
PTB	
Armando Monteiro (PTB/PE)	1. Mozarildo Cavalcanti (PTB/RR)
PR	
Vicentinho Alves (PR/TO)	1. Antonio Russo (PR/MS)
PSD¹	
Sérgio Petecão (PSD/AC)	1. Kátia Abreu (PSD/TO)

Notas:

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

2- Designação na Sessão do Senado Federal de 20-3-2012.

3- Em 26-3-2012 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 042/2012, da Liderança do PMDB, comunicando a retirada do nome do Senador Benedito de Lira.

4- Mesa eleita em 27-3-2012, conforme Of. Pres. nº 40/2012/CMO.

5- Designado o Senador Benedito de Lira, como membro titular, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, em 16-4-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 67, de 2012, da Liderança do PMDB.

6- Designados o Senador Romero Jucá para o cargo de Relator-Geral do PLOA/2013, o Senador Antonio Carlos Valadares para o cargo de Relator do PLDO/2013, e o Deputado Cláudio Puty para o cargo de Relator da Receita, em 17-4-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 183/2012, da Presidência da CMO.

7- Designada a Senadora Ana Rita, como membro suplente, em 26-6-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 84, de 2012, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
João Paulo Lima (PT/PE)	1. Cláudio Puty (PT/PA)
Josias Gomes (PT/BA)	2. Leonardo Monteiro (PT/MG)
Paulo Pimenta (PT/RS)	3. Assis Carvalho (PT/PI) ^{8 e 9}
Waldenor Pereira (PT/BA)	4. Vander Loubet (PT/MS)
Zeca Dirceu (PT/PR)	5. Vanderlei Siraque (PT/SP)
PMDB	
Aníbal Gomes (PMDB/CE)	1. Celso Maldaner (PMDB/SC) ²
Edio Lopes (PMDB/RR) ²	2. Joaquim Beltrão (PMDB/AL)
Eliseu Padilha (PMDB/RS)	3. Hugo Motta (PMDB/PB)
Leandro Vilela (PMDB/GO)	4. Osmar Serraglio (PMDB/PR) ⁷
Lucio Vieira Lima (PMDB/BA) ⁷	5.
Mauro Lopes (PMDB/MG)	
PSDB	
Duarte Nogueira (PSDB/SP) ³	1. Carlos Alberto Leréia (PSDB/GO) ³
Reinaldo Azambuja (PSDB/MS)	2. Marcus Pestana (PSDB/MG) ¹⁰
Wandenkolk Gonçalves (PSDB/PA)	3. Nelson Marchezan Junior (PSDB/RS) ¹³
PP	
João Leão (PP/BA) ⁴	1. Roberto Balestra (PP/GO)
Renato Molling (PP/RS)	2. Toninho Pinheiro (PP/MG)
Cida Borghetti (PP/PR)	3. Waldir Maranhão (PP/MA)
DEM	
Augusto Coutinho (DEM/PE) ⁶	1. Eli Correa Filho (DEM/SP) ⁶
Felipe Maia (DEM/RN)	2. Lira Maia (DEM/PA) ^{11 e 12}
Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM/TO)	3. Luiz Carlos Setim (DEM/PR)
PR	
João Maia (PR/RN)	1. Giacombo (PR/PR)
Luciano Castro (PR/RR)	2. Jaime Martins (PR/MG)
PSB	
Paulo Foletto (PSB/ES)	1. Sandra Rosado (PSB/RN)
Pastor Eurico (PSB/PE) ¹⁴	2. Antonio Balhmann (PSB/CE)
PDT	
Giovanni Queiroz (PDT/PA)	1. Félix Mendonça Júnior (PDT/BA)
Paulo Rubem Santiago (PDT/PE)	2. Marcos Rogério (PDT/RO)
Bloco Parlamentar (PV / PPS)	
Arnaldo Jardim (PPS/SP)	1. Roberto De Lucena (PV/SP)
Paulo Wagner (PV/RN)	2. Stepan Nercessian (PPS/RJ)
PTB	
Arnon Bezerra (PTB/CE)	1. Antonio Brito (PTB/BA)
PSC	
Ratinho Junior (PSC/PR)	1. Leonardo Gadelha (PSC/PB)
PCdoB	
Osmar Júnior (PCdoB/PI)	1. Manuela D'Ávila (PCdoB/RS) ⁵
PMN ¹	
²	²

Notas:

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

2- Vaga cedida pelo PMN ao PMDB, conforme Ofício nº 296/2012/SGM/P, de 13-3-2012.

3- Designado o Deputado Duarte Nogueira, em substituição ao Deputado Carlos Alberto Leréia, como membro titular, e o Deputado Carlos Alberto Leréia, como membro suplente, em 21-3-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 311/2012, da Liderança do PSDB.

4- Designado o Deputado João Leão, em substituição ao Deputado Lázaro Botelho, como membro titular, em 21-3-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 144/2012, da Liderança do PP.

5- Designada a Deputada Manuela D'Ávila, como membro suplente, em 28-3-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 097/12, da Liderança do PCdoB.

6- Designado o Deputado Augusto Coutinho, como membro titular, em substituição ao Deputado Eli Correa Filho, que passa a ser suplente, em 12-4-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 76-L-Democratas/12, da Liderança do DEM.

7- Designado o Deputado Lucio Vieira Lima, como membro titular, em substituição ao Deputado Osmar Serraglio, que passa a ser suplente, em 12-4-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 323, de 2012, da Liderança do PMDB.

8- Em 19-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 176/2012/PT, do Líder do PT na Câmara dos Deputados, solicitando a retirada do nome do Deputado Rubens Otoni da suplência na Comissão.

9- Designado o Deputado Assis Carvalho, como membro suplente, em 10-5-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 231, de 2012, da Liderança do PT.

10- Designado o Deputado Marcus Pestana, como membro suplente, em 24-5-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 561, de 2012, da Liderança do PSDB.

11- Designado o Deputado Ronaldo Caiado, como membro suplente, em substituição ao Deputado Lira Maia, em 4-7-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 155, de 2012, da Liderança do DEM.

12- Designado o Deputado Lira Maia, como membro suplente, em substituição ao Deputado Ronaldo Caiado, em 4-7-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 156, de 2012, da Liderança do DEM.

13- Designado o Deputado Nelson Marchezan Junior, como membro suplente, em 4-7-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 692, de 2012, da Liderança do PSDB.

14- Designado o Deputado Pastor Eurico, como membro titular, em substituição ao Deputado Laurez Moreira, em 12-7-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 119, de 2012, da Liderança do PSB.

Secretária: Maria do Socorro de L. Dantas

Telefones: (61) 3216-6892 / 3216-6893

Fax: (61) 3216-6905

E-mail: cmo@camara.gov.br

Local: Câmara dos Deputados, Anexo Luis Eduardo Magalhães (Anexo II), Ala "C" – Sala 08 – Térreo

Endereço na Internet: www2.camara.gov.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-mistas/cmo

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO**I – COMITÊ DE AVALIAÇÃO, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA – CFIS****COMPOSIÇÃO****Coordenador:** Senador Sérgio Souza (PMDB/PR)**Senado Federal**

Bloco / Partido	Membros
Bloco Parlamentar União e Força (PTB / PR / PSC)	Armando Monteiro (PTB/PE)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB / PP / PV)	Sérgio Souza (PMDB/PR)
Bloco de Apoio ao Governo (PT / PDT / PSB / PCdoB / PRB)	Paulo Paim (PT/RS)

Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros
PT	João Paulo Lima (PT/PE)
PMDB	Celso Maldaner (PMDB/SC)
PSDB	Reinaldo Azambuja (PSDB/MS)
PDT	Paulo Rubem Santiago (PDT/PE)
PTB	Antonio Brito (PTB/BA)
Bloco Parlamentar (PV / PPS)	Paulo Wagner (PV/RN)
PCdoB	Osmar Júnior (PCdoB/PI)

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO

II – COMITÊ DE AVALIAÇÃO DA RECEITA – CAR

COMPOSIÇÃO

Coordenador: Deputado Cláudio Puty (PT/PA)

Senado Federal

Bloco / Partido	Membros
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB / PP / PV)	Clésio Andrade (PMDB/MG)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB / DEM)	Flexa Ribeiro (PSDB/PA)
PSD	Sérgio Petecão (PSD/AC)

Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros
PT	Cláudio Puty (PT/PA)
PMDB	Osmar Serraglio (PMDB/PR)
PSDB	Duarte Nogueira (PSDB/SP)
PP	Renato Molling (PP/RS)
DEM	Luiz Carlos Setim (DEM/PR)
PR	Giacobo (PR/PR)
PSB	Paulo Foletto (PSB/ES)

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO**III – COMITÊ DE AVALIAÇÃO DAS INFORMAÇÕES SOBRE OBRAS E SERVIÇOS COM INDÍCIOS DE IRREGULARIDADES GRAVES – COI****COMPOSIÇÃO****Coordenador:** Deputado Mauro Lopes (PMDB/MG)**Senado Federal**

Bloco / Partido	Membros
Bloco Parlamentar União e Força (PTB / PR / PSC)	Vicentinho Alves (PR/TO)
Bloco de Apoio ao Governo (PT / PDT / PSB / PCdoB / PRB)	Wellington Dias (PT/PI)

Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros
PT	Josias Gomes (PT/BA)
PT	Vanderlei Siraque (PT/SP)
PMDB	Mauro Lopes (PMDB/MG)
PSDB	Wandenkolk Gonçalves (PSDB/PA)
DEM	Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM/TO)
PSB	Laurez Moreira (PSB/TO)
PDT	Félix Mendonça Júnior (PDT/BA)

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO

IV – COMITÊ DE ADMISSIBILIDADE DE EMENDAS – CAE

COMPOSIÇÃO

Coordenador: Deputado Marcus Pestana (PSDB/MG)

Senado Federal

Bloco / Partido	Membros
Bloco de Apoio ao Governo (PT / PDT / PSB / PCdoB / PRB)	Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB / PP / PV)	Benedito de Lira (PP/AL)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB / DEM)	Cássio Cunha Lima (PSDB/PB)

Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros
PT	Leonardo Monteiro (PT/MG)
PMDB	Edio Lopes (PMDB/RR)
PSDB	Marcus Pestana (PSDB/MG)
PP	Roberto Balestra (PP/GO)
PR	João Maia (PR/RN)
Bloco Parlamentar (PV / PPS)	Arnaldo Jardim (PPS/SP)
PSC	Leonardo Gadelha (PSC/PB)

COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS – CMMC

(Criada pela Resolução nº 4/2008-CN)

Número de membros: 11 Senadores e 11 Deputados**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Deputado Márcio Macedo^{15 e 20}
Vice-Presidente: Senadora Vanessa Grazziotin^{15 e 20}
Relator: Senador Sérgio Souza^{16 e 20}

Instalação: 10-4-2012^{15 e 20}**Senado Federal**

Titulares	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT / PR / PDT / PSB / PCdoB / PRB)	
Jorge Viana (PT/AC) ⁷	1. Wellington Dias (PT/PI) ⁷
Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM) ^{7, 13 e 17}	2. Lindbergh Farias (PT/RJ) ⁷
Blairo Maggi (PR/MT) ⁷	3. Antonio Carlos Valadares (PSB/SE) ⁷
Cristovam Buarque (PDT/DF) ⁷	4. ^{7 e 17}
Bloco Parlamentar (PMDB / PP / PSC / PMN / PV)	
Sérgio Souza (PMDB/PR) ^{3 e 14}	1. Vital do Rêgo (PMDB/PB) ³
Eduardo Braga (PMDB/AM) ³	2. Romero Jucá (PMDB/RR) ³
Ciro Nogueira (PP/PI) ^{3, 11 e 12}	3. Renan Calheiros (PMDB/AL) ³
Sérgio Petecão (PSD/AC) ^{3 e 18}	4. ^{3 e 19}
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB / DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP) ²	1. Cyro Miranda (PSDB/GO) ²
Jayme Campos (DEM/MT) ^{6 e 10}	2. José Agripino (DEM/RN) ^{6 e 10}
PTB	
João Vicente Claudino (PTB/PI) ⁴	1. ^{8, 9 e 12}
PSOL¹	
Randolfe Rodrigues (PSOL/AP) ⁶	1.

Notas:

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

2- Designados os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Cyro Miranda em 18-2-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 35/2011, da Liderança do PSDB.

3- Designados os Senadores Ricardo Ferraço, Eduardo Braga, Pedro Simon, Sérgio Petecão, Vital do Rêgo, Romero Jucá, Renan Calheiros e Wilson Santiago em 18-2-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 47/2011, da Liderança do PMDB.

4- Designado o Senador João Vicente Claudino em 2-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 55/2011, da Liderança do PTB.

5- Designado o Senador Randolfe Rodrigues em 2-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 65/2011, da Liderança do PSOL.

6- Designados os Senadores Kátia Abreu e Jayme Campos em 22-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 26/2011, da Liderança do DEM.

7- Designados Senadores Jorge Viana, João Pedro, Blairo Maggi, Cristovam Buarque, Wellington Dias, Lindbergh Farias, Antonio Carlos Valadares e Vanessa Grazziotin em 22-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 34/2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.

8- Em 28-3-2011 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 70/2011, da Liderança do PTB, cedendo provisoriamente, ao PP, a vaga de suplente.

9- Designado o Senador Ciro Nogueira, para vaga cedida pelo PTB, em 29-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 21/2011, da Liderança do PP.

10- Designado o Senador Jayme Campos, como membro titular, em substituição à Senadora Kátia Abreu, e o Senador José Agripino, como membro suplente, em substituição ao Senador Jayme Campos, em 5-4-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 32/2011, da Liderança do DEM.

11- Em 27-4-2011 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 115/2011, da Liderança do PMDB, comunicando a retirada do nome do Senador Pedro Simon.

12- Designado o Senador Ciro Nogueira em 28-4-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 130/2011, da Liderança do PMDB.

13- Vago em razão da reassunção do titular, Senador Alfredo Nascimento, em 7-7-2011.

14- Designado o Senador Sérgio Souza em 25-8-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 236/2011, da Liderança do PMDB.

15- Comissão instalada em 30-8-2011 (Sessão do Senado Federal); eleitos Presidente e Vice-Presidente, conforme Ofício nº 1/2011-CMMC.

16- Ofício nº 6/2011-CMMC, publicado no DSF de 22-9-2011.

17- Designada a Senadora Vanessa Grazziotin em 20-10-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 130/2011 – GLDBAG, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.

18- Em 1-11-2011 (Sessão do Senado Federal), foi lida comunicação do Senador Sérgio Petecão, informando a sua filiação ao Partido Social Democrático – PSD.

19- Em 8-11-2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago (PMDB/PB) ter deixado o mandato.

20- Comissão instalada em 10-4-2012, eleitos Presidente, Vice-Presidente e Relator, conforme Ofício nº 2/2012-CMMC.

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
Fernando Ferro (PT/PE) ²	1. Francisco Praciano (PT/AM) ²
Márcio Macêdo (PT/SE) ²	2. Leonardo Monteiro (PT/MG) ²
PMDB	
Valdir Colatto (PMDB/SC) ^{2, 5 e 6}	1. Celso Maldaner (PMDB/SC) ²
André Zacharow (PMDB/PR) ^{2, 9 e 10}	2. Adrian (PMDB/RJ) ¹⁰
PSDB	
Antonio Imbassahy (PSDB/BA) ^{2 e 11}	1. Ricardo Tripoli (PSDB/SP) ²
PP	
José Otávio Germano (PP/RS) ²	1. Rebecca Garcia (PP/AM) ²
DEM	
Rodrigo Maia (DEM/RJ) ²	1. ^{2 e 8}
PR	
Anthony Garotinho (PR/RJ) ²	1. Bernardo Santana De Vasconcellos (PR/MG) ^{2 e 12}
PSB	
Luiz Noé (PSB/RS) ²	1. Glauber Braga ^{2, 7 e 13}
PDT	
Giovani Cherini (PDT/RS) ²	1. Miro Teixeira (PDT/RJ) ²
Bloco Parlamentar (PV / PPS)	
Alfredo Sirkis (PV/RJ) ²	1. Sarney Filho (PV/MA) ²
PTB¹	
Jandira Feghali (PCdoB/RJ) ^{2 e 3}	1. Arnaldo Jardim (PPS/SP) ⁴

Notas:

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

2- Designados os Deputados Fernando Ferro, Márcio Macêdo, Mendes Ribeiro Filho, Moacir Micheletto, Antonio Carlos Mendes Thame, José Otávio Germano, Rodrigo Maia, Anthony Garotinho, Luiz Noé, Giovani Cherini, Alfredo Sirkis, Jandira Feghali, Francisco Praciano, Leonardo Monteiro, Celso Maldaner, Ricardo Tripoli, Rebecca Garcia, Walter Ihoshi, Paulo César, Domingos Neto, Miro Teixeira e Sarney Filho, em 22-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 300/2011, do Presidente da Câmara dos Deputados.

3- Vaga de membro titular destinada ao PTB, cedida ao PCdoB.

4- Cedida vaga ao PPS, e Designado o Deputado Arnaldo Jardim, em 5-4-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 123/2011, da Liderança do PTB.

5- Vago em razão do afastamento do Deputado Mendes Ribeiro Filho em 23-8-2011, nos termos do art. 230 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

6- Designado o Deputado Valdir Colatto, em substituição ao Deputado Mendes Ribeiro Filho, em 21-9-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1043/2011, da Liderança do PMDB.

7- Vago em razão do desligamento do Deputado Domingos Neto, em 22-9-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício OF.B/130/11, da Liderança do Bloco PSB, PTB e PCdoB.

8- Em 3-1-2012, vago em razão do afastamento do Deputado Walter Ihoshi (PSD/SP), nos termos do artigo 230, § 2º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

9- Em 30-1-2012, vago em razão do falecimento do Deputado Moacir Micheletto (PMDB/PR), nos termos do art. 238, inciso I, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

10- Em 16-3-2012 (Sessão do Senado Federal), foram designados os Deputados André Zacharow, como membro titular, e Adrian, como membro suplente, conforme Ofícios nºs 184/2012 e 183/2012, ambos da Liderança do PMDB.

11- Em 9-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi designado o Deputado Antonio Imbassahy, em substituição ao Deputado Antonio Carlos Mendes Thame, conforme Ofício nº 401/2012, da Liderança do PSDB.

12- Em 12-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi designado o Deputado Bernardo Santana De Vasconcellos, em substituição ao Deputado Dr. Paulo César, conforme Ofício nº 224/2012, da Liderança do Bloco PR/PTdoB/PRP/PHS/PTC/PSL/PRTB.

13- Em 12-7-2012 (Sessão do Senado Federal), foi designado o Deputado Glauber Braga, como membro suplente, conforme Ofício nº 117/2012, da Liderança do PSB.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho

Telefone: (61) 3303-3122

E-mail: mudancasclimaticas@senado.gov.br

Local: Senado Federal, Anexo II, Bloco A, Ala Alexandre Costa – Sala 15 – Subsolo

Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/comissoes/comissao.asp?origem=CN&com=1450

**COMISSÃO MISTA REPRESENTATIVA DO CONGRESSO NACIONAL NO
FÓRUM INTERPARLAMENTAR DAS AMÉRICAS – FIPA**

(Criada pela Resolução nº 2/2007-CN)

Número de membros: 10 Senadores e 10 Deputados

COMPOSIÇÃO

Presidente: _____

Vice-Presidente: _____

Senado Federal

Titulares	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT / PR / PDT / PSB / PCdoB / PRB)	
	1.
	2.
	3.
	4.
Bloco Parlamentar (PMDB / PP / PSC / PMN / PV)	
	1.
	2.
	3.
PSDB	
	1.
PTB	
Gim Argello (PTB/DF) ²	1. Mozarildo Cavalcanti (PTB/RR) ²
DEM	
	1.
PSOL¹	
	1.

Notas:

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

2- Designados os Senadores Gim Argello e Mozarildo Cavalcanti em 1º-4-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 78/2011, da Liderança do PTB.

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes

COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA – CCAI

(Art. 6º da Lei nº 9.883/1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador Fernando Collor ⁶
Vice-Presidente: Deputada Perpétua Almeida ⁶

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Jilmar Tatto (PT/SP) ¹	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Renan Calheiros (PMDB/AL) ²
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Antonio Carlos Mendes Thame (PSDB/SP) ³	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> Jayme Campos (DEM/MT) ⁴
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Perpétua Almeida (PCdoB/AC) ⁵	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Fernando Collor (PTB/AL)

(Atualizada em 29.03.2012)

Notas:

- 1- Conforme Of. nº 66/2012/SGM, da Câmara dos Deputados de 15/03/2012, o Líder do PT, Jilmar Tatto, responde pela Maioria daquela Casa Legislativa, de acordo com o art. 13 de seu Regimento Interno.
- 2- Indicado Líder da Maioria, conforme expediente subscrito pelos líderes Renan Calheiros (PMDB), Eduardo Amorim (PSC), Francisco Domelles (PP) e Paulo Davim (PV).
- 3- Conforme Of. nº 53/2012/SGM, da Câmara dos Deputados de 05/03/2012, que informa o atual quadro de lideranças e a relação das bancadas de partidos e blocos parlamentares daquela Casa Legislativa.
- 4- Senador Jayme Campos é designado Líder do Bloco Parlamentar da Minoria, conforme Of. s/n, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
- 5- Conforme Of. nº 66/2012/SGM, da Câmara dos Deputados de 15/03/2012, que informa o atual quadro de Presidentes e Vice-Presidentes das Comissões Permanentes daquela Casa Legislativa.
- 6- Assumiu a Presidência na 2ª Reunião de 2012, realizada em 08/05/2012, em substituição à Deputada Perpétua Almeida, que passou a ocupar a Vice-Presidência, conforme alternância estabelecida na 1ª Reunião de 2001 da CCAI, realizada em 15/08/2001 (Ata publicada no DSF de 22/08/2001, pg. 17595).

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Telefone: (61) 3303-4561 / 3303-5258

E-mail: scop@senado.gov.br

Local: Senado Federal, Anexo II, Térreo

Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=449&origem=CN

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/cn>

E-mail: scicn@senado.gov.br

Informações: (61) 3303-4050

COMISSÕES PARLAMENTARES MISTAS DE INQUÉRITO

(Requerimento nº 4, de 2011-CN)

Requer a criação de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, composta por 11 (onze) Senadores e 11 (onze) Deputados e igual número de suplentes, para, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, investigar a situação de violência contra a mulher no Brasil e apurar denúncias de omissão por parte do poder público com relação à aplicação de instrumentos instituídos em lei para proteger as mulheres em situação de violência.

Leitura: 13-7-2011**Designação:** 14-12-2011**Instalação:** 8-2-2012**Prazo Final:** 19-8-2012**Prazo Final Prorrogado:** 28-3-2013 ¹⁷

Presidente: Deputada Jô Moraes
Vice-Presidente: Deputada Keiko Ota
Relatora: Senadora Ana Rita

Senado Federal

Titulares	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT / PR / PDT / PSB / PCdoB / PRB)	
Ana Rita (PT/ES)	1. Humberto Costa (PT/PE)
Marta Suplicy (PT/SP)	2. Lídice da Mata (PSB/BA) ^{10 e 11}
¹¹	3. Pedro Taques (PDT/MT)
Angela Portela (PT/RR)	4. ⁶
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB / PP / PSC / PMN / PV)	
¹⁶	1. Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM) ^{14 e 15}
Ana Amélia (PP/RS) ^{3, 4, 9 e 13}	2. Sérgio Souza (PMDB/PR) ^{2, 8, 12 e 16}
	3.
	4.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB / DEM)	
Lúcia Vânia (PSDB/GO)	1.
Maria do Carmo Alves (DEM/SE)	2. José Agripino (DEM/RN)
PTB	
Armando Monteiro (PTB/PE)	1. Gim Argello (PTB/DF) ⁷
PSOL ¹	
⁵	1.

Notas:

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

2- Designada a Senadora Ivonete Dantas, em 15-12-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 3/2011, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria.

3- Cedida uma vaga de membro titular ao Bloco de Apoio ao Governo, em 15-12-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 2/2011, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria.

4- Designada a Senadora Vanessa Grazziotin, em 21-12-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 149/2011, da Liderança do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo.

5- Em 28-12-2011, vago em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.

6- Em 2-3-2012 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 034/2012-GSMC, do Senador Marcelo Crivella, comunicando seu afastamento do mandato, para exercer o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal.

7- Designado o Senador Gim Argello, em 13-3-2012 (Sessão do Senado Federal), em substituição ao Senador João Vicente Claudino, conforme Ofício nº 050/2012/GLPTB, da Liderança do PTB, no Senado Federal.

8- Vago em razão da reassunção do 1º suplente, Senador Garibaldi Alves, em 4-4-2012.

9- Em 24-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 055/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, comunicando a retirada do nome da Senadora Vanessa Grazziotin.

10- Em 24-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 056/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, comunicando a retirada do nome do Senador Wellington Dias.

11- Em 24-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 058/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, comunicando que a Senadora Lídice da Mata deixa da condição de titular e a passa a ser suplente.

- 12- Designado o Senador Sérgio Souza, em 23-5-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 96/2012, da Liderança do PMDB.
13- Designada a Senadora Ana Amélia, em 24-5-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 138/2012, da Liderança do PMDB.
14- Cedida uma vaga de membro suplente ao Bloco de Apoio ao Governo, em 18-6-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 155/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria.
15- Designada a Senadora Vanessa Grazziotini, como membro suplente, em vaga cedida pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em 26-6-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 83/2012, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.
16- Designado o Senador Sérgio Souza, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em 9-7-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 170/2012, da Liderança do Bloco, no Senado Federal.
17- Prazo prorrogado, conforme Requerimento do Congresso Nacional nº 2, de 2012, lido em 16/07/2012 (Sessão do Senado Federal).

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
Dr. Rosinha (PT/PR)	1. Dalva Figueiredo (PT/AP)
Marina Santanna (PT/GO)	2. Luci Choinacki (PT/SC)
PMDB	
Teresa Surita (PMDB/RR)	1. Nilda Gondim (PMDB/PB) ⁹
Jô Moraes (PCdoB/MG) ¹	2. Fátima Pelaes (PMDB/AP)
PSDB	
Eduardo Azeredo (PSDB/MG)	1. Bruna Furlan (PSDB/SP) ⁸
PP	
Rebecca Garcia (PP/AM)	1. Aline Corrêa (PP/SP)
DEM	
Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM/TO)	1. Rosinha Da Adefal (PTdoB/AL) ⁵
PR	
Gorete Pereira (PR/CE)	1. Neilton Mulim (PR/RJ) ^{2 e 4}
PSB	
Keiko Ota (PSB/SP) ⁷	1 Sandra Rosado (PSB/RN) ⁷
PDT	
Sueli Vidigal (PDT/ES)	1. Flávia Moraes (PDT/GO)
Bloco PV, PPS	
Carmen Zanotto (PPS/SC)	1. Rosane Ferreira (PV/PR) ⁶
PTB	
Celia Rocha (PTB/AL)	1. Marinha Raupp (PMDB/RO) ³

Notas:

1- Vaga cedida pelo PMDB.

2- Vaga cedida pelo PR.

3- Vaga cedida pelo PTB.

4- Designado o Deputado Neilton Mulim, em 15-12-2011 (Sessão do Senado Federal), em substituição à Deputada Liliam Sá, conforme Ofício nº 503/2011, da Liderança do Bloco Parlamentar PR/PTdoB/PRP/PHS/PTC/PSL, da Câmara dos Deputados.

5- Designada a Deputada Rosinha Da Adefal (PTdoB/AL), em 9-2-2012 (Sessão do Senado Federal), em vaga pertencente ao Democratas na Câmara dos Deputados, conforme Ofício nº 3/2012, da Liderança do Democratas.

6- Designada a Deputada Rosane Ferreira, em 15-2-2012 (Sessão do Senado Federal), em substituição ao Deputado Arnaldo Jordy, conforme Ofício nº 18/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar PV/PPS, da Câmara dos Deputados.

7- Designadas, em 15-2-2012 (Sessão do Senado Federal), a Deputada Keiko Ota, como membro titular, em substituição à Deputada Sandra Rosado, e a Deputada Sandra Rosado, como membro suplente, em substituição à Deputada Keiko Ota, conforme Ofício nº 4/2012, da Liderança do PSB, da Câmara dos Deputados.

8- Designada a Deputada Bruna Furlan, como membro suplente, em 5-3-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 71/2012, da Liderança do PSDB na Câmara dos Deputados.

9- Designada a Deputada Nilda Gondim, como membro suplente, em substituição à Deputada Elcione Barbalho, em 15-5-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 493/2012, da Liderança do PMDB na Câmara dos Deputados.

Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito (SSCEPI)

Diretor: Dirceu Vieira Machado Filho

Telefone: (61) 3303-3490 / 3303-3514

E-mail: sscepi@senado.gov.br

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO

(Requerimento nº 1, de 2012-CN)

Requer a criação de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, composta por 15 (quinze) Senadores e 15 (quinze) Deputados e igual número de suplentes, para, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, investigar práticas criminosas do senhor Carlos Augusto Ramos, conhecido vulgarmente como Carlinhos Cachoeira, desvendadas pelas operações 'Vegas' e 'Monte Carlo', da Polícia Federal, nos termos que especifica.

- **Leitura:** 19-4-2012
- **Designação da Comissão:** 24-4-2012
- **Instalação da Comissão:** 25-4-2012
- **Prazo final da Comissão:** 4-11-2012

Presidente: Senador Vital do Rêgo
Vice-Presidente: Deputado Paulo Teixeira
Relator: Deputado Odair Cunha

Senado Federal

Titulares	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PCdoB/PRB)	
José Pimentel (PT/CE)	1. Walter Pinheiro (PT/BA) ⁶
Jorge Viana (PT/AC) ³	2. Aníbal Diniz (PT/AC) ^{3 e 6}
Lídice da Mata (PSB/BA)	3. Angela Portela (PT/RR) ⁶
Pedro Taques (PDT/MT)	4. Delcídio do Amaral (PT/MS) ⁶
Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM)	5. Wellington Dias (PT/PI) ^{4 e 6}
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PV)	
Vital do Rêgo (PMDB/PB)	1. Benedito de Lira (PP/AL)
Ricardo Ferraço (PMDB/ES)	2.
Sérgio Souza (PMDB/PR)	3.
Ciro Nogueira (PP/PI)	4.
Paulo Davim (PV/RN)	5.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB / DEM)	
Jayme Campos (DEM/MT)	1. Cyro Miranda (PSDB/GO) ^{5 e 7}
Alvaro Dias (PSDB/PR)	2. Jarbas Vasconcelos (PMDB/PE)
Cássio Cunha Lima (PSDB/PB)	3. Randolfe Rodrigues (PSOL/AP)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC)	
Fernando Collor (PTB/AL)	1. Blairo Maggi (PR/MT) ²
Vicentinho Alves (PR/TO)	2. Eduardo Amorim (PSC/SE) ²
PSD¹	
Kátia Abreu (PSD/TO)	1. Sérgio Petecão (PSD/AC)

Notas:

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

2- Designados os Senadores Blairo Maggi e Eduardo Amorim, como membros suplentes, em 13-6-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 64/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força no Senado Federal.

3- Designados o Senador Jorge Viana, como membro titular, em substituição ao Senador Humberto Costa, e o Senador Aníbal Diniz, como membro suplente, em substituição ao Senador Jorge Viana, em 14-6-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 82/2012, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo no Senado Federal.

4- O Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29-6-2012, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28-6-2012.

5- Designado o Senador Flexa Ribeiro, como membro suplente, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira, em 4-7-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 90, de 2012, da Liderança do PSDB.

6- Designada a Senadora Angela Portela, como membro suplente, em substituição ao Senador Acir Gurgacz, e reposicionado o quadro de suplência, em 6-7-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 93, de 2012, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.

7- Designado o Senador Cyro Miranda, como membro suplente, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro, em 6-7-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 93, de 2012, da Liderança do PSDB.

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
Cândido Vaccarezza (PT/SP)	1. Dr. Rosinha (PT/PR)
Odair Cunha (PT/MG)	2. Luiz Sérgio (PT/RJ)
Paulo Teixeira (PT/SP)	3. Ricardo Berzoini (PT/SP) ⁴
PMDB	
Íris de Araújo (PMDB/GO)	1. Leonardo Picciani (PMDB/RJ) ²
Luiz Pitiman (PMDB/DF)	2. João Magalhães (PMDB/MG)
PSDB	
Carlos Sampaio (PSDB/SP)	1. Vaz de Lima (PSDB/SP) ^{9 e 10}
Domingos Sávio (PSDB/MG) ⁸	2. Vanderlei Macris (PSDB/SP) ^{3, 6 e 7}
PP	
Gladson Cameli (PP/AC)	1. Iracema Portella (PP/PI)
DEM	
Onyx Lorenzoni (DEM/RS)	1. Mendonça Prado (DEM/SE)
PR	
Maurício Quintella Lessa (PR/AL)	1. Ronaldo Fonseca (PR/DF)
PSB	
Paulo Foletto (PSB/ES)	1. Glauber Braga (PSB/RJ)
PDT	
Miro Teixeira (PDT/RJ)	1. Vieira da Cunha (PDT/RS)
Bloco PV, PPS	
Rubens Bueno (PPS/PR)	1. Sarney Filho (PV/MA)
PTB	
Silvio Costa (PTB/PE)	1. Arnaldo Faria de Sá (PTB/SP)
PSC	
Filipe Pereira (PSC/RJ)	1. Hugo Leal (PSC/RJ)
PCdoB ¹	
Delegado Protógenes (PCdoB/SP)	1. Osmar Junior (PCdoB/PI) ^{5 e 11}

Notas:

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

2- Designado o Deputado Leonardo Picciani, como membro suplente, em substituição ao Deputado Edio Lopes, em 16-5-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 518/2012, da Liderança do PMDB na Câmara dos Deputados.

3- Designado o Deputado Vanderlei Macris, como membro suplente, em substituição ao Deputado Rogério Marinho, em 30-5-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 576/2012, da Liderança do PSDB na Câmara dos Deputados.

4- Designado o Deputado Ricardo Berzoini, como membro suplente, em substituição ao Deputado Sibá Machado, em 14-6-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 094/2012, da Liderança do PT na Câmara dos Deputados.

5- Designada a Deputada Jô Moraes, como membro suplente, em substituição ao Deputado Osmar Júnior, em 14-6-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 202/2012, da Liderança do PCdoB na Câmara dos Deputados.

6- Designado o Deputado Antonio Carlos Mendes Thame, como membro suplente, em substituição ao Deputado Vanderlei Macris, em 25-6-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 649/2012, da Liderança do PSDB na Câmara dos Deputados.

7- Designado o Deputado Vanderlei Macris, como membro suplente, em substituição ao Deputado Antonio Carlos Mendes Thame, em 3-7-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 661/2012, da Liderança do PSDB na Câmara dos Deputados.

8- Designado o Deputado Domingos Sávio, como membro titular, em substituição ao Deputado Fernando Francischini, em 3-7-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 689/2012, da Liderança do PSDB na Câmara dos Deputados.

9- Designado o Deputado Fernando Francischini, como membro suplente, em 3-7-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 694/2012, da Liderança do PSDB na Câmara dos Deputados.

10- Designado o Deputado Vaz de Lima, como membro suplente, em substituição ao Deputado Fernando Francischini, em 4-7-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 701/2012, da Liderança do PSDB na Câmara dos Deputados.

11- Designado o Deputado Osmar Junior, como membro suplente, em substituição à Deputada Jô Moraes, em 6-7-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 234, de 2012, da Liderança do PCdoB.

Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito (SSCEPI)

Diretor: Dirceu Vieira Machado Filho

Telefone: (61) 3303-3490 / 3303-3514

E-mail: sscepi@senado.gov.br

CONSELHOS E ORGÃO**CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL**(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70/1972)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato nº 1/1973-CN)**COMPOSIÇÃO****Grão-Mestre:** Presidente do Senado Federal**Chanceler:** Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Marco Maia (PT/RS)	<u>PRESIDENTE</u> José Sarney (PMDB/AP)
<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Rose de Freitas (PMDB/ES)	<u>1ª VICE-PRESIDENTE</u> Marta Suplicy (PT/SP)
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Eduardo da Fonte (PP/PE)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Waldemir Moka (PMDB/MS) ¹
<u>1º SECRETÁRIO</u> Eduardo Gomes (PSDB/TO)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Cícero Lucena (PSDB/PB)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Jorge Tadeu Mudalen (DEM/SP)	<u>2º SECRETÁRIO</u> João Ribeiro (PR/TO)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Inocêncio Oliveira (PR/PE)	<u>3º SECRETÁRIO</u> João Vicente Claudino (PTB/PI)
<u>4º SECRETÁRIO</u> Júlio Delgado (PSB/MG)	<u>4º SECRETÁRIO</u> Ciro Nogueira (PP/PI)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Jilmar Tatto (PT/SP) ²	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Renan Calheiros (PMDB/AL)
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Antonio Carlos Mendes Thame (PSDB/SP) ³	<u>LÍDER DA MINORIA</u> Jayme Campos (DEM/MT) ⁴
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u> Ricardo Berzoini (PT/SP) ⁵	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Eunício Oliveira (PMDB/CE)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Perpétua Almeida (PCdoB/AC) ⁵	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Fernando Collor (PTB/AL)

(Atualizada em 19.03.2012)

1- O Senador Waldemir Moka foi eleito 2º Vice-Presidente na sessão do Senado Federal de 16.11.2011.

2- Conforme Of. nº 66/2012/SGM, da Câmara dos Deputados de 15/03/2012, o Líder do PT, Jilmar Tatto, responde pela Maioria daquela Casa Legislativa, de acordo com o art. 13 de seu Regimento Interno.

3- Conforme Of. nº 53/2012/SGM, da Câmara dos Deputados de 05/03/2012, que informa o atual quadro de lideranças e a relação das bancadas de partidos e blocos parlamentares daquela Casa Legislativa.

4- Senador Jayme Campos é designado Líder do Bloco Parlamentar da Minoria, conforme Of. s/n, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.

5- Conforme Of. nº 66/2012/SGM, da Câmara dos Deputados de 15/03/2012, que informa o atual quadro de Presidentes e Vice-Presidentes das Comissões Permanentes daquela Casa Legislativa.

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(Criado pela Lei nº 8.389/1991)

(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1/2004)

Número de membros: 13 titulares e respectivos suplentes

COMPOSIÇÃO

Presidente: _____

Vice-Presidente: _____

Lei nº 8.389/91, artigo 4º	Titulares	Suplentes
Representante das empresas de rádio (inciso I)		
Representante das empresas de televisão (inciso II)		
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)		
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)		
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)		
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)		
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)		
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Telefone: (61) 3303-4561 / 3303-5258

E-mail: scop@senado.gov.br

Local: Senado Federal, Anexo II, Térreo

Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=767&origem=CN

REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL

Resolução nº 1/2011-CN

COMPOSIÇÃO ¹**37 Titulares (27 Deputados e 10 Senadores) e 37 Suplentes (27 Deputados e 10 Senadores)**

Presidente: Senador Roberto Requião ⁶
Vice-Presidente: Deputado Antônio Carlos Mendes Thame ⁶
Vice-Presidente: Senadora Ana Amélia ⁶

Instalação: 31.08.2011

Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
Benedita da Silva	Bohn Gass
Dr. Rosinha	Jilmar Tatto ¹⁸
vago ¹⁰	Sibá Machado
Newton Lima ¹⁷	Weliton Prado
Paulo Pimenta	Zé Geraldo
PMDB	
Iris de Araújo	Fátima Pelaes
Marçal Filho	Gastão Vieira
André Zacharow ⁹	Lelo Coimbra
Raul Henry	Valdir Colatto
PSDB	
Eduardo Azeredo	Duarte Nogueira ³
Antonio Carlos Mendes Thame ²	Bruno Araújo ¹⁹
Sergio Guerra	Ruy Carneiro ¹⁶
PP	
Dilceu Sperafico	Afonso Hamm
Renato Molling	Raul Lima
DEM	
Júlio Campos	Marcos Montes ⁴
Mandetta	Augusto Coutinho ⁵
PR	
Paulo Freire	Giacobo
	Henrique Oliveira
PSB	
José Stédile	Antonio Balhmann
Ribamar Alves	Audifax
PDT	
Vieira da Cunha	Sebastião Bala Rocha
Bloco PV / PPS	
Roberto Freire (PPS)	Antônio Roberto (PV)
PTB	
Sérgio Moraes	Paes Landim
PSC	
Nelson Padovani	Takayama
PCdoB	
Delegado Protógenes ¹¹	Assis Melo ¹²
PRB	
George Hilton	Vitor Paulo
PMN	
Dr. Carlos Alberto	Fábio Faria
PTdoB	
Luis Tibé ⁸	

Senadores

Titulares	Suplentes
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB / PP / PMN / PSC / PV)	
Pedro Simon (PMDB)	Casildo Maldaner (PMDB)
Roberto Requião (PMDB)	Waldemir Moka (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB) ⁷	Valdir Raupp (PMDB)
Ana Amélia (PP)	
Bloco de Apoio ao Governo (PT / PR / PDT / PSB / PCdoB / PRB)	
Eduardo Suplicy (PT) ¹⁴	Paulo Paim (PT) ¹⁵
Inácio Arruda (PCdoB)	Humberto Costa (PT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	Cristóvam Buarque (PDT)
	Magno Malta (PR)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB / DEM)	
Paulo Bauer (PSDB)	Cássio Cunha Lima (PSDB) ¹³
	José Agripino (DEM)
PTB	
Mozarildo Cavalcanti	Fernando Collor

(Atualizada em 09.07.2012)

1- Designados pelo Ato nº 28, de 2011, do Presidente da Mesa do Congresso Nacional, lido na sessão do Senado Federal de 15 de julho de 2011.

2- Designado para ocupar a vaga de titular do PSDB, nos termos do Of. nº 687/2011/PSDB, de 9-8-2011, lido na sessão do Senado Federal de 10-8-2011, em virtude da renúncia do Dep. Reinaldo Azambuja, conf. Of. nº 697/2011/PSDB, de 10-8-2011.

3- Designados para ocuparem as vagas de suplente do PSDB, nos termos do Of. nº 687/2011/PSDB, de 9-8-2011, lido na sessão do Senado Federal de 10-8-2011.

4- Designado para ocupar a vaga de suplente do DEM, nos termos do Of. nº 285-L-DEM/11, de 9-8-2011, lido na sessão do Senado Federal de 10-8-2011.

5- Designado para ocupar a vaga de suplente do DEM, nos termos do Of. nº 295-L-DEM/11, de 16-8-2011, lido na sessão do Senado Federal dessa mesma data.

6- Eleitos na Reunião Ordinária do dia 13/09/2011.

7- Designado para ocupar a vaga de titular do PMDB, conforme Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 9, de 2012, publicado no Diário Oficial da União de 27-3-2012, em virtude de o Senador Wilson Santiago não mais se encontrar no exercício do mandato.

8- Vaga cedida pelo PR.

9- Designado para ocupar a vaga de titular do PMDB, conforme Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 8, de 2012, publicado no Diário Oficial da União de 27-3-2012, em vaga existente em virtude do falecimento do Deputado Moacir Micheletto em 30-1-2012.

10- Em 15-3-2012, vago em razão do afastamento do Deputado Emiliano José (PT/BA).

11- Designado para ocupar a vaga de titular do PCdoB, conforme Of. nº 233/2012, da Liderança do PCdoB na Câmara dos Deputados, lido na sessão do Senado Federal de 09.07.2012.

12- Designado para ocupar a vaga de suplente do PCdoB, conforme Of. nº 233/2012, da Liderança do PCdoB na Câmara dos Deputados, lido na sessão do Senado Federal de 09.07.2012.

13- Designado para ocupar a vaga de suplente destinada ao Bloco Parlamentar da Minoria, conforme Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 21, de 2012, de 8-5-2012, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.

14- Designado para ocupar a vaga de membro titular do Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício nº 085-21012-GLDBAG, de 26.06.2012, lido na sessão do Senado Federal do dia 27.06.2012.

15- Designado para ocupar a vaga de membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício nº 085-21012-GLDBAG, de 26.06.2012, lido na sessão do Senado Federal do dia 27.06.2012.

16- Designado para ocupar a vaga de membro suplente do Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB, nos termos do Ofício nº 430/21012-PSDB, de 17.04.2012, lido na sessão do Senado Federal do dia 27.06.2012.

17- Designado para ocupar a vaga de membro titular do Partido dos Trabalhadores – PT, em substituição ao Deputado Jilmar Tatto, nos termos do Of. nº 082/PT, lido na sessão do Senado Federal do dia 03.07.2012.

18- Designado para ocupar a vaga de membro suplente do Partido dos Trabalhadores – PT, em substituição ao Deputado Newton Lima, nos termos do Of. nº 082/PT, lido na sessão do Senado Federal do dia 03.07.2012.

19- Designado para ocupar a vaga de membro suplente, nos termos do Of. nº 417/2012, do Gabinete da Liderança do PSDB na Câmara dos Deputados, lido na sessão do Senado Federal do dia 09.07.2012

Edição de hoje: 162 páginas

(OS: 13568/2012)

Secretaria Especial de
Editoração e Publicações – SEEP

SENADO
FEDERAL

